

FELIPE GAVA CARDOSO

***“DIVISÃO DO TRABALHO PARTIDÁRIO: ORGANIZAÇÃO
EM LENIN”***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Naves

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 27/02/2007

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Naves

Prof. Dr. Álvaro Bianchi

Prof. Dr. Jorge Miglioli

SUPLENTES

Prof. Dr. Fernando Lourenço

Prof. Dr. Celso Frederico

FEVEREIRO / 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

C179d **Cardoso, Felipe Gava**
 Divisão do trabalho partidário: organização em Lenin / Felipe
 Gava Cardoso. - - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Márcio Bilharinho Naves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Lenin, Vladimir Ilitch, 1870-1924. 2. Partidos Políticos.
3. Comunismo. I. Naves, Márcio Bilharinho, 1952-.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(cn/ifch)

Título em inglês: Division of labor in the party: organization and Lenin

Palavras – chave em inglês (Keywords): Political parties

Communism

Área de concentração : Sociologia

Titulação : Mestre em Sociologia

Banca examinadora : Márcio Bilharinho Naves, Álvaro Bianchi, Jorge Miglioli.

Data da defesa : 27-02-2007

Programa de Pós-Graduação :- Sociologia

Resumo

A pesquisa aborda a questão do partido em Lenin ao longo de toda sua produção teórica (1895-1923) e tem como proposta discorrer detidamente sobre a organização interna, levando em consideração a relação entre base e direção e partido e classe trabalhadora. Para tanto, analisa-se o conjunto da obra teórica de Lenin, as principais polêmicas a respeito do tema (como as discussões com Rosa Luxemburg e Trotski) e o acervo crítico oferecido por autores como Marcel Liebman, Neil Harding, Toni Cliff, Rudi Dutschke, Robert Michels, entre outros. O ponto central de discussão diz respeito ao predomínio, em Lenin, do princípio de especialização e do perfil militarizado das relações intra-partidárias, cujo fundamento remete à cisão entre direção política (Comitê Central) e execução de tarefas (base de militantes). Esse fator é especialmente problemático no período de transição ao comunismo, quando esse modelo organizativo se torna um empecilho para o desmantelamento das relações de produção de tipo capitalista já que repõe estratificações sociais de tipo classista.

Abstract

The research discuss the party issue in Lenin along his complete theoretical production (1895-1923), specially about the internal organization question, considering the relationship between militants and directive organs as well as party and working class. In order to investigate this subject, we use as a source the complete works of Lenin, the main discussions with Rosa Luxemburg and Leon Trotski and the theoretical contributions of Marcel Liebman, Neil Harding, Toni Cliff, Rudi Dutschke, Robert Michels and others. The main discussion is about the dominance of the principle of division of labour and the military way of internal organization in Lenin's thought, which is founded on the separation between political direction (Central Committee) and accomplishment of tasks (by the rest of militants). This is particularly critical during the communist transition, because this organizational pattern is an obstacle to the overcoming of the capitalist social relations.

Sumário

1. Introdução	7
2. Antecedentes da teoria do Partido: 1895-1900	11
3. A teoria do partido entre 1901 e 1904: <i>Que fazer?</i>	17
4. 1905	85
5. Entre o ensaio geral e a revolução	115
6. 1914 – 1917	125
7. Os dilemas da transição e o partido	153
8. Conclusão	191
9. Bibliografia	201

1. Introdução

Passados mais de 80 anos da morte de Lenin, diversas correntes revolucionárias e intelectuais reivindicaram – e reivindicam – o leninismo como fonte teórica primordial para a construção do partido revolucionário. Nessa disputa pelo legado leninista, surgiram concepções antagônicas, que perfazem um amplo leque de posicionamentos políticos ainda hoje em confronto. Foi devido a esse conflito de análises no seio da esquerda internacional que nosso interesse se voltou ao estudo do leninismo.

Há tempos se tornou sinal de bom senso intelectual e atualização teórica desqualificar o estudo de Lenin como se se tratasse de uma relíquia da antiguidade, sem qualquer préstimo para o mundo atual. Ora, por mais que haja um forte refluxo do pensamento leninista (se se trata de algo definitivo ou não, como saber?), a forma partido continua atual e é uma das mediações entre classes sociais e aparelho de Estado. Além disso, a investigação histórica da experiência soviética serve para a compreensão específica do fenômeno (as causas de sua derrocada, o porquê do predomínio bolchevique etc.). Afinal de contas, a divisão do trabalho partidário apresentada por Lenin em muito se assemelha ao núcleo duro da organização empresarial capitalista¹, na qual um corpo diretor (bastante diminuto e mais bem remunerado) define diretrizes para uma massa de executores, completamente alheios aos processos decisórios e subordinados ao centro. Contemplar a experiência soviética é se questionar sobre as possibilidades de superação da estratificação organizativa que, no limite, pode ser definida como o núcleo inextricável da definição de classes sociais, para além de definições jurídicas calcadas no binômio posse / não-posse da

¹ “O elemento crucial do modo de produção capitalista não é a propriedade ou não dos meios de produção, embora tal característica do capitalismo não deva de modo nenhum ser subavaliada ou colocada entre parênteses. Parece ser mais decisiva a formação de – em virtude da dinâmica específica à produção do capital – posições que se situam em diferentes níveis (hierárquicos) na estruturação das atividades de trabalho inerentes às diversas unidades que elaboram e obtêm os mais diversos *output*. O esuqema tendencialmente dicotômico da tradição marxista – capital (propriedade) e trabalho (não propriedade) – se amplia ao menos em: a) propriedade (dos meios de produção, ou seja, substancialmente dos títulos que os representam e da riqueza monetária); b) posições da direção (capitalista) *no trabalho*; c) posições subordinadas no próprio trabalho”. (LA GRASSA, in: *Crítica Marxista*, n.2 – 1995 – pp.97-8).

propriedade. Esse estudo é, portanto, um estudo das formas organizativas em sua eficácia e suas decorrências na configuração de classes sociais.

Lenin segmenta o partido em três eixos principais, em ordem crescente de importância: *organização, estratégia e programa*. Usaremos essa tipificação como método de abordagem do objeto, priorizando o tema da *organização partidária*. Nosso intuito é analisar esse eixo, discutindo a questão da estratégia e do programa quando necessário. Além disso, procuraremos criticar a tese leninista da subordinação da organização à estratégia e ao programa e demonstrar como a organização partidária pode remodelar completamente a estratégia e o programa a longo prazo, bem como defender a tese de que a organização leninista, ancorada no princípio de *especialização* e divisão do trabalho (intelectual e “militante”) reproduz relações tipicamente capitalistas e desarma o partido no período de transição, já que a naturalização da divisão entre direção e execução contribui para a segmentação progressiva do aparelho de Estado em classes sociais distintas.

Nosso plano de trabalho é, munido da leitura das obras de Lenin, analisar detidamente sua teoria do partido, conferindo os pontos de inflexão, os eixos ordenadores e suas potencialidades. Quando necessário (e quando se trata de Lenin, de fato se faz necessário), discutiremos as necessidades conjunturais e históricas que remodelam a teoria partidária de Lenin.

Para tanto, buscaremos suporte em trabalhos teóricos minuciosos como o de Marcel Liebman, *Le leninisme sous Lenine*; Tony Cliff, *Lenin, The Building of the Party*; Paul Le Blanc, *Lenin and the Revolutionary Party*; Neil Harding, *Lenin's Political Thought*. Sobre o tema da divisão do trabalho partidário e a progressiva oligarquização do partido, procuraremos estabelecer um diálogo (muitas vezes implícito) com o clássico texto de Michels, *Sociologia dos Partidos Políticos*, que coloca em xeque a transitoriedade da divisão do trabalho e, no limite, a superação da sociedade de classes, bem como retomar certas críticas de Rudi Dutschke, em *Tentativas de poner a Lenin sobre los pies*, entre outros. Para a localização histórica dos eventos relacionados à trajetória de Lenin, vamos nos basear nos trabalhos de Edward Carr.

Dessa maneira, esperamos nos municiar com um estudo crítico da obra de Lenin, cotejada à luz do processo histórico russo e confrontada com as diversas perspectivas teóricas marcantes do cenário político de seu contexto, como Leon Trotski (*Nossas Tarefas Políticas, Balanço e perspectivas*), Rosa Luxemburg (*Questão de organização na social-democracia russa, Greve de massas, partido e sindicatos*) e Karl Kautsky (*Um elemento importado de fora*), que oferecem críticas e contribuições para o pensamento leninista.

2. Antecedentes da teoria do Partido: 1895-1900

É por volta de 1895 que aparecem as primeiras passagens a respeito do papel do partido. Nesses primeiros anos, Lenin apresenta uma formulação bastante distinta das teses de *Que fazer?*, obra capital do autor a respeito do tema. Antes de demonstrar essa distinção, é importante ressaltar que Lenin, nesse período, se debruça com muito mais atenção sobre a análise da formação econômico-social russa, fundamentalmente a questão agrária, cuja culminação é o livro *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1898. Portanto, as teses sobre o partido revolucionário têm caráter esparso, eventual, longe de uma problematização mais detida. Esse tema só ganha forma definida no ano de 1901, com o texto *Por onde começar?*, já embebido de algumas das teses que voltam a aparecer em *Que fazer?*. Portanto, é mais correto tratar esse momento como um *antecedente* à constituição da teoria leninista do partido, marcada, como pretendemos demonstrar, por períodos diferentes.

Diferentemente da relevância dada à importação da consciência de classe para o operariado presente em *Que fazer?*, o partido é definido como ferramenta *auxiliar* da classe operária, como podemos perceber no texto *Projeto e explicação do Programa do Partido Social Democrata*:

A atividade do partido deve consistir em coadjuvar a luta de classe dos operários. A tarefa do partido não consiste em idealizar meios para ajudar aos operários, mas sim aderir ao movimento operário, iluminar o caminho e ajudar aos operários nessa luta que eles já iniciaram. A missão do partido consiste em defender os interesses dos operários e em representar os interesses de todo o movimento operário. (OC2, 104)

A ajuda deve consistir em expressar com maior exatidão e precisão as reivindicações dos operários e em formulá-las publicamente, em eleger o melhor momento para a resistência, em eleger o meio de luta, em examinar a situação e as forças de ambas as partes em conflito, em ver se é possível escolher outro meio melhor de luta (...). (OC2, 106)

Temos aqui um esboço sobre o tema do partido, sem qualquer minúcia no que diz respeito à organização, tema que não tinha a primazia temática para Lenin nesse momento. Subentendido nesses trechos está um partido mais aberto às manifestações espontâneas da

luta de classes, preocupado em dar vazão às demandas formuladas pelo movimento operário. Além disso, Lenin não se atenta em teorizar sobre nenhum dos três eixos partidários (organização, estratégia e programa)²; não se detalha nenhuma orientação para o partido, permanecendo no plano genérico.

Busquemos centrar nossas atenções para alguns pontos mais transparentes, como a tomada da consciência operária e o papel do partido no cumprimento desta tarefa. Esse é um grande diferencial com relação a *Que fazer?*. Nesse momento, Lenin defende que a perspectiva de classe pode decorrer diretamente da concentração operária no chão de fábrica e da atuação sindical, amenizando o imperativo da intervenção do partido, que posteriormente ganharia contornos decisivos. Assim, a passagem da luta econômica para a luta política *social-democrata* transcorre de maneira mais fluida, aproximando-se do espontâneo, sem a necessidade da mediação do partido revolucionário, obrigatória em *Que fazer?*. Nessa primeira formulação, o partido atua como mola propulsora da consciência, não como órgão central da transmissão da teoria socialista para as camadas avançadas da classe operária. As *greves* cumprem papel destacado na conscientização da classe, como transparece ao afirmar, numa tese nitidamente contrastante com *Que fazer?*, que “os operários adquirem já na greve sua plena educação política” (OC2, 108). A experiência adquirida pelos trabalhadores nas lutas por reivindicações sindicais (como melhoria salarial e de condições de trabalho) levaria o proletariado, quase que imediatamente, a tomar conhecimento da oposição inconciliável dos interesses de classe, elevando a consciência operária à confrontação política direta com a burguesia em direção à sua derrubada:

Cada greve enriquece a experiência de toda a classe operária (OC2, 105-6). (...) Essa luta situa (conduz) o movimento operário a um caminho correto e é via segura de seus êxitos posteriores. Em primeiro lugar, através desta luta as massas operárias aprendem a distinguir e a pôr em claro um

² “Lutamos contra o oportunismo nas questões essenciais da nossa concepção do mundo, nas questões de *programa* e a divergência completa quanto aos objetivos a atingir conduziu inevitavelmente a uma separação irrevogável entre os sociais-democratas e os liberais que corromperam o nosso marxismo legal. Lutamos contra o oportunismo nas questões de *tática*, e a nossa divergência com os camaradas Kritchévski e Akímov sobre essas questões menos importantes era, naturalmente, apenas temporária e não levou à formação de partidos diferentes. Temos agora de vencer o oportunismo de Márto e Axelrod nas questões de *organização*, que são, evidentemente, ainda menos essenciais que as questões de programa e de tática, mas que no momento atual surgem em primeiro plano na vida de nosso partido”. (OE1, 361)

após outro os procedimentos da exploração capitalista, a confrontá-los com a lei, com suas condições de vida e os interesses da classe capitalista. Elucidando as distintas formas e casos de exploração, *os operários chegam a compreender o significado e a essência da exploração em seu conjunto, chegam a compreender o regime social que se assenta na exploração do trabalho pelo capital.* (...). A ampliação desta luta e a multiplicação dos choques conduzem *inevitavelmente* a estender a luta, a desenvolver o sentimento de unidade, o sentimento de solidariedade, em princípio entre os operários de uma localidade e logo entre os operários de todo o país, entre toda a classe operária. Em terceiro lugar, essa luta desenvolve a consciência política dos operários. (...) a luta dos operários contra os fabricantes por suas necessidades cotidianas lhes faz, por si mesma e de um modo inevitável, abordar os problemas públicos, os problemas políticos, lhes faz pensar em como se dirige o Estado russo, como se ditam as leis e as regras, e a que interesses servem essas (OC2, 108)

Segundo Lenin, portanto, a “conscientização política plena da classe operária” pode ser adquirida pela luta sindical. Está explícito o caráter educativo da prática no que concerne a *todas* as questões fundamentais com que o movimento operário se defronta, como o perfil da organização revolucionária, a estratégia correta para a tomada do poder, o conjunto de medidas que atende aos interesses da classe – ou seja, todo o conteúdo programático – e até mesmo as exigências no período de transição e de controle do novo aparato de Estado. Essa posição se deve ao quadro teórico construído por Lenin em seus primeiros textos, em específico em *Quem são os ‘amigos do povo’*. Nesse trabalho, Lenin caracteriza o estudo das formações sociais como a análise científica de *processos naturais*, ou seja, com leis claramente demarcadas e passíveis de observação e demonstração por parte do cientista municiado pela teoria marxista. Esse viés objetivista dado ao marxismo, com sua definição clara dos motores históricos e de suas derivações, acaba por flertar com fatalismos históricos de tipo espontaneísta, já que se assenta na crença da previsibilidade histórica objetiva.

(...) só reduzindo as relações sociais às relações de produção, e essas últimas ao nível das forças produtivas, se consegue uma base firme para conceber o desenvolvimento das formações sociais como um processo natural. (OC1, 143)

Ora, é justamente essa posição que será alvo das maiores críticas no livro *Que fazer?*. Essa tese também aparece de maneira contundente no texto *Uma tendência retrógrada na Social-Democracia Russa*, de 1899, no qual Lenin afirma que a partir das

greves, o proletariado pode elaborar “teorias socialistas inclusive por *conta própria*” (OC4, 285):

Toda greve infunde com enorme força, aos operários, a idéia de socialismo: a idéia da luta de toda a classe operária por sua emancipação do jugo do capital. A greve ensina aos operários a adquirir consciência de sua própria força e a de seus patrões; ensina-lhes a pensar não apenas em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas sim em todos os patrões, em toda a classe dos capitalistas e em toda a classe dos operários (OC4, 312)

Esses indicadores levam Tony Cliff a caracterizar esse momento de formação do pensamento leninista como fortemente marcado por traços de *espontaneísmo*, com o qual romperia alguns anos mais tarde em *Que fazer?*. Questionando a canonização de Lenin realizada por alguns de seus epígonos e reforçando a idéia de *retificação*³ na obra teórica do autor, Cliff descreve as etapas do processo de conscientização que emerge da própria luta econômica, no entendimento de Lenin nesse primeiro momento:

Essa luta econômica, Lenin argumenta, em primeiro lugar demonstra ao trabalhador a natureza da exploração econômica; em segundo lugar, imbui-lhe de um espírito de luta ; e em terceiro lugar, desenvolve sua consciência política. Consciência de classe, incluindo consciência política, desenvolve-se automaticamente da luta econômica. (...) Não importa o que os biógrafos oficiais possam dizer, a verdade é que nos anos 1894-1896, ele não denunciou o **Ob Agitatsii** como um jornal unilateral, mecânico e ‘economista’. Seus escritos do período coincidem exatamente com a linha que esse jornal defendia (CLIFF, 2004, 42)

Contudo, nesse mesmo período de formação, constatamos indícios de algumas teses de *Que fazer?* convivendo com afirmações antagônicas. No trato da organização do partido, a despeito do predomínio de orientações esparsas e eventuais, já aparece a preocupação com a disciplina dos membros do Partido, a necessidade de uma organização centralizada em detrimento do método artesanal e local de luta, a importância da clandestinidade sob um regime autocrático e o princípio da especialização no interior do Partido, assim como a preocupação com o direcionamento da espontaneidade das massas e com as limitações da

³ Apenas em 1889 Lenin estuda *O capital*. A partir de então, inicia-se o processo de abandono paulatino das teses economicistas. No dizer de Cliff: “Elementos de marxismo emergiram do quadro ideológico do narodismo” (CLIFF, 1975, 20)

luta sindical. A importância das greves é relativizada no mesmo artigo supracitado, Vejamos:

As greves são *um* dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único, e se os operários não prestam atenção a outros meios de luta, freiam o desenvolvimento e os êxitos da classe operária (OC4, 315).

O papel mediador da organização partidária começa a ser reconhecido enquanto instrumento indispensável da canalização da iniciativa operária para uma luta revolucionária e da transmissão da teoria socialista para o movimento operário, tese que seria levada ao paroxismo em *Que fazer?*. A menção a Kautsky já é um sinal relevante da aproximação de Lenin com as teses do autor alemão e, sem dúvida alguma, cumpre papel ordenador em sua teoria revolucionária na fase seguinte:

A tarefa da social-democracia consiste, precisamente, *em transformar*, por meio da organização dos operários, a propaganda e a agitação entre eles, sua luta espontânea contra seus opressores, em uma luta de toda a classe, em luta de *um partido* político determinado, por determinados ideais políticos e socialistas. A exclusiva atividade local não basta para cumprir semelhante tarefa. (...) A social-democracia não se reduz simplesmente a servir ao movimento operário, é ‘a fusão do socialismo com o movimento operário’ (segundo a definição de Karl Kautsky, que reproduz as idéias básicas do *Manifesto Comunista*); sua tarefa é introduzir no movimento operário espontâneo determinados ideais socialistas, ligá-lo às convicções socialistas, que devem corresponder ao nível da ciência contemporânea, ligá-lo a uma sistemática luta política pela democracia, como meio para tornar realidade o socialismo; em uma palavra, fundir esse movimento espontâneo em um todo indivisível com a atividade do *partido revolucionário* (OC4, 201-2).

Apesar de um tanto vago, ao afirmar que é tarefa do partido realizar a “fusão do socialismo com o movimento operário”, Lenin parece segmentar a *teoria* socialista, de domínio do partido, da *prática* operária objetivamente dada, lançando um alicerce para as teses de *Que fazer?*. Além disso, em 1899, a distinção entre luta econômica e luta política, importante para o questionamento do espontaneísmo e da suficiência das reivindicações sindicais, torna-se mais transparente, ainda que a formação social russa, pelo peso da autocracia, facilite a rápida passagem ao nível da luta política, como o próprio Lenin indica. De fato, paulatinamente, o partido ganha importância não somente na elevação do

proletariado à luta política, mas também a um tipo específico dessa luta, a saber, a luta política social-democrata, revolucionária⁴.

No que se refere à estratégia, a despeito de certa imprecisão, encontramos basicamente os argumentos expostos em *Dois Táticas* (1905) a respeito da revolução democrática burguesa, ao apontar a necessidade da derrubada do absolutismo e das relações pré-capitalistas por meio da aproximação de setores opostos do czarismo⁵. Essa primeira etapa da revolução é responsável por garantir as liberdades democráticas e o livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção, o que permitiria à classe operária sua organização política e aprofundaria as contradições sociais – principalmente a polaridade entre capital e trabalho – catalisando, assim, a revolução socialista. Cabe apenas pontuar que Lenin ainda não discerne frações internas da classe burguesa, como fará após a fértil experiência de 1905, apresentando essa classe como um bloco coeso inimigo do czarismo.

⁴ “Toda greve dirigida contra um capitalista conduz a que, contra os operários, sejam lançados o exército e a polícia. Toda luta econômica se converte necessariamente em luta política, e a social-democracia deve enlaçar indestrutivelmente a primeira e a segunda em uma única luta de classe do proletariado”. (OC4, 197-8).

⁵ Vale lembrar que esta aproximação se dá no plano da luta política, já que Lenin ressalta que, na luta econômica, “a classe operária está completamente só”. (OC2, 474).

3. A teoria do partido entre 1901 e 1904: *Que fazer?*

a. *Que fazer?*

Passemos a 1901. Em maio, Lenin escreve *Por onde começar?*, texto seminal que lança algumas das teses fundamentais de *Que fazer?*, como o imperativo da construção do partido para a revolução, a crítica à centralidade do terrorismo como forma de luta e a função do periódico como difusor do programa do partido e como “organizador coletivo”, atuando como “andaime” das relações entre base e direção. O ponto central desse texto é o destaque para o elemento ativo das vanguardas, limpando terreno para a crítica do espontaneísmo na tomada da consciência plena, com o qual havia flertado nos anos anteriores.

Mas é no texto *Que fazer?* que Lenin, pela primeira vez, sistematiza uma teoria sobre o partido. O livro se desdobra em quatro temas fundamentais, a saber: a questão do espontaneísmo e a difusão da consciência; a distinção entre luta econômica, luta política e luta teórica; o trabalho artesanal e a organização partidária; e, por fim, a importância do periódico no trabalho partidário.

Antes de refletir sobre esses tópicos, é necessário um breve preâmbulo a respeito do lastro fundamental da teoria leninista em seu quadro geral, apresentado enfaticamente em *Que fazer?* e que permanece ao longo de toda a sua vida: o método da *análise concreta da situação concreta*, a qual os três eixos que nos propusemos a analisar devem estar submetidos. Essa é a pedra angular sobre a qual se erige o leninismo nas suas mais diversas instâncias. Já no *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* essa preocupação está presente, posto que Lenin delineia o perfil sócio-econômico russo no campo e os processos sociais em andamento (alteração profunda e múltipla das relações de produção, avanço das forças produtivas, nova estratificação de classes etc.). Em *Que fazer?*, o imperativo da análise concreta se estende à instância política, com as devidas ressalvas no que concerne à questão da consciência de classe. Mesmo com as retificações que fará em algumas teses

apresentadas nesse momento e com a tentativa de estender outras para contextos diversos, a necessidade do mapeamento objetivo das forças sociais presentes na cena política para a atuação na luta de classes balizará o pensamento de Lenin. É imerso nesse teatro de operações que o partido revolucionário atua, travando embates e polêmicas com os demais agrupamentos políticos originários das classes sociais constituintes da sociedade russa. Resultante disto é o apelo a respeito da “capacidade de se adaptar imediatamente às mais variadas condições de luta” (OE1, 204) de acordo com as mudanças da situação concreta, para as quais a vanguarda deve se deter a todo momento por meio do “estudo de todas as particularidades da situação social e política das diferentes classes” (OE1, 137) cuja ferramenta básica é o conceito de luta de classes e seus conceitos auxiliares, como classes sociais, frações de classe e suas organizações de combate (envolvidas nas múltiplas mediações ideológicas). No que concerne ao objeto de estudo dessa dissertação, o importante é identificar a “admissão *em princípio* de todos os meios de luta, de todos os planos e processos, desde que sejam convenientes, com a exigência de nos guiarmos *num momento político determinado* por um plano rigorosamente aplicado” (OE1, 113). Esse método – em contínua construção e revisão – tem ressonância decisiva no entendimento do partido por Lenin em seus três eixos – organização, estratégia e programa.

Voltemos aos tópicos básicos de *Que fazer?*. Sobre o problema do espontaneísmo e a difusão da consciência de classe, Lenin é fortemente influenciado pela tese kautskista da importação da consciência de fora da classe operária. Essa influência teórica é, ao lado de determinações relativas à conjuntura política, responsável pela transformação no pensamento leninista da teoria do partido. Vale remeter ao texto de Kautsky:

Ora, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses; de fato, foi do cérebro de alguns indivíduos dessa categoria que nasceu o socialismo contemporâneo e através deles é que foi comunicado aos proletários intelectualmente mais desenvolvidos, que o introduzem, em seguida, na luta de classes do proletariado onde as condições o permitem. Logo, dessa forma, a consciência socialista é um elemento importado de fora na luta de classes do proletariado e não algo que surge originalmente dela. Por isso, o velho programa de 1888 do Partido [Social-Democrata Alemão] dizia, muito acertadamente, que a tarefa da social-democracia é introduzir no proletariado a consciência da sua situação e a consciência de sua missão. Não havia necessidade de fazê-lo se essa consciência emanasse por si mesma da luta de classe. (KAUTSKI, 2004, 1)

Harding lembra que a posição de Plekhanov se aproximava e muito da tese kautskiana, e provavelmente influenciou a teorização leninista desse período. Nos três autores, pode-se perceber uma “visão instrumental da classe trabalhadora”, suscetível aos “desígnios da *intelligentsia*” (HARDING, 1977, 50).

Fica claro que Plekhanov não acreditava que um movimento revolucionário unido da classe trabalhadora poderia emergir na Rússia sem o ativismo determinado da *intelligentsia*. (HARDING, I, 50, 1977)

Em sintonia com essas influências teóricas, Lenin critica o automatismo caro às correntes “economistas”, que defendem que a luta sindical alça espontaneamente a consciência operária em direção ao socialismo. A despeito de ressalvas importantes sobre o “elemento espontâneo” enquanto “forma embrionária do consciente”, a elevação da consciência a um patamar mais elevado do entendimento das contradições e da luta de classes está intimamente condicionado ao papel dos intelectuais “trânsfugas de classe”, ou seja, que rompem politicamente com as classes dominantes em defesa do proletariado. São eles os protagonistas na difusão da teoria científica do socialismo. Isto se deve ao fato de que a classe operária está estruturalmente impedida, pela extensão da jornada de trabalho e pelas condições materiais em que vive, a ter acesso ao pensamento científico, ou seja, à teoria socialista, *não importa em que conjuntura*. São esses trânsfugas que combateriam a ideologia burguesa, que “é aquela que mais se impõe espontaneamente aos operários” (OE1, 108-9) e preparariam novos quadros dirigentes advindos da própria classe operária.

Dissemos que os operários *nem sequer podiam ter* consciência social-democrata. Essa só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países testemunha que a classe operária, exclusivamente com as suas próprias forças, só é capaz de desenvolver uma consciência trade-unionista, quer dizer, a convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários etc. Por seu lado, a doutrina do socialismo nasceu de teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas por representantes instruídos das classes possidentes, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pertenciam, pela sua situação social, à intelectualidade burguesa. Da mesma maneira, na Rússia, a doutrina teórica da social-democracia surgiu de uma forma completamente independente do ascenso espontâneo do movimento operário; surgiu como resultado natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas (OE1, 101).

Assim, Lenin enfatiza a importância do elemento consciente da vanguarda revolucionária, elo central na vinculação do proletariado à teoria socialista. Essa adesão à tese kautskista é a razão primordial da ênfase, em *Que fazer?*, na questão da organização, ao lado de determinações conjunturais como a fragmentação dos marxistas russos em pequenos círculos isolados, forte repressão czarista e a conseqüente necessidade de uma organização clandestina.

Em crítica direta àqueles que defendem o potencial esclarecedor da luta sindical *per se*, Lenin contrapõe a célebre frase: “sem teoria não pode haver também movimento revolucionário” (OE1, 96-7). Portanto, a teoria é fundamental para estabelecer julgamentos a respeito da prática do partido e de suas tarefas, bem como das formas de luta a serem adotadas, e o setor mais apto – na verdade, o *único* setor apto – a realizar essa tarefa é a intelectualidade que rompe com sua classe de origem, municiada por um amplo aparato teórico advindo da educação científica cujo acesso é restrito materialmente à classe burguesa ou pequeno-burguesa, procurando sempre incorporar os setores mais avançados da classe operária nas estruturas do partido. Essa incorporação se daria pela militância direta e constante desses quadros intelectuais no movimento operário para que quadros *operários* estejam aptos a cumprir essa tarefa num momento posterior. Harding distingue em Lenin duas formas de “tomada da consciência” diferenciadas, de acordo com a origem e hábito de classe:

Lenin distinguia claramente o modo como a *intelligentsia* social-democrata e as *massas* chegavam à consciência. Para as massas, a tomada de consciência não era – e não poderia ser – por meio de reflexão e estudo. A consciência era adquirida de modo muito mais sensorial. Era sentida na solidariedade e na força transmitida pelas manifestações e greves para o indivíduo. Era transmitida empiricamente, experimentalmente, através da observação imediata dos fenômenos nos quais as massas se encontravam (...). (HARDING, 1977, 242)

Essa diferenciação não joga por terra o protagonismo da *intelligentsia* em Lenin. Pelo contrário: é esse o *modus operandi* da difusão do pensamento revolucionário. Por sinal, o processo de divulgação do programa e captação de militantes é carregado de contradições inescapáveis ao partido. A dificuldade de lidar com o desnível de experiências e capacidade analítica é um elemento que sempre favorece o destacamento de uma elite

partidária do restante da militância. Essa problemática não faz parte da preocupação de Lenin nesse período. Seu intuito é formar agitadores e propagandistas capazes de intervir nas lutas operárias, e não em formular políticas. Esses cumprem a função de ampliar o partido ao entrar em contato direto com a massa de trabalhadores e ao encampar suas reivindicações, sempre atentos para a superação do nível sindical dos embates. Tony Cliff, equaciona a relação entre intelectualidade e massa da seguinte maneira:

Alguns de seus oponentes no campo menchevique acusaram Lenin, nos anos seguintes, de elevar a *intelligentsia* acima dos trabalhadores em *Que fazer?* Mas isso não ocorre. De fato, ele ataca a *intelligentsia* pelo fato de ser ‘descuidada e indolente em seus hábitos’. Diferentemente dos trabalhadores, que estão acostumados com a disciplina da vida na fábrica, os intelectuais têm que ser disciplinados com açoite de ferro pelo partido. Acima de tudo, seu papel no partido é transitório. ‘O papel da *intelligentsia* é criar líderes especiais no seio da classe operária para tornar a *intelligentsia* desnecessária’ (CLIFF, 1975, 72).

Apesar do reparo de Cliff ao papel imbuído aos intelectuais por Lenin – correto, se levarmos em consideração *Um passo à frente, dois passos atrás*, no qual Lenin esboça a ambigüidade estrutural dos intelectuais – é inquestionável a importância desta camada social para a transmissão da teoria socialista, tal como aparece em *Que fazer?*. No limite, a tese *condiciona* a existência do partido revolucionário à ruptura de quadros intelectuais das classes dominantes e que se voltem para a causa proletária. Essa centralidade é derivada tanto da filiação teórica de Lenin à tese de Kautsky como das condições históricas da formação social russa, fator agravante da concentração da teoria marxista em círculos intelectuais. Essas duas injunções levam à concentração do conhecimento teórico sobre o capitalismo e sobre a revolução em grupos restritos da intelectualidade.

(...) para a social-democracia russa a importância da teoria é ainda maior por três razões, muito freqüentemente esquecidas, a saber: primeiramente, porque o nosso partido apenas começou a formar-se, apenas começou a elaborar a sua fisionomia, e está muito longe de ter ajustado contas com as outras tendências do pensamento revolucionário que ameaçam desviar o movimento do caminho correto. (OE1, 97)

A importância do esforço teórico ganha importância devido à sua capacidade de balizar a prática política a partir de um fio condutor facilmente obliterado nos embates sindicais, a saber, a luta contra o capital como sistema de relações sociais. Daí a

necessidade permanente do policiamento do sentido político das medidas do partido com relação às tarefas prioritárias da situação concreta, sempre atentando para evitar diluir o programa nas lutas por reformas. Dito de outro modo, a função de estabelecer a ponte entre luta econômica e luta política revolucionária a partir da limitação dos embates sindicais garante à teoria um patamar mais elevado, posto que a experiência das lutas econômicas não fornece à classe instrumentos *analíticos* capazes de identificar no material empírico resultante do conflito sindical o cerne da questão, ou seja, a luta de classes, a irreduzibilidade da oposição entre burguesia e proletariado. Essa preocupação está contida no conceito leninista de política trade-unionista, apresentada como a “aspiração comum a todos os operários a conseguir do Estado essas ou aquelas medidas susceptíveis de remediar os males inerentes à sua situação, mas que ainda não acabam com essa situação, isto é, não acabam com a submissão do trabalho ao capital” (OE1, 110).

Apesar das restrições deste tipo de luta, a atuação do partido em defesa das reivindicações sindicais é útil para entender quais bandeiras mais facilmente estimulam o ascenso das massas, além de treinar cotidianamente os militantes na análise da situação concreta em nível tático, já que exige o cálculo do melhor momento para tomar determinadas medidas e serve de experiência para definir métodos de luta. Predomina, portanto, a concepção utilitária da luta sindical, que não é vista como fim, mas como meio de captação e preparação de quadros, fortalecimento da mobilização operária e catalisador das contradições de classe. Tony Cliff sintetiza as tarefas dos social-democratas na luta econômica do seguinte modo:

A tarefa dos social-democratas consiste em agitação constante entre os trabalhadores de fábrica com base nas pequenas necessidades e demandas existentes. O conflito provocado por essa agitação treinará os trabalhadores a defender seus próprios interesses, elevar sua coragem, dar-lhes confiança em seus próprios poderes e um entendimento da necessidade de união, e finalmente confrontando-lhes com questões mais importantes. Preparados desta maneira para uma luta mais aguda, a classe trabalhadora se moverá em direção à solução de suas questões mais básicas. (CLIFF, 1975, 47)

Longe de subestimar a importância da luta sindical, o intuito de Lenin é estabelecer uma distinção que sirva de alento para o partido revolucionário na luta pelo seu objetivo

primordial, a saber, a tomada do poder pelo proletariado. Para isso, formula os conceitos de luta econômica e luta política. Sem cair em distinções estanques e percebendo o trânsito entre os tipos de luta, Lenin questiona a suficiência das reivindicações sindicais, dado que essas não atingem a contradição determinante das condições de vida do proletariado, a saber, a oposição de classes, pois freqüentemente permanecem no plano da revolta difusa contra o governo ou contra o patrão. É importante frisar que o trânsito entre ambos os tipos de luta se realiza pela própria dinâmica do movimento operário, evento que se agrava no caso da formação social russa, fortemente marcada pela repressão czarista, que muitas vezes leva movimentos de reivindicações mínimas à confrontação política direta com o governo. Repetimos que o que não se realiza dinamicamente é a passagem da luta econômica para um tipo preciso de luta política, a saber, a luta política *social-democrata*. Assim, como Liebman defende, a crítica de Lenin se direciona mais para a tomada espontânea da consciência política revolucionária do que à inviabilidade de *qualquer* ação espontânea do proletariado, fenômeno que ele admite⁶: “A crítica de Lenin diz respeito menos à *ação* espontânea da classe operária do que sobre a *tomada de consciência*, espontânea, instintiva e, portanto, deficiente” (LIEBMAN, 1973a, 24). Ou, como diria Louis Althusser em *Sobre a reprodução*:

Com efeito, Lenin *não diz de modo algum* que, entregue a si mesma, a classe operária só é capaz de empreender uma luta de classe *econômica*. O trade-unionismo de que fala Lenin é uma luta *política*, mas empreendida segundo uma linha política falsa, segundo uma linha *reformista*, que se contenta em pedir reformas ao Estado e ao Governo burguês, mas que nunca coloca em questão a existência do Estado de classe burguês. O trade-unionismo é a utilização e o desvio da luta das organizações sindicais operárias em benefício de uma linha política reformista, isto é, de uma linha política de *colaboração de classes*. (ALTHUSSER, 1999, 154)

Por isso, não compartilhamos com as críticas de Tony Cliff sobre a *cisão* artificial entre luta econômica e luta política⁷. O trânsito de uma para outra está presente em Lenin; o

⁶ Poderíamos acrescentar uma passagem de Lenin por volta de 1904: “Devemos trabalhar de acordo com o estado de nossas forças, com o crescimento da excitação e da indignação do povo, com o momento em que o embate direto do proletariado contra a autocracia se junte a um dos movimentos espontâneos”. (OC9, 83)

⁷ “Não há dúvida de que esta formulação superestimou a diferença entre espontaneidade e consciência. De fato, a completa separação entre espontaneidade e consciência é mecânica e não-dialética. Em geral, a dicotomia entre luta econômica e política é alheia a Marx” (CLIFF, 1975, 67)

que é questionado por ele é a passagem para uma luta política adjetivada: a luta política *revolucionária*, ou seja, uma luta em direção à tomada do poder pela derrubada do czarismo e pela ascensão da ditadura do proletariado e do campesinato, que reconheça a oposição inconciliável dos interesses de classe. Essa é a polêmica que Lenin trava com os “economistas” e os terroristas, ambos convergindo na tese da tomada espontânea da consciência revolucionária já na luta pelas reivindicações sindicais ou nos atentados terroristas às autoridades do regime czarista⁸.

Para a tomada de consciência, como apontamos anteriormente, é necessária a mediação do partido revolucionário e seus intelectuais, cuja função primordial é se defrontar com as ideologias que garantem a reprodução social ao apresentar o programa e a tarefa da tomada do poder, sempre buscando “*aproveitar* os vislumbres de consciência política que a luta econômica fez penetrar no espírito dos operários para *eleva*r esses à consciência política *social-democrata*”. (OE1, 131). Portanto, ainda que façam parte das exigências do partido, as reformas para melhorar as condições de venda e uso da força de trabalho não acabam com a exploração da classe operária, por não colocarem em pauta a derrubada das classes dominantes por meio da tomada do poder.

Do fato de que os interesses econômicos desempenharem um papel decisivo, *não se segue de maneira alguma* que a luta econômica (= sindical) tenha uma importância primordial, porque os interesses mais essenciais, ‘decisivos’, das classes *só* podem ser satisfeitos, em geral, por transformações *políticas* radicais; em particular, o interesse econômico fundamental do proletariado só pode ser satisfeito por meio de uma revolução política que substitua a ditadura burguesa pela ditadura do proletariado. (OE1, 112)

⁸ “Os ‘economistas’ e os terroristas prestam culto a dois pólos opostos da corrente espontânea: os ‘economistas’ à espontaneidade do ‘movimento nitidamente operário’ e os terroristas à espontaneidade da mais ardente indignação dos intelectuais, que não sabem ou não têm a possibilidade de ligar num todo o trabalho revolucionário e o movimento operário”. (OE1, 132-3). Sobre o potencial explosivo do terrorismo, entendido pelos terroristas como centelha que catalisa a revolta proletária ao chamar a atenção para suas condições materiais precárias, Lenin, ironicamente, afirma: “Cabe perguntar se não existem na vida russa tão poucos abusos que ainda se torne necessário inventar meios ‘excitantes’ especiais. E, por outro lado, se há quem não se excita e não é excitável nem sequer pela arbitrariedade russa, não será por acaso evidente que continuará a contemplar, coçando a orelha, o duelo entre o governo e um punhado de terroristas? Ora, precisamente, as massas operárias excitam-se muito com as infâmias da vida russa, mas nós não sabemos reunir, se é possível exprimirmo-nos desta maneira, e concentrar todas as gotas e pequenos regatos da excitação popular que a vida russa destila em quantidade incomensuravelmente maior do que aquilo que nós pensamos, mas que há que reunir numa única torrente gigantesca”. (OE1, 134).

Passemos mais detidamente para o tema da organização do partido. Logo de início deve-se ressaltar o papel determinante do czarismo na configuração da organização dos revolucionários. Como lembra Liebman, nesse período da história russa, “A duração média da existência de um comitê do POSDR é de um a dois meses e a de um jornal de um a dois números”. (LIEBMAN, 1973a, 103) Devido à forte repressão à imprensa e às reuniões operárias, algumas medidas de adaptação organizacional são necessárias, atingindo pontos nevrálgicos do partido, como o funcionamento interno de decisão, a divisão de tarefas e a especialização, a necessidade de organismos clandestinos mais sofisticados, o acesso de militantes de base às atividades das instâncias superiores do partido, a divulgação de materiais, a tomada de decisões etc. Lenin destaca essa injunção histórica em vários momentos do livro, afirmando: “aqueles que, sob o absolutismo, querem uma *ampla* organização de operários, com eleições, relatórios, sufrágio universal etc., são uns utopistas incuráveis”. (OE1, 163). Em outras palavras, Lenin justifica esse constrangimento à democracia interna a partir da *situação concreta russa*, submetida aos ditames da autocracia czarista e marcada pela ausência, na prática, de direitos civis como a liberdade de reunião, de organização e a liberdade de imprensa. Buscando garantir a segurança dos militantes e a própria existência do partido, Lenin defende que os procedimentos democráticos devem estar subordinados à conjuntura russa. Decorrência do imperativo da clandestinidade é a restrição das formas democráticas de organização partidária. Faz-se necessário adaptar-se ao contexto que inviabiliza a organização revolucionária de massas, concentrando-se na mobilização de militantes disciplinados e submetidos a um rígido controle. Como diria Lenin:

(...) uma organização de massas é compatível com a necessidade de manter um rigoroso regime clandestino? Nunca poderemos elevar uma organização ampla ao nível da clandestinidade, sem a qual nem sequer se pode falar de uma luta firme e continuada contra o governo (OE1, 167).

Um dado que reforça o caráter conjuntural destes procedimentos é a comparação – bastante sintética – das conjunturas russa e alemã e seu desdobramento no tipo de organização.

Todos concordarão, provavelmente, que o ‘amplo princípio democrático’ implica duas condições imprescindíveis: em primeiro lugar, uma publicidade completa, e, em segundo lugar, o caráter

eletivo de todos os cargos. Sem publicidade seria ridículo falar de democracia, e além disso sem uma publicidade que não fique limitada aos membros da organização. Chamaremos democrática à organização do partido socialista alemão porque nele tudo se faz publicamente, mesmo as sessões dos seus congressos; mas ninguém classificará de democrática uma organização que se oculte de todos os que não sejam seus membros através do véu do segredo. Portanto, que sentido tem propor um ‘amplo princípio democrático’, quando a condição fundamental deste princípio é *irrealizável* por uma organização secreta? (...) Essa frase demonstra uma total incompreensão das tarefas urgentes do momento em matéria de organização. (OE1, 176).

(...) as tentativas para aplicar, na prática, um ‘amplo princípio democrático’, só tornam mais fácil à polícia lançar as grandes vagas de prisões e perpetuam o trabalho artesanal imperante, distraíndo o pensamento dos militantes práticos da séria e imperiosa tarefa de se forjarem como revolucionários profissionais, desviando-o para a redação de pormenorizados estatutos ‘no papel’ sobre sistemas eleitorais. (OE1, 177)

Assim, o peso do czarismo dificulta a realização de debates internos e a livre circulação de idéias e críticas no interior do partido, bem como uma relação mais estreita entre base e direção. Essa relação é posta em termos bastante imprecisos, chegando, em última instância, a se sustentar na “confiança mútua”, no senso de “responsabilidade” das direções e no cumprimento dos “deveres de camaradagem”. A fiscalização das práticas das direções, da admissão das deliberações de base é, nesse momento, subordinada à clandestinidade, que delinea o perfil militarizado do partido. No entanto, devemos frisar que não se trata apenas de uma determinação histórica; lado a lado com esse aspecto, caminha a parca formulação teórica de Lenin a respeito da democracia interna, ou seja, o descuido no trato da relação entre base e direção na definição da política do partido em toda sua amplitude. O poder absoluto e sem consultas do Comitê Central – mesmo em questões que não exigem respostas imediatas –, sempre à espera do cumprimento rigoroso das deliberações pela base de militantes do partido é, quando muito, justificado pela conjuntura czarista, mas nada além desta relativização é apresentada. Nos raros momentos de abertura política sob o czarismo, Lenin silencia sobre a questão da organização interna. Marcel Liebman apresenta importante contribuição sobre o tema:

(...) o Comitê Central dirigia a vida do partido não apenas naquilo que concerne às decisões importantes, mas igualmente nos detalhes de sua existência cotidiana. E o mesmo princípio de direção e de controle é aplicado aos sucessivos níveis da organização. Lenin enumera os diferentes

comitês constituindo uma hierarquia : a centralização é levada ao extremo, as conseqüências as mais constrangedoras lhe são decorrentes. ‘O comitê dirige *tudo*’, proclama Lenin. (...) sobretudo, delegando todos os poderes às instâncias executivas, ele faz pouco caso das exigências democráticas, ou, na verdade, ele as ignora totalmente. (...) ‘Todos os nossos estatutos, todo nosso centralismo doravante aprovado pelo Congresso, tudo isso não é nada mais que um ‘estado de sítio’ contra as fontes tão numerosas de agitações políticas’. (LIEBMAN, 1973a, 36).

Apesar do evidente entrelaçamento da questão teórica e histórica nos argumentos apresentados pelo autor, é importante esclarecer que muitas das diretivas indicadas em *Que fazer?* não são apenas de caráter conjuntural, mas sim *extensíveis a outras situações concretas, quando não universalizadas para qualquer conjuntura dada*. Marcel Liebman traz contribuições essenciais para a análise de *Que fazer?* ao superar a clássica defesa historicista⁹ apresentada, entre outros, por Tony Cliff. Liebman defende que a formulação elitista do partido não diz respeito apenas às contingências históricas da Rússia czarista¹⁰, mas também à concepção de Lenin sobre a relação entre classe e o partido revolucionário. Em suma, Lenin atribui “valor geral” a determinadas teses e, ao fazer isto, prejudica sua teorização por definir *abstratamente* uma norma a ser implementada em uma *situação concreta*.

A concepção elitista do partido leninista, a convicção de Lenin que a obra revolucionária russa deve necessariamente ser a obra de um grupo de vanguarda muito mais que de um partido de massa, repousa não apenas sobre as contingências históricas que existem na Rússia da época, mas sobre sua maneira de conceber a relação entre a classe operária e o partido proletário; mais precisamente ainda, ela deriva do julgamento geral que ele estabelece sobre a consciência de classe da qual será – ou não será – dotada o proletariado. (LIEBMAN, 1973a, 22)

Sem dúvida, essas idéias foram influenciadas pelo ambiente russo e pelas circunstâncias particulares da luta revolucionária que se desenrola na Rússia. Mas é não menos certo – é importante sublinhar – que a teoria de Lenin sobre as relações entre o partido e a classe e sua crítica ao ‘espontaneísmo’ possuem um valor geral; que as concepções assim elaboradas não se aplicam

⁹ “Ele nunca adotou esquemas abstratos ou dogmáticos de organização, e estava apto a transformar a estrutura organizacional do partido a cada novo momento da luta de classes”. (CLIFF, 1975, 54)

¹⁰ “As condições políticas dominantes na Rússia, o caráter autocrático e repressivo do regime czarista, a interdição de toda forma, fosse ela a mais elementar, de liberdade democrática tornavam impossível a criação e o desenvolvimento de partidos. (...) O bolchevismo é uma organização de vanguarda não apenas porque se dirige aos trabalhadores mais conscientes e mais politizados, mas também porque as exigências de segurança lhes impõem regras de clandestinidade que excluem amplas parcelas do proletariado”. (LIEBMAN, 1973a, 27)

apenas, segundo o próprio autor, ao proletariado insipiente e a algumas considerações sobre a Rússia retrógrada, mas igualmente à Europa ocidental, desenvolvida, mais rica de experiências e de consciência. (LIEBMAN, 1973a, 26).

Em síntese: se a restrição da democracia interna, a despeito da teorização imprecisa, é justificada pela conjuntura autocrática; se a restrição da amplitude das estruturas do partido, como veremos em situações posteriores, também é relativizada a partir do contexto desfavorável (haja vista o papel relevante da bandeira de liberdade de reunião e organização na revolução democrática burguesa para a constituição de um partido de massas), *não é o caso* do tema da consciência de classe e sua transmissão para a classe operária via intelectuais. Ao contrário, Lenin parece, em *Que fazer?*, estender a tese kautskista da importação da consciência de classe para o proletariado através da intelectualidade “trânsfuga de classe” para situações históricas e conjunturais as mais diversas, generalizando o argumento. Sem sombra de dúvida, esse argumento é elaborado em prejuízo da análise concreta. Seria necessário uma abordagem *histórica* mais aguda da parte de Lenin: se devemos reconhecer que, de fato, no século XIX e início do século XX (e, eventualmente, em situações posteriores) a intelectualidade trânsfuga de classe condensava grande parte dos teóricos do socialismo – em grau maior ou menor de acordo com a formação social – e que, portanto, tiveram relevância na difusão deste pensamento, após os primeiros embates da luta de classes e da publicação dos textos revolucionários, esse corte absoluto entre *detentores da teoria científica* e *receptores desprovidos desta teoria* foi fortemente abalado, já que as camadas mais avançadas do proletariado começaram, mesmo que precariamente, a estudar e a formular argumentos de peso sobre todas as instâncias da teoria socialista revolucionária. Mesmo as duas experiências soviéticas na Rússia (em 1905 e 1917) demonstraram que a vanguarda da classe pode estar à frente das organizações supostamente representantes do proletariado. A *transitoriedade da função de protagonista dos intelectuais*, tal como Tony Cliff identifica na obra de Lenin (mesmo que sem demonstrar com citações) deveria ser muito mais destacada, para que a tese da importação da consciência pudesse ser encarada como um fenômeno histórico que, paulatinamente, perdeu peso no que se refere à transmissão da consciência de classe. Eis uma debilidade grave da teoria do partido em *Que fazer?*.

Outro exemplo de transposição para situações concretas diversas é a importância do princípio da *especialização* no seio do partido, ainda que ganhe significado especial pelas dificuldades impostas pelo regime autocrático.

A falta de especialização é um dos mais graves defeitos da nossa técnica (...). Quanto menores forem as diversas ‘operações’ do trabalho geral, tanto mais pessoas se poderão encontrar capazes de executá-las (e completamente incapazes, na maioria dos casos, de serem revolucionários profissionais), tanto mais difícil será para a polícia ‘pescar’ todos esses ‘militantes com funções parcelares’ (...). (OE1, 170)

Tendo em vista essa necessidade da divisão do trabalho partidário, Lenin estabelece primeiramente a distinção entre o agitador e o propagandista usando como critério os tipos de intervenção no movimento operário¹¹. Lenin conceitua ambas as categorias da seguinte maneira:

Até agora, pensávamos (...) que um propagandista, se tratar por exemplo da questão do desemprego, deve explicar a natureza capitalista das crises, assinalar a causa da inevitabilidade das mesmas na sociedade atual, indicar a necessidade de transformar a sociedade capitalista em socialista etc. Numa palavra, deve dar ‘muitas idéias’, tantas que todas essas idéias, no seu conjunto, só poderão ser assimiladas no momento por poucas pessoas. Pelo contrário, ao tratar do mesmo problema, o agitador tomará um exemplo, o mais flagrante e mais conhecido do seu auditório – por exemplo, o caso de uma família de desempregados morta de inanição, a miséria crescente etc. – e aproveitando esse fato conhecido por todos fará todos os esforços para inculcar nas ‘massas’ *uma só idéia*: a idéia do absurdo da contradição entre o aumento da riqueza e o aumento da miséria; procurará *despertar* nas massas o descontentamento, a indignação contra essa flagrante injustiça, deixando ao propagandista o cuidado de dar uma explicação completa desta contradição. É por isso que o propagandista atua principalmente por meio da palavra *impressa*, enquanto o agitador atua de *viva voz*. (OE1, 126-7).

Essa primeira distinção esboça uma divisão mais profunda, que se refere a outros dois aspectos: a concentração do trabalho teórico e a sustentação financeira de revolucionários profissionais. Esses últimos são encarados como uma necessidade de desvincular o militante de destaque, com boa oratória e persuasão, do trabalho diário como

¹¹ Tony Cliff indica que a distinção entre agitação e propaganda é oriunda de Plekhanov: “O propagandista dá muitas idéias para uma ou algumas pessoas, enquanto que o agitador fornece apenas uma ou algumas idéias mas para multidões (CLIFF, 1975, 37)

operário. Assim, amplia-se o tempo disponível para se formular as políticas do partido e para realizar as tarefas necessárias. Já a concentração do trabalho teórico refere-se à necessidade de um “estado maior de especialistas escritores” (OE1, 84) destinados à confecção do periódico do partido, responsáveis por transmitir a política do partido e garantir a regularidade de publicação.

Sob risco de incorreremos em uma crítica deslocada das condições concretas do momento, uma observação que podemos fazer a respeito da especialização do trabalho no partido é que, apesar de ser uma necessidade de defesa da estrutura partidária da perseguição czarista e de ampliar a eficiência do trabalho partidário, essas divisões profundas – que Lenin estende a outras conjunturas – constituem um germe de burocratização no seio do partido, por dividir formuladores teóricos da linha política e militantes destinados a cumprir tarefas, reproduzindo a divisão do trabalho intelectual e prático existente no modo de produção capitalista no próprio instrumento de emancipação da classe trabalhadora¹². Ainda que o argumento conjuntural seja bastante razoável e que a divisão do trabalho seja necessária *também* nas outras situações – dadas as próprias condições materiais oferecidas pelo capitalismo, marcadas pela forte divisão entre gerenciamento e aplicação – Lenin não esboça nenhuma preocupação, nesse momento, com essa tensão potencialmente nociva no interior do partido, que dirá formular políticas de controle e de abrandamento da divisão. Como afirma Tony Cliff, “para alcançar a revolução socialista, um partido revolucionário é necessário por causa dos desníveis de cultura e consciência em grupos diferentes de trabalhadores. Se a classe trabalhadora fosse homogênea ideologicamente, não haveria necessidade de liderança” (CLIFF, 2004, 23), ou seja, o partido é decorrência dos desníveis de consciência característicos do modo de produção capitalista. Sem esquecer essa necessidade objetiva, deve-se compreender o potencial destrutivo dessa rígida divisão do trabalho que pode, no limite, abortar qualquer

¹² É interessante recordar uma passagem de Lenin que destoa significativamente com a formulação presente em *Que fazer?*, já no ano de 1904: “Deve-se dar aos operários a mais ampla possibilidade de escrever para nosso periódico do escrever resolutamente acerca de tudo, de escrever sempre que possível sobre sua vida cotidiana, de seu trabalho, do que lhes interessar; um periódico social-democrata que não contenha materiais deste tipo não valerá nada nem merecerá este nome”. (OC9, 107) Isto elucida o caráter esparso e eventual de muitas das formulações de Lenin acerca do partido, assim como demonstra ambivalências marcantes na concepção do autor a respeito da matéria.

democracia interna no partido, anulando os anseios da base, além de fortalecer uma camada favorecida no interior do partido. Como veremos, o posicionamento acríptico desta tensão interna levará a uma série de contradições e dificuldades no partido bolchevique futuramente, além de ser alvo de críticas encarniçadas por parte de Trotski no livro *Nossas tarefas políticas*, de 1904, sobre o qual trataremos mais adiante. Rudi Dutschke critica pesadamente o princípio de especialização do partido, marcado pela lei da maior eficácia em detrimento da participação ativa da base:

Precisamente essa *redução* da recepção crítica do SPD é, para mim, um momento essencial pelo fato de que Lenin não pôde, a respeito da organização, se livrar do *ponto de vista técnico-especialista*: ‘Quanto menores sejam as ‘operações’ do trabalho conjunto, tanto mais facilmente se poderá encontrar gente capaz de realizar tais operações’. Com isso, aumenta-se a diferença entre ‘centro’ e ‘base’ (...). (DUTSCHKE, 1976, 134)

Harding denuncia a complacência de Lenin com a formação de uma “série de hegemonias” dentro do próprio partido revolucionário, fundado no protagonismo dos organismos centrais (no caso, o Comitê Editorial):

Não é exagero afirmar que *Que fazer?* apenas reiterou as exigências de hegemonia: a hegemonia do Conselho Editorial sobre a Social Democracia, a hegemonia da Social Democracia sobre o movimento sindical e a hegemonia do proletariado revolucionários sobre o movimento democrático como um todo. (HARDING, 1977, 181)

Sua intenção era reforçar a vontade do Comitê Editorial de desenhar o partido sob sua égide e sua imagem. (HARDING, 1977, 181)

De fato, a preocupação central de Lenin nesse momento é fazer um acerto de contas contra as tendências espontaneístas e estabelecer as bases para a organização do partido em nível nacional que ultrapasse o método artesanal predominante nos círculos intelectuais. Esse partido deve ser a ferramenta primordial para “utilizar todas as manifestações de descontentamento de qualquer gênero e de reunir e elaborar todos os elementos de protesto, por embrionário que seja”. (OE1, 141). Isto só pode ser levado a contento por meio de uma estrutura disciplinada e consistente que garanta a aplicação de políticas em nível nacional, a publicação do jornal do partido – elaborado pela equipe profissional de articulistas – por toda a Rússia periodicamente e que consiga contornar a perseguição implacável da polícia

czarista. Derivado deste aporte teórico é a necessidade de uma organização partidária com fronteiras nitidamente demarcadas em relação à sua periferia e apta para dirigir de maneira organizada e calculada não só a máquina partidária com base na centralização, mas também o conjunto da classe operária em todas as lutas. Sucintamente, Lenin estabelece algumas normas:

Pois bem, eu afirmo: 1) que não pode haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade; 2) que quanto mais extensa for a massa espontaneamente integrada na luta, massa que constitui a base do movimento e que nele participa, mais premente será a necessidade de semelhante organização e mais sólida deverá ela ser (já que será mais fácil aos demagogos de toda a espécie arrastar as camadas atrasadas da massa); 3) que tal organização deve ser formada, fundamentalmente, por homens entregues profissionalmente às atividades revolucionárias; 4) que num país autocrático, quanto mais *restringirmos* o contingente dos membros de uma organização deste tipo, a ponto de não incluir nela senão os filiados que se ocupem profissionalmente de atividades revolucionárias e que tenham já uma preparação profissional na arte de lutar contra a polícia política, mais difícil será ‘caçar’ essa organização, e – 5) – *maior* será o número de pessoas, tanto da classe operária como das demais classes da sociedade, que poderão participar no movimento e colaborar ativamente nele. (OE1, 167)

Pode-se deduzir que a função decisiva do partido é, portanto, assumir a *direção* das lutas políticas e econômicas e capitanear as massas e suas organizações de tipo sindical, defendendo de modo homogêneo a sua política em todas as instâncias representativas do movimento operário. Em outras palavras, mais do que tentar incorporar na sua estrutura essas massas – tarefa prejudicada devido à repressão czarista –, o partido deve-se constituir numa vanguarda organizada que incite o proletariado para a derrubada do czarismo, coordenando as atividades revolucionárias e dirigindo as massas operárias.

Portanto, tendo em vista o que já foi dito sobre a organização do partido, podemos deduzir que se trata de uma organização distinta dos sindicatos, norteadas por propósitos diferentes se comparados ao partido. Por reconhecer que “o caráter da estrutura de qualquer instituição é determinado, natural e inevitavelmente, pelo conteúdo da atividade dessa instituição” (OE1, 149), Lenin é levado à necessidade de distinguir conceitualmente o partido dos sindicatos. Ele o fará da seguinte maneira:

A luta política da social-democracia é muito mais ampla e mais complexa do que a luta econômica dos operários contra os patrões e o governo. Do mesmo modo (e como consequência disto), a organização de um partido social-democrata revolucionário deve ser, inevitavelmente, de um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica. A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, sindical; em segundo lugar, deve ser o mais ampla possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (aqui e no que se segue, refiro-me, bem entendido, apenas à Rússia autocrática). Pelo contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, pessoas cuja profissão seja a atividade revolucionária (por isso falo de uma organização de *revolucionários*, pensando nos revolucionários social-democratas). Perante essa característica geral dos membros de tal organização, *deve desaparecer por completo toda a distinção entre operários e intelectuais*, para não falar já da distinção entre as diferentes profissões de uns e outros. Necessariamente, essa organização não deve ser muito extensa, e é preciso que seja o mais clandestina possível. (OE1, 158)

Mais especificamente, a diferença entre os dois tipos de organização passa pelo modo de luta por que cada uma é responsável em períodos de estabilidade política. Aqui cabe um parêntese: Dizemos “em períodos de estabilidade política” porque, como veremos posteriormente, Lenin, defendendo a duplicidade de poderes (1917), confere maior dinâmica ao tipo de luta levada pelos sindicatos, reconhecendo a possibilidade de uma maior fluidez de seus objetivos e métodos em geral. Evidentemente, trata-se de um outro momento teórico do autor. Nesse momento (1903), Lenin não postula responder a essa questão, distinguindo partido e sindicato de maneira mais estanque.

No caso dos sindicatos, a luta econômica possibilita uma abertura para camadas mais amplas dos trabalhadores, cujo interesse não é necessariamente revolucionário.

As organizações operárias para a luta econômica devem ser organizações sindicais. (...) é absolutamente contrário aos nossos interesses exigir que só os social-democratas possam ser membros das uniões ‘profissionais’, já que isso reduziria a nossa influência sobre a massa. Que participe na união profissional todo o operário que compreenda a necessidade da união para a luta contra os patrões e o governo. O próprio objetivo das uniões profissionais seria inexecutável se não agrupassem todos os operários a quem é acessível ainda que mais não fosse esse degrau elementar de compreensão, se essas uniões profissionais não fossem organizações muito *amplas*. E quanto mais amplas forem essas organizações, tanto mais ampla será a nossa influência nelas, influência exercida não somente pelo desenvolvimento ‘espontâneo’ da luta econômica, mas também pela ação consciente e direta dos membros socialistas das uniões sobre os seus camaradas. (OE1, 159)

Os sindicatos devem se organizar por categorias profissionais para a melhor definição das reivindicações específicas; ao partido cabe a tarefa de demonstrar a unidade classista entre essas categorias e o enredamento das reivindicações pelo eixo da luta de classes, assim como deve unificar suas lutas e direcioná-las para o cumprimento do programa social-democrata de derrubada do czarismo.

Da mesma maneira que os sindicatos, outros modos de organização devem ser levados a *orbitar* o partido por meio do convencimento político. Essa proposta de estabelecer uma *rede de organizações* ao redor do núcleo duro do partido, com procedimentos internos distintos (sem centralização das tarefas e sem fidelidade estrita ao programa partidário, por exemplo) permite ao partido estabelecer vínculos com camadas mais amplas do movimento operário, propiciando a divulgação do programa social-democrata e a aproximação com possíveis novos militantes.

A centralização das funções mais clandestinas pela organização dos revolucionários não debilitará, antes reforçará a amplitude e o conteúdo da atividade de uma grande quantidade de outras organizações destinadas ao grande público e, por consequência, o menos regulamentadas e o menos clandestinas possível: sindicatos operários, círculos operários de autodidatas e de leitura de publicações ilegais, círculos socialistas, círculos democráticos para *todos* os outros setores da população, etc, etc. Esses círculos, sindicatos e organizações são necessários por toda a parte; é preciso que sejam o *mais numerosos* e as suas funções o mais variadas possível, mas é absurdo e prejudicial confundir essas organizações com a dos *revolucionários* (...). (OE1, 168).

Apesar deste trecho a respeito da rede de organizações que orbitam o núcleo do partido, nada foi estabelecido concretamente, em boa parte pelo peso das condições objetivas, que dificultavam o contato com os demais círculos e organizações operárias. Posteriormente, por volta de 1905, um esboço desta proposta de fato aparecerá com a emergência dos *soviets*, sem jamais, contudo, servir como padrão organizativo, permanecendo como mecanismo de captação de militantes. Ainda assim, é importante destacar esse argumento como uma complexificação da teoria do partido em Lenin, que sofisticava as estruturas partidárias de modo a estabelecer um vínculo mais orgânico entre o cerne monolítico do partido submetido ao Comitê Central e sua periferia, além de dar conta de maneira mais eficaz das diferenças de estágios de consciência – respeitando os ritmos e

desvelando os equívocos de avaliação dos círculos – e permitir que o trabalho partidário atinja amplas camadas da população, dispostas à militância regular. Esse complexo constituído em rede serve como espaço de experiência de formas organizativas e métodos de captação para o partido, além de burilar o programa e a linguagem mediadora da intervenção do partido no seio da classe.

Assim se constitui o que Bukharin chamou de ‘segundo círculo concêntrico do partido’ e um outro militante bolchevique de sua ‘periferia’: o núcleo duro e homogêneo se dilui progressivamente em uma nebulosa; as ramificações do partido devem se espalhar por todo o proletariado, suas raízes devem afundar pelo conjunto da classe operária. A organização, por outro lado, se apresenta como uma estrutura complexa: vertical, de um lado, estritamente hierarquizado e partidário, horizontal, de outro lado, formado por uma teia complementar que não se limita ao partido mas que previsivelmente seguirá suas diretivas.

Esse esquema, contudo, apenas funcionava no papel. (LIEBMAN, 1973a, 43)

Chegamos ao último tópico de *Que fazer?*: o periódico do partido. O jornal é o órgão que publiciza o programa e a estratégia do partido, servindo como instrumento de captação de novos militantes e de combate ao fracionamento da luta política na Rússia. Além disso, assume papel crucial no esclarecimento da consciência de classe, posto que é a mediação entre o partido de vanguarda e a classe. É o “organizador coletivo”, pois norteia a intervenção do partido no âmbito nacional e serve mecanismo de transmissão da linha política definida pela vanguarda. De fato, predomina nessa concepção a subordinação dos debates internos ao fornecimento do material de propaganda para a atuação política por toda a Rússia. Em outra conjuntura, veremos o apelo – quase desesperado – de Lenin para que a redação do jornal não se restringisse à equipe vanguardista, mas que expusesse também as posições da base proletária do partido, ainda que divergentes entre si.

A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e, além disso, necessariamente de atualidade, a observar *cada uma* das outras classes sociais *em todas* as manifestações de sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de *todos* os aspectos da atividade e da vida de *todas* as classes, camadas e grupos da população. (OE1, 128-9)

Por fim, uma breve consideração sobre estratégia e programa. Esses pontos passam praticamente intocados em *Que fazer?*, obra voltada para o estudo da organização do partido de vanguarda. As passagens sobre esses temas são mínimas e pouco diferem das vagas indicações de textos anteriores. Permanece, portanto, a estratégia da tomada do poder por meio da “insurreição armada de todo o povo” (OE1, 204) e a necessidade da “*união tanto com as mais amplas massas operárias como com todos os setores descontentes com a autocracia*” (OE1, 205), o que inclui desde os camponeses empobrecidos e parcelas progressistas da pequena-burguesia até os democratas burgueses, para a realização da primeira etapa da Revolução, a etapa democrática, cuja formulação mais acabada só apareceria em 1905, com o livro *Dois táticas*. Essa característica confere ao partido um “caráter conspirativo” que subordina todas as outras propriedades.

Um ponto digno de nota é a prioridade dada à classe operária em detrimento do campesinato pobre, seja na captação para o partido, seja no papel estratégico que cumpre no processo revolucionário. Apesar do domínio completo que essa tese exercia no movimento social-democrata da época, é importante apontar para a especificidade da formação social russa, constituída em sua ampla maioria por camponeses pobres, sempre próximos da miséria absoluta. Esses aparecem como instrumento para a luta operária (eminentemente industrial), subestimando-se, assim, a proximidade das condições objetivas de pobreza entre ambas as classes. Mesmo com as peculiaridades negativas do campesinato (dispersão, apego à terra), é possível notar certo exagero no que tange à condição jurídica do camponês como proprietário de terras, o que seria o causador dos antagonismos entre operariado e campesinato. Rudi Dutschke destaca esse problema:

Do ponto de vista crítico, deve-se dizer que, em *Que fazer?* Lenin *superestima*, por razões teóricas, a relevância e a organização do proletariado da cidade, *subestimando*, por outro lado, a do proletariado rural e de outros estratos pobres do campesinato, o que terá conseqüências fatais mais tarde. (DUTSCHKE, 1976, 133)

Outro aspecto interessante é a permanente tensão, na formulação etapista, entre a aproximação com a burguesia – ou pelo menos seus setores progressistas – e o repúdio de Lenin ao rebaixamento programático por parte da social-democracia. Ao afirmar que “é condição indispensável para essa aliança que os socialistas tenham plena possibilidade de

revelar à classe operária a oposição hostil entre os seus interesses e os interesses da burguesia” (OE1, 91-2), critério decisivo para a aliança de classe, Lenin se preocupa em evitar a dissolução do programa do partido no processo da insurreição democrática burguesa e sua adequação às bandeiras burguesas ou sindicais, o que transformaria o partido em apêndice da política da burguesia. Por outro lado, não questiona o fato de que, ao apresentar seu programa e fazer agitação entre a classe operária, buscando com isso a mobilização da classe para a *tomada do poder*, o partido, na prática, inviabiliza a aliança com a burguesia. Essa tensão entre *protagonismo e independência do proletariado* e a *aliança de classes antagônicas* para a realização da revolução democrática será discutida posteriormente por se tratar de um aspecto vital do conflito entre o etapismo e a tese da revolução permanente, cujos desdobramentos na obra teórica de Lenin estão intimamente relacionados com a experiência do “ensaio geral” de 1905.

b. Carta a um camarada

Ainda em 1902, Lenin escreve *Carta a um camarada acerca de nossas tarefas de organização*. Nesse documento, Lenin avança na configuração concreta da organização revolucionária, entrando em minúcias nas teses de *Que fazer?* de modo a facilitar sua aplicabilidade. O texto é apresentado como uma tentativa de sanar três problemas básicos encarados pelo POSDR naquela conjuntura: 1) problemas de preparação da organização; 2) a “aplicação inadequada e abusiva do princípio eletivo” e 3) a “não participação de operários na atividade revolucionária”.

Sobre a organização, Lenin apresenta uma característica do partido que tem ressonância nas organizações revolucionárias até hoje: a divisão entre Comitê Central (CC) e Órgão Central (OC). Essa divisão significa, no conjunto de sua teoria sobre o partido, um detalhamento ainda maior da divisão do trabalho partidário, ao discernir tarefas distintas para organismos com funções diferenciadas. Vejamos como Lenin expõe essa distinção:

(...) o periódico pode e deve ser o dirigente ideológico do partido, desenvolver as verdades teóricas, as teses táticas, as idéias gerais de organização e as tarefas gerais de todo o partido em um ou outro momento. Mas o dirigente prático imediato do movimento só pode ser um grupo central especial (chamemo-lo, por exemplo, de CC) que se enlace *pessoalmente* com todos os comitês, que reúna em seu seio as melhores forças revolucionárias de todos os social-democratas russos e que *comande* todos os assuntos do partido em geral, tais como difusão de publicações, edição de panfletos, distribuição de forças, designação de pessoas e grupos para encabeçar determinadas atividades, preparação de manifestações e da insurreição em toda Rússia etc. Ante a necessidade de manter a mais rigorosa clandestinidade e de assegurar a continuidade do movimento, nosso partido pode e deve ter *dois* centros dirigentes: o OC e o CC. O primeiro exercerá a direção ideológica e o segundo, a direção imediata e prática. A unidade de ação e a necessária identificação entre esses grupos serão assegurados não só pelo programa único do partido, mas também pela *composição de ambos os grupos* (...) e pela organização de reuniões conjuntas, regulares e constantes. (OC7, 9)

Como podemos perceber, Lenin defende um organismo (CC) que responda rápida e praticamente às tarefas urgentes que aparecem no cotidiano, que consiga mover o conjunto do partido de forma coesa para a realização eficaz das necessidades políticas; enquanto que, paralelamente a esse organismo, o OC é responsável pela reflexão sobre a teoria revolucionária à luz dos processos histórico-concretos, indicando, se necessário, retificações estratégicas. Além disso, esse organismo, sem o peso de se dedicar integralmente aos embates sindicais e políticos, deve perceber movimentos mais amplos das forças políticas que compõem a situação concreta, de modo a atualizar a política do partido. Justamente por se tratar de uma função que atinge o *conjunto* do partido, essa diferenciação é indicada apenas no topo da pirâmide partidária, sendo supérflua no nível local, já que respostas a questões de menor importância (luta sindical, táticas específicas para tarefas locais) podem ser tomadas por um comitê unificado.

A respeito desta tese, cabem duas hipóteses. Primeiramente, podemos encarar essa cisão como um mecanismo encontrado por Lenin para responder a uma dificuldade latente que o *czarismo* lhes impunha, ou seja, a necessidade de sofisticar o aparelho partidário para dinamizar sua atuação e garantir respostas rápidas às necessidades impostas pela luta de classes – um reforço desta hipótese pode ser encontrado na própria ressalva apresentada na citação acima. Por outro lado, pode-se pensar numa norma que transcende as necessidades

específicas da conjuntura russa – como a trajetória do POSDR demonstra. O que é incontestável é um argumento marcante de *Que fazer?*: o *protagonismo* dos organismos centrais (CC e OC) na formulação da linha política, enquanto que o cumprimento das tarefas fica a cargo da militância de base, que deve responder como um exército: de maneira eficiente, coesa e disciplinada.

Para desenharmos o esqueleto do partido, devemos tratar também da constituição das células básicas (recrutamento, organização) e das relações destas com as instâncias superiores de decisão (representatividade, fiscalização das práticas dos dirigentes). Como já afirmamos anteriormente, os imperativos da conjuntura marcam de modo decisivo a configuração do partido nesse momento. Respondendo à demanda existente em certos setores do partido, que reivindicavam maior acesso à redação do *Iskra* – periódico do POSDR -, Lenin responde que essa comunicação deve ser restrita aos “revolucionários seguros e destacados por sua habilidade no trabalho clandestino”. Esses militantes mais experimentados devem servir também como *intermediários* entre as células de base e as instâncias superiores, atuando como *elos transmissores* da política do partido, devido à rigorosa restrição imposta pelo czarismo à participação do conjunto da militância nas instâncias superiores (Comitês Regionais, CC, OC), ou como diria Lenin, trata-se de “uma forçosa concessão às inquestionáveis exigências da clandestinidade” (OC7, 21). Esses militantes mediadores também são responsáveis pelo recrutamento de potenciais quadros do partido para a formação de uma “rede de agentes”, principalmente nos comitês das fábricas de maior concentração de operários, que são o local prioritário da intervenção do partido.

Cada fábrica deve converter-se em uma fortaleza nossa. E, para isso, a organização operária ‘fabril’ deve ser clandestina por dentro e ‘ramificada por fora’, isto é, em suas relações externas, deve projetar seus tentáculos às mais diversas direções, como qualquer outra organização revolucionária. (...) Ressalto que, nesse caso também, o núcleo e o dirigente, o ‘dono’, deve ser necessariamente o grupo de operários revolucionários. Devemos romper de vez com a tradição das organizações social-democratas de tipo puramente operário ou profissional, incluídos os círculos fabris. O grupo fabril ou o comitê de fábrica (para se distinguir dos demais grupos, que deverão ser muitos, deve estar integrado por um número muito reduzido de *revolucionários*, que recebem *diretamente do comitê* as missões e os poderes correspondentes para conduzir todo o trabalho social-democrata na

fábrica. Todos os membros do comitê de fábrica devem considerar-se agentes do comitê, obrigados a acatar todas as suas ordens e observar todas as ‘leis e costumes’ do ‘exército ativo’ em que se envolveram e que, em tempos de guerra, não têm direito a abandonar sem permissão dos chefes. (OC7, 16-7)

Podemos rever aqui o argumento da *rede de organização*, ou seja, a constituição de um conjunto de instituições dos mais diversos tipos em torno da coluna vertebral do partido. É nessas organizações que a militância deve-se debruçar. “Clandestinidade interna, ramificação externa”: esse binômio pode ser definido como o extremo cuidado na defesa do partido da perseguição política através do recurso da clandestinidade, paralelamente ao espraio dos militantes por “uma série de grupos e círculos fabris com tarefas diferentes e com *distinto grau de clandestinidade e regulamentação*”. (OC7, 18). Mais especificamente:

(...) círculos de leituras clandestinas, círculos para a vigilância dos espões, círculos de direção especial do movimento sindical e da luta econômica, círculos de agitadores e propagandistas que saibam discutir amplamente em um *plano completamente legal* (sobre maquinaria, inspeção etc.), para falar sem perigo e em público, para sondar o terreno etc. (OC7, 18).

O cuidado com o partido passa também pela constituição de círculos de combate compostos pelos militantes mais preparados em ações militares, aptos a neutralizar a espionagem czarista e servir, sempre que necessário, como instrumento de força do partido para ações defensivas e ofensivas, como a libertação de presos políticos, expropriações, corpo de segurança em manifestações etc. Além disso, os militantes devem se adequar à clandestinidade de acordo com a tarefa específica que devem cumprir, sempre preocupados em fornecer às instâncias superiores dados precisos sobre seu setor – só assim esses organismos podem *totalizar experiências locais para realizar a análise concreta da situação concreta*. Esse cenário extremamente desfavorável para a difusão do programa do partido exige a capacidade de uma rápida reposição de quadros, para evitar que algumas prisões esfacem todo o partido.

(...) No que se refere à clandestinidade e à regulamentação dos círculos de todo tipo, dependerá do caráter de suas funções: de acordo com ele, nesse terreno existirão as organizações mais diversas (desde a mais ‘rigorosa’, estreita e fechada até a mais ‘livre’, ampla, aberta e pouco regulamentada). Por exemplo, para os grupos de repartidores, se impõe a maior clandestinidade e

disciplina militar. Os grupos de propagandistas devem observar também as normas de clandestinidade etc. (...) Mas há um aspecto que exige incondicionalmente a máxima regulamentação do trabalho em todos esses grupos filiais, a saber: todo membro do partido que participe deles tem o dever de responder formalmente pelo estado de coisas em tal grupo; tem também o dever de adotar *todas* as medidas necessárias para que o CC e o OC *conheçam ao máximo* tanto a composição de cada grupo como todo o *mecanismo* de seu trabalho e todo o conteúdo deste trabalho. (...) A queda de um comitê não destroçará, então, toda máquina, apenas nos privará de alguns dirigentes, e seus suplentes estarão preparados para substituí-los (...) (OC7, 20-1)

Uma maneira de amenizar a perda de quadros importantes do partido é *descentralizar as responsabilidades*. Deste modo, procura-se evitar que o conjunto do partido se desmorone no caso de prisão de militantes que concentrem as tarefas – por exemplo, se um quadro que realiza a ligação das células de base com instâncias superiores for preso, é necessário ter à mão novos quadros aptos para ocupar esse posto.

(...) no que se refere à *informação* do centro do partido (e, por conseguinte, de todo o partido em geral) acerca do movimento, no que se refere à *responsabilidade* ante o partido, impõe-se a *maior descentralização possível*. O movimento deve ser dirigido pelo menor número possível de grupos mais homogêneos de revolucionários profissionais treinados pela experiência. Mas no movimento deve participar o maior número possível dos grupos mais variados e heterogêneos, pertencentes às camadas mais diversas do proletariado (e de outras classes do povo). (...) Essa descentralização é condição indispensável para a centralização revolucionária e é um *corretivo imprescindível do mesmo*. (OC7, 22)

c. Um passo à frente, dois passos atrás

Ainda nesse período Lenin aborda alguns temas que serão mais bem desenvolvidos em outros momentos de sua vida, como a questão agrária e a caracterização do campesinato; a importância da desarticulação do poder burguês e de seu aparato militar para o sucesso da revolução; a questão nacional e a polêmica sobre autodeterminação dos povos ou autodeterminação do proletariado. Para facilitar a exposição, voltaremos a esses tópicos nos textos em que Lenin os aborda mais detidamente, pois não há grandes

dissonâncias¹³. Passemos a um momento importante na trajetória dos bolcheviques: o II Congresso do POSDR de 1903. Lenin trata detalhadamente desse Congresso em seu livro *Um passo a frente, dois passos atrás*. Para abordar esse texto de maneira apropriada, não apresentaremos a longa exposição sobre as posturas dos grupos e círculos no Congresso, o que seria desnecessário para a abordagem da teoria do partido contida nesse livro. O que pretendemos aqui, mais que fazer um trabalho historiográfico de fôlego, é simplesmente retomar algumas passagens que contribuam para a *teoria do partido*, que tenham ressonâncias duradouras nas posturas tomadas por Lenin e discorrer sobre elas.

Esse Congresso marca definitivamente a trajetória do POSDR ao acentuar as divergências internas já assinaladas por Lenin. O delineamento mais claro destas divisões internas culminaria na formação de duas tendências no interior do partido, que perdurariam até a ruptura final em 1912 e teria ressonâncias nos destinos da Revolução de 1917: a origem da cisão entre mencheviques e bolcheviques. O cerne do debate diz respeito ao “oportunismo em matéria de *organização*” (OE1, 218) da ala menchevique, como avalia Lenin:

Lutamos contra o oportunismo nas questões essenciais da nossa concepção do mundo, nas questões de programa, e a divergência completa quanto aos objetivos a atingir conduziu inevitavelmente a uma separação irrevogável entre os social-democratas e os liberais que corromperam o nosso marxismo legal. Lutamos contra o oportunismo nas questões de tática, e a nossa divergência com os camaradas Kritchévski e Akímov sobre essas questões menos importantes era, naturalmente, apenas temporária e não levou à formação de partidos diferentes. Temos agora de vencer o oportunismo de Márto e Axelrod nas questões de organização, que são, evidentemente, ainda menos essenciais que as questões de programa e de tática, mas que no momento atual surgem em primeiro plano na vida do nosso partido. (OE1, 361)

É nesse marco que a polêmica se desenvolve, apesar de que em seu desenrolar acabaram por transparecer divergências de corte ainda mais profundo. Num primeiro momento, o próprio Lenin defende a unidade entre as diferentes tendências, pois avalia que se trata de divergências secundárias, passíveis de resolução por meio de um debate interno

¹³ Apenas cabe apontar um indício importante da crescente desconfiança de Lenin com a política da burguesia, presente em uma série de citações esparsas: “a burguesia trai os interesses da liberdade, da pátria, do idioma e da nação cada vez que se alça ante ela o proletariado revolucionário”. (OC7, 256)

transparente, muito diferente de certa historiografia que postula analisar o II Congresso como a separação final de reformistas e revolucionários¹⁴.

Antes divergíamos sobre grandes questões que, por vezes, podiam até justificar uma cisão; hoje chegamos a acordo sobre todos os pontos grandes e importantes; o que nos separa agora são simplesmente certos *matizes* que se podem e *devem* discutir, mas pelos quais seria absurdo e pueril separamo-nos (...). A luta de *matizes* no partido é *inevitável e necessária* enquanto não conduz à anarquia e à cisão, enquanto se desenvolve *dentro dos limites* aprovados, de comum acordo, por todos os camaradas e membros do partido. E a *nossa luta no congresso* contra a ala direita do partido, contra Akímov e Axelrod, contra Martínov e MártoV, *em nada ultrapassou esses limites*". (OE1, 319-320)

Toda a gente sabe que a nova divisão se baseia numa divergência nas questões de *organização*, que começou por uma controvérsia sobre princípios de organização e que terminou por uma 'prática' digna de anarquistas. A antiga divisão em economistas e políticos tinha por base uma divergência principalmente sobre as questões de *tática*. (OE1, 347-8)

É o debate sobre a *organização* que está na ordem do dia do POSDR. Resolver esse problema é uma tarefa decisiva para o partido, já que sem uma maquinaria eficiente, nada do que se delibera nos foros decisórios (Congressos, Plenárias, reuniões) pode ser estabelecido concretamente. Dito de outro modo, a única maneira de intervir objetivamente na situação concreta é forjando um instrumento apto a aplicar integralmente a política deliberada, sem a qual o programa não passa de fraseologia. Sintomático das dificuldades que o partido enfrenta para cumprir suas tarefas é o comentário de Lenin sobre a debilidade organizativa que o partido enfrentava até então, marcada pelo perfil fragmentado dos inúmeros "círculos" socialistas formalmente filiados ao POSDR.

¹⁴ De fato, cabe dizer que Lenin manteve-se inseguro a respeito de sua posição no II Congresso por meses. Como Cliff pontua: "Que Lenin não tinha certeza a respeito da profundidade da ruptura e de sua futura significação é evidente em seus escritos do momento (...): [nas palavras do próprio Lenin] Eu admito que me comportei frequentemente num estado de irritação amedrontadora, 'alucinadamente'; Estou muito disposto a admitir esta minha falta para qualquer pessoa, se isto pode ser chamado de falta em uma atmosfera conflituosa. Mas examinando agora, com bastante tranqüilidade, os resultados obtidos, o saldo atingido por meio de um conflito intenso, eu não posso identificar nada, absolutamente nada que seja danoso ao partido, e absolutamente nada que seja uma afronta ou insulto à minoria". (CLIFF, 1975, 99). A despeito do mito propagado pelos amantes de cultos, ele não estava totalmente convencido e não poderia prever os resultados do 'pequeno racha' no partido. Sua indecisão afetou profundamente seus nervos. (...) Apenas seis meses após os fatos é que Lenin finalmente chegou à conclusão de que a divisão era justificada e necessária. Ele parou de hesitar e apareceu firmemente com o argumento de que a ruptura era um reflexo das diferenças entre a ala proletária e a ala pequeno-burguesa intelectualista. (CLIFF, 1975, 100)

Não haverá seguramente um único militante prático no nosso partido que não compreenda que é precisamente a forma da nossa atividade (ou seja, a organização) que há muito está atrasada – terrivelmente atrasada (...) A falta de desenvolvimento e a instabilidade da forma não permitem fazer sérios progressos no desenvolvimento do conteúdo, provoca uma estagnação vergonhosa, conduz a um desperdício de forças e faz com que os atos não correspondam às palavras. (OE1, 350-1)

Efetivamente, o que há é uma *dicotomia* entre a organização do partido proposta por Lenin e as condições concretas do POSDR nos primeiros anos do século XX. A gravidade dos problemas e o caráter avançado da proposta leninista é enfatizado por Tony Cliff:

A diferença entre a concepção de centralismo expressa em *Que fazer?* ou em *Carta a um camarada* e a realidade entre os bolcheviques em 1904 e 1905 é notável! Havia uma clivagem total entre o ideal de uma estrutura partidária coerente e eficiente, tal como vislumbrada por Lenin em seus escritos, e a débil organização partidária então existente. (CLIFF, 1975, 111-2)

Devido a essas condições extremamente desfavoráveis, que na prática *inviabilizam* a própria existência de um pólo revolucionário na Rússia, Lenin encara o II Congresso de 1903 como o momento propício para a articulação do partido em nível nacional, o que transparece nos parágrafos sobre a superação do ‘espírito de círculo’ e da necessidade de cimentar as organizações partidárias homogeneamente para transmitir as orientações da cúpula, prezando pela “coerência absoluta das forças do partido e supressão do caos que as fraciona” (OE1, 230). Nesse sentido, o papel do congresso é ordenar o máximo possível a estrutura do partido e as políticas prioritárias para o período subsequente, além de eleger ou ratificar o CC e o OC, que serão responsáveis pela definição das políticas de caráter mais imediato e emergencial, tomadas à luz das diretrizes congressuais. Suas deliberações têm caráter *normativo* até que seja realizado um novo congresso. Daí seu papel fundamental na formatação do partido em seus três eixos básicos, *organização, estratégia e programa*, assentados em debates intensos nas reuniões de delegados eleitos pela base do partido. Sobre esse aspecto dos congressos na teoria leninista, vale frisar que esse é momento privilegiado para o afloramento das divergências teóricas no seio do partido, bem como as diferenças de avaliação sobre a situação concreta e sobre as posturas do próprio partido e de suas entidades centrais tomadas ao longo da gestão, já que, no cotidiano, o partido deve priorizar o envolvimento direto nas lutas da classe operária, restando pouco tempo para

uma reflexão mais detida acerca do partido e suas posições. Por tudo isso, Lenin recupera uma passagem dos estatutos do partido referente à *normatividade dos Congressos*: “Todas as resoluções do congresso e todas as eleições por ele feitas constituem uma decisão do partido, obrigatória para todas as suas organizações. Elas não podem, sob pretexto algum, ser contestadas por ninguém, e só podem ser revogadas ou modificadas pelo congresso seguinte do partido”. (OE1, 221)

A despeito das polêmicas encarniçadas logo após o II Congresso, Lenin avalia que o objetivo indicado nos estatutos do partido de aglutinar suas organizações sob comando dos organismos centrais foi – em linhas gerais – atingido, posto que os círculos foram diluídos no aparato do partido, ao abandonarem qualquer tipo de código ou estatuto próprio e se subordinarem aos estatutos do POSDR. Essa mudança é um salto de qualidade na organização do partido enquanto bloco monolítico, já que aumenta as chances de que esse se mova, de acordo com as conjunturas, “como um só homem”. Claro que não é apenas pela dissolução formal de estatutos paralelos que a unidade do partido está garantida mas é inegável que esse feito contribui para a quebra da lógica de círculos vigente no POSDR até então.

Pela primeira vez conseguimos libertar-nos das tradições de relaxamento próprio de círculos e de filistinismo revolucionário, reunir dezenas dos mais diversos grupos, muitas vezes terrivelmente hostis entre si, unidos exclusivamente pela força de uma idéia e prontos (prontos em princípio) a sacrificar todo e qualquer particularismo e independência de grupo em prol do grande todo que pela primeira vez criávamos de fato: *o partido*. (OE1, 367)

O partido é apresentado como uma organização que supera os círculos em diversos aspectos. Um deles é a maior probabilidade de *trabalho político regular e divulgação constante do programa do partido*, diferentemente dos círculos, sujeitos à suspensão de atividades pela fragilidade derivada do isolamento e do localismo; outro é a possibilidade do partido, enquanto teia de organizações espalhada por boa parte do território russo, em dialogar com partidos estrangeiros (como o diálogo travado com o Partido Social Democrata Alemão) e em elaborar diagnósticos mais apurados em sintonia com a situação concreta nacional, posto que os organismos dirigentes são responsáveis por totalizar as experiências locais de modo a estabelecer uma avaliação que abranja o conjunto do país,

sem desprezar especificidades regionais e culturais¹⁵ – dessa maneira, o risco de fundamentar juízos a partir de simples impressões empíricas é reduzido. Sendo assim, uma propriedade que o partido possui e que o diferencia dos círculos intelectuais é a facilidade na *transmissão de experiência* em “duas mãos”: de um lado, vinda da cúpula do partido, potencialmente formada por militantes experimentados na luta de classes, para o conjunto de militantes e periféricos do partido, cujo *grau de comprometimento* com a organização é bem menos rigoroso; de outro, dos embates travados em nível regional por quadros locais e pelos debates de base, que permitem quantificar correlações de forças, potencialidades e fragilidades (ainda que o fluxo desta “mão” seja mais restrito). Tony Cliff procura sintetizar essas diferenças:

Um círculo estudantil estabelece contatos com trabalhadores e inicia o trabalho, sem qualquer conexão com os veteranos do movimento, sem qualquer conexão com círculos de estudo em outros distritos, ou mesmo em outras partes da mesma cidade (ou em outras instituições educacionais), sem qualquer organização das várias divisões do trabalho revolucionário, sem qualquer plano sistemático de atividade cobrindo qualquer período de tempo. (CLIFF, 1975, 70) [Citando Lenin]: Protestos tornaram-se tão freqüentes, afetaram tamanho número de pessoas, e esclareceram os círculos de estudo locais tão plenamente que as massas de trabalhadores perderam literalmente todos os seus líderes, o movimento assumiu um caráter esporádico extraordinário, e tornou-se impossível estabelecer continuidade e coerência no trabalho. A dispersão terrível dos líderes locais; o caráter fortuito dos membros de círculos de estudo; a falta de treinamento, e o estreito contato com questões teóricas, políticas e organizacionais eram um resultado inevitável das condições descritas acima. (CLIFF, 1975, 71)

Assim, Lenin acredita que foi possível avançar na dissolução dos círculos constituintes do partido ao longo da década de 1890, marcados pela fragmentação que beirava a incomunicabilidade dos núcleos espalhados pelo território russo. Ao amenizar o isolamento e a autonomia das células – dissolvendo estatutos paralelos e atrelando os círculos a um vetor comum, a saber, o complexo *CC / OC* – o partido consegue desenhar um rascunho de organização, ainda que a transmissão da política para todos os tentáculos do partido não seja de modo algum garantida, pela fragilidade dos vasos comunicantes do

¹⁵ Um exemplo desta flexibilidade com as especificidades culturais é o direito concedido durante o II Congresso ao *Bund*, círculo de social-democratas judeus, de divulgar algumas bandeiras específicas para este setor, evidentemente não-contraditórias com o programa do partido.

organismo partidário. Contudo, esse salto de qualidade, se intocado no plano do *programa*, aprovado por unanimidade (CLIFF, 1975, 99), foi fortemente prejudicado no nível da *organização* pelos eventos que se seguiram ao II Congresso, que caracterizam os “dois passos atrás” e que concernem diretamente à violação do princípio da positividade dos congressos. O que ocorre é que a parcela minoritária do partido decide violar as deliberações do congresso e atuar conforme sua própria vontade, por sua própria conta, à revelia das discussões e das votações realizadas ao longo do congresso¹⁶. Esses acontecimentos levam Lenin a refletir sobre as formas de organização do partido, a natureza de sua composição frente à heterogeneidade marcante e sobre o caráter da intelectualidade presente no interior do partido. Esse é a razão da importância da experiência histórica por que passa Lenin nesse momento, contribuindo para uma conformação mais nítida de seu entendimento sobre a questão do partido, além de conferir estatuto privilegiado à obra *Um passo à frente, dois passos atrás* no tratamento deste tema.

A desobediência das decisões congressuais aparece de maneira mais cristalina no órgão cuja influência menchevique é mais marcante, ou seja, no jornal do partido, o *Iskra* (“A Centelha”). Nas páginas do jornal, órgão de difusão da política do partido *por excelência*, começa-se a divulgar duras críticas ao grupo majoritário e a transmitir as posturas políticas dos mencheviques, diferentemente do que foi deliberado pela maioria no II Congresso. Daí o assombro de Lenin sobre esse desvio: “(...) limitar-nos-emos a perguntar se já alguma vez se viu um órgão de *partido* cuja redação, depois de um congresso, se tenha posto a dizer o contrário do que dizia no congresso?” (OE1, 233). A proposta de Lenin para o esclarecimento das diferenças – muitas vezes fomentadas nos bastidores, sem crítica declarada e debate franco – era, primeiramente, que o partido se mobilizasse para a aplicação das deliberações do Congresso, ou seja, que aplicasse o centralismo democrático; em segundo lugar, defendia o recurso do *debate público* entre as forças constituintes do partido através de seu periódico, para que o conjunto da militância

¹⁶ Em minuta interna do partido, Lenin rebate algumas das acusações feitas pela minoria: “a minoria tem desmoralizado, de fato, todos os estatutos e todas as eleições; agora se chama de ‘formalistas’ a quem defende as resoluções tomadas em comum, chama-se de burocratas a todos os que receberam seus poderes do Congresso, acusa-se de adotar um ponto de vista muito mecânico e burocrático a quem se apóia no voto da maioria, que expressou (segundo nosso acordo geral) a correlação de forças dentro do partido”. (OC8, 175).

pudesse acompanhar os argumentos apresentados por ambos os lados. De fato, Lenin postula o uso da ferramenta principal de comunicação do partido em seus dois aspectos apresentados em textos anteriores: o diálogo interno, como “andaime” entre direção e base em fluxo constante de discussões, e como publicizador dos debates para as parcelas mais avançadas do proletariado não filiadas ao partido. Aqui, temos mais um elemento que nos permite delimitar a concepção de Lenin sobre a função do periódico do partido.

(...) se o vosso afastamento foi provocado por essa ou aquela divergência de pontos de vista entre vós e nós, julgaríamos de extraordinária utilidade para o partido que essas divergências fossem expostas circunstanciadamente. Mais ainda: consideraríamos desejável que o caráter e a profundidade dessas divergências fossem elucidados o mais rapidamente possível perante todo o partido nas páginas das publicações que editamos. (OE1, 325)

Eis um aspecto muitas vezes esquecido na teoria leninista. Ao defender a condução de polêmicas internas de maneira pública, Lenin demonstra conceber o jornal como um espaço de *discussão* política efetiva, que pressupõe argumentação e contra-argumentação, e não apenas como transmissor das linhas majoritárias. Ao aceitar a possibilidade de divergências públicas, Lenin avança mais um passo em direção a uma imprensa partidária heterogênea, que leve em conta o potencial esclarecedor dos debates. É claro que não se trata de nenhum “principismo”, nem mesmo se trata de um ponto que Lenin defende com veemência. Desnecessário dizer que a defesa eventual da externalização dos conflitos internos no partido não é uma lei geral extensível para todos os tipos de debate ou para todas as conjunturas. O partido pode e deve conter determinadas discussões que, se reconhecidas pelas forças inimigas, podem resultar na falência da política do partido. Essa flexibilidade, sob risco permanente de equívocos graves (como justificativa para silenciar oposições), passa ao largo de regras gerais, dependendo da avaliação das possibilidades concretas de difusão e da garantia de que, ao proceder desta maneira, o partido não arma seus próprios adversários. Essa mesma maleabilidade diz respeito também a um tópico central na questão da organização do partido: a democracia interna, entendida aqui como o apoderamento efetivo do aparato partidário pela base. Apesar da menção eventual sobre o assunto em *Um passo à frente, dois passos atrás*, Lenin reitera um princípio já implícito em *Que fazer?: a prioridade da sobrevivência da estrutura partidária de acordo com a*

situação concreta em detrimento de seus mecanismos democráticos. Na polêmica com Possadovski, Lenin argumenta que os princípios democráticos não têm caráter *absoluto* na vida do partido. À frente deles estão os *interesses do partido*, sem a qual o debate sobre democracia interna seria inútil.

É indubitável – declarou o camarada Possadovski – que não estamos de acordo sobre a seguinte questão fundamental: *dever-se-á subordinar a nossa política futura a certos princípios democráticos fundamentais atribuindo-lhes um valor absoluto*, ou deverão todos os princípios democráticos subordinar-se exclusivamente aos interesses do partido? Pronuncio-me decididamente a favor desta última opinião. (OE1, 233)

Ainda sobre a democracia interna, Marcel Liebman oferece algumas reflexões que ultrapassam os marcos da teoria leninista por tratar do perfil do partido por volta de 1903. Tratando do funcionamento concreto do POSDR, especificamente das tendências bolcheviques e mencheviques, o autor aponta que a injunção histórica do czarismo marca negativamente as formas de recrutamento de delegados e dirigentes em ambas as tendências:

É verdade que não existia na social-democracia russa da época uma democracia interna, mas isto era um estado de coisas inteiramente independente do leninismo. Na prática cotidiana e a realidade da vida política, não havia nenhuma diferença nesse aspecto entre bolcheviques e mencheviques: até a revolução de 1905, ambos recorreram aos mesmos métodos nos quais a cooptação dos quadros era a regra e a eleição a exceção e onde, durante uma primeira fase pelo menos, cada um, menchevique ou bolchevique, quaisquer que fossem suas aspirações, se resignavam àquilo que aparecia como uma conseqüência, lamentável mas inelutável, do regime opressivo reinante na Rússia. (LIEBMAN, 1973a, 40)

Coerente com a necessidade de sanar o problema da *organização*, Lenin enfatiza o aspecto da disciplina dos militantes, definindo as relações internas como “desconfiança organizada do partido face a todos os seus setores, isto é, o controle de todas as organizações locais, regionais, nacionais e outras”. (OE1, 252) Como se pode perceber, Lenin faz um apelo ao policiamento constante das práticas dos militantes e do cumprimento das tarefas para garantir a firmeza do partido. Em outros termos: “Para os elementos instáveis e hesitantes não somente podemos, mas devemos, criar o ‘estado de sítio’, e os nossos estatutos na sua totalidade, todo o nosso centralismo a partir de agora aprovado pelo

congresso, tudo isso mais não é do que um ‘estado de sítio’ contra as fontes tão numerosas de imprecisão política”. (OE1, 302) Afinal de contas, o partido, como “destacamento de vanguarda” da classe capaz de guiá-la rumo à tomada do poder precisa garantir a coesão interna sob pena de não estar à altura das tarefas estabelecidas pela situação concreta. Isto não nega, de maneira nenhuma, a tese já apresentada da rede de organizações periféricas ao partido. Pelo contrário, ambas se complementam.

Quando digo que o partido deve ser uma *soma* (não uma simples soma aritmética, mas um complexo) de *organizações*, quer isto dizer que eu ‘confundo’ dois conceitos, partido e organização? É evidente que não. Exprimo assim, de maneira absolutamente clara e precisa, o meu desejo, a minha exigência de que o partido, como destacamento de vanguarda da classe, seja algo o mais *organizado* possível, que o partido só aceite em suas fileiras aqueles elementos que *admitam, pelo menos, um mínimo de organização*. (OE1, 254)

É interessante notar que Lenin avança na tese a respeito do complexo de organizações, ao esmiuçar os diversos níveis de organização. Além disso, apresenta uma clara demarcação, com o qual é possível visualizar o “destacamento de vanguarda” das demais instâncias que congregam setores avançados da classe operária. Esse debate sobre a demarcação do partido é um dos pontos principais da polêmica que Lenin trava com Mártov durante o Congresso.

Segundo o grau de organização em geral, e do grau de clandestinidade da organização em particular, podemos aproximadamente distinguir as categorias seguintes: 1. organizações de revolucionários; 2. organizações de operários, tão amplas e variadas quanto possível (limite-me à classe operária, supondo como coisa que se subentende por si própria o fato de que certos elementos de outras classes delas façam parte em certas condições). Essas duas categorias formam o partido. A seguir, 3. organizações operárias ligadas ao partido; 4. organizações operárias não ligadas ao partido, mas de fato submetidas ao seu controle e direção; 5. elementos não organizados da classe operária que em parte se submetem igualmente, pelo menos durante as manifestações da luta de classes, à direção da social-democracia. (...) Pelo contrário, do ponto de vista do camarada Mártov as fronteiras do partido ficam absolutamente indeterminadas, porque ‘qualquer grevista’ pode ‘declarar-se membro do partido’. (...) O seu prejuízo consiste em provocar a idéia *desorganizadora* da confusão da classe com o partido. (OE1, 261)

Já o esquema de Mártov, tal como Lenin o entende, é exposto da seguinte forma:

Imaginai só o *seu* esquema: o partido = 1. organizações de revolucionários + 2) organizações operárias reconhecidas como organizações do partido, + 3. organizações operárias não reconhecidas como organizações do partido, + 4. indivíduos encarregados de diversas funções, professores, estudantes de liceu etc. + 5. ‘qualquer grevista’. (OE1, 264)

Desta oposição, Lenin extrai alguns pressupostos da argumentação de MártoV que respondem implicitamente a alguns problemas fundamentais, tal como a relação entre partido e o conjunto da classe. Lado a lado com a função de “dirigir todas as manifestações da luta de classe do proletariado” (OE1, 257), a vanguarda deve educar a classe na teoria socialista, trazê-las cada vez mais para a compreensão do real e da necessidade de ruptura revolucionária com a classe burguesa. “Com efeito, não se pode confundir o partido, como destacamento de vanguarda da classe operária, com toda a classe”. (OE1, 256)

Seria unicamente enganar-se a si próprio, fechar os olhos sobre a imensidade de nossas tarefas, restringir essas tarefas, esquecer a diferença entre o destacamento de vanguarda e toda a massa que pende para ele, esquecer a obrigação constante do destacamento de vanguarda de *elevantar* camadas cada vez mais amplas ao seu nível avançado. (OE1, 256)

Uma observação (secundária, é verdade) muitas vezes esquecida quando se caracteriza esse período da teoria do partido em Lenin é a admissão de militantes hesitantes, pouco seguros quanto à política do partido. Essa afirmação, ainda que eventual, permite que o partido abrigue em suas fileiras membros cuja disposição ou afinidade estratégica seja reduzida, com a justificativa de que, ao serem inseridas no aparato partidário, esses militantes possam ser incorporados à política do partido. Do contrário, correr-se-ia o risco de uma postura sectária, que repele potenciais militantes do partido em nome da distinção organizativa. A pré-condição implícita para essa absorção é o cumprimento do centralismo, ou seja, da unidade da ação. Evidentemente, a correção da absorção depende das características específicas desta militância, já que, se de um lado, o partido procura combater o sectarismo, de outro pode incorrer em prejuízo oportunista e esgarçamento da unidade do partido. Nas palavras de Lenin:

Com fins de controle, o CC pode *intencionalmente* admitir no partido, sob certas condições, uma organização não totalmente segura, mas apta para o trabalho, para assim a pôr à prova, para tentar *levá-la para o bom caminho*, para paralisar, dirigindo-a, os seus desvios parciais etc. (OE1, 266)

Outra ponderação de relevo que Lenin apresenta em *Um passo à frente, dois passos atrás* é a respeito da composição dos organismos centrais do partido. O destaque a essa questão é evidente por razões anteriormente já colocadas: pela convergência de condicionantes conjunturais e teóricos, o papel ativo central no partido é ocupado pelo CC e pelo OC, em detrimento das formulações e críticas dos núcleos do partido. De modo a garantir essa centralidade, é fundamental que o trabalho de ambas as instituições seja pautado num trabalho cotidiano, regular, disciplinado, não perecível ante a qualquer mudança circunstancial. A conformação do núcleo duro do partido, determinante de seu perfil e de sua ação, deve resistir às oscilações políticas e históricas. Para que isto seja garantido, Lenin defende que esses organismos devem ter composição duradoura, sem revogabilidade permanente.

O organismo superior do partido deve ter uma composição constante, e não depender de mudanças fortuitas (por vezes devido a prisões) da composição dos centros. O organismo superior deve estar em relação direta com o congresso do partido, de quem receberá seus poderes, e não de dois outros organismos do partido subordinados ao congresso. O organismo superior deve ser composto por pessoas conhecidas pelo congresso do partido. (OE1, 278)

Novamente é necessário voltar ao tema da democracia interna, tal como entendida por Lenin. De acordo com esse trecho, Lenin parece delegar exclusivamente aos Congressos a crítica interna. Se o balanço mais minucioso da atuação dos organismos do partido deve ser feito apenas em período de congresso, o resultado é a restrição da crítica regular, cotidiana aos possíveis equívocos táticos. Outro complicador é que o Congresso é composto por delegados (com autonomia relativa nas votações e nas intervenções em Plenárias), enquanto que uma crítica permanente baseada nas *células* diminui as mediações. Essa preocupação de Lenin em suspender as críticas para serem expostas em momentos especiais parece deliberada, sob o argumento de que é necessário uma direção estável.

Apesar desta preocupação com o funcionamento normal do partido, é nítido o prejuízo causado à democracia interna, que seria mais bem aplicada se fundamentada na crítica permanente, direta e com a possibilidade de revogação do mandato dos dirigentes a qualquer momento por parte das células. Cabe dizer ainda que não se trata de uma tese justificada pelas *circunstâncias históricas russas*: não aparece no texto de Lenin nenhuma

ponderação que considere essa variável conjuntural. Essa restrição seria correta se fosse apresentada como *necessidade* circunstancial, em casos de regimes burgueses ditatoriais ou momentos de crise revolucionária (que exigem uma *militarização* mais acentuada do partido visando à tomada do poder). De fato, o argumento de Lenin parece aplicar essa suspensão provisória da crítica a outras conjunturas bastante diferentes, como a democracia burguesa ou momentos de estabilidade política, que facilitariam o processo de consulta das bases sobre o maior número possível de temas.

Feitas essas considerações sobre a estrutura do partido, passemos a outro ponto destacado desta obra: a caracterização de Lenin sobre a intelectualidade em sua relação com o partido operário. A impressão que logo vem à vista é de dissonância entre o protagonismo dos intelectuais na construção do partido e na socialização da teoria socialista, caro ao livro *Que fazer?*, e a extrema desconfiança com relação ao comportamento destes no partido e a dificuldade de submetê-los à disciplina do centralismo. Tony Cliff discerne a postura de Lenin nessas duas obras:

É interessante comparar o argumento de Lenin em *Que fazer?* e *Um passo a frente, dois passos atrás*. No primeiro, o alvo da crítica era o ativista local, cujo horizonte era estreitamente ligado ao círculo. Daí se deduz a noção de que o proletariado ‘é espontaneamente levado em direção à consciência trade-unionista’ apenas, e que a intelligentsia marxista tem o papel central de trazer a consciência política de classe para os trabalhadores de fora. Agora, dois anos depois, em *Um passo a frente, dois passos atrás*, os elementos proletários do partido devem impor a disciplina à intelligentsia. (CLIFF, 1975, 102)

Assim como a tese da importação da consciência de classe para o proletariado por meio da intelectualidade, esse argumento também é devedor da filiação teórica de Lenin ao teórico da social-democracia alemã, Karl Kautsky. Como se pode perceber, Lenin possui uma relação bastante estreita em termos teóricos com Kautsky, característica que perdura, com pequenos tropeços, até o rompimento de 1914, nos acalorados debates sobre a posição social-democrata acerca da I Guerra Mundial. É a partir deste prisma que Lenin arquiteta sua crítica aos intelectuais.

A tese de Kautsky é marcada pela defesa do “antagonismo entre intelectuais e o proletariado”, ou seja, percebe-se que as condições materiais de vida de ambas as

categorias aqui aplicadas são distintas. Mais do que isso: Lenin defende que a intelectualidade constitui um estrato social específico (não simples emanção de classes), mas afirma que o grau de antagonismo com relação à classe operária é distinto da contradição entre trabalho e capital.

Esse antagonismo é de um gênero diferente do antagonismo entre o trabalho e o capital. O intelectual não é um capitalista. É verdade que o seu nível de vida é burguês e que ele é obrigado a manter esse nível a menos que se transforme num vagabundo, mas ao mesmo tempo vê-se obrigado a vender o produto do seu trabalho e por vezes mesmo a sua força de trabalho e sofre com frequência a exploração dos capitalistas e certa humilhação social. *Assim, não existe nenhum antagonismo econômico entre o intelectual e o proletariado. Mas a sua atuação na vida, as suas condições de trabalho, não são proletárias, daí certo antagonismo nos sentimentos e nas idéias.* (OE1, 303)

Aqui tocamos em um tema da maior importância para a teoria das classes sociais: o estatuto da intelectualidade. Como caracterizá-la, ou seja, como conceituá-la mais precisamente? É possível compreendê-la como um conjunto homogêneo? É uma classe ou fração de classe? Lenin não esmiúça essa problemática e deixa lacunas a respeito deste assunto. Sua preocupação nesse momento não é definir categorias e conceitos apropriados para tratar da intelectualidade, mas sim criticar a característica mais latente deste agrupamento nos debates do II Congresso, qual seja, a *indisciplina partidária*, buscando resolver os problemas daquela situação, apesar de que, para tanto, tivesse que lançar mão de teses que ultrapassam as circunstâncias da discussão. Por mais que não fosse o momento para se debater a questão dos intelectuais – e de fato não era essa a questão candente no seio do partido – Lenin não desenvolve questões tão pertinentes quanto o próprio conceito de intelectualidade (apesar do uso recorrente do termo), ou a posição da intelectualidade no modo de produção – já que, a despeito da necessidade dos intelectuais em venderem sua força de trabalho, parcela destes, como os engenheiros (se trabalharmos com um conceito que comporte os engenheiros como intelectuais¹⁷) ocupam cargos de direção na produção (na transição socialista, pode-se dizer que o léxico de Lenin converte “intelectuais” em

¹⁷ Lenin dá uma indicação de que seu conceito de intelectualidade abrange os engenheiros e organizadores da produção ao afirmar, de passagem: “A medida que o tempo passa, mais se chocam com a autocracia os interesses da burguesia como classe e os interesses dos intelectuais, sem os quais resulta inconcebível a moderna produção capitalista”. (OC9, 130).

“especialistas”). Ora, numa situação de transição para o socialismo, essa contradição, se subordinada à contradição entre burguesia e proletariado na luta pela tomada do poder, passa a assumir centralidade na reorganização do modo de produção e no rearranjo das relações de produção. Justamente por não tematizar esse problema com a devida atenção no período *anterior* à revolução, Lenin e todo o partido bolchevique terão que se defrontar com dificuldades sem o auxílio de teorização ou acúmulo de experiência, fato que deixa marcas indeléveis no processo revolucionário de 1917 e nos anos seguintes.

Feito esse reparo, podemos observar nas passagens apresentadas por Lenin sobre a intelectualidade que a oposição de classes, tal como Kautsky caracteriza, é amenizada e reduzida a diferenças de práticas, de estilos de vida. É nesse plano que Lenin instrumentaliza a idéia de intelectuais para criticar seus oponentes, ao repudiar a *insubordinação dos intelectuais à organização operária*. Contudo, é importante notar que, diferente do que Cliff sugere, não existe contradição entre a tese do protagonismo da intelectualidade na transmissão da ciência socialista e na construção do partido e a tese da insubordinação da intelectualidade à disciplina operária e suas práticas diferenciadas. Não é possível identificar uma mudança teórica a esse respeito nos livros *Que fazer?* e *Um passo à frente*. Lenin insistentemente aponta que a intelectualidade a que se refere é *trânsfuga de classe*, pois adere à causa proletária ao romper *ideologicamente* – não materialmente – com as classes dominantes. No entanto, por manter laços culturais e materiais com a pequena burguesia ou com a burguesia, a intelectualidade – mesmo aquela que faz parte do partido – permanece submetida à constante pressão das determinações objetivas, incorrendo em desvios freqüentemente. Portanto, há continuidade teórica, com destaque para aspectos diferentes de acordo com o debate que está na ordem do dia.

Ninguém ousará negar que o que caracteriza, de um modo geral, a *intelectualidade como uma camada especial* nas sociedades capitalistas contemporâneas é *justamente o seu individualismo* e a sua incapacidade para se submeter à disciplina e à organização (...); nisso é que reside, entre outras coisas, a diferença desvantajosa entre essa camada social e o proletariado; nisto reside uma das razões que explicam a fraqueza e instabilidade da intelectualidade, que o proletariado tantas vezes sentiu. E essa particularidade da intelectualidade está inseparavelmente ligada às suas condições habituais de vida, ao seu modo de ganhar a vida, que se aproximam em muitíssimos aspectos das

condições *de existência pequeno-burguesa* (trabalho individual ou em coletivos muito pequenos etc.). (OE1, 262-3)

A psicologia do intelectual burguês que se considera entre os ‘espíritos de elite’, colocados acima da organização de massas e da disciplina de massas, surge aqui com notável clareza. (...) *Toda a organização e disciplina proletárias parecem servidão* ao individualismo próprio de intelectuais (...). (OE1, 327)

Chegamos ao debate sobre a disciplina de fábrica, tópico bastante polêmico e que será fortemente questionado tanto por Luxemburg e Trotski. Para Lenin, a disciplina imposta ao proletariado pelas necessidades da produção – como sua articulação na cadeia produtiva e o trabalho coletivo, o imperativo da ampliação da mais-valia relativa, que imprime cada vez mais um ritmo acelerado de produção e o regime ditatorial imposto pelo capitalismo por meio do diretor de produção – pode ser entendida em dois sentidos antagônicos. Por um lado, é a necessidade econômica do capital de garantir sua reprodução, que acaba ensinando a submissão ao dirigente de produção e às normas de trabalho que melhor convêm à acumulação de capital, por mais duras que sejam, sob pena de ser demitido; por outro, disciplina o operário, educa-o cotidianamente a suportar as exigências da luta política pela sua emancipação, como a organização em partidos e a participação permanente em seus órgãos nas brechas deixadas pela jornada de trabalho, a aceitação do centralismo democrático (ou seja, a subordinação fiel às decisões tomadas por outrem), o trabalho clandestino e o necessário cuidado com a repressão, assim como a disciplina militarizada em momentos insurrecionais. É esse último aspecto, *derivação não-objetivada pelo capital*, que Lenin valoriza e toma como argumento para criticar a postura insubordinada da minoria com relação às deliberações do congresso, ao dizer que “toda a vida do proletariado o educa para a organização de modo muito mais radical que a muitos intelectuaizinhos”. (OE1, 350). No entanto, esquece que uma mentalidade submissa abre caminho para o domínio de classe e para o controle político dos trabalhadores por parte de elites partidárias. Perde-se, assim, o espírito crítico, fundamental para a correção dos rumos da revolução.

Precisamente a fábrica, que a alguns parece apenas um espantalho, representa a forma superior de cooperação capitalista, que unificou e disciplinou o proletariado, o ensinou a organizar-se, o pôs à

cabeça de todas as outras camadas da população trabalhadora e explorada. Precisamente o marxismo, ideologia do proletariado educado pelo capitalismo, ensinou e ensina aos intelectuais inconstantes a diferença entre o lado explorador da fábrica (disciplina baseada no medo de morrer de fome) e o seu lado organizador (disciplina baseada no trabalho em comum, unificado pelas condições em que se realiza a produção altamente desenvolvida do ponto de vista técnico). A disciplina e a organização, que ao intelectual burguês tanto custam a adquirir, são facilmente assimiladas pelo proletariado, justamente graças a essa ‘escola’ da fábrica. O medo mortal a essa escola, a incompreensão absoluta da sua importância como elemento de organização, caracterizam precisamente a maneira de pensar que reflete as condições de existência pequeno-burguesas. (...) [Ao intelectual] a organização do partido parece-lhe uma monstruosa fábrica, a submissão da parte ao todo e da minoria à maioria surge-lhe como uma ‘servidão’, a divisão do trabalho sob a direção de um centro fá-lo lançar gritos tragicômicos contra a transformação dos homens em ‘engrenagens e parafusos’ (...). (OE1, 352)

Ainda em *Um passo a frente, dois passos atrás* e em seus textos subsequentes, Lenin toca num ponto fundamental para a estratégia revolucionária: a relação do partido com as diversas classes sociais, especialmente o campesinato e a burguesia. Como já havíamos dito, Lenin defende nesse momento a estratégia etapista da revolução – “a diferenciação rigorosa entre etapas” (OE1, 131-2) –, sendo que a primeira etapa para a revolução socialista é a revolução democrática burguesa. Para o cumprimento desta etapa, é necessária a articulação de um amplo leque de alianças com as parcelas pauperizadas do campesinato e com os setores progressistas da burguesia baseado num programa democrático, que admite o Estado de direito burguês (direitos civis, propriedade privada). O tratamento desta questão nesse momento ainda é bastante eventual. Contudo, há passagens contundentes em defesa desta estratégia. A respeito do campesinato, Lenin enfrenta certa oposição já no II Congresso, ao polemizar com Mákhov sobre a unidade com o campesinato quando da definição do Programa Agrário. Mákhov defende que, por ser o proletariado a única classe revolucionária, o partido deve repudiar qualquer tipo de alianças com os setores camponeses. Lenin, levando em consideração a *estratificação do campesinato em frações de classe* – fenômeno que exerce pressão na *perspectiva de classe* – responde argumentando que Mákhov incorre em “vulgarização que esquece as peculiaridades russas das relações capitalistas gerais entre o operário agrícola e o camponês rico”. (OE1, 239) Assim, Lenin acredita que o operariado deve buscar a articulação política

principalmente com as frações mais pauperizadas do campesinato, fortemente ameaçadas pela perda da propriedade e pela proletarização. Com efeito, como veremos em *Duas táticas*, a proposta de Lenin – e do POSDR – para a primeira etapa da revolução socialista é a “ditadura do proletariado e do campesinato”.

A aproximação com a burguesia é marcada por uma desconfiança muito maior se a compararmos com a articulação do proletariado com o campesinato pobre, por haver um “nível” de oposição de classes mais marcante. A despeito desta contradição entre capital e trabalho, Lenin defende que ambos se aliem para a derrubada dos vestígios de feudalismo, que entram o desenvolvimento capitalista, adiando, desta maneira, a resolução do conflito entre operário e burguês. Esses vestígios de feudalismo se referem a duas instâncias: 1. a instância econômica, no que concerne a) às relações de produção – analisadas em toda sua multiplicidade no livro *O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia* –, que emperram o livre trânsito da força de trabalho, o desvelamento da oposição entre proprietário e não-proprietário dos meios de produção, a socialização do trabalho em nível nacional e o intercâmbio econômico e cultural, anuviando, dessa forma, a oposição entre patrão e empregado por inserir mediações ideológicas como as tradições feudais; b) às forças produtivas, estagnadas de modo que não possam se desenvolver e revelar a oposição entre potencial produtivo e apropriação privada do excedente; 2. a instância política, referente basicamente à autocracia czarista e seu aparato de Estado, que impossibilita a representação das frações burguesas no Parlamento e tutela as relações entre aristocracia feudal e burguesia nascente; além disso, cerceia as liberdades de reunião e de organização, afetando negativamente a mobilização operária e, como decorrência, a sua conscientização para a tomada do poder. Para ultrapassar revolucionariamente esses empecilhos em direção ao capitalismo – que explicita suas contradições para a classe operária – é necessário uma aliança com a burguesia disposta à derrubada dos traços feudais da sociedade russa, opondo-se firmemente às parcelas da burguesia que se atrelam ao passado feudal¹⁸. No bojo desta formulação, carregada de confiança no setor progressista da burguesia incipiente, Lenin ressalta o “caráter inevitável dos protestos liberais contra a autocracia” (OC9, 130-1).

¹⁸ É dentro dessa lógica que Lenin defende a seguinte postura: “aliança com a burguesia agrícola contra a aristocracia agrária, ou contra a burguesia agrícola aliada à aristocracia agrária”. (OC8, 87)

É com esse setor que o proletariado deve se aproximar de maneira cuidadosa, elaborando acordos temporários que preservem a independência da classe e que respeitem determinadas condições¹⁹. Essa independência deve ser prezada ao se fazer o “desmascaramento dos traços ‘anti-revolucionários e anti-proletários’ de *qualquer* tendência democrático-liberal”, sem jamais abrir mão do programa do partido – que condensa os anseios principais da classe operária – para satisfazer a burguesia. É nessa tensão, que coaduna aproximação e distanciamento do proletariado com a burguesia, que o partido deve se posicionar.

(...) é *imprescindível* ‘desmascarar a estreiteza e a insuficiência do movimento de emancipação da burguesia’, mas de modo algum que sejam inadmissíveis acordos temporários. (OE1, 308).

(...) atar-se as mãos, proibindo antecipadamente os ‘acordos temporários’, ainda que com os liberais mais timoratos, seria uma miopia política incompatível com os princípios do marxismo.

(...) é estranha a idéia de que ‘nossas’ reivindicações, as reivindicações da democracia operária, sejam apresentadas ao governo pela democracia liberal. Por um lado, a democracia liberal, por ser precisamente democracia burguesa, jamais é capaz de fazer suas as ‘nossas’ reivindicações e defendê-las de maneira sincera, conseqüente e decidida. Inclusive no caso de que os liberais façam ‘voluntariamente’ a promessa formal de apresentar nossas reivindicações, não a cumpririam e enganariam o proletariado. (OC9, 83-4)

Em *A campanha dos zemtvos e o plano do Iskra*, Lenin esclarece que a contradição principal deste momento é a oposição entre as classes componentes da sociedade capitalista, ou seja, burguesia e proletariado, contra a classe remanescente do feudalismo, a oligarquia latifundiária feudal. Esse é o inimigo principal nessa conjuntura. Cabe ao partido insuflar camadas da burguesia para que derrube os traços de feudalismo e instaure uma democracia burguesa que abra espaços para a organização operária. Todavia, é importante explicitar a desconfiança que Lenin nutre pela burguesia e pelo seu potencial de se opor ao czarismo de modo conseqüente, principalmente nos momentos de ascenso revolucionário,

¹⁹ Essas condições são estabelecidas pelas possibilidades do jogo político, e não por leis abstratas. É interessante o destaque dado ao papel dos “organismos centrais” do partido. “De maneira geral, num congresso do partido, é absurdo querer elaborar as ‘condições’ concretas de acordos temporários quando ainda não se apresentou nenhum contratante determinado, sujeito desses possíveis acordos. E ainda que tal ‘sujeito’ existisse, seria cem vezes mais racional deixar o cuidado de precisar as ‘condições’ do acordo temporário aos organismos centrais do partido (...)”. (OE1, 309)

ou seja, nos momentos em que o proletariado se organiza e se mobiliza para a tomada do poder. Essa observação é importante para sofisticar o etapismo defendido por Lenin nesse momento de sua teorização, já que reconhece as hesitações latentes da classe burguesa em sua luta contra o feudalismo, ao caracterizá-la como um “aliado eventual, problemático, inseguro e indeciso” (OC9, 85). Por isso o apelo para a defesa da independência de classe, que consiste em prezar pela organização autônoma e pela permanência das bandeiras programáticas do partido.

(...) Quanto mais se aproxima o momento da revolução, maior intensidade adquire o movimento constitucionalista, mais rigorosamente o partido do proletariado deve manter sua independência de classe, menos deve permitir que suas reivindicações de classe se fundem no mar da fraseologia democrática geral. (OC9, 132-3).

No período que se segue ao término do II Congresso, há a realocação de um dos mais importantes quadros bolcheviques – se não o maior no momento: Plekhanov decide reorientar sua postura política. Ao invés de se aliar a Lenin no embate encarniçado pela aplicação das deliberações congressuais, Plekhanov passa a defender o apaziguamento dos conflitos partidários em nome da unidade. Para tanto, mostra-se disposto a abrir mão de algumas decisões tomadas coletivamente para ceder às reivindicações dos mencheviques. Destacando o “regozijo nas fileiras dos inimigos da social-democracia”, Lenin critica Plekhanov pela “*viragem para a ala oportunista do nosso partido*” (OE1, 340).

A cedência, que o camarada Plekhanov apresentou como um novo lema de combate, é legítima e imprescindível em dois casos: ou quando aquele que cede está convencido da razão dos que querem obter essa cedência (...), ou quando a cedência a uma exigência insensata ou prejudicial para a causa é feita para evitar um mal maior. (OE1, 336)

Fato importante é que Lenin, respondendo ao impacto da mudança de Plekhanov em todo o partido, decide abrir mão de seu posto – minoritário – na redação do *Iskra* para evitar a cisão. Portanto, dada a redução das possibilidades de enquadrar os mencheviques nas normas do centralismo democrático e a impotência de transformar o *Iskra* por dentro (já que os bolcheviques eram minoria na comissão editorial), Lenin decide recuar, pedindo afastamento do cargo no *Iskra* e defendendo a proposta de um novo Congresso, a ser

convocado emergencialmente, pela gravidade da situação do partido²⁰. Com isso, procurava restabelecer as normas do Congresso, como a composição do OC, cuja correlação de forças fora alterada em favor da minoria por meio de cooptações, ou seja, adesões deliberadas pelos organismos *superiores*, ao largo do Congresso ou de consulta das bases. De acordo com artigos de Lenin no periódico do partido, esse Congresso, apesar da indisciplina da minoria – que pôs em xeque o funcionamento de todo o partido e o respeito pelas posições majoritárias – deveria transcorrer visando ao esclarecimento das divergências. Mais do que restabelecer uma paz interna baseada no sufocamento dos mencheviques por meio do enquadramento disciplinar – fato que apenas abafaria provisoriamente as tensões – Lenin acena em seus textos para uma saída que procurasse a resolução efetiva das polêmicas, seja pelo convencimento, seja pelo restabelecimento da maioria nos órgãos do partido baseado no centralismo democrático. É por isso que aconselha o partido a:

Permitir que a minoria disponha de um grupo de escritores com direito de representação nos congressos; conceder as mais amplas garantias formais no que se refere à edição de publicações do partido que contenham críticas à atividade das instituições centrais (OC9, 19-20)

Preza-se, assim, pela saída baseada no esclarecimento das divergências, contornando qualquer tipo de obscurantismo. Para tanto, Lenin baseia sua política no *cálculo* de possibilidades e de cenários futuros.

Vale ressaltar que, apesar da profunda convicção de Lenin de que a postura menchevique era equivocada, por atropelar deliberações tomadas pelo partido, ele mesmo começa a apresentar sinais de mudança no trato da questão, provavelmente pela ressonância da posição de Plekhanov – figura de grande prestígio – e pela necessidade de reavaliar a situação e suas possibilidades negativas e positivas para o destino do partido. Como já foi afirmado, Lenin tinha sérias dúvidas se era o melhor caminho levar às últimas conseqüências o conflito com os mencheviques. Em *Por que abandonei a redação do Iskra*, Lenin afirma que:

²⁰ “(...) a saída prática da crise está na convocação imediata do III Congresso do Partido. Apenas ele poderá esclarecer a situação, solucionar os conflitos e enquadrar a luta nos marcos adequados. Sem o Congresso, só se pode esperar a progressiva desintegração do partido. (OC9, 17)

Considerarei que seria menos danoso me colocar no caminho de uma possível paz dentro do partido, razão pela qual abandonei a redação (...), declarando ao mesmo tempo que não renunciava a continuar colaborando e nem sequer insistia que minha saída se tornasse pública, se a paz que se estabelecesse no partido fosse autêntica. (OC8, 108)

A saída encontrada por Lenin é, ao lado da convocação do Congresso extraordinário, organizar o setor majoritário “à margem do consentimento dos organismos centrais do partido” (OC9, 110), sob domínio da minoria. A oposição aos mencheviques é categórica: deve-se congregiar a maioria do partido de modo a lutar pelo congresso e elaborar um periódico *paralelo* ao periódico oficial²¹, o *Iskra*, contornando as estruturas partidárias e as deliberações dos organismos sob controle menchevique. Essa medida extrema, indicadora da gravidade da situação, é tomada, como já foi exposto em *Um passo à frente*, devido à “total ruptura das instituições centrais com o Partido”, ou seja, pela quebra do centralismo democrático, segundo o qual as deliberações do Congresso, tomadas democraticamente pelo conjunto do partido, devem ser acatadas pela totalidade dos militantes. Essa posição, a despeito de ser motivada pelos resultados do Congresso e em defesa dos procedimentos formais do partido, abre precedente para que, no caso de dissociação entre a base e as direções do partido, a maioria se organize por conta própria e combata a postura das instâncias superiores. Percebe-se uma preocupação de Lenin em evitar ao máximo manobras oportunistas como a “cooptação” de membros não-eleitos para o CC ou outras jogadas de bastidores. Apela-se, portanto, para a resolução dentro de marcos definidos e legítimos, respaldados por um Congresso constituído por delegados, com teses submetidas a debates amplos e a votações.

(...) a saída prática da crise está na imediata convocação do III Congresso do Partido. Somente ele poderá esclarecer a situação, dirimir os conflitos e enquadrar a luta nos marcos adequados. (OC9, 17)

Para agregar a maioria do partido para esse novo Congresso, Lenin defende a articulação dos grandes centros bolcheviques na forma de uma organização para-partidária (com periódico próprio), denominada Bureau dos Comitês da Maioria, que serviria para

²¹ Lenin defende a “(...) publicação de um periódico do partido dedicado a defender e desenvolver os princípios da maioria, contra a discórdia em matéria de organização e de tática introduzida no Partido pela minoria. (...) a nova direção começa a falsificar opiniões e a boicotar textos da maioria. (OC9, 103).

fustigar a minoria que tomou de assalto o centro dirigente do partido. Apesar dos esforços em resolver as polêmicas dentro do quadro institucional do partido, percebe-se aqui que, para além dos estatutos, prevalece a luta pela linha previamente decidida.

Não há outro caminho aos comitês e organizações da maioria senão unir-se para lutar pelo congresso e contra as chamadas instituições centrais do Partido, que desmoralizam descaradamente o partido. Nós damos o primeiro passo para essa unidade ao criar o Bureau de Comitês da Maioria, por iniciativa e comum acordo dos comitês de Odessa, Ekaterinoslav, Nikoláev, Riga, Petersburgo e Moscou. (OC9, 69-70)

O Bureau atua agora como Comitê de Organização à margem do consentimento dos organismos centrais, que devem prestar contas ao Partido mas que eludiram sua responsabilidade diante dele. (OC9, 110)

Atento às necessidades conjunturais, Lenin também não deixa de oferecer certas anotações interessantes sobre a constituição e caráter do periódico do partido revolucionário, que destoam ligeiramente do que defende em *Que fazer?*. Percebe-se uma preocupação com a expansão dos articulistas e com a participação mais intensa de militantes de base, questionando mesmo a cisão entre comissão editorial e público leitor. Portanto, o jornal cumpre múltiplas funções: transmissão da linha majoritária, divulgação de divergências (dando voz às oposições), assim como receptor de experiências proletárias, ou seja, uma espécie de sensor da classe operária, que identifica costumes e disposições ideológicas.

(...) todos os que considerem esse órgão como seu e tenham consciência de seus deveres de membro do POSDR devem sobrepôr-se de uma vez por todas ao hábito burguês de pensar e agir como é usual nos periódicos legais: *eles* tem a obrigação de escrever e nós de ler. Todos os social-democratas devem trabalhar para um periódico social-democrata. (...) Temos que dar aos operários a mais ampla possibilidade de escrever para nosso periódico, de escrever resolutamente sobre tudo, de escrever sobre sua vida cotidiana, de seu trabalho, do que lhes interessar; um periódico social-democrata que não contenha materiais deste tipo não valerá nada nem merecerá esse nome. (OC9, 107)

É o próprio Lenin que põe em prática a crítica aos aparelhos centrais nas páginas do partido, pois, tal como indica Liebman, “É importante ressaltar que as críticas de Lenin ao CC foram feitas em público, na imprensa bolchevique (...)”. (LIEBMAN, 1973a, 55)

Essa polêmica deixa marcas permanentes em todo o POSDR e em suas duas novas frações, que seriam rediscutidas apenas no IV Congresso da “Unificação”, em 1906, já que o III Congresso de 1905 foi preparado pelos bolcheviques e boicotado pelos mencheviques, que se reuniram paralelamente. Contudo, antes de qualquer acerto de contas, o partido foi obrigado pela mudança brusca de conjuntura a se defrontar com um momento chave para sua história em todos os sentidos: as experiências apreendidas ao longo de 1905 terão ressonâncias que vão reconfigurar, em medidas diferentes, as concepções de todo o partido em seus três eixos, *organização, estratégia e programa*. Antes de passarmos para a insurreição de 1905, é necessário fazermos um balanço, ainda que sucinto, da primeira polêmica de Lenin com dois dos mais importantes teóricos antagônicos às teses leninistas nesse momento: Rosa Luxemburg, em *Questões de organização na social-democracia russa*; e Leon Trotski, no livro *Nossas tarefas políticas*.

d. A polêmica com Rosa Luxemburg e Leon Trotski

Antes de apresentarmos esse debate, vale dizer que nossa intenção não é fazer um debate minucioso da obra de nenhum dos autores em questão, posto que esse não é o objetivo do trabalho e exigiria uma leitura muito mais ampla de suas obras. Pretendemos apenas expor e analisar alguns argumentos de seus textos para melhor compreender a teoria do partido em Lenin, ao identificarmos a natureza dos embates que marcaram a social-democracia européia naquele contexto, que deixaram traços nas obras posteriores dos autores. Esse diálogo antecipa uma outra polêmica – ainda mais abrangente – entre esses três expoentes do marxismo, que ocorrerá logo após os levantes de 1905.

As polêmicas que Lenin trava com Rosa e Trotski são decorrência dos acontecimentos do II Congresso do POSDR e se chocam diretamente com as formulações leninistas deste momento. Começemos por Rosa Luxemburg. A autora apresentou crítica a Lenin no artigo *Questões de organização na social-democracia russa*, publicado na revista *Die Neue Zeit*, dirigida por Kautsky. Basicamente, sua crítica possui dois aspectos co-

relacionados: o forte traço de espontaneísmo em matéria de organização e estratégia, que sustenta sua crítica ao centralismo leninista, assim como seu entendimento da relação entre vanguarda e classe e a tomada de consciência.

O espontaneísmo enfatiza a tomada da consciência de classe pela compreensão do capitalismo de maneira imediata, a partir das manifestações diárias da oposição de classes mesmo nos níveis mais superficiais da luta econômica. Pelas indicações oferecidas no artigo em pauta, Rosa acredita que, sem maiores mediações como o partido revolucionário, o funcionamento normal do capitalismo acaba por explicitar a luta de classes ao *conjunto* do proletariado pelos próprios fenômenos da exploração capitalista, que são auto-explicativos ao proletariado devido à “tendência do desenvolvimento e da educação política no curso das lutas” (LUXEMBURG, 1985, 20). Assim, a consciência da condição de explorado ocorre independentemente das ferramentas analíticas fornecidas pela teoria revolucionária, que, no caso de Lenin, depende da transmissão efetuada por intermédio da vanguarda. Dessa forma, a teoria científica do socialismo, tão relevante na concepção leninista apresentada em *Que fazer?*, tem aqui importância secundária, porque as agruras do capitalismo e as “peripécias da luta” (LUXEMBURG, 1985, 16), *per se*, oferecem ao proletariado matéria suficiente para levá-lo à organização de classe e para combater a burguesia em direção à tomada do poder, ou seja, fornece conhecimento sobre organização, estratégia e programa. Daí sua conclusão de que a organização operária revolucionária é uma “produção espontânea do movimento” (LUXEMBURG, 1985, 22). Mesmo o funcionamento interno desta organização não necessita da intervenção decisiva da teoria revolucionária, posto que pode ser baseado no “autocentralismo espontâneo” (LUXEMBURG, 1985, 14), introvertido pelos próprios operários como uma necessidade da luta. Ainda sobre o tema da organização, Rosa também se opõe a Lenin ao questionar a preocupação deste com a demarcação entre classe e partido. Para Rosa, essa demarcação é desnecessária e pode, em certas condições específicas, prejudicar a apreensão das contradições do capitalismo pela classe operária no fluxo das lutas: “Na realidade, a social-democracia não está ligada à organização da classe operária, *ela é o próprio movimento da classe operária*”. (LUXEMBURG, 1985, 18) Uma característica do texto de Rosa – também presente no clássico *Reforma ou revolução?* – é uma certa aproximação com um

tipo de fatalismo histórico, já que as próprias contradições do capitalismo se apresentam como tal, ou seja, como contradições, de modo que o proletariado as superará de uma maneira ou de outra. Um exemplo presente no texto, ainda que bastante nuançado, é sua reflexão sobre a condição feudal da Rússia e os constrangimentos para a construção do partido proletário. Essas dificuldades, mais do que referentes à repressão política czarista, concernem ao fato de que, como o capitalismo enquanto modo de produção ainda não está plenamente consolidado nessa formação social, fenômenos constituintes deste sistema – como o movimento operário – também têm dificuldades para se consolidar.

Isso [a formação social russa] torna particularmente difícil o problema da organização, não tanto pelo fato de que a social-democracia deve proceder a essa organização sem poder gozar das garantias formais que oferece a democracia burguesa, mas porque ela deve assim como Deus, fazer surgir ‘do nada’ essa organização, *sem dispor da matéria prima política que em outros lugares a própria sociedade burguesa prepara.* (LUXEMBURG, 1985, 11)

Podemos dizer que, se Rosa acerta ao dizer que a “matéria prima política” – a saber, *o próprio proletariado* enquanto classe organicamente constitutiva da formação social – ainda representa uma pequena parcela da sociedade russa se a compararmos, por exemplo, com o campesinato, não se pode entender essa determinação como a pressão principal contra a construção do partido revolucionário, mas sim como um impeditivo paralelo às condições políticas extremamente adversas do czarismo. O que Rosa faz é buscar em determinações econômicas gerais, como a restrição do avanço capitalista, a principal explicação da debilidade do partido, já que essa é uma instituição “que a própria sociedade burguesa prepara”. Esse aspecto negativo atinge também sua concepção sobre o *perfil* do partido revolucionário, entendido como derivativo necessário do desenvolvimento do capitalismo. Nas palavras da autora:

Em grandes linhas, a tática de luta da social-democracia não deve, em geral, ser ‘inventada’: é o resultado de uma série ininterrupta de grandes atos criadores da luta de classes, freqüentemente espontânea, que busca seu caminho. (LUXEMBURG, 1985, 22)

(...) o único sujeito ao qual corresponde hoje o papel de dirigente é o eu coletivo da classe operária, que reclama resolutamente o direito de cometer ela mesma os equívocos e de aprender por si só a dialética da história. (LUXEMBURG, 1985, 39)

Em suma, podemos absorver destas passagens que, para Rosa, a *aparência* do capitalismo é similar – ainda que não-idêntica – à sua própria *essência*, já que a consciência de classe é derivada das observações dos operários que, paulatinamente, apreendem o funcionamento do capitalismo e sua condição de explorado; dito de outro modo, a maneira como a exploração de classe aparece ao proletariado é próxima da própria exploração de classe em sua completude. Uma crítica possível a essa formulação teórica é a subestimação das ideologias introjetadas na mentalidade proletária pelos aparelhos de reprodução do capitalismo, dotados de poderosos mecanismos de propaganda e convencimento que favorecem o metabolismo do capital e, portanto, a permanência da divisão da sociedade em classes, assim como as pressões materiais que premiam os operários adaptados ao capitalismo e dispostos a vender passivamente sua força de trabalho. Ao estabelecer uma aproximação entre o modo aparente do capitalismo com o seu conteúdo essencial, Rosa acaba por secundarizar os aparatos ideológicos que dificultam o entendimento do capitalismo, pois desviam a consciência de classe para formas de pensamento reformistas ou até mesmo reacionárias na maior parte do tempo. Se a compreensão da realidade fosse decorrência das contradições explícitas do capitalismo, como entender que as massas permanecem por na obscuridade ideológica, seguindo a política e o modo de pensamento burgueses?

Não podemos tirar conclusões levianas sobre a concepção política de Rosa. Primeiramente, qualquer análise séria não pode polarizar as divergências entre Lenin e Rosa como se, de um lado, houvesse o teórico da organização partidária ativa, de uma estrutura hierárquica e vanguardista em oposição constante à espontaneidade das lutas operárias e, de outro, a teoria do espontaneísmo absoluto, que entrega ao próprio processo histórico, sem qualquer ponderação, a emancipação da classe operária. De fato, a divergência, menos que uma “Muralha da China”, diz respeito à *ênfase* a um dos dois pólos. Lenin, como já havíamos frisado, não despreza a importância do levante de massas não-coordenado pelo partido, muito menos é *contra* as manifestações espontâneas, o que seria inexplicável para um partidário da revolução e da mobilização de massas. O que ele enfatiza é a canalização destes protestos, facilitada pelo – e, em grande medida, dependente do – partido, para um sentido revolucionário e socialista. Da mesma maneira, Rosa não é

contra a organização de quadros de vanguarda, disciplinados e temperados na luta de classes – para ela, esses agrupamentos podem contribuir, mas estão constantemente ameaçados de dissociação com relação às massas e de apego excessivo a regras táticas pré-estabelecidas, além de não serem determinantes para a definição dos objetivos das lutas. Não há um antagonismo qualitativo entre organização e espontaneidade, há uma diferença de grau. Mais incorreto ainda é equacionar essa problemática como o confronto entre *partido de massas ou partido de vanguarda*, como por vezes se aborda o problema. Essa oposição é completamente artificial e foge dos quadros teóricos de ambos os autores. Tanto Lenin quanto Rosa reconhecem, cada um à sua maneira, a importância da vanguarda política e a construção de um partido o mais amplo possível. Trata-se muito mais de uma questão de grau do que de princípio.

A segunda crítica que Rosa faz a Lenin é o centralismo excessivo, tópico que também passa pelo crivo do espontaneísmo da autora: “O ultracentralismo defendido por Lenin aparece-nos como impregnado não mais de um espírito positivo e criador, mas sim do espírito do vigilante noturno”. (LUXEMBURG, 1985, 9) Ao lado da crítica à democracia interna do POSDR, seu temor é de que a organização atue como entrave das experiências imediatas da classe, pela possibilidade de dificultar a apreensão e análise do fluxo histórico pelo próprio proletariado sem esquemas a-históricos e dogmáticos. Um partido subordinado ao mecanismo de centralismo democrático – tal como o entende Lenin – pode conter o aprendizado histórico presente na relação extremamente dinâmica entre proletariado e luta de classes. Como as experiências da classe são suficientes para a tomada da consciência e para a prática revolucionária, o partido é apresentado como um pólo fluido de concentração de operários revolucionários, um verdadeiro laboratório das práticas cotidianas da luta de classe. Esse agrupamento, salvo o cuidado especial com os trãnsfugas de classe²², deve ter maleabilidade na demarcação interna (entre base e direção) e externa (entre partido e classe, entre vanguarda e proletariado), servindo como instrumento de organização mínima para a unidade da ação, sem controle rigoroso da aplicação da linha

²² Rosa faz uma ressalva no tratamento e no controle sobre esses militantes: “Nesse caso, um rigor maior na aplicação do princípio do centralismo e uma disciplina mais severa, formulada explicitamente nos artigos do estatuto, podem constituir salvaguarda eficaz contra os desvios oportunistas” (LUXEMBURG, 1985, 36)

majoritária. Por isso, critica a “drástica diferenciação e separação dos grupos organizados de revolucionários” (LUXEMBURG, 1985, 12), afirmando que “não se pode estabelecer compartimentos estanques entre o núcleo proletário consciente (...) e os estratos contíguos do proletariado”. (LUXEMBURG, 1985, 17). Nesse sentido, critica o protagonismo do CC como órgão dirigente, posto que, em sua concepção, o CC defendido por Lenin “aparece como o verdadeiro núcleo ativo do partido e as demais organizações como simples instrumentos executivos” (LUXEMBURG, 1985, 13).

Além disso, uma crítica mais genérica à proposta leninista de partido é o questionamento de “esquemas abstratos de importância geral e absoluta” (LUXEMBURG, 1985, 27). Não vamos nos debruçar sobre essa questão, já que a própria Rosa não desenvolve essa crítica, além de que, quando tratamos de *Que fazer?*, já procuramos discernir os aspectos conjunturais e os aspectos teóricos de longa duração, extensíveis a diversos contextos. De todo modo, vale dizer que não é correto caracterizar *toda* a posição leninista deste período como uma “fórmula rígida” (LUXEMBURG, 1985, 12), já que são recorrentes as citações que justificam aquele aparelho devido aos impeditivos da conjuntura russa. Mais correto seria apontar determinados aspectos marcantes que, postos à prova da luta de classes, foram abandonados ou retificados por Lenin. De fato, a natureza da crítica de Rosa aos organismos da corrente bolchevique diz respeito, naquilo que lhe é primordial, ao cuidado com a livre absorção por parte do proletariado das experiências históricas da luta de classes, sem o empecilho de quaisquer formalismos organizacionais.

Outra crítica interessante refere-se à transposição leninista da disciplina da fábrica para a disciplina do partido. Apesar de Rosa não distinguir, assim como Lenin, os *dois aspectos da disciplina de fábrica* – ou seja, de um lado, seu papel na reprodução do capital e, de outro, sua similitude com as formas de organização insurrecionais –, seus questionamentos trazem à tona a problematização da disciplina de fábrica *em geral*, priorizando o espírito de autonomia do “sujeito” revolucionário em detrimento de militantes alheios à decisão da política do partido, características que, como já observamos, não são alvo de reflexão por parte de Lenin:

(...) é extirpando até a raiz esses hábitos de obediência e servidão, que a classe operária poderá adquirir o sentimento de uma nova disciplina, da autodisciplina livremente consentida pela social-democracia (LUXEMBURG, 1985, 19-20).

Exposto a crítica, vamos ao texto-resposta de Lenin, também denominado *Um passo à frente, dois passos atrás*. Apenas a título de nota, é interessante lembrar que Kautsky vetou a publicação do artigo na revista *Die Neue Zeit* sem explicações. Sua publicação só foi realizada após a morte de Lenin, em 1930. É um artigo curto, que toca apenas alguns temas apresentados por Rosa que, em nossa exposição, serão reduzidos aos dois eixos da defesa de Lenin: a historicidade da organização leninista do partido e a questão da disciplina de fábrica.

Logo de início, Lenin rebate a crítica de Rosa aos “esquemas rígidos”, ao conferir historicidade à organização que defende. “*A camarada Luxemburgo supõe, assim, que defendo um sistema de organização contra qualquer outro. Mas, na realidade não existe tal coisa*” (OC9, 41). Como podemos perceber aqui, Lenin procura negar qualquer assertiva sobre o partido que ultrapasse as circunstâncias históricas. Ora, conforme procuramos demonstrar anteriormente, sua formulação em *Que fazer?* e *Um passo à frente, dois passos atrás*, de fato, exhibe traços *extensíveis a conjunturas diferentes*. Infelizmente, ambos os autores não enfocam com o devido cuidado essas diretrizes de longa duração, como, por exemplo, o papel da intelectualidade na transmissão da consciência de classe, assim como a fragilidade da democracia interna e da participação da base do proletariado nas decisões do partido. Na passagem abaixo, Lenin demonstra preocupação com os imperativos históricos na configuração do partido.

O que defendo ao longo do livro, da primeira à última página, são os princípios elementares de qualquer organização de partido que podemos imaginar. *Em meu livro não se examina o problema da diferença entre um e outro sistema de organização, mas apenas o problema de como é necessário apoiar, criticar e corrigir o sistema que for, sempre que não contradiga os princípios do partido.* (OC9, 40-1)

Mesmo reconhecendo “princípios” do partido, o que é determinante nesse trecho é a subordinação da organização às necessidades conjunturais, postura que não é dominante na teoria do partido de Lenin nos anos do *Que fazer?*. Portanto, pode-se notar uma pequena

oscilação de Lenin em favor do argumento historicista nesse texto, apesar de não desenvolver teoricamente o perfil do partido submetido a esse princípio. É importante esclarecer ainda que a eficácia prática deste argumento historicista é bastante reduzida se compararmos com a teorização de *Que fazer?*, que teve conseqüências muito mais duradouras na vida do POSDR, na corrente bolchevique e nas interpretações posteriores do leninismo por parte de seus seguidores.

Já a respeito da disciplina de fábrica, Lenin reitera seu argumento outrora apresentado, ao procurar discernir uma faceta negativa e outra positiva, uma voltada à perpetuação da dominação da burguesia, outra voltada para a emancipação do proletariado.

A camarada Luxemburgo declara que eu ressalto a importância educativa da fábrica. Não é verdade. Não fui eu, mas sim um adversário meu, quem disse que eu concebo o partido como uma fábrica. O que eu fiz foi ironizá-lo, demonstrando com suas próprias palavras que confundia dois aspectos distintos da disciplina fabril, o que, desgraçadamente, ocorre também com Rosa. (OC9, 45)

Infelizmente, esse debate rendeu menos dividendos teóricos do que poderia, pois o diálogo entre ambas as posições foi um tanto restrito, já que não procurou atingir pontualmente cada um dos argumentos e extrair lições desta polêmica, deixando lacunas teóricas não-resolvidas. Como veremos, Lenin não chega a rebater os argumentos de Trotski, condensados no livro *Nossas tarefas políticas*. De qualquer forma, para efetuarmos nós mesmos um pequeno balanço sobre esses debates, vejamos as críticas apresentadas por Trotski sobre a proposta leninista de partido.

Primeiramente, um vínculo destacado entre a crítica de Rosa e Trotski é a aproximação com o *espontaneísmo*. Isso é de extrema relevância para se compreender a crítica trotskista em seu conjunto, pois esse elemento reverbera em cada argumento apresentado. Na obra de ambos, a similitude entre condições objetivas e subjetivas servem de lastro para a construção teórica e para a crítica do partido. Essa, mais do que um elo necessário para a transmissão da consciência de classe, é desenhado como um pólo catalisador das experiências práticas da classe. Isso não é totalmente estranho a Lenin – basta tomarmos sua insistência no trato das *experiências* da classe no decorrer de *toda* a sua obra (desde *Que fazer?* até seus últimos escritos). O que lhes diferencia é a densidade

política que cada um confere aos dois pólos da relação entre partido e massas. Em Trotski, essa relação se refere a um processo em que o partido é parte constituinte, mas cujo protagonismo *em todas as instâncias* (organização, estratégia, programa) é, sem sombra de dúvidas, das massas, ou mais precisamente, nos termos do autor, da “autodeterminação política do proletariado”. Cabe ao partido *acentuar*, dentro do possível, os aspectos críticos da experiência cotidiana do proletariado, ao “fazer da revolução a escola política da classe”. Por isso, podemos afirmar que, salvo o conteúdo estratégico e programático, o partido não se distingue de outras organizações – como, por exemplo, os sindicatos – pelos procedimentos internos de funcionamento. Um diferencial tão importante para a teoria leninista quanto o centralismo democrático é alvo de duras críticas por parte de Trotski. Vejamos como o autor aborda a relação entre condições objetivas e subjetivas em *Nossas tarefas políticas* :

O marxismo ensina que os interesses do proletariado são determinados pelas condições objetivas de sua existência. Esses interesses são tão poderosos e tão inelutáveis que eles constroem o proletariado a lhes absorver em seu campo de consciência, ou seja, de fazer de seus interesses *objetivos* seu interesse *subjetivo*. Entre esses dois fatores – o fato objetivo de seu interesse de classe e sua consciência subjetiva – se estende o domínio inerente à vida, aquele do choque e dos antagonismos, dos erros e das decepções, das vicissitudes e dos defeitos. A perspicácia tática do partido do proletariado se situa inteiramente entre esses dois fatores e consiste em encurtar e em facilitar o caminho entre um e outro. (TROTSKI, 1970, 125)

Podemos identificar nessa passagem o mesmo argumento de Rosa: as condições objetivas de vida do proletariado oferecem tamanha pressão sobre as concepções políticas dessa classe que acabam por prevalecer sobre as ideologias, levando, portanto, o proletariado em direção à tomada de consciência.

Da mesma maneira, a questão das greves enquanto experiência para a tomada de consciência também aparece em ambos os autores. Assim como no caso anterior, a problemática em pauta se assemelha bastante à polêmica travada entre Lenin e Rosa. Obviamente, Lenin reconhece o papel das greves na constituição de militantes e no impacto na consciência de classe (como, por exemplo, uma identificação mais cristalina do choque de classes). Da mesma maneira, a oposição se localiza no argumento da importação da

consciência apresentada por Lenin em *Que fazer ?*, que estabelece uma relação inexorável entre intelectualidade revolucionária e a passagem da consciência de classe para o proletariado. Essa dependência está ausente da teorização de Rosa e Trotski, que, diferentemente, criticam a “idéia absurda” da cisão entre consciência e espontaneidade em favor da última. Para Trotski, “os métodos da agitação ‘econômica’ são destinados a despertar os *instintos revolucionários* elementares que se formam espontaneamente na psicologia de classe do proletariado”. (TROTSKI, 1970, 76) Esse é o estatuto que Trotski confere às lutas sindicais.

As greves e as manifestações representam toda uma série de práticas complexas da resistência de massa, reforçam o sentimento de solidariedade, desenvolvem um estado de espírito combativo, tudo isso com uma amplitude que não pode alcançar nem acreditar. (...) A greve e a manifestação, esses dois pontos culminantes da luta no curso dos dois últimos períodos, deram não apenas uma realidade prática aos sentimentos de protesto que se manifestaram no proletariado graças à agitação escrita e oral, mas expandiram brusca e rapidamente o campo daquela agitação e elevaram qualitativamente a receptividade das massas às novas formas de luta, mais importantes e mais complexas. (TROTSKI, 1970, 86-7)

O desvelamento espontâneo da consciência de classe também se apresenta resolutamente quando Trotski avalia, de modo sucinto, as experiências grevistas em Odessa, na Ucrânia, apresentadas de uma maneira que extravasa a especificidade, legando lições generalizantes. Como podemos perceber, os elementos organizativos e ideológicos que emanaram deste episódio perfazem, em sua completude, as propriedades que Lenin imputa exclusivamente ao partido revolucionário, ou seja, segundo Trotski, processos espontâneos deram origem a organizações aptas à realização completa das necessidades revolucionárias.

Se tivermos em conta o fato de que a greve se estendeu à maioria das usinas de Odessa, torna-se evidente que uma ação de tal amplitude exigiria, da parte dos participantes, o senso de organização, de perseverança, o espírito de disciplina, o conhecimento das condições de ação – que a greve exigia todas essas qualidades e que ela as formava ao mesmo tempo (TROTSKI, 1970, 100)

Ainda nessa perspectiva, Trotski critica severamente a postura bolchevique com relação ao espontaneísmo. Para o autor, os bolcheviques não apenas minimizam o potencial heurístico dos ascensos espontâneos – como seria correto afirmar – mas são *contra*

qualquer movimento espontâneo. Ora, nem Lenin nem os demais bolcheviques chegam a considerar as manifestações espontâneas da classe como uma nulidade completa. Resguardada a crítica implacável ao *espontaneísmo* – enquanto doutrina – efetuada por Lenin, há passagens que impedem essa caracterização apresentada por Trotski, nas quais Lenin, reconhecendo a importância da espontaneidade – como fenômeno constituinte da luta de classes –, afirma que é papel do partido *canalizar e aprofundar* esses levantes espontâneos de modo que a experiência do proletariado se aproxime, o máximo possível, das concepções programáticas do partido e da tomada do poder. Em outras palavras, se Lenin é o grande crítico da suficiência dos embates sindicais e espontâneos na elevação da classe à tomada de consciência, pode-se dizer que esses conflitos são, por outro lado, a *matéria-prima por excelência do trabalho partidário*, que por sua vez deve-se preocupar em esclarecer os fenômenos demonstrativos da luta de classes para a vanguarda proletária. Para Lenin, essa é uma faculdade *exclusiva* do partido revolucionário, enquanto que para Rosa e principalmente para Trotski, o partido é uma organização que, próximo de aderir aos impulsos das massas, busca retificá-los no curso das lutas, mesmo que essas já orientem as linhas gerais da atuação proletária.

Portanto, menos do que exageros decorrentes dos debates partidários acalorados, o que vemos, por vezes, são equívocos de Trotski no seu entendimento das posições bolcheviques e, em especial, da teoria leninista sobre o partido no período de 1901 a 1904. Essas imprecisões prejudicam parcela da crítica efetuada por Trotski contra Lenin, sem afetar, contudo, reflexões críticas de extrema valia. Eis uma passagem significativa sobre os problemas levantados acima:

A prática de suspeita e de desconfiança constituía, sem dúvida alguma, o traço fundamental dos colaboradores do *Iskra*: o meio em que trabalhavam era o meio da intelligentsia, no qual manifestavam por diversos ‘desvios’ sua natureza anti-proletária. Se o trabalho da social-democracia não consiste senão em dar forma às ‘forças elementares desorganizadas’ ao levar o proletariado à união política, o trabalho do antigo *Iskra* consistia em lutar *contra o movimento espontâneo que obriga a intelligentsia a negar sua dissolução política no seio do proletariado*. Sua tarefa não consistia apenas em esclarecer a consciência política da intelligentsia, mas sim em *aterrorizá-la teoricamente*. (TROTSKI, 1970, 190)

Essa passagem fornece um indício de outra fragilidade da crítica de Trotski a respeito da posição de Lenin: a questão dos intelectuais no partido. O autor entende os bolcheviques como um grupo de defensores dos intelectuais *tout court*, obliterando, assim, a relação tensa estabelecida por Lenin entre intelectualidade e suas raízes de classe, que nem de longe identificava o partido com a intelectualidade, quanto menos concebia esse grupo social como revolucionário em seu conjunto. Muito pelo contrário: como já discutiremos, Lenin trata da incorporação ao partido da intelectualidade *trânsfuga de classe* (ou seja, que contrasta condições materiais pequeno-burguesas com posições ideológicas revolucionárias). Além disso, ao longo da brochura *Um passo à frente, dois passos atrás*, Lenin afirma claramente a necessidade de uma rigidez disciplinar (“estado de sítio”) muito maior para com os intelectuais, por conta de suas práticas refratárias à subordinação e à disciplina.

Outros reparos de Trotski também remetem ao distanciamento entre partido e as massas proletárias, em parte resultante da demarcação estrita entre ambos os pólos proposta por Lenin. Trotski questiona o caráter conspirativo do partido, tal como defendido por Lenin. Em seu entendimento, esse aspecto acaba por desligar excessivamente o partido das massas, não apenas como direção, mas como um destacamento apto a tomar o poder sem qualquer suporte proletário. Nesse ponto, Trotski entende o leninismo aos moldes do blanquismo²³, no qual um agrupamento disciplinado e militarizado toma o poder à revelia da base. Evidentemente, não é essa a proposta leninista: mesmo que enfatize a importância da organização de vanguarda na direção do processo revolucionário, a mobilização e a insurreição das massas ainda é, para Lenin, o motor da revolução.

Para consolidar essa crítica, Trotski elabora o conceito de *substitutismo*. Segundo ele, Lenin, ao tentar estabelecer uma “ditadura sobre o proletariado” (TROTSKI, 1970, 199) por meio de um “aparelho de poder” (TROTSKI, 1970, 199), acaba por favorecer uma

²³ De acordo com a definição do Instituto Marx-Engels da URSS, baseada na análise leninista, “os blanquistas negavam a luta de classes e acreditavam que a ‘humanidade se libertaria da escravatura assalariada não por meio da luta de classe do proletariado, mas graças à conspiração de uma pequena minoria de intelectuais’. Substituindo a atividade do partido revolucionário pela de um grupo secreto de conspiradores, os blanquistas não tinham em conta a situação concreta necessária para a vitória da insurreição e desprezavam as ligações com as massas”. (OE1, 714)

“teocracia ortodoxa” (TROTSKI, 1970, 97) capaz de aplicar seus interesses sobre o conjunto da classe operária.

A idéia de que o proletariado deveria dirigir a luta libertária é substituída por uma outra que não atribui ao proletariado nada mais que um lugar subordinado. (TROTSKI, 1970, 70)

O grupo dos ‘revolucionários profissionais’ não marchava à *frente* do proletariado consciente, tratava-se de (...) marchar *no lugar do proletariado* (TROTSKI, 1970, 103)

Essa crítica se baseia tanto na exigência de demarcação interna e externa do partido, ou seja, na delimitação dos militantes subordinados ao programa e à organização partidária e na relação entre direção e base. Ambas são criticadas por Trotski: a preocupação de Lenin em se diferenciar das correntes ‘economistas’ e espontaneístas, assim como o esforço para submeter os mencheviques ao centralismo democrático, cujas diferenças políticas devem ser secundarizadas frente à oposição de classe entre proletariado e *burguesia*. De mesma forma, o corte entre partido e classe – derivado dos desníveis de consciência de classe – é menos importante do que a disposição, a *vontade* de luta do proletariado, movido espontaneamente por força das condições objetivas. Ainda referente ao plano interno do partido, Trotski critica a divisão do trabalho e a centralidade das direções esboçada por Lenin. Segundo ele, ao ironizar a proposta leninista, “A confiança deve vir de baixo (descentralização da responsabilidade) e o poder do alto (centralização da direção)” (TROTSKI, 1970, 135).

O caráter puramente técnico deste trabalho não exige da parte dos executantes nenhuma capacidade política e é incapaz de desenvolver e de estimular sua consciência social-democrata. Isto significa que deve haver um outro domínio no interior do partido, no qual a o tipógrafo, o distribuidor, o bibliotecário e o organizador estejam em ligação uns com os outros, não como trabalhadores parcelares do aparelho *técnico* do partido, mas como operários plenamente integrados na *política* do partido. Na prática de nossas organizações, esse postulado é ignorado a maior parte do tempo, e *o conteúdo do trabalho do partido é concebido como o conjunto das funções técnicas diversas executadas ‘sob a direção do Centro’*. (TROTSKI, 1970, 137)

Em outra passagem, Trotski reconstitui, quase literalmente, a crítica de Rosa à divisão do trabalho. Novamente, a preocupação central é fazer com que a classe se aposses do partido definindo tudo o que lhe concerne.

O pensamento que erige o princípio técnico da divisão do trabalho em princípio de organização social-democrata, é dirigido – conscientemente ou não – à essa consequência inevitável : separar a atividade consciente da atividade executiva, o pensamento social-democrata das funções técnicas mediante as quais ele deve necessariamente se realizar. A ‘organização de revolucionários profissionais’, mais exatamente sua cúpula, aparece, portanto, como o centro da consciência social-democrata, e, na parte inferior, nada mais há além dos executantes disciplinados das funções técnicas. (TROTSKI, 1970, 141)

O camarada Lenin, em seu ‘plano’, suprime as ‘discussões’ em nome de uma lógica invejável: elas não correspondem às exigências conspiratórias e desarranjam a unidade e a harmonia do plano! (TROTSKI, 1970, 142)

Além disso, Trotski apresenta um agravante na crítica da divisão estrita do trabalho partidário: a dificuldade de recomposição e renovação dos quadros políticos. Segundo ele, o problema se equaciona da seguinte maneira: se o trabalho de formulação política está cindido da realização prática das tarefas definidas, como formar novos militantes aptos a analisar concretamente a situação concreta? Implícito a essa questão está a preocupação de Trotski em dotar as amplas camadas da base do partido de capacidade analítica e teórica, posto que essa é a premissa básica para que a classe seja capaz de definir integralmente os rumos políticos do partido.

Nós nos perguntamos onde está o momento que permitirá ao ‘militante parcelar’ não apenas passar à categoria dos militantes políticos e, nessa condição, não se contentar em executar sua função parcelar com a ‘fé’ que o revolucionário profissional está presente, que vela pelo papel que ambos devem cumprir, mas também dirigir pura e simplesmente a vida política, encontrar uma palavra de ordem, propor uma iniciativa?... (TROTSKI, 1970, 143)

Sobre a questão da transposição da disciplina de fábrica para o partido, Trotski desenvolve alguns aspectos da crítica de Rosa, negando qualquer traço positivo na subordinação operária na produção. Contra a posição de Lenin, surge novamente o apelo à “escola política prática”, às experiências na luta de classes, que levam o trabalhador à disciplina livremente aceita. Além disso, essa disciplina voluntária possui um caráter distinto, já que se orienta para a emancipação de classe, dotando o operário, dessa maneira, da condição de “sujeito histórico”, o que é totalmente negado na produção capitalista.

Sem recuar trair nossa ‘psicologia de intelectual burguês’, nós afirmamos antes de tudo que as condições que levam o proletariado aos métodos de luta combinados e coletivos não se encontram em uma fábrica, mas nas condições sociais gerais de sua existência; além do mais, nós afirmamos que entre essas *condições objetivas* e a *disciplina consciente* da ação política, estende-se um longo caminho de lutas, de erros, de educação – não a ‘escola da fábrica’, mas a escola da vida política, na qual o proletariado russo não penetra senão sob a direção – boa ou ruim – da *intelligentsia* social-democrata. (TROTSKI, 1970, 158)

No bojo desta formulação a respeito da transformação do proletário em sujeito histórico, Trotski questiona o modelo de partido leninista por ser um freio para o livre desenvolvimento das individualidades, ou seja, das múltiplas faculdades intelectuais passíveis de aprendizagem.

O conjunto das individualidades, com seus diferentes níveis de desenvolvimento, com nuances diversas de concepções de mundo, com seus temperamentos desiguais, em suma, *o corpo material do partido* se revela no final das contas um freio para seu *próprio desenvolvimento*, construído racionalmente *a priori*. (TROTSKI, 1970, 192)

Apresentadas as críticas mais relevantes de Trotski a Lenin, podemos dizer que, apesar das colaborações para uma crítica da teoria leninista do partido no período em questão, Trotski deixa lacunas bastante significativas para uma proposta mais acabada de organização partidária. Um exemplo: um elemento fundamental para a compreensão da situação concreta deste momento é o peso deletério do czarismo e da perseguição política à qualquer forma de organização operária; não é à toa que uma das bandeiras democráticas defendidas pelos social-democratas era simplesmente a *liberdade de reunião* e de *organização sindical* dos trabalhadores. Isto passa ao largo das preocupações de Trotski, o que é um grande complicador para a absorção de suas teses, que, surpreendentemente, tratam da expansão e da flexibilidade organizacional do partido, sem sequer remeter a uma determinação tão gritante quanto a repressão e suas consequências negativas sobre o movimento operário. Assim, tanto Lenin quanto Trotski silenciam sobre a durabilidade de seus argumentos, sua relação com a conjuntura e sua importância de longo prazo.

Apesar de não responder minuciosamente a essa indagação, Trotski apresenta outras propostas para a construção de um partido distinto do perfil leninista. Vejamos algumas destas teses.

Começemos pelo tema da *organização* do partido. Trotski propõe uma estrutura mais flexível, sujeita às intempéries conjunturais, que se modele de acordo com as necessidades objetivas. Nas palavras do autor: “As tarefas organizacionais são por nós totalmente submetidas aos métodos de tática política”. (TROTSKI, 1970, 129)

Nós podemos definir as fronteiras *formais* do partido de modo mais estreito ou mais largo, mais ‘mole’ ou mais ‘duro’, isto depende de toda uma série de causas objetivas, de considerações de tato e de racionalidade política. Mas quaisquer que sejam as dimensões que nós lhe fixemos, é evidente que nosso partido representará sempre, partindo do centro em direção à periferia, toda uma série de círculos concêntricos que aumentam em número, mas diminuem em nível de consciência. (TROTSKI, 1970, 186-7)

A proposta da formação de “círculos concêntricos” demonstra a atenção de Trotski sobre os desníveis da consciência de classe. Apesar de permanecer vago, indica-se uma maior flexibilidade na captação de militantes, sem o rigor defendido por Lenin. Não aparecem os critérios para a adesão do partido, diferentemente da proposta leninista, que demarca claramente os simpatizantes dos militantes orgânicos – haja vista a polêmica do II Congresso sobre o Primeiro Parágrafo. Essa maleabilidade é também devedora da tendência de Trotski ao espontaneísmo, que prioriza o adensamento das massas operárias em detrimento da correção programática, que viria automaticamente com a ampliação das contradições do capitalismo.

Um outro aspecto paralelo a essa tese é a defesa de um partido que conjugue a consciência revolucionária – condensada nos círculos mais estritos do topo do partido – e a *vontade* de luta da classe operária. Essa combatividade, mesmo que ligada difusamente ao programa, deve ser reconhecida como uma das alavancas da mobilização operária. O partido, atraindo essa mobilização difusa para dentro de suas estruturas, deve paulatinamente cortar as arestas ideológicas presentes no seio da classe, ao mesmo tempo em que procura dar *constância* às manifestações políticas.

O partido não é capaz de crescer e de progredir continuamente senão pela interdependência da ‘vontade’ e da ‘consciência’, que a cada passo tático, realizado sob essa ou aquela forma de manifestação da ‘vontade’ política dos elementos mais conscientes da classe, eleva inevitavelmente, a partir de então, a sensibilidade política destes elementos, lança sobre eles as

novas camadas do proletariado, ainda ontem despreparadas, e prepara assim a base material e ideológica que permitirá novos avanços táticos, mais resolutos, de um peso político mais importante e de um caráter de classe mais decidido. (TROTSKI, 1970, 93)

Essa elevação da sensibilidade política das camadas inferiores do partido se dá pela mobilização e educação revolucionária, intimamente ligada aos processos políticos da luta de classes: “De um lado, nós temos um partido que *pensa pelo* proletariado, que *lhe substitui* politicamente; de outro, um partido que o *educa* politicamente e o mobiliza, posto que exerce uma pressão racional sobre a vontade de todos os grupos e partidos políticos (TROTSKI, 1970, 123). É justamente por essa proximidade entre educação política e prática cotidiana, cara ao seu pensamento nesse momento, que Trotski enfatiza o papel de “ator coletivo” que cabe à classe operária. Por isso podemos identificar o protagonismo das massas espontaneamente mobilizadas, posição sintetizada na palavra de ordem formulada por Trotski para a polêmica contra os bolcheviques: “*Viva a auto-atividade do proletariado! Abaixo o substitutismo político!*” (TROTSKI, 1970, 122).

Uma outra preocupação que Trotski demonstra é a crítica da divisão do trabalho e a proposta de abrandamento paulatino desta tensão interna. Nesse ponto, Trotski acerta em dois momentos: 1) Em reconhecer as dificuldades de superação da divisão do trabalho partidário em formulação teórico-intelectual e aplicação prática, sem cair, portanto, em críticas oportunistas e idealistas que defendem a anulação imediata deste fenômeno; 2) em reconhecer a divisão do trabalho partidário entre formulação intelectual e militância prática como um *problema* (o que Lenin não chega a fazer), que potencialmente carrega contradições permanentes que podem desembocar em um processo de burocratização do partido. A política central para atacar frontalmente esse problema é o apelo à insubordinação da base às atitudes discricionárias das direções, que, no limite, chega ao boicote contra os organismos centrais do partido.

Se as exigências da economia de forças nos constrange – haja vista a técnica deplorável de que dispomos – à divisão puramente manufatureira do trabalho em um dado domínio de nossa atividade, nós devemos consagrar todas as nossas forças a reduzir o máximo possível a extensão desta esfera técnica, de modo a não transpor o ideal do homem parcelar, por mais *expert* que seja, da esfera técnica à esfera do trabalho político (no sentido próprio do termo); nesse domínio, nosso

ideal não deve ser o homem parcelar, que sabe, ‘no interesse da social-democracia revolucionária’, ‘mover’ com justeza, rapidez e obediência, ‘a mão ou o pé’ ‘sob a direção da direção do Centro’, mas a personalidade política global, o membro do partido, respondendo ativamente a todas as questões da vida do partido e fazendo respeitar, face a todos os ‘centros’, sua vontade, sob todas as formas possíveis – até, no pior dos casos, por meio do boicote! (TROTSKI, 1970, 139-140)

Agora, finalizaremos com a relação do partido com o *programa*. Diferentemente de Lenin, que critica o rebaixamento programático com frequência, Trotski subordina o programa às necessidades do movimento e das lutas da classe operária. Rebatendo a postura leninista, para quem “todo desvio do programa é uma manifestação de oportunismo” (TROTSKI, 1970, 199), Trotski, procurando estabelecer um “contato vivo com as massas”, defende que o partido se apegue às bandeiras *reconhecidas* pela classe como as bandeiras mais relevantes, em outras palavras, ancorando-se no *nível dado de consciência de classe*. Aqui, Trotski subestima a necessidade recorrente do partido se defrontar com os desejos e reivindicações defendidas pelo proletariado. Um problema grave é que, submetido às pressões *movimentistas* – ou seja, às necessidades emergenciais e específicas das lutas proletárias – o partido corre o risco de sucumbir a variações oportunistas de todo tipo, podendo inclusive recair nos desvios já indicados e combatidos por Lenin, como o “economismo”. Essa possibilidade é capaz de levar o partido, por necessidades sindicais, a secundarizar o *programa máximo* e até mesmo negá-lo. As passagens abaixo citadas são contundentes na explicitação desta debilidade teórica de Trotski :

O partido se apóia sobre o *nível dado de consciência do proletariado* ; ele se imiscui a cada evento político importante se esforçando em orientar a direção geral rumo aos interesses imediatos do proletariado e, o que é mais importante ainda, esforçando-se em realizar sua inserção no proletariado pela *elevação* do nível de consciência, para se apoiar precisamente sobre esse nível e lhe utilizar em vista deste duplo objetivo. (TROTSKI, 1970, 126)

Lenin adquiriu o direito de identificar o conteúdo da prática do partido com o conteúdo do programa. Ele ignora deliberadamente o fato de que nós necessitamos obrigatoriamente, não de raízes ‘filosóficas’ em profundidade, (...) mas de raízes *políticas* reais, de um contato vivo com as massas, que nos permita a cada momento decisivo mobilizar essa massa em torno de uma bandeira que ela reconheça como *sua* bandeira. (TROTSKI, 1970, 128-9)

Uma característica marcante da postura de Trotski sobre o partido é esforço constante a favor da *mobilização permanente das massas*. Mais do que em outros autores (como Lenin, por exemplo), esse fenômeno ultrapassa os limites da tomada do poder ou das tarefas presentes na transição socialista – ele atinge também a *organização* do partido. Ao tentar dar forma a essa organização, Trotski afirma que, mais do que a demarcação entre bolcheviques e mencheviques, a mobilização é fundamental como um *recurso* contra o engessamento do partido em todos os níveis. Com isso, o autor enfatiza a necessidade de pressão constante das massas sobre suas direções, garantindo, assim, a vitalidade da organização do partido. Com a dinâmica de massas fertilizando a vida partidária, fortalece-se a democracia operária e constrange-se o esgarçamento entre o topo da pirâmide do partido e a base da militância por meio do “estado de tensão política”. Percebe-se, desde já, a preocupação trotskista com o destacamento entre as direções revolucionárias e o proletariado, temática que estará presente em toda sua trajetória posterior e que incide até mesmo em suas leituras de Marx.

(...) a tarefa que nós devemos cumprir nesse momento decisivo, consiste em tomar todos os elementos organizacionais já existentes e unificá-los em um trabalho sistemático centralizado, sem dispersão nem divergência. O objetivo deste trabalho – manter, mediante métodos táticos adequados, as massas em um *estado de tensão política*, que deve-se elevar constantemente, para finalmente desencadear seja um período revolucionário, seja um período de reação provisória – o que, aliás, é pouco verossímil. (TROTSKI, 1970, 175)

Por último, vale ressaltar uma outra propriedade teórica que distingue Trotski de Lenin, a saber, a polarização direta entre proletariado e burguesia. Distante do etapismo leninista, Trotski nem mesmo chega a mencionar a relação travada entre os senhores feudais com as demais classes constituintes da formação social russa. Esse silêncio, por si só, já é um indício da análise de Trotski sobre os *vínculos orgânicos entre burguesia e senhores feudais*. Mesmo sem equacionar as decorrências *estratégicas* profundas dessa assertiva (que se desdobraria na teoria da revolução permanente, ainda não sistematizada), temos aqui alguns vestígios deste tema. Um deles é a preocupação ainda maior com a independência de classe, posto que já recusa de antemão qualquer aliança com a burguesia, mesmo reconhecendo que existem largas camadas da burguesia em oposição ao czarismo.

Na prática, isto significa a negação *de princípio* da revolução democrática, posto que não há parcela progressista da burguesia. Essa diferença se aguça ainda mais após as insurreições de 1905, quando ambos os autores oferecem estudos minuciosos sobre essa experiência, indicando estratégias significativamente distintas. Em defesa deste primado estratégico, Trotski novamente minimiza as divergências contidas na polêmica entre mencheviques e bolcheviques, que, por volta de 1904, ainda se iniciava e não demonstrava nitidamente o antagonismo inconciliável entre ambas as correntes.

Deve-se continuar a diferenciação – mantendo-se no quadro restrito da intelligentsia ligada à social-democracia por um programa comum – ou devem-se elaborar os métodos de separação política imediata do proletariado real (e não apenas conceitual) da burguesia (real)? (TROTSKI, 1970, 72)

Infelizmente, esse “debate” tomou ares de provocação política e conflito, ao invés de caminhar para um diálogo disposto a estabelecer correções e auto-críticas. As partes pouco se comunicaram e o que prevaleceu foi a guerra de artigos nos jornais socialistas. No entanto, um ponto forte que podemos extrair desta polêmica é o fato de que muitas das críticas que Lenin sofreu, mesmo que embebidas de espontaneísmo, adiantavam tendências danosas da organização bolchevique, o que mostra a visão aguçada de ambos os autores, Rosa e Trotski, em especial na questão da organização e na relação entre base e direção.

Com isso, encerramos o estudo desta primeira polêmica travada entre Lenin, Rosa e Trotski. Em seguida a essas polêmicas, inicia-se talvez o momento político mais importante da primeira década do século XX na Rússia: a crise revolucionária de 1905, que deixará marcas indeléveis na teoria do partido em Lenin.

4. 1905

A revolução instrui com uma rapidez fabulosa. (OC10, 20)

O período de 1905 a 1907 é marcado por uma série de levantes que se espalham por boa parte do território russo, ganhando volume especialmente nos grandes centros urbanos e operários, como Petrogrado e Moscou. No que tange ao objeto de estudo desse trabalho, trata-se de um momento de fundamental importância para a teoria leninista de partido, por reconfigurar teses até então centrais para a compreensão de seu pensamento e submeter antigas teses à prova da prática.

Dadas as dimensões do fenômeno, foi necessário selecionar os aspectos de maior relevância para os objetivos de nosso trabalho. Centraremos nossos esforços nos seguintes temas:

1) A revolução democrática: estratégia; distinção entre programa mínimo e programa máximo; relações entre proletariado e demais classes sociais (em especial com a burguesia); a questão do centro de gravidade na mobilização das massas ou no parlamento (Duma);

2) os sovietes como organização proletária (seu funcionamento e composição; sua relação com as demais organizações proletárias, em específico com o partido bolchevique; seus objetivos e sua função, tal como entendidos por Lenin; o peso da experiência soviética na teoria de Lenin sobre a estrutura organizativa do partido revolucionário).

3) as Dumas e a posição teórica de Lenin a respeito da relação entre movimento operário e parlamento como aparelho de Estado burguês.

Sem a intenção de seguir *pari passu* os eventos que transcorrem em 1905, analisaremos esses pontos com certa flexibilidade temporal, destacando, mais do que a dinâmica conjuntural, aquilo que se sedimenta na teoria de Lenin – dentro das possibilidades oferecidas pela própria teoria de Lenin, por vezes oscilante e imprecisa. Por

isso, ofereceremos um breve apanhado histórico apenas quando necessário; priorizaremos a análise em blocos temáticos dentro desse período que cobre a fase insurrecional (aproximadamente entre 1905 e 1907).

a. A revolução democrática e a insurreição em ato

Com a eclosão da Revolução de 1905, a questão da estratégia revolucionária é posta na ordem do dia. Como já expusemos, antes dessa fase Lenin apenas esboçou notas esparsas a respeito do tema. É nesse período que Lenin aprimora sua teoria da revolução democrática, principalmente no texto *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática*, mas também em textos publicados em jornais do partido.

Podemos conceituá-la basicamente como a concepção *etapista* da estratégia revolucionária, já que se trata de um encadeamento de etapas estritamente demarcadas: primeiramente, a revolução democrática, protagonizada pelo proletariado aliado ao campesinato e à burguesia progressista, desvinculada materialmente do czarismo já que desvinculada das relações pré-capitalistas. Apesar dos antagonismos, esse conjunto de classes possui certos interesses em comum. No caso do proletariado, são as conseqüências positivas do capitalismo para a preparação da revolução socialista, seja no plano econômico (concentração proletária no trabalho e melhorias trabalhistas), seja no plano político (legislação sobre o trabalho, direito de reunião e sindicalização etc.); para o campesinato, o alicerce material de sua adesão à aliança seria a reforma agrária, que o liberaria do jugo do feudalismo.

O proletariado deve levar até ao fim a revolução democrática, atraindo a si a massa do campesinato, a fim de esmagar pela força a resistência da autocracia e paralisar a instabilidade da burguesia. O proletariado deve levar a cabo a revolução socialista, atraindo a si a massa dos elementos semiproletários da população, a fim de quebrar pela força a resistência da burguesia e paralisar a instabilidade do campesinato e da pequena burguesia. (OE1, 443)

Seu lastro teórico traz influências tanto de textos de Engels quanto dos líderes da II Internacional, como Kautsky, e consiste em uma determinada concepção de capitalismo, no

qual o desenvolvimento das forças produtivas faria crescer numericamente o proletariado. Com isso, ocorreria a simplificação do trabalho parcelado, aumentaria o nível de concentração da força de trabalho no chão de fábrica e, conseqüentemente, o nível de organização proletária. Com a queda tendencial da taxa de lucro, a contradição entre potencial produtivo oferecido pelas forças produtivas e as relações de produção capitalistas (entendidas por Lenin como a separação jurídica entre proletariado e burguesia, ou seja, a propriedade privada) chegaria a tal ponto que pressionaria o proletariado – cada vez mais jogado para o exército de reserva – para a revolução socialista, ou seja, para a segunda etapa. A propriedade privada seria um “entrave” ao desenvolvimento produtivo e à socialização da produção a ser derrubado pela revolução socialista.

O grau de desenvolvimento econômico da Rússia (condição objetiva) e o grau de consciência e de organização das massas do proletariado (condição subjetiva, indissolúvelmente ligada à objetiva) tornam impossível a libertação *imediate* e completa da classe operária. (OE1, 391)

Em suma: o desenvolvimento do capitalismo é visto como uma fase necessária que precede a revolução socialista, trazendo vantagens no que se refere às condições do trabalho e às condições de organização da classe enquanto sujeito revolucionário. Em um texto do período, Lenin define o que considera “três degraus esquemáticos”: “limitar o absolutismo”; “conquistar a república”; “revolução socialista”. (OC10, 242).

Dentro desse esquema etapista, Lenin distingue dois programas: o *programa mínimo* e o *programa máximo*. O primeiro deve ser efetuado na revolução democrática; o segundo, na Revolução Socialista. Vejamos, resumidamente, como Lenin define o programa mínimo:

1) Convocação imediata de uma Assembléia Constituinte, eleita por sufrágio universal; 2) Fim da guerra; 3) Anistia total para os deportados e presos políticos; 4) Liberdade de imprensa e de consciência; 5) Liberdade de reunião e de associação. (OC9, 180)

A questão propriamente estratégica diz respeito à formação e condições de alianças de classe, de um lado, e aos meios apropriados para a realização da revolução democrática. No primeiro ponto, Lenin, diferentemente dos mencheviques, defende veementemente o

protagonismo do proletariado, diferença essa que, com o passar do tempo, ganha cada vez mais importância.

O desenlace da revolução depende do seguinte: desempenhará a classe operária o papel de auxiliar da burguesia, embora seja um auxiliar poderoso pela intensidade do seu ataque contra a autocracia, mas politicamente impotente, ou assumirá o papel de dirigente da revolução popular?. (OE1, 384)

No segundo ponto, a clivagem passa pela escolha do “centro de gravidade” das lutas: a legalidade ou a ilegalidade. Adepto da via revolucionária, Lenin privilegia a organização da insurreição pelo proletariado armado, o que passa, necessariamente, pelo trabalho na clandestinidade. Como o termo “centro de gravidade” sugere, trata-se de uma questão de grau, que deve ser avaliada de acordo com as possibilidades conjunturais, balizada pelo princípio segundo o qual a política do partido consiste em estimular a classe operária a aderir à via revolucionária.

É indubitável que temos de trabalhar ainda muitíssimo para educar e organizar a classe operária, mas atualmente toda a questão consiste em saber onde deve residir o centro de gravidade político principal desta educação e desta organização. Nos sindicatos e nas associações legais ou na insurreição armada, no trabalho de criação de um exército revolucionário e de um governo revolucionário? (OE1, 388).

Coerente com sua tese de “centro de gravidade” focado nas lutas diretas da classe operária, Lenin defende que, num hipotético governo policlassista, a única maneira de avançar as reformas democráticas é a pressão revolucionária da classe. Desse modo, o destacamento dirigente se sente coagido a dar continuidade às reformas, evitando assim a acomodação da revolução democrática.

(...) independentemente de ser ou não possível a participação da social-democracia no governo provisório revolucionário, deve-se propagandear entre as mais amplas camadas do proletariado a idéia de que é necessário que o proletariado armado, dirigido pela social-democracia, faça constante pressão sobre o governo provisório, a fim de manter, consolidar e ampliar as conquistas da revolução. (OE1, 469)

Outro critério presente na constituição das alianças é a avaliação contínua da atuação prática dos aliados. Apesar do etapismo, Lenin sempre relembra o fato de que a aliança conjuga classes com fortes antagonismos que podem ser ativados ao longo do

processo revolucionário. É por isso que acredita que o partido deve “vigiar rigorosamente o aliado, como se fosse um inimigo”. (OE1, 432-433). O controle e vigilância se estendem para o próprio partido e preza pela independência de classe.

(...) é condição necessária para essa participação o rigoroso controle do partido sobre os seus representantes e a constante salvaguarda da independência da social-democracia, que tem por aspiração realizar uma revolução socialista completa, e, portanto, é inimiga irreconciliável de todos os partidos burgueses. (OE1, 388)

Uma dupla limitação pode ser percebida nos textos de Lenin a respeito de possíveis aliados da revolução democrática: de um lado, uma classe – o campesinato; de outro, um grupo político – os anarquistas. Teoricamente, Lenin pretere aliados em potencial para se inclinar em favor de um suposto progressismo da burguesia. O campesinato é uma classe bastante plural, englobando um arco muito complexo que vai de setores altamente pauperizados até uma pequena burguesia agrária. Já os anarquistas são um grupo político mais radicalizado e conseqüente com as bandeiras da revolução do que a burguesia, já que, apesar das históricas divergências com os comunistas, defendem a formação de conselhos de classe e a derrubada do aparelho de Estado burguês. Prevalece, portanto, uma ênfase excessiva à questão da posse da propriedade pelo campesinato, mesmo que esse viva em condições materiais bastante precárias e próximas do proletariado. Já com respeito aos anarquistas, predomina a idéia de que a revolução democrática deve construir um aparelho de Estado tipicamente burguês, com um código legal adequado e com um parlamento policlassista.

O campesinato, como classe possuidora de terra, desempenhará nessa luta o mesmo papel de traição, de incoseqüência, que agora desempenha a burguesia na luta pela democracia. (OE1, 469)

A exclusão dos anarquistas de uma aliança de combate, que realiza, digamos assim, nossa revolução democrática, é absolutamente indispensável também do ponto de vista e em interesse desta revolução. Na aliança de combate há lugar apenas para quem luta pelo objetivo dessa aliança. (OC12, 133)

Contudo, 1905 incide também na teoria etapista de Lenin. O ‘teste’ da prática deixa seqüelas que, mesmo que presentes já nesse período, influenciariam a estratégia leninista anos após 1905, de maneira não-formalizada. Um exemplo é o comportamento do *conjunto*

da classe burguesa frente aos levantes, que levam Lenin a admitir o “(...) fundo anti-revolucionário e anti-proletário da principal tendência liberal”. (OC9, 185-6) o que difere em muito das formulações anteriores, que caracterizavam a burguesia como uma classe independente e potencialmente revolucionária. Assim, há o reconhecimento progressivo mas veloz do papel contra-revolucionário da burguesia, agente direto na repressão do proletariado em armas. A prática ilumina a teoria e a remaneja.

A virada da burguesia é indubitável. O senhor de terras se afastou dos democratas constitucionalistas e se ligou à União 17 de Outubro. O governo já outorgou uma ‘Constituição’ bicameral. Com a ajuda da lei marcial, os castigos corporais e as detenções, criou-se a possibilidade de convocar uma Duma fictícia. A insurreição nas cidades foi derrotada e o movimento dos camponeses pode resultar em um movimento isolado e impotente. Os senhores de terra seguem vendendo terras e, por conseguinte, cresce o setor camponês burguês, ‘tranquilo’. O desânimo devido à derrota da insurreição é visível. (OC12, 215)

Na própria forja de sua teoria etapista, já existem elementos de negação da necessidade férrea da fase ‘democrática burguesa’ da revolução no sentido da supressão do czarismo por meio de um Estado de tipo burguês. Certas passagens sugerem que as tarefas democrática burguesas indicadas anteriormente poderiam ser incorporadas num processo revolucionário unitário, *ininterrupto*, capitaneado pelo proletariado em oposição tanto ao velho czarismo quanto à burguesia. Primeira e segunda etapas se entrelaçam.

Diremos e demonstraremos ao proletariado que a traição da burguesia e as vacilações dos pequenos proprietários foram responsáveis pelo fracasso da revolução burguesa, e que agora o proletariado preparará e realizará, por si mesmo, uma nova revolução, a revolução socialista. Portanto, em caso de decadência da revolução, ou seja, se a burguesia a trai completamente, em nenhuma circunstância aceitaremos bloco algum com a burguesia oportunista, nem sequer com a burguesia revolucionária, pois a decadência da revolução significaria que o revolucionarismo burguês se converteu em mera fraseologia. (OC14, 176)

Outro aspecto interessante é a percepção dos vínculos materiais que ligam, de um lado burguesia e autocracia e, de outro, o bloco reacionário russo à burguesia internacional. A passagem é digna de nota dada a raridade de menções de Lenin à situação internacional até então e aos vínculos materiais entre burguesias e entre burguesia e oligarquias com fortes traços pré-capitalistas.

(...) o governo autocrático é, apesar de tudo, o governo de um país capitalista, ligado por milhares de laços inextricáveis com a Europa, ao mercado internacional, ao capital internacional. A dependência da autocracia em relação à burguesia da Rússia é a mais forte dependência material: poderá ser encoberta por centenas de acessórios medievais, poderá ser atenuada por corrupção de corte, (títulos, empregos, concessões, franquias etc.), mas nos momentos decisivos da vida nacional deverá comparecer com força decisiva. (OC12, 10)

Apesar das evidências da oscilação leninista com respeito à estratégia, devemos ressaltar que o fechamento da situação revolucionária levou Lenin a se distanciar desse tema por mais ou menos uma década inteira. Esse hiato levou à não-formalização de um novo aparato conceitual que rompesse com o etapismo. Muitas de suas conclusões são provisórias ou perdem vigor até, pelo menos, 1914, quando a I Guerra Mundial reacende o debate. A partir daí, Lenin estuda com afinco a questão do imperialismo e a II Internacional entra em crise profunda. Veremos que esse quadro histórico proporciona condições favoráveis para a formalização teórica de uma nova estratégia leninista.

Para finalizar a discussão sobre a revolução democrática, é importante mencionar um texto seminal de Trotski a esse respeito. *Balanço e Perspectivas* assume papel crucial na crítica da estratégia etapista e, de certo modo, antecipa alguns traços presentes também na teoria de Lenin, o que levaria à aproximação dos dois líderes revolucionários em 1917. O foco da crítica se direciona à contradição latente entre revolução democrática e protagonismo operário. Trotski questiona as causas que Lenin defende como limitadoras da ação proletária exclusivamente ao programa mínimo. Priorizando o momento *político* muito mais do que o *econômico*, Trotski eleva a auto-organização operária ao patamar de alicerce de uma revolução já por si socialista, visando à realização do programa máximo, se assim a conjuntura se desenhar. Segundo ele, o etapismo é a representação teórica da auto-limitação do proletariado no campo da burguesia já que, caso disponha de poderio organizativo e militar, o proletariado pode iniciar a revolução democrática num novo campo de ação, mais favorável à transição dinâmica entre etapas, a saber: a rede de soviets (deve-se levar em consideração a filiação de Trotski ao melhor da tradição marxiana, que remonta à avaliação da Comuna de Paris, filiação essa que aparece em Lenin apenas na década seguinte). De fato, a própria idéia de etapas não aparece nesse texto de Trotski.

Além disso, Trotski caracteriza como inconcebível um governo no qual o proletariado armado, protagonista da revolução democrática, se limite a cumprir tarefas burguesas e no qual a burguesia prefira colocar em risco a sua própria existência material ao invés de compactuar com a segura reação czarista.

Imaginar que a social-democracia pode entrar em um governo provisório, dirigi-lo durante um período de reformas democrático-revolucionárias que também inclua suas reivindicações mais radicais – apoiando-se no proletariado organizado – e que logo depois de haver cumprido com seu programa democrático, abandone as estruturas que havia construído, deixando livre o caminho aos partidos burgueses, entrando na oposição e iniciando uma época de política parlamentar; imaginar isso significaria comprometer a idéia de um governo operário. (TROTSKI, 2004, 29)

Tudo isso demonstra claramente que a social-democracia não pode entrar em um governo revolucionário prometendo ao proletariado não se rebaixar ao programa mínimo, e prometendo, ao mesmo tempo, não ultrapassar o programa mínimo à burguesia. Tal compromisso simultâneo é irrealizável. (...) O ponto em que o proletariado, lançado nessa direção, será freado, dependerá da correlação de forças e, em muita maior medida, das intenções originárias do partido do proletariado. (TROTSKI, 2004, 30)

Assim como em 1903, Trotski volta a se preocupar com um tema que marcaria toda a sua produção teórica: o risco latente de as direções partidárias do próprio proletariado cumprirem um papel de obstáculo à iniciativa revolucionária das massas. Infelizmente, o papel negativo das direções revolucionárias é muito pouco discutido por Lenin, o que o desarma na crítica profunda da auto-limitação do movimento revolucionário.

(...) a social-democracia, como organização, personificando a experiência política do proletariado, pode chegar a ser, em um momento determinado, um obstáculo direto no caminho da disputa aberta entre os operários e a reação burguesa. Em outras palavras: o conservadorismo propagandístico socialista de um partido proletário pode, em um momento dado, obstaculizar a luta direta do proletariado pelo poder. O peso imenso da revolução se manifesta no fato de aniquilar a rotina do partido, destruir o conservadorismo e pôr na ordem do dia a questão da prova aberta de forças entre o proletariado e a reação capitalista. (TROTSKI, 2004, 51)

b. Sovietes: seu significado e sua relação com o partido

“(…) nada se compara em importância com o que representa essa educação direta das massas e das classes no curso da luta revolucionária direta”. (OC9, 212-3)

A epígrafe desse tópico pode muito bem resumir a similitude entre a crise revolucionária que transcorre na Rússia em 1905 e a retificação prática do pensamento de Lenin. De fato, o batismo de fogo de Lenin traz consigo uma renovação de sua teoria nos mais diversos aspectos, talvez de maior amplitude do que o próprio processo histórico concreto²⁴. Pode-se dizer que os embates de classe catalisam a consciência não apenas das camadas avançadas do proletariado, mas também das próprias organizações ditas de vanguarda e, em específico, do próprio pensamento leninista. Como o próprio Lenin reconhece: “As mudanças das condições objetivas da luta, que exigiam a passagem da greve à insurreição, sentiu-as o proletariado antes dos seus dirigentes. A prática, como sempre, precedeu a teoria”. (OE1, 474)

Para elencar apenas as retificações que atingem o objeto de estudo em questão, podemos citar: a verdadeira retificação da teoria da organização; a mudança da concepção do potencial revolucionário da classe operária; a minimização do protagonismo dos intelectuais na importação da consciência de classe; a confrontação com um elemento estranho à teoria revolucionária estabelecida por Lenin até então, qual seja, a conformação de uma rede de organizações de tipo comunal denominada *soviete*. A demanda das massas por uma organização combativa num panorama marcado pela ausência de organizações sólidas levou à construção de centros de reuniões periódicas nas quais se debatiam as questões fundamentais da classe, como condições de trabalho, caracterização da política

²⁴ Engestein enfatiza a precariedade da insurreição de 1905 no seu aspecto organizativo e mesmo na dimensão que assume: “Estima-se que o efetivo total dos grupos armados era de duzentos a trezentos homens. Eles eram dirigidos pelos intelectuais ou pelos operários politicamente ativos e eram organizados em unidades autônomas ligadas às diferentes usinas”. (In: GIRAULT, 1975, 190) “Praticamente todas as tentativas de coordenação e de direção em nível municipal fracassaram. As decisões mais importantes, aquelas que atingiam amplas massas, foram tomadas nas fábricas ou nos bairros”. (In: GIRAULT, 1975, 196). Harding já mostra a evolução da postura bolchevique ao longo do ano de 1905: “No final de 1905, podemos constatar uma modificação nas estruturas do movimento social-democrata: em São Petersburgo e na província surgem as ‘uniões políticas’ e os ‘clubes operários’, principalmente por iniciativa dos mencheviques, mas com a contribuição dos bolcheviques. Fenômeno original na vida política russa, eles traduzem na realidade a vontade do partido de se abrir às massas”. (HARDING, 1977, 49)

russa, construção dos anseios da classe, até a resposta à agressão czarista contra manifestantes pacíficos.

Como todo processo de renovação intelectual, o pensamento de Lenin carrega ambiguidades e tensões de todo tipo que, não resolvidas em ato, seriam buriladas ao longo de sua trajetória intelectual. É o que tentaremos demonstrar nas próximas páginas. O ineditismo da situação derrubou na prática a visão passiva de um proletariado que, a não ser que instigado por uma elite intelectual, permaneceria em níveis inferiores de antagonismo de classe. Percebe-se, portanto, uma necessidade urgente advinda da luta de classes em secundarizar uma concepção cara ao texto *Que fazer?* Ao lado do assombro decorrente da expansão da auto-atividade do proletariado, podemos notar o reconhecimento do próprio Lenin em renovar as concepções até então dominantes. “Por cima da cabeça das organizações, a luta proletária de massas passou da greve à insurreição”. (OE1, 474). De fato, segundo relatos, é possível afirmar que as organizações revolucionárias previamente estabelecidas cumpriram, se muito, um papel secundário na orquestração dos levantes e na configuração das bandeiras de luta. Fazemos um pequeno levantamento das opiniões de revolucionários e pesquisadores envolvidos com o tema. Rosa Luxemburgo dedica várias páginas de *Greve de massas, partido e sindicatos* para demonstrar o protagonismo proletário e o papel de coadjuvante das organizações, lembrando ao longo do texto a polêmica travada entre ela e Lenin. Segundo a autora, “(...) a greve não foi desencadeada a partir de um núcleo, segundo um plano preconcebido: desencadeou-se em diversos pontos por motivos diversos e sob formas diferentes para depois confluir”. (LUXEMBURG, 1979, 25).

Engelstein compartilha com Rosa a mesma avaliação daquele momento histórico:

A revolução engendrou novas formas organizativas, muito mais amplas que as estruturas de direção dominadas pela intelligentsia. A amplitude da participação da base desorganizada e o papel crescente dos líderes operários politizados modificaram as intenções iniciais dos organizadores radicais. O movimento escapou de qualquer controle a tal ponto que podemos dizer que a atitude das massas urbanas foi ‘espontânea’, no sentido de que faltava organização ou direção. (In: GIRAULT, 1975, 195)

Le Blanc destaca o limitado raio de ação bolchevique naquele contexto, principalmente por conta do desmantelamento da organização pela repressão czarista e pela cisão fracionária no interior do partido: “(...) quando a derrubada da autocracia foi colocada em pauta pelos trabalhadores em 1905, o partido bolchevique não era capaz de assumir papel de liderança”. (LE BLANC, 1990, 90) Liebman oferece contribuições inestimáveis a respeito da questão dos soviets, contrapondo-se fortemente à historiografia oficial da União Soviética, que procura reconstruir a história harmonizando a relação entre Lenin, partido bolchevique e soviets²⁵. O autor defende que “(...) o bolchevismo sofreu grandes modificações, especialmente em dois domínios importantes: a ligação do partido com as massas e a democracia interna”. (LE BLANC, 1990, 44) Salienta, ainda, a contradição entre as teses de *Que fazer?* e a atividade revolucionária da classe operária durante todo o processo insurrecional:

(...) na ausência de uma organização partidária capaz de estimular, orientar e dirigir a ação das massas, elas desenvolveram um movimento revolucionário, essencialmente político, de amplitude extraordinária. Mais do que isso: o proletariado provou-se mais consciente e mais audacioso do que os dirigentes que supostamente o guiariam. (LE BLANC, 1990, 50)

Mais do que a inação bolchevique, fruto de uma situação histórica e teórica desfavorável, existe toda uma bibliografia que indica uma certa *hostilidade* entre bolcheviques e soviets. Segundo Liebman, “não é tanto a surpresa que caracteriza a reação deles, mas sim o ceticismo, a incompreensão e mesmo a hostilidade”. (LIEBMAN, 1973a, 108).

Yassour, em *Modelos de organização revolucionária em Petersburgo em 1905*, defende que não se trata apenas de omissão ou incapacidade de auxiliar os soviets, mas sim de um verdadeiro antagonismo. É importante frisar também que Lenin demonstrava maior abertura às organizações soviéticas do que o restante dos bolcheviques.

²⁵ “Não importa o que dizem os historiadores soviéticos, a relação entre Lenin e o partido que ele fundou não foi jamais uma relação simples e unívoca, como a de um criador ou ‘chefe incontestado’ e uma organização dócil e fiel, que reconhece a sabedoria do mestre, adota sua tática e executa suas instruções. Esse simplismo faz parte da historiografia leninista, mas não da história”. (LIEBMAN, 1973a, 104)

O grupo de Petersburgo considerava o soviete como uma organização operária que se desenvolvia espontaneamente, sem consciência socialista de classe, que não possuía centralização e que, portanto, corria o *risco de rivalizar com o partido*. Além disso, os bolcheviques conseguiram aprovar, no ‘Conselho federativo’ (uma espécie de secretaria central de todos os grupos do POSDR de Petersburgo) uma decisão exigindo aos sovietes que só agissem sob a direção do partido social-democrata. (In: GIRAULT, 1975, 218-9)

Encontramos no texto acima citado uma passagem ainda mais contundente do conflito entre sovietes e bolcheviques num primeiro momento dos levantes. A citação é parte de um comunicado enviado pelos bolcheviques aos sovietes da cidade de Petesburgo, sem a anuência de Lenin, no momento incapacitado de participar das deliberações partidárias:

2) *Em caso de recusa em aceitar o programa de nosso partido e no caso de aceitar qualquer outro programa, os social-democratas devem abandonar os sovietes e denunciar às massas proletárias seu caráter anti-proletário.* (In: GIRAULT, 1975, 221)

Na maioria dos militantes bolcheviques, predomina, portanto, uma concepção instrumentalista dos sovietes, que deveriam se submeter ao comando do partido. A constatação de que o partido era regido pelo princípio do pragmatismo se fortalece quando se nota a oscilação do apoio de acordo com o predomínio dos bolcheviques nos sovietes, o que ilustra a idéia de que os sovietes deveriam ser peças a serem manejadas pelo partido durante a insurreição: “(...) dependendo das regiões, os bolcheviques se declaravam mais ou menos de acordo com a criação espontânea dos sovietes à medida que possuíam maior influência”. (In: GIRAULT, 1975, 226)

Em Lenin não encontramos uma sistematização ou uma teoria dos sovietes nesse momento. Contudo, nota-se uma maior abertura à experiência soviética.

Os social-democratas russos do período da revolução burguesa nada sabem dizer sobre a burguesia russa de distintos matizes, a não ser repetir o que dizem os europeus de todos os países cem anos depois da revolução burguesa!. (OC13, 164)

Em nenhum caso o marxismo se limita às formas de lutas possíveis e existentes em um momento dado, admitindo a *inevitabilidade* de que, ao mudar a conjuntura social, apareçam formas novas e desconhecidas por quem atua no período dado. Nesse sentido, longe de pretender *ensinar* às massas

as formas de luta inventadas por ‘sistematizadores’ de gabinete, o marxismo *aprende* com a prática das massas. (OC14, 1-2)

Toda nova forma de luta, que traz em seu bojo novos perigos e novos sacrifícios, ‘desorganiza’ indefectivelmente as organizações não preparadas para essa nova forma de luta. A passagem à agitação desorganizou nossos antigos círculos de propagandistas. Mais tarde, a passagem às manifestações desorganizou nossos comitês. Em toda guerra, qualquer operação leva certa desordem às fileiras dos beligerantes. Disso não se deve deduzir que não se deve combater. Disso devemos deduzir que se deve *aprender* a combater. (OC14, 9)

Essa abertura à experiência soviética aparece na tentativa de aproximação de ambas as estruturas, partido e sovietes. No entanto, é perceptível uma redução nas funções a serem exercidas pelos sovietes e o protagonismo do partido nesse complexo de organizações proletárias. Diferentemente do que aparece, por exemplo, em *O Estado e a revolução*, aqui predomina a idéia de que os sovietes são *órgãos da insurreição*, e não o organismo de direção por excelência do proletariado. Mais do que um novo aparelho de Estado, os sovietes surgem no pensamento de Lenin como um aparato para-militar de ação insurrecional. Tarefas mais avançadas (como, por exemplo, a tarefa de ser o núcleo do governo revolucionário) são deixadas de lado como resquício de ideologias anarquistas.

O soviete dos deputados operários não é um parlamento operário nem um órgão de autogestão proletária; não é, em geral, um órgão de autogestão, mas sim uma organização de combate para lograr fins concretos. (...) No fundo, o soviete é uma ampla aliança de combate, não formalizada, de socialistas e democratas revolucionários. (OC12, 132)

Essa definição seria abandonada após os estudos de Lenin sobre a Comuna de Paris através dos textos de Marx (como *A guerra civil na França*), onde os sovietes passam a exercer um papel mais amplo, como corpo legislativo, órgão supremo de organização e definição de políticas. Deve-se ter em conta que o ineditismo de todo o processo faz com que Lenin apenas comece a tatear teoricamente um material ‘prático’ bastante recente – que pouco a pouco, começa a se desenhar uma ‘teoria’ dos sovietes (que Trotski antecipa de forma bastante madura no texto *Balanço e perspectivas*). Edward Carr também identifica a visão instrumentalista dos sovietes em Lenin:

O próprio Lenin definia os sovietes ‘não como um parlamento dos trabalhadores ou um órgão de auto-governo proletário’, mas como ‘uma organização de luta para a consecução de determinados

fins'. Definidos dessa maneira, os soviets não poderiam ser mais do que uma ferramenta auxiliar não partidária na luta pelos fins revolucionários, e poderiam ser até mesmo vistos como uma organização rival. (CARR, 1950, 47-8)

Encotramos em Liebman a mesma conclusão a respeito de Lenin e sua relação inicial com os soviets: surpresa por conta da dificuldade de compreender a espontaneidade do processo e simpatia por conta do acirramento da luta de classes e da combatividade do proletariado.

Confrontado com uma experiência que, pela sua espontaneidade, escapava à sua filosofia de uma ação revolucionária organizada e dirigida pelo partido, ele jamais elabora uma verdadeira teoria da instituição soviética. Seguindo de perto sua evolução, ele formulará uma série de notas esclarecedoras cujo conjunto constitui uma primeira tentativa de apreender um fenômeno inteiramente novo e inédito. (LIEBMAN, 1973a, 112)

Como homem de partido, ele era cauteloso com relação às carências de assembleias heterogêneas e de movimentos desprovidos de autoridade. Como revolucionário, mais do que homem de partido, ele apreciava o imenso reservatório de energia, de entusiasmo, de criatividade que significavam os soviets. (LIEBMAN, 1973a, 113)

Vejamos agora as transformações em estado prático. Podemos segmentá-las em três pontos: as alterações no plano *organizativo*; as alterações no plano *estratégico*; e a conflituosa relação com os mencheviques nos congressos transcorridos no período insurrecional.

A abundância de formas de luta que o decênio 1896-1906 oferece um amplo acervo de táticas de luta que emergem do próprio conflito de classes, chegando mesmo a servir como pontos de referência para a periodização da história russa nesse período. É esse pano de fundo que serve como laboratório vivo para o pensamento de Lenin em seu exercício da análise concreta.

Primeiro, as greves econômicas dos operários (1896-1900); depois, as manifestações políticas de operários e estudantes (1901-1902), as revoltas camponesas (1902), o começo das greves políticas massivas combinadas de modos distintos com as manifestações (Rostov em 1902, as greves de verão de 1903, o 9 de janeiro de 1905), a greve política de toda a Rússia com casos locais de combates de barricadas (outubro de 1905), a luta massiva de barricadas e a insurreição armada

(dezembro de 1905), a luta parlamentar pacífica (abril-junho de 1906), as sublevações parciais de camponeses (outono de 1905 – outono de 1906). (OC14, 3)

Esse conjunto de formas de luta é hierarquizado de acordo com o acirramento do embate de classes, tendo como ponto culminante a insurreição armada. A função do partido nesse processo é estimular a ascensão progressiva a táticas mais radicais através da militância nos órgãos da classe (sindicatos, sovietes etc.). Sempre atento à análise da situação concreta, cabe ao partido averiguar o estado da consciência de classe, que serve como termômetro para a formulação de bandeiras. Desnecessário dizer que com a abertura de uma crise revolucionária, a dinâmica do uso das táticas se acelera e se diversifica.

No tocante às formas precedentes de luta, a greve geral e a insurreição são a ‘última palavra’ do movimento popular de massas em Rússia. (...) Por isso, é perfeitamente natural que, depois da dissolução da Duma, a primeira idéia que penetrou na mente das amplas massas de quem era capaz de lutar era a greve geral. Ninguém tinha a menor dúvida de que a greve geral de toda Rússia *deve* ser inevitavelmente a resposta à dissolução da Duma. (OC13, 337)

Assim, chamar a greve geral em toda Rússia sem chamar ao mesmo tempo à insurreição, sem esclarecer os nexos inseparáveis que une essa greve com a insurreição seria um desatino próximo do crime. (OC13, 341)

A insurreição assume, portanto, centralidade numa crise revolucionária. O partido deve propagandear a saída pela via armada e procurar organizar as camadas avançadas da classe para a tomada do poder. Portanto, a luta de classes se militariza e a violência de classe, outrora camuflada e abrandada por reformas e aparatos ideológicos, emerge em sua forma bruta. Nas palavras de Lenin: “Na época da guerra civil, o partido do proletariado é o *partido beligerante*”. (OC14, 8). Essa necessidade de um organismo militar que agregue amplas massas do proletariado aparece com frequência nos textos de Lenin.

(...) necessidade de contar com *uma organização militar*, além da organização dos sovietes, encarregadas de defende-los, de levar a cabo à insurreição, sem a qual os sovietes ou quaisquer representantes eleitos pelas massas serão impotentes. (OC13, 345)

O exército revolucionário é necessário porque os grandes problemas da história se resolvem unicamente *pela força, e a organização da força* na luta de nossos dias é a organização militar. (OC11, 352)

As organizações militares do proletariado devem contar com a participação de todos os voluntários que concordem com as linhas gerais do programa revolucionário formulado pelos soviets. Ou seja, a proposta é a formação de uma frente de combate classista que congregue diferentes organizações e setores desorganizados, capitaneados por um Estado Maior revolucionário.

É imprescindível também a participação de militares de baixa patente, que trazem experiência bélica (organização, táticas de guerrilha etc), armamento e desorganizam as forças do Estado czarista. Aqui aparece, portanto, um elemento fundamental na teoria da revolução em Lenin: a necessidade da quebra da hierarquia militar do Exército czarista. Essa quebra traz consigo, além do reforço às forças revolucionárias, a desmoralização das tropas oficiais, desarranjando a reação ao avanço proletário. Essa desorganização das forças contra-revolucionárias é fundamental para o sucesso da revolução, já que o exército revolucionário, diferentemente de um exército regular, é constituído em sua maioria por voluntários com pouco ou nenhum conhecimento da ciência militar (escassez de quadros dirigentes), sem a mesma qualidade de armamento e condição física dos adversários. A inferioridade material e teórica do exército revolucionário torna necessário a quebra da hierarquia militar.

A insurreição se fará, inevitavelmente, em circunstâncias nas quais os elementos não organizados serão milhares de vezes maiores que os organizados. (OC11, 357)

(...) não é conveniente colocar obstáculos para o ingresso em um destacamento de membros de outros partidos. É precisamente aqui onde devemos realizar a unidade, o acordo prático (sem chegar a fusão de partidos, obviamente) do proletariado socialista com a democracia revolucionária. (OC11, 357)

(...) a insurreição como luta armada das massas pode estalar apenas com a ativa participação do exército ou de parcela dele. (OC13, 340-1)

A estratégia revolucionária deve contar, portanto, com a ciência militar e seus métodos de trabalho, posto que, seguindo o raciocínio de Lenin, a forma-exército é a forma mais eficaz de organização para a insurreição, o que traz em seu bojo um complexo de hierarquias estritamente demarcadas, com um Estado Maior soberano sobre o conjunto das forças militares e apto a lançar mão dos segredos de guerra. A lógica da maior eficácia

aparece, assim, como a mais minuciosa divisão do trabalho e a calculada estratificação de funções e postos. Só assim, emulando as estruturas próprias do exército moderno, é possível a vitória da insurreição. Em suma: durante a insurreição, os métodos militares utilizados por ambos os lados são basicamente os mesmos, apesar de finalidades antagônicas.

Esse fator emerge como uma grave contradição no interior do próprio movimento revolucionário. Afinal, por mais que o Exército Revolucionário seja vital para derrotar as forças burguesas, como controlar esse organismo para-soviético? Como coibir os excessos de poder e o destacamento do Exército do controle soviético? Como manter o centro de gravidade do poder da classe nos sovietes se esses rivalizam com uma organização militar? Em suma: como subordinar um aparelho fundado na hierarquia e na lei da maior eficácia, que representa a força bruta da revolução, ao aparelho democrático por excelência que é a rede de sovietes? É inevitável que uma série de contradições internas ao movimento apareçam no longo prazo. Por exemplo, a contradição entre organizações e a massa independente; entre representantes soviéticos e o conjunto da classe; entre a elite partidária e o conjunto dos militantes; entre o Estado Maior do exército revolucionário e o conjunto dos soldados e da classe; entre a rede de sovietes e o aparelho militar proletário. Todas elas se aprofundariam no caso de uma hipotética vitória da insurreição e carregariam suas tendências de segmentação de classes para a transição. Fica em aberto quais seriam os mecanismos capazes de conter a oligarquização e o predomínio de uma divisão do trabalho social já no seio do complexo de organizações revolucionárias. O problema mais grave não é a falta de respostas a esses dilemas, mas sim a sua não problematização, já que Lenin encara a existência de estratificações de um ponto de vista naturalizante.

A crise revolucionária traz mudanças também no que se refere à concepção de Lenin das estruturas internas do partido. É inevitável, portanto, um diálogo com *Que fazer?*, que ocorre em um prefácio, escrito pelo próprio Lenin a uma edição do texto. Lenin justifica as transformações de seu pensamento pelo fato da mudança da conjuntura histórica, o que o leva a historicizar novamente as teses apresentadas em *Que fazer?*

Que fazer? é um resumo da tática do *Iskra*, da política de organização do *Iskra* em 1901 e 1902. Precisamente um ‘resumo’, nem mais nem menos, Quem ler os números do *Iskra* de 1901 e 1902 se convencerá disso, sem dúvida alguma. E quem analisar esse resumo sem conhecer a luta do *Iskra* contra o economicismo até então *predominante* não faz mais do que lançar palavras ao vento. (LENIN, 1973, 9)

Mais preocupado com os imperativos da insurreição do que em se debruçar sobre sua própria sistematização teórica, Lenin pragmaticamente se afasta das teses defendidas até então para remodelar as estruturas do partido bolchevique em prol do ascenso das lutas. Até mesmo uma das questões mais polêmicas de *Que fazer?*, a questão da importação da consciência, é posta de lado em nome do argumento que lembra em muito a concepção espontaneísta de Rosa Luxemburg. Nota-se, portanto, a dificuldade em identificar um corpo teórico sistemático em Lenin. Frente ao crescente movimento ‘espontâneo’ de 1905, Lenin começa a se inclinar para uma posição menos centrada no papel da intelligentsia revolucionária.

A classe operária é instintiva e espontaneamente social-democrata, e o trabalho da social-democracia durante mais de uma década contribuiu fortemente para a transformação dessa espontaneidade em adesão consciente. (OC12, 86)

Harding destaca também o novo potencial da prática na correção dos equívocos da luta dos trabalhadores, numa passagem que remete mais uma vez ao debate de 1903:

As ilusões, desvios e deficiências dos novos militantes seriam eliminadas através da observação do progresso dos eventos, já que esses eventos expunham as polaridades sociais, a traição da burguesia e a necessidade da tomada do poder para efetivar uma democracia radical. (HARDING, 1977, 233)

A transição da luta econômica para uma luta política *revolucionária* é vista com maior maleabilidade, sem a necessidade da importação da consciência pela intelligentsia partidária. Novamente, há certa aproximação com seus antagonistas de alguns anos atrás, Rosa e Trotski. A radicalização conjunta de sindicatos e sovietes pode transformá-los em centros avançados de organização proletária para fins revolucionários, algo inovador na teoria leninista. Implícito a essa forma de pensamento está o destaque para formas paralelas de organização não-partidária por parte dos trabalhadores. Mesmo longe de uma teoria do

‘duplo poder’, pode-se afirmar que Lenin demonstra certa flexibilidade no que concerne à organização dominante do projeto revolucionário.

Aqui não existem marcos bem delimitados, como nas organizações européias. Os sindicatos adquirem caráter político. A luta política se funde com a econômica – por exemplo, na forma de greves -, criando formas de organizações temporárias. (OC12, 135)

(...) abertura do partido às massas, de tal modo que a distinção entre *organização* e *movimento*, entre ‘estrutura horizontal’ e ‘estrutura vertical’ e, finalmente, entre vanguarda e classe operária se atenua fortemente. (LIEBMAN, 1973a, 46)

Nessa nova política de abertura do partido, percebe-se uma maior disponibilidade de diálogo com as massas e maior facilidade de absorver novos militantes. Além disso, há uma maior permissividade com a autonomia regional, algo distante do quadro teórico esboçado em *Que fazer?*.

(...) se faz necessário uma elaboração criadora e autônoma, que atenda o conjunto de todos os camaradas em *novas* formas de organização. Nesse terreno, não é possível pré-determinar normas, porque tudo é novo; nesse terreno, deve-se aplicar o conhecimento das condições locais e, principalmente, a iniciativa de *todos* os membros do partido. A nova forma de organização, ou, melhor dizendo, a nova forma de célula organizativa básica do partido operário deverá ser, sem dúvida, mais ampla do que os círculos anteriores. Além disso, é provável que a nova célula se cristalice como uma organização menos rigorosa, mais ‘livre’, mais ‘lose’. (OC12, 89)

Nota-se que a urgência da revolução fez Lenin abdicar da diferenciação partidária para possibilitar uma aproximação mais intensa com os trabalhadores. No entanto, pouco se fala do papel desses novos militantes na construção da própria organização. Admite-se ainda a idéia de que existe uma barreira intelectual entre formadores da política do partido e assimiladores, executores de tarefas. Aqui nos deparamos com uma nova ambiguidade: de um lado, um descuido teórico ao não problematizar o papel passivo da massa de militantes; de outro, o imperativo concreto dos desníveis de experiência, de capacidade analítica e organizativa e até mesmo de diferenças estratégicas e programáticas que o partido e a classe herdam da realidade. Esse problema se aprofunda devido ao fato de que Lenin, apesar de maior fluidez organizativa, não problematizar a divisão do trabalho partidário, caracterizada pela estratificação interna entre formuladores de políticas e executores passivos. A

passagem seguinte é bastante eloquente no que diz respeito aos resquícios deixados pelo quadro teórico anterior no Lenin pós-1905:

A relação entre a função dos intelectuais e os proletários (operários) no movimento social-democrata talvez possa ser expressa com bastante precisão na seguinte fórmula geral: os intelectuais resolvem os problemas ‘a respeito de princípios’, traçam bem o esquema, raciocinam sobre a necessidade das ações... e os operários fazem, convertem a gris teoria em vida palpitante. (OC12, 93)

Encontramos aqui o silenciamento de um problema por meio de sua exaltação. O trabalho prático, por si mesmo, não caracteriza o domínio da organização pelos trabalhadores. Pelo contrário: se exclusivamente prático, explicita a existência de um alto comando que, numa transição, assumiria o papel de burocracia dominante. Naturaliza-se, portanto, a existência de estratos potencialmente nocivos à superação da sociedade de classes.

Para encerrar esse tópico, comentaremos brevemente alguns dos acontecimentos mais relevantes na relação entre bolcheviques e mencheviques por meio dos textos de Lenin. Coerente com a idéia de uma frente insurrecional constituída por uma coalizão com afinidades estratégicas e programáticas, ocorre uma certa aproximação prática entre ambas as frações. Além disso, a urgência da insurreição toma as atenções do partido e secundariza as polêmicas, que novamente aparecem nos congressos realizados no período. Como lembra Liebman, “Um ano mais tarde, Lenin afirmou claramente que a reunificação do partido ocorreu menos pela vontade dos líderes do que pelo processo revolucionário”. (LIEBMAN, 1973a, 45). No final de contas, a euforia revolucionária atropelou qualquer acerto de contas entre bolcheviques e mencheviques no que se refere às polêmicas pré-1905. O POSDR continuou existindo formalmente, com suas duas frações em uma relação permanentemente tensa até 1912, ano da ruptura definitiva. A situação do partido e a correlação de forças entre as frações é assim definida por Lenin:

Na prática, existem dois partidos operários social-democratas na Rússia. Um deles com o órgão *Iskra*, que se apresenta ‘oficialmente’ como OC do partido, com o CC e com quatro *dos vinte* comitês da Rússia (os demais comitês, além dos vinte que estavam representados no II Congresso, foram criados posteriormente, e sua legitimidade é contestável). O outro partido, com o órgão

Vperiod, com o Bureau dos Comitês russos da Maioria e com quatorze comitês da Rússia. (OC9, 241)

Os textos de Lenin desse período oferecem maiores indicações dos procedimentos mais adequados para um Congresso do partido. Encontramos regras para salvaguardar direitos de minorias, mecanismos de deliberação, grau de autonomia concedido às organizações de base, a crítica ao sistema plebiscitário e a sistematização da idéia de centralismo democrático. Um aspecto positivo é a defesa do mandato representativo revogável e diretamente alinhado às decisões de seus representados. Ultrapassa os limites dessa dissertação averiguar a adequação entre os textos de Lenin e sua atuação prática durante os congressos e debates do partido.

Em nosso Congresso, os representantes das organizações deliberam com plenitude de direitos, sendo democraticamente eleitos e obrigados a render contas de sua gestão. (OC10, 332-3)

Falta ainda cumprir uma tarefa importante, séria e de suma responsabilidade: pôr imediatamente em prática os princípios do centralismo democrático na organização do partido; conseguir, através de um trabalho intensivo, que as organizações de base se transformem, de fato e não de palavra, em células orgânicas fundamentais do partido, que os organismos superiores sejam realmente eletivos, rendam contas ao partido e possam ser revogados. (OC13, 64)

O confronto com os mencheviques ainda rendeu a crítica aos procedimentos adotados pela fração rival durante as atividades de sua assembléia. É notável a preocupação com a formalidade congressual: minúcia no tratamento das atas e arquivamento dos debates, esclarecimento das votações e prioridade à representação sobre o sistema plebiscitário, que quebra a forma orgânica de deliberação.

A conferência não pôde constituir-se como congresso; suas decisões são as de uma assembléia *consultiva* e devem ser ratificadas por cada organização em particular. Inutilmente se buscará uma lista completa dos participantes da conferência, e tampouco existem as atas das seções. Por conseguinte, as organizações da minoria só podem contestar com um sim ou não à pergunta se estão de acordo com essa ou aquela decisão. Assim, os votantes não terão a possibilidade de modificar os textos das resoluções nem conhecer toda a marcha dos debates.

Na prática, esse sistema plebiscitário sempre degenera em farsa. (...) As relações entre o corpo colegiado dirigente e o comitê não são regidas pelo princípio da direção, mas sim pelo do 'acordo', ou, tal como nos parece, pelo princípio da 'confusão'. (OC10, 332-3).

c. Relação do partido com a Duma

1905 também foi fértil em outro aspecto até então inexplorado por Lenin. Como subproduto das lutas revolucionárias, surgem as Dumas (parlamento russo), que propiciam a Lenin a experiência concreta, naquelas condições sociais específicas, de observar teoricamente o significado do parlamento na luta de classes. Temos, portanto, um rico exemplo da posição leninista a respeito dessa instituição, já que Lenin se interroga a respeito de questões fundamentais na relação entre partido revolucionário e parlamento: qual a natureza das Dumas (suas causas e seu significado)? Quando se deve boicotar? Que tipo de boicote deve ser feito? Quando se deve participar? Qual a relação do partido revolucionário com os demais agrupamentos da Duma? Quais as tarefas da bancada revolucionária? Qual a relação entre partido e bancada? Vamos balizar nossa exposição nessas interrogações.

Já em 1905, ou seja, no calor da hora, Lenin define a natureza de classe da Duma, mantendo-se, portanto, nos marcos do pensamento marxista, ao afirmar a “essência classista da Duma, isto é, o acordo entre a burguesia e a autocracia”. (OC11, 274). Nota-se, portanto, que já em 1905, ou seja, durante a própria formação de sua teoria etapista da estratégia, que o processo insurrecional põe em xeque sua crença em uma burguesia progressista, disposta a se contrapor ao czarismo e suas classes de apoio lado a lado com o proletariado. Eis um aspecto positivo do pensamento de Lenin: a flexibilidade em se adequar a situações incompreensíveis se vistas por quadros teóricos insuficientes.

É papel do partido denunciar a unidade entre czarismo e burguesia e, mais do que isso, mostrar às massas que, em um momento revolucionário, toda instituição calcada na colaboração de classes antagônicas representa a tentativa de apaziguar os setores mais radicalizados com a proposta de “institucionalizar” o conflito em marcos favoráveis às classes dominantes, na expectativa de que, uma vez aberta a possibilidade de resolver os conflitos de classe pela via das negociações – e não do conflito aberto – as relações

classistas mais relevantes permaneçam intocadas. Apostando no refluxo, os setores ameaçados pela luta proletária tentam trazer o conflito para o seu próprio terreno. Eis, portanto, o conteúdo profundo da Duma: é a cilada oferecida pelas classes dominantes ao proletariado que, caso aceite a proposta, abdica da violência de classe para lutar pelos seus direitos, abandonando, assim, a perspectiva da tomada do poder. Trata-se de propiciar um verniz constitucional ao domínio de classe, o que significa a contenção do uso da violência policiaesca e a tentativa de ganhar respaldo no interior das próprias classes trabalhadoras.

É evidente que as condições específicas da Rússia do início do século XX restringiam em muito as possibilidades de reformas amplas em prol dos trabalhadores. Tal não foi o caso de outras formações sociais, como nos países centrais, onde a classe operária logrou conquistas vigorosas ao longo do século XX. Isso não nos impede de reconhecer a consistência teórica de Lenin a respeito do tema em questão. A historicização radical seria, aqui, um equívoco.

Um exemplo dessa consistência é a discrepância entre estruturas sociais e instituições políticas. Não existe, nessa passagem que se segue, um determinismo radical entre economia e política.

A arbitrariedade mais selvagem e desavergonhada, o governo mais reacionário de toda a Europa. A lei eleitoral mais reacionária de toda Europa. A composição mais revolucionária de uma representação popular na Europa, num país atrasado!

Essa assombrosa contradição expressa com absoluta nitidez a contradição fundamental de toda a vida russa contemporânea, expressa todo o caráter revolucionário do momento que vivemos. (OC14, 409)

Vejamos, passo a passo, a relação entre Lenin e a Duma no contexto em questão.

Em *A Duma de Estado e a tática social-democrata*, Lenin define como tarefa do partido denunciar esse perfil da Duma:

Mostrar o caráter falso e fictício da representação na Duma, exigir a convocatória por via revolucionária da Assembléia Constituinte e, ao mesmo tempo, participar na Duma é uma tática que, em um momento revolucionário, só é capaz de desconcertar o proletariado, de apoiar os elementos menos conscientes das massas operárias e os elementos menos honestos, menos respeitosos com os princípios entre os dirigentes dessas massas. (OC12, 172)

A dissolução da Duma é demonstrativa da correção da tese leninista sobre seu caráter classista e explicita o fato de que também o czarismo raciocina segundo um ponto de vista classista que considera o ascenso e descenso das massas. Dito de outro modo: a “autocracia” (para usar um termo comum em Lenin) leva em consideração o risco à sua própria existência para oferecer uma perspectiva constitucional que, uma vez dissipado, faz com que os instrumentos parlamentares percam a “utilidade” mistificadora, que oculta o uso franco da violência por parte do Estado czarista.

A dissolução da Duma confirmou da maneira mais clara e diáfana os pontos de vista de quem havíamos prevenido contra todo entusiasmo ante o aspecto exterior ‘constitucional’ da Duma e ante a aparência constitucional, se assim se pode dizer, da política russa durante o segundo trimestre de 1906. (OC13, 329)

A postura de Lenin em relação a participação ou boicote à Duma varia muito ao longo dos anos de efervescência, sem, contudo, se desligar de um eixo primordial à sua teoria. De que eixo se trata? Trata-se do *nível de mobilização e radicalização das massas* ou, nas palavras de Lenin, o “nexo entre o boicote e um amplo ascenso revolucionário” (OC16, 12). Conforme os levantes se disseminam; conforme a classe operária se organiza e nega as formas de Estado burguesas; em suma, conforme a luta de classes atinge um patamar mais elevado, mais inclinado ao boicote Lenin se torna. Se, ao contrário, a conjuntura mostra o descenso das massas, a desmobilização e o recuo do pensamento revolucionário no interior da classe operária, mais o partido deve se resignar à participação no parlamento como *ponto de apoio* para a retomada das lutas, de denúncia da condição de classe do parlamento e de difusão do programa. Assim, o foco da relação entre movimento revolucionário e parlamento burguês é a possibilidade de ruptura institucional que as massas oferecem. “Não cabe falar do êxito do boicote fora de um amplo ascenso revolucionário, fora de uma excitação das massas que em todas as partes transborde a velha legalidade”. (OC16, 12). Como toda análise de conjuntura, trata-se de uma ‘aposta’ influenciada pela análise concreta. Nesse aspecto, pode-se afirmar que existe uma coerência teórica em Lenin²⁶.

²⁶ Obviamente, esses princípios metodológicos não isentam Lenin de equívocos. Ele mesmo, já nos anos 1920, reconhece falhas táticas dos bolcheviques durante a crise revolucionária de 1905: “(...) é, às vezes,

Vejamos dois momentos distintos da profundidade da luta de classes. Num primeiro momento, frente ao levante maciço nas grandes cidades e ao espraiamento do conflito por vastas áreas da Rússia, Lenin é estritamente contra a participação no parlamento russo:

Por que nos negamos a participar das eleições? Porque se participássemos, fortaleceríamos sem querer a fé do povo na Duma e debilitaríamos o vigor da nossa luta contra o arremedo de representação popular. A Duma não é um parlamento, é um fantoche da autocracia. (OC12, 161)

Passada a onda revolucionária, combatida pela forte repressão que se segue, o proletariado retrocede e se desmobiliza. Num cenário extremamente desfavorável, Lenin reorienta bruscamente a estratégia. Ainda durante os levantes, Lenin já previa essa possível virada em prol da participação bolchevique no parlamento:

Sabemos que quando não existem condições para a insurreição, não apenas o Parlamento, mas até uma paródia de Parlamento pode converter-se no principal centro de toda a agitação ao largo de todo o período em que não cabe falar de insurreição popular. (OC11, 270)

A dissolução da Duma serve como termômetro da avaliação que o czarismo faz do potencial revolucionário das massas. Se ele é capaz de dissolver o parlamento em favor do poder autocrático, é porque considera improvável o “contra-ataque” dos trabalhadores. Colocado na condição de refém do refluxo das lutas, o partido se vê obrigado a partir em defesa da Duma, como se, numa guerra de posições, abandonasse a bandeira de avançar uma trincheira em nome da defesa de uma trincheira mais segura, de onde se possa reorganizar as forças e planejar uma nova ofensiva.

É duvidoso que a dissolução da Duma propicie base para uma luta geral do povo por uma assembléia representativa do povo *com poder*. Nesse sentido, não podemos considerar de todo inaceitável a consigna ‘em defesa da Duma’. (OC13, 335)

O conteúdo que teve o boicote no início da revolução russa já não pode existir agora. Já não é possível colocar o povo em alerta contra as ilusões constitucionalistas nem lutar contra a guinada

conveniente e até obrigatório saber renunciar às formas parlamentares. Mas transportar cegamente, por simples imitação, sem espírito crítico, essa experiência a outras condições, a outra situação, é o maior dos erros. O que já constituirá um erro, embora pequeno e facilmente corrigível, foi o boicote dos bolcheviques à "Duma" em 1906. Os boicotes de 1907, 1908 e dos anos seguintes foram erros muito mais sérios e dificilmente reparáveis, pois, de um lado, não era acertado esperar que a onda revolucionária se reerguesse com muita rapidez e se transformasse em insurreição e, por outro lado, o conjunto da situação histórica originada pela renovação da monarquia burguesa impunha a necessidade de combinar-se o trabalho legal com o ilegal”. (OE3, 289)

da revolução em direção ao atoleiro monárquico constitucional. A alma do boicote anterior não pode existir agora. (OC16, 21)

Dito *quando* boicotar, vejamos *como* boicotar. Vale dizer que o boicote defendido por Lenin é o *boicote ativo*, marcado por determinados princípios centrados na organização revolucionária da classe e na negação das formas constitucionais. Vejamos como ele define esse tipo de boicote:

Em contraposição à abstenção passiva, o boicote ativo deve significar agitação decuplicada, organização de reuniões em todas as partes, utilização de reuniões eleitorais, ainda que participando à força, organização de manifestações, de greves políticas etc. (...) O boicote ativo é agitação, recrutamento, organização das forças revolucionárias em escala mais ampla, com energia duplicada sob pressão triplicada. (OC11, 263-4)

A oscilação da tática com relação ao parlamento leva o partido a adaptar seus aparelhos para determinados tipos de luta. *Grosso modo*, lida-se novamente com dois cenários básicos (com suas diferentes nuances): quando em momento de ascenso, privilegia-se os organismos clandestinos insurrecionais; quando em momentos de descenso, a prioridade são os organismos de tipo eleitoral. Assim, a conjuntura novamente incide no plano organizativo, exigindo maleabilidade dos militantes e capacidade de avaliação conjuntural.

Quando as condições objetivas convertem a luta parlamentar na principal forma de luta, é inevitável que no partido se acentuem os traços do aparato dedicados à luta parlamentar. Ao contrário, quando as condições objetivas originam a luta de massas na forma de greves políticas de massas e insurreições, o partido do proletariado deve dispor de ‘aparatos’ ao ‘serviço’ precisamente *destas* formas de luta, e esses devem ser, naturalmente, ‘aparatos’ especiais, distintos dos parlamentares. Um partido organizado do proletariado que reconhece a existência de condições para as insurreições populares e não criou o aparato correspondente, seria um partido de charlatões intelectuais; os operários o abandonariam e passariam ao anarquismo, ao revolucionarismo burguês etc. (OC13, 168)

A relação do partido com os demais agrupamentos é um tópico que ganha atenção nos textos de Lenin e é definida segundo as tarefas fundamentais do partido revolucionário.

(...) nossa tarefa principal e fundamental é desenvolver a consciência de classe e a organização de classe independente do proletariado (...). Nossa tarefa geral mais importante é, portanto, assegurar

uma política de classe independente em toda a campanha eleitoral e em toda campanha para a Duma. (OC14, 79)

Desenvolver a consciência de classe e assegurar uma política de classe independente. Esses dois princípios resumem a posição de Lenin a respeito da relação do partido com as demais organizações, tanto no período eleitoral como dentro do parlamento. Vejamos, com maior minúcia, alguns dos princípios que Lenin reivindica para a atuação do partido no processo eleitoral:

(...) tudo gira em torno de se *sacrificamos ou não a independência* da campanha eleitoral da social-democracia numa Duma ‘totalmente’ liberal. (...) De fato, para os bolcheviques, é mais importante a completa independência na campanha eleitoral, o completo caráter social-democrata de nossa política e nosso grupo na Duma. Por outro lado, para os mencheviques, é mais importante uma Duma totalmente cadete, na qual haja um grande número de social-democratas eleitos com o apoio dos democratas constitucionais”. (OC13, 125)

É absolutamente inadmissível que a social-democracia vele as diferenças, e por essa única razão deve rechaçar incondicionalmente as alianças, dado que o agrupamento *atual* dos partidos unifica os *trudoviques* partidários, os *enemistas* e os *eseristas*”. (OC14, 83)

As referências acerca dos partidos nos impõem a seguinte conclusão: nada de acordos na primeira etapa, durante a agitação entre as massas; nas etapas finais, orientar todos os esforços para a derrota dos cadetes no momento de distribuir os escaninhos, mediante um acordo particular entre os social-democratas e os *trudoviques* e derrotar os *enemistas* mediante um acordo particular entre os social-democratas e os *eseristas*. (OC14, 84)

As referências constantes à independência do partido no quadro político têm também um fundamento conjuntural bastante forte. É importante lembrar que os mencheviques eram hegemônicos no CC, hegemonia conseguida durante os polêmicos conflitos dos anos anteriores. No entanto, os bolcheviques dominavam nos dois grandes centros, Moscou e Petrogrado, fazendo com que o partido tivesse uma atuação errática, marcada por um misto de centralismo burocrático e independência total entre as frações. Um exemplo dessa questão é o caso das “listas comuns”, parte da peculiaridade do processo eleitoral da Duma e que representa, segundo Lenin, a capitulação dos mencheviques à colaboração de classe, que desmoraliza o partido.

(...) a lista comum estará em flagrante contradição com toda a política independente, de classe, do POSDR. Ao aconselhar às massas uma lista comum de cadetes e social-democratas, inevitavelmente confundimos ao extremo a clareza das divisões de classe e políticas. (...) Substituímos a política de classe em nome do parlamentarismo, ao invés de substituir o parlamentarismo em nome da política de classe. Privamo-nos da possibilidade de fazer o cálculo de *nossas* forças. Perdemos o que há de permanente e firme em toda eleição: o desenvolvimento da consciência e a coesão do proletariado socialista. Ganhamos o que é transitório, relativo e inseguro: a superioridade do cadete sobre o outubrista. (OC14, 86)

Nas cidades, nas quais está mais concentrada a população operária, não devemos renunciar, *a não ser por uma necessidade imperiosa*, a apresentar candidaturas social-democratas plenamente independentes. E essa necessidade imperiosa não existe. (OC14, 87)

A atuação da bancada do partido no parlamento também é marcada pela independência e clara *diferenciação* com relação aos demais agrupamentos. Mesmo em votações em comum, é necessário se distinguir das frações burguesas e proletárias. Essa independência serve como exemplo para o proletariado e afasta o partido do risco do oportunismo.

(...) é um mérito da social-democracia o fato de ter sido a única a não ceder ao engano burguês, de ter sido a única que na época das ilusões constitucionalistas manteve constantemente desfraldada a bandeira da luta contra as ilusões constitucionalistas. (OC16, 18)

A primeira experiência parlamentar do POSDR já indica as dificuldades permanentes dos partidos proletários em controlar seus quadros parlamentares; a proposta de torná-los emissários da política democraticamente estabelecida no partido é fustigada pela independência de ação dos parlamentares. Mesmo a chegada do partido ao parlamento o transforma em pólo de atração de elementos externos à social-democracia que se filiam ao partido já numa condição de grande influência. Essa preocupação também está presente nos textos de Lenin, ainda que de maneira discreta.

Os deputados operários chegaram à Duma por caminhos estranhos ao partido. Todos, ou quase todos, chegaram por acordos diretos ou indiretos, tácitos ou expressos, com os cadetes. (OC13, 93)

Ainda sobre a relação do partido revolucionário com os partidos à sua direita, nota-se o cuidado com que Lenin trata a relação com os cadetes. Supostamente, dentro de sua estratégia etapista da revolução democrática, os cadetes seriam a organização burguesa por

excelência. Todavia, desde cedo, os eventos de 1905 desvelam o verdadeiro caráter desse partido, mostrando sua tendência à coalizão com os setores mais reacionários da vida política russa. Lenin, atento aos movimentos do real, percebe essa dinâmica e abandona a idéia de qualquer aliança com os cadetes, o que levaria à desmoralização do partido.

Essa postura ilustra sua idéia de que nem toda aliança equivale a soma de forças. Quando uma aliança agrupa setores antagônicos, seja estratégica, seja programaticamente, ela se presta mais à confusão do que à elevação da consciência das massas, eixo fundamental para a participação em eleições; novamente, Lenin ressalta a importância da independência de classe.

O POSDR faz um acordo eleitoral com os cadetes. Com a ajuda dessa aliança, consegue um número de social-democratas na Duma. Cabe a pergunta: teria valido a pena? Em primeiro lugar, não poderíamos informar amplamente às massas sobre as condições e o caráter de nossos acordos eleitorais com os cadetes (...). Os periódicos cadetes difundiriam, em milhões de exemplares, a mentira e hesitação burguesa dos objetivos de classe do proletariado (?). Nossos boletins, nossas declarações seriam uma gota d'água no mar. *De fato, estaríamos na situação de mudo apêndice dos cadetes.* (OC12, 314)

(...) as alianças e as negociações com os cadetes são o pior método para pressioná-los. Na prática, isso não significará uma pressão dos social-democratas sobre os cadetes, mas sim um enfraquecimento da luta independente dos social-democratas. Só revolucionará a Duma e 'pressionará' os cadetes quem desmascare implacavelmente todos seus passos em falso. Negar apoio a esses passos exerce sobre a Duma cadete uma pressão muito maior que qualquer negociação eles. (OC13, 268)

(...) para fazer interpelações e apresentar projetos de lei, a social-democracia pode contar unicamente com os grupos que estão à esquerda dos cadetes. (OC14, 156)

Como tentamos demonstrar, pode-se notar que as respostas que Lenin nos oferece para as questões elencadas no início do capítulo demonstra uma coerência fundada num elemento ordenador claro, cuja intenção básica é preparar a classe operária para a tomada do poder. Quando isso não parece possível no curto prazo, existe uma série de políticas subordinadas ao princípio fundamental. Ao lado do nível de mobilização e radicalização do proletariado, existe um par conceitual implícito em Lenin que, em estado prático, serve como ordenador da relação entre partido e parlamento: é a idéia de *centro de gravidade* e

ponto de apoio. Sem discuti-los, a teoria leninista poderia ganhar um teor oportunista, no qual o refluxo das lutas acaba por jogar o partido, indiscriminadamente, na luta parlamentar e, portanto, numa tendência reformista. Mesmo em momentos de descenso, Lenin considera a luta parlamentar como um *ponto de apoio* para a luta revolucionária, jamais como *centro de gravidade*. Existe uma hierarquia clara entre um e outro conceito. O parlamento como ponto de apoio é subordinado ao centro de gravidade das lutas, que é a difusão do programa, a mobilização da classe e a organização da insurreição. Assim, a idéia de ponto de apoio é marcada pelo elemento conjuntural, enquanto que a idéia de centro de gravidade é componente inextricável da estratégia revolucionária da tomada do poder, sempre prioritário e simultâneo à participação parlamentar. Como o próprio Lenin resume, trata-se de “(...) contrapor, à caça de escaninhos parlamentares, a defesa firme e consequente do ponto de vista do proletariado socialista (...)”. (OC14, 95).

5. Entre o ensaio geral e a revolução

a. O liquidacionismo

O período que se segue ao descenso dos levantes pode ser considerado o período mais estéril da teorização do partido em Lenin. A tarefa passa da mobilização insurrecional das massas para a manutenção do partido como aparelho revolucionário independente e funcional, posto que há uma debandada de militantes que aderiram ao longo de 1905, marcada ideologicamente pela “desagregação ideológica e orgânica à direita” de “intelectuais pequeno-burgueses” que “desistem do espírito de partido” (OC17, 146-7). Em resumo: fecha-se uma situação revolucionária promissora, abre-se um período de execução de tarefas rebaixadas, como garantir minimamente a existência da social-democracia na Rússia.

Emerge, assim, a questão do *liquidacionismo*, tanto à esquerda quanto à direita (norteados, de um lado, pela negação completa das oportunidades oferecidas pela legalidade em uma época de refluxo e, por outro, pela adesão acrítica à legalidade precária do czarismo, uma vez “comprovada” a impossibilidade da revolução). Além disso, com o recrudescimento da repressão czarista e com as possibilidades restritas de luta institucional, há uma espécie de “retorno” a uma conjuntura que lembra o período que antecede 1905, marcado, inclusive, pela “atividade dispersa em pequenos cenáculos” e pelo “retorno aos métodos artesanais de trabalho revolucionário” (OC17, 147). Liebman oferece um breve cenário histórico a esse respeito:

O período que começa em 1908 e que se caracteriza pelas vitórias da reação na Rússia, a estagnação seguida pelo recuo e afundamento do movimento revolucionário elevou a organização quase embrionária da social-democracia russa ao nível de um verdadeiro partido, comandando e abarcando em seu seio dezenas de milhares de operários. A crise da revolução de 1905, uma vez patente, gerou, por uma causalidade da mesma ordem, um fenômeno contrário: a degenerescência do jovem partido e sua substituição por uma organização sectária, com traços de dogmatismo, monolitismo e autoritarismo. (LIEBMAN, 1973a, 57)

Nota-se que, se a repressão volta à fase anterior ao ascenso das massas, a composição do partido passa por transformações. De um partido diminuto, composto basicamente por quadros profissionais, o partido passa a se proletarizar e a ganhar respaldo em parcelas mais amplas que orbitam o partido, com graus de comprometimento distintos para, logo em seguida, encolher brutalmente com uma nova composição. É o que Le Blanc nos indica:

A proletarização da organização bolchevique teve um salto qualitativo com o fluxo massivo de trabalhadores para o POSDR durante a revolução de 1905. Após a derrota da revolução, particularmente no período de 1907 a 1912, o número de membros declinou fortemente. Ainda assim, a proporção de trabalhadores no POSDR deve ter sido ainda maior nesse período. Isso por conta da guinada à direita da intelligentsia russa em geral e por conta do êxodo de intelectuais do POSDR. (LE BLANC, 1990, 190)

O rápido crescimento e diminuição do partido transforma a sua composição, trazendo em seu seio militantes novatos e perdendo militantes veteranos. Essa mudança acaba por restringir aos círculos superiores o acúmulo de experiências adquirido nas lutas. Polêmicas relativamente apaziguadas voltam com recorrência. A vida partidária se estagna. Em suma: o balanço da prática não se sedimenta. O aprendizado na ação revolucionária se perde.

Uma das causas mais profundas que originam periodicamente divergências na tática é o fato de que o movimento operário cresce. Se não o medimos com um ideal fantástico, se o examinamos como um movimento prático de homens concretos, ficará claro que a incorporação de mais e mais ‘recrutas’ e a inclusão de novos setores das massas trabalhadoras devem ir acompanhadas inexoravelmente de vacilações no terreno da teoria e da tática, da repetição de velhos erros, da volta temporal a conceitos e métodos antiquados etc. (OC20, 69)

Testa-se, assim, a capacidade do partido em se remodelar para agir em uma nova conjuntura com um novo perfil. Como é recorrente no pensamento de Lenin, é bastante penoso para o analista identificar diretrizes, mesmo que genéricas, a respeito da organização. Não se sabe se se trata de uma capacidade bastante fértil para transformar as estruturas do partido de acordo com a conjuntura ou se se trata, de fato, de formulações esparsas estabelecidas no calor da hora, impossíveis de serem acionadas em situações diferentes. Independentemente dessa dificuldade constante, pode-se afirmar que o partido

sofre com a “lógica do desencanto com relação ao partido e à revolução popular, do desencanto com relação a capacidade das massas para lançar uma luta revolucionária direta” (OC17, 146), fruto da derrota proletária. Esse desalento se expressa na ideologia da “substituição da organização do partido por uma organização legal ‘amorfa’”. (OC17, 148)

Lenin resume a situação desoladora numa passagem de 1909 da seguinte maneira:

Um ano de desagregação, um ano de confusão política e ideológica, um ano de extravio do partido está para trás de nós. O número de membros de todas as organizações do partido baixou, algumas – precisamente as que tinham menos proletários – desagregaram-se. As instituições semilegais do partido criadas pela revolução sofreram fracasso sobre fracasso. Chegou-se a um ponto em que alguns elementos do partido, sob a influência da desagregação, se interrogaram sobre se se devia manter o partido social-democrata tal como era antes, se se devia continuar a sua obra, se se devia passar outra vez à clandestinidade e como o fazer; a essa questão a direita extrema deu uma resposta no sentido da legalização a qualquer preço, mesmo ao preço da renúncia aberta ao programa, à tática e à organização do partido (a chamada corrente liquidacionista). A crise foi indubitavelmente não apenas organizativa, mas também ideológico-política. (OE1, 479)

No mesmo texto, Lenin dá indicações de sua análise a respeito da causa primordial da dispersão de militantes e da descrença com a saída revolucionária, assim como retoma a *depuração* como remédio para a desagregação do partido:

As saídas do partido significam uma depuração deste, a sua libertação dos amigos menos firmes, inseguros, dos ‘companheiros de viagem’, que sempre aderiram temporariamente ao proletariado, que provêm da pequena burguesia ou dos ‘desclassificados’, isto é, pessoas descarriladas de uma ou de outra classe determinada. (OE1, 484)

b. Organização e política parlamentar numa época de refluxo e repressão

Ao lado do liquidacionismo, um segundo problema emerge: como reestruturar o partido para atuar num cenário de descenso da mobilização proletária? Ou seja: Lenin se defronta com a necessidade de modificar a organização partidária para torná-la apta a sobreviver a um período muito menos promissor. Essa série de problemas demonstram um forte imbricamento entre modo organizativo (no que se refere à abertura para as massas),

presença do proletariado na cena política (descenso ou ascenso) e vias de luta (de um lado, insuflar as massas para a greve geral ou, num grau mais avançado, para a insurreição; ou, de outro, sem contar com seu apoio, se voltar para as frestas que a Duma oferece para reformas e para a divulgação do programa). Tal como nos anos de insurreição, percebe-se a relação direta entre ascenso das massas, saída revolucionária e abertura organizativa (por conta do constrangimento que as massas impõem à repressão czarista); numa outra chave, a relação entre descenso de massas, saída parlamentar e fechamento organizativo (por conta do crescimento da repressão czarista).

É por isso que Lenin apela para a reestruturação do partido no novo cenário:

É impossível manter e consolidar uma organização social-democrata ilegal, se não há uma reestruturação sistemática, paulatina, para que se possa superar o difícil período atual, para que se realize um trabalho prolongado por meio dos ‘pontos de apoio’ das possibilidades legais de todo tipo. (OC19, 153)

De modo mais detalhado, Lenin recomenda a formação de comitês de fábrica para a captação de militantes e difusão do programa. É a reedição do argumento da *rede de organizações* que circunda o partido. Infelizmente, por razões teóricas e conjunturais, predomina novamente o teor utilitarista com relação ao papel dessas organizações – no sentido de que estas não são reconhecidas como sujeito do processo revolucionário, mas sim como instrumentos da vanguarda partidária.

O reforço da organização ilegal do partido, a criação de células do partido em todas as esferas de atividade, a criação em primeiro lugar de “comitês operários exclusivamente de partido, mesmo pouco numerosos, em cada empresa industrial”, a concentração das funções de direção nas mãos de dirigentes do movimento social-democrata saídos dos próprios operários — tal é a tarefa do dia. (...) Cada célula e cada comitê operário do partido deve tornar-se “um ponto de apoio para o trabalho de agitação, de propaganda e de organização prática entre as massas”, isto é, ir necessariamente para onde vão as massas e procurar a cada passo impulsionar a sua consciência em direção ao socialismo, ligar cada questão parcial às tarefas gerais do proletariado, fazer com que cada medida de organização contribua para a coesão *da classe*, conquistar com a sua energia, com a sua influência ideológica o papel dirigente em todas as organizações proletárias legais. Não importa que essas células e comitês sejam às vezes pouco numerosos, em contrapartida eles estarão ligados pela tradição do partido e pela organização do partido, por um programa de classe preciso; então

dois ou três sociais-democratas membros do partido saberão não se dissolver dentro de uma organização legal informe, mas aplicar em todas as condições, em todas as circunstâncias, em todas as situações possíveis a sua linha de *partido*, influir sobre o ambiente no espírito de todo o partido, e não deixar-se absorver por esse meio. (OE1, 484)

Quanto a relação dos bolcheviques com o precário parlamento russo, a derrota do proletariado surge como o eixo ordenador da postura de Lenin. Por mais restrito que sejam as possibilidades de ganhos (seja através de reformas, seja através da exposição pública do partido), esse é o canal que a situação concreta oferece aos revolucionários. Aparece com clareza a idéia de que a fração parlamentar do partido deve se subordinar à linha política definida em Congressos e na política do CC como forma de controle do descolamento dos parlamentares com relação ao programa. Para tanto, a autonomia é bastante restringida. Outro ponto digno de nota é o ineditismo da situação – participar de um parlamento – nas palavras de Lenin:

Todos nós sabemos muito bem que as eleições de 1912 (...) não resultarão nem podem resultar em uma ‘mobilização de massas’ nem ‘ampla’ nem ‘aberta’. Oferecerão a modesta oportunidade para um trabalho que não será nem amplo nem aberto, e essa oportunidade deve ser utilizada. (OC21, 81)

Devemos colocar imediatamente de modo diferente a obra de criação de um parlamentarismo social-democrata na Rússia, conduzir imediatamente um trabalho coordenado nesse campo – para que cada deputado social-democrata sinta na prática que o partido está por detrás dele, sofre com os seus erros, procura indicar-lhe o caminho certo para que cada funcionário do partido participe no trabalho geral do partido na Duma, aprenda com a crítica marxista concreta dos seus passos, sinta que é seu dever ajudá-los, procure que o trabalho especial da fração esteja subordinado a toda a atividade de propaganda e de agitação do partido. (OE1, 483)

Quanto ao programa do partido, permanece a defesa das bandeiras democráticas, mais adequadas ao cenário desfavorável. Além disso, surgem instruções para a atuação dos parlamentares, priorizando fortemente a idéia de *independência* do partido e da classe com relação às demais classes.

As consígnias principais da época seguem sendo: 1) república democrática, 2) confiscação da terra dos senhores de terra e 3) jornada de oito horas. (OC24, 57)

(...) deve-se votar os pontos que caminhem nessa direção. Nos casos em que a melhoria, em virtude nas condições que se impõem na IV Duma, resultem duvidosos, o grupo deve se abster, mas é *indispensável* que especifique os motivos de sua abstenção, depois de haver discutido o problema com representantes das organizações operárias. (...) Nos casos em que, depois de ser rechaçada a moção social-democrata, o voto do grupo contra o governo coincida com o voto de outros partidos, é necessário que o grupo se esforce para especificar os motivos que têm para votar por uma moção ou parte de uma moção apresentada por outros. (OC24, 61)

c. Retificações sobre a revolução democrática e a cisão de 1912

Se na questão da organização interna nos deparamos com uma relativa escassez, não se pode dizer o mesmo no que se refere à estratégia revolucionária e à relação entre partido, proletariado e burguesia. É possível verificar, no acúmulo de experiências, um balanço crítico da posição da burguesia enquanto aliado, bem como se nota um certo ceticismo crescente quanto à possibilidade da manutenção da revolução democrática nos marcos da legalidade burguesa e do programa mínimo do partido. Mesmo sem uma nova teoria da estratégia, a avaliação dos eventos de 1905 durante essa fase prepara e antecipa elementos que se consolidam durante a I Guerra Mundial e, principalmente, durante o ano de 1917. Vejamos um exemplo da nova caracterização de Lenin a respeito da burguesia e da revolução democrática após o teste da prática se sedimentar:

A experiência das alianças, dos acordos e dos bloqueios com o liberalismo socialreformista na Europa Ocidental e com o reformismo liberal (cadete) na revolução russa mostra de maneira satisfatória que esses acordos apenas ofuscam a consciência das massas, prejudicando o alcance real da luta ao invés de estendê-lo, ao unir os que lutam com os elementos menos capazes de lutar, com os elementos mais vacilantes e traidores. (OC17, 23-4)

Acreditamos e dizemos claramente em nossa ‘fórmula’ que *não* se produzirá na Rússia um choque resoluto entre a velha nobreza dona de terras e a burguesia liberal; os choques entre essas classes

são inevitáveis, mas serão ‘desacordos insignificantes’ que ‘*não decidem*’ em nada os destinos da Rússia e não podem gerar nenhuma mudança positiva resoluto e substancial. (OC21, 93)

A experiência de 1905 se reflete também na relação entre as frações bolchevique e menchevique. Ambas as correntes estabelecem balanços diametralmente opostos, que seriam definitivos para selar a cisão de 1912. De um lado, o agrupamento bolchevique, em especial Lenin, se inclina para conclusões revolucionárias, fazendo forte autocrítica à relação do partido com as demais organizações e classes sociais e questionando a participação da burguesia na revolução democrática. Esse viés ainda se mostra amorfo, mas dá as bases para a feitura de uma nova estratégia revolucionária principalmente no transcorrer de 1917. De outro lado, os mencheviques, desiludidos pela derrota, se inclinam para uma interpretação reformista, cética quanto a saída revolucionária e, portanto, simpática à participação institucional. O parlamento aparece cada vez mais como o “centro de gravidade” da luta operária. Mostra-se também um certo apego ao protagonismo burguês na revolução democrática, ao contrário de Lenin, que sempre defendeu o protagonismo operário. Essa é a tese defendida por Liebman:

A derrota da revolução convenceu os leninistas de que faltou preparação, coordenação e organização; a maior parte dos mencheviques, ao contrário, acreditava que a derrota da tentativa revolucionária demonstrou a validade da política reformista. (LIEBMAN, 1973a, 62)

A perspectiva revolucionária de Lenin transparece na sua crítica ao reformismo. Podemos resumir essa crítica nos seguintes eixos: crítica ao reformismo como fim, e não como meio para o combate à burguesia; tese do reformismo como subproduto da luta revolucionária adquirido por meio da pressão violenta do proletariado; crítica da similitude entre forças de classe e composição parlamentar.

A crítica do reformismo como fim já é conhecida. A conquista de direitos e melhorias nas condições de trabalho não é suficiente para dirimir as contradições de classe, só possíveis com a socialização da produção. Já a tese do reformismo como subproduto da ação revolucionária das massas revela a condição de constrangimento a que a burguesia se submete para conceder reformas. Não se trata de boa vontade, de um convívio amistoso entre classes: trata-se de pressão. Da mesma maneira, a discrepância entre Parlamento e

luta de classes coloca a mobilização das massas como “centro de gravidade” da correlação de forças, muito mais valiosa do que a conquista de um ou outro gabinete parlamentar.

Para a Rússia de hoje, é *particularmente* adequado a verdade, confirmada cem vezes pela história mundial, de que as reformas só são possíveis como produto secundário de um movimento completamente carente de toda a estreiteza do reformismo. (OC23, 424)

Os marxistas devem saber que as condições do sistema representativo, não apenas na nossa Duma ultra-reacionária, mas inclusive no Parlamento burguês mais ideal, devem criar sempre uma disparidade artificial entre a força efetiva das diferentes classes e seu reflexo no organismo representativo. (OC17, 285)

Em suma, o acúmulo de divergências entre as frações bolchevique e menchevique culminou, numa conjuntura de refluxo do movimento operário, na segmentação de dois verdadeiros partidos, com organizações e estratégias distintas. Lenin apenas constata a existência de dois partidos já antes de 1912:

Desde 1912, há já mais de dois anos, *não existe* na Rússia fracionismo entre os marxistas organizados, não existem discussões sobre tática em organizações *únicas*, em conferências e congressos *únicos*. Existe uma ruptura *completa* entre o partido. (OE1, 493)

Apenas a título de nota, devemos lembrar da polêmica de cunho “filosófico” encabeçada por Lenin, de um lado, e por Bogdanov, de outro. Por ultrapassar os limites de nossa pesquisa, não vamos analisar esse debate que tanta importância tem para a definição de materialismo em Lenin. No entanto, encontramos em Le Blanc um depoimento a respeito dessa discussão que envolve o uso do periódico do partido para a explicitação pública de polêmicas. A citação abaixo revela a oposição de Lenin em relação à política editorial dos bolcheviques, que tentavam boicotar os textos de Bogdanov em nome do “materialismo dialético de Marx e Engels. É uma importante ressalva à concepção monolítica do jornal do partido, ainda que não haja nenhuma sistematização a esse respeito (por exemplo, sobre o acesso das críticas de militantes menos prestigiados, críticas de núcleos isolados, ou mesmo sobre o conteúdo das críticas “publicáveis” e “não-publicáveis”, de difícil pré-definição).

Nas publicações legais, artigos filosóficos deveriam ser impressos sob a condição de que o materialismo dialético ortodoxo e o ‘Machismo’ deveriam ter o mesmo espaço. Depois da expulsão

de Bogdanov, adotou-se uma nova posição: ‘Se questões filosóficas chegarem ao OC, os representantes da Secretaria Editorial do CC devem tomar a posição definitiva do Materialismo Dialético de Marx e Engels’. No entanto, Lenin se opôs firmemente a uma condenação formal à filosofia de Bogdanov. (LE BLANC, 1990, 166-7)

6. 1914 – 1917

a. Imperialismo e estratégia revolucionária

Diferentemente dos anos do liquidacionismo, os anos de 1914 a 1917 são extremamente ricos do ponto de vista teórico e marcam um salto de qualidade nos mais diversos aspectos do pensamento de Lenin. Isso é particularmente sensível no que se refere ao desenvolvimento de uma teoria mais sólida da estratégia revolucionária e do formato do Estado proletário para a transição. Duas de suas obras mais duradouras foram forjadas ao longo dessa fase: *O imperialismo, fase superior do capitalismo* e *O Estado e a revolução*.

O imperialismo representa a quintessência do que Lenin denomina ‘análise concreta da situação concreta’ e demonstra a renovação teórica que Lenin capitaneia no interior do movimento revolucionário, atualizando a análise marxista da conjuntura internacional e do estágio de desenvolvimento do capitalismo depois de Marx através de intensos estudos sobre o tema. Além disso, significa a conformação teórica do acúmulo de experiências concretas decorrentes dos levantes de 1905 e da política européia dessa época. Já *O Estado e a revolução* é a virada teórica definitiva da teoria do Estado em Lenin, pois representa a recuperação da análise marxiana da Comuna de Paris, extraindo lições a respeito da natureza do aparelho de Estado e do papel primordial conferido aos conselhos operários para a superação da sociedade de classes. Da mesma forma que na questão do imperialismo, a *prática* também se mostra elucidativa e incide fortemente no pensamento de Lenin: tanto a experiência soviética de 1905 (de amplitude mais restrita) como a Revolução de 1917 (mais generalizada) serviram como laboratório prático, como teste para a teoria anterior e fonte para o nascimento de uma nova teoria. Duas frentes se articulam: de um lado, a renovação da teoria econômica alimenta mudanças qualitativas na teoria política (o novo caráter da burguesia redimensiona a estratégia revolucionária); de outro, os estudos da Comuna de Paris renovam teoricamente a natureza das tarefas econômicas do período de transição (aparece com vigor a necessidade do proletariado se apropriar da

produção de maneira integral, desmontando a divisão do trabalho social por meio dos soviets).

No entanto, seguindo o fragmentarismo caro aos textos de Lenin, encontramos ainda resquícios de fundamentos teóricos anteriores que se contrapõem aos novos argumentos apresentados. Se a ocorrência textual de argumentos é um critério válido, podemos dizer que essas ambiguidades ocupam um lugar secundário em sua teoria e, na *prática* de Lenin, são quase ausentes. Além desses dois textos seminais, uma série de artigos publicados durante essa fase são de fundamental importância para a apreensão do pensamento leninista e para compreender suas repercussões na teoria da organização.

O *imperialismo* é o marco teórico que afasta em definitivo a idéia do potencial revolucionário e progressista da burguesia do pensamento de Lenin no que concerne aos países centrais do capitalismo²⁷. Vejamos, resumidamente, os pontos principais do texto na síntese formulada pelo próprio Lenin:

(...) sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro” da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (OE1, 641-2)

²⁷ Essas qualidades do texto não o exime de graves impasses teóricos. Um exemplo é o forte economicismo defendido ao longo do texto, quando Lenin defende que o capitalismo “prepara” amplas estruturas produtivas para o socialismo. Assim, resume-se a transição à estatização da produção, ao invés de se considerar também a importância de superar as relações de produção e as forças produtivas capitalistas.

Para o objeto de nossa pesquisa, os pontos 1 e 2 são primordiais para compreender a guinada estratégica operada entre os anos de 1914 e 1917. A concentração de capital, a formação de monopólios e o protagonismo do capital financeiro reconfiguram o perfil da grande burguesia internacional, enredada agora em uma teia de interesses materiais que minimizam fortemente o aspecto “nacional” de seus interesses e, conseqüentemente, alteram a sua política de classe (respeitando as mediações históricas específicas). Até onde o capital internacional consegue se espriar, é possível observar uma burguesia marcada por forte coesão entre frações que antagoniza brutalmente o proletariado. Com a derrocada paulatina do poder de classe dos senhores de terra, as tarefas da revolução burguesa passam a ser incorporadas no processo mesmo de derrubada da burguesia por parte do proletariado. Eis, portanto, a guinada na estrutura de pensamento de Lenin. É essa também a posição de Harding:

A análise de Lenin dos efeitos da exportação de capital nos Estados imperialistas teve repercussão extremamente importante na estrutura de seu pensamento político, em particular na questão da estratégia para a revolução mundial. (...) O imperativo de colocar a revolução mundial na ordem do dia se tornou, portanto, inescapável. (HARDING, 1981, 58)

Apresentaremos agora uma sequência de citações que, se repetitiva, ao menos serve como demonstração da ênfase dada por Lenin a esse novo aspecto da conjuntura internacional, a saber, a “passagem em bloco de todas as classes possuidoras para o lado do imperialismo” (OE1, 657). Nota-se a contundência e agressividade léxica com que Lenin defende esses novos alicerces de sua teoria e sua nítida repercussão estratégica:

(...) a comparação, por exemplo, entre a burguesia republicana americana e a burguesia monárquica japonesa ou alemã, mostra que as maiores diferenças políticas se atenuam ao máximo na época do imperialismo; e não porque essa diferença não seja importante em geral, mas porque em todos esses casos se trata de uma burguesia com traços definidos de parasitismo. (OE1, 668)

Hoje, seria ridículo até imaginar uma burguesia progressista, um movimento burguês progressista, referindo-se, por exemplo, a figuras-chave, sem dúvida centrais e da maior importância no ‘concerto’ europeu, como são a Inglaterra e a Alemanha. A velha ‘democracia’ burguesa desses Estados-chave, que ocupam posição central e importantíssima, se tornou reacionária. (OC26, 143)

(...) o fator *determinante* da situação histórica objetiva mudou e no lugar do capital da época da libertação nacional surgiu o capital financeiro imperialista, reacionário e internacional.

Seria absurdo equacionar o problema nos termos anteriores, já que não temos os critérios anteriores de avaliação: o prolongado desenvolvimento do movimento burguês de libertação nem o longo processo de decadência do feudalismo. A democracia contemporânea só será fiel a si mesma se não se aliar a burguesia imperialista alguma, se declara que ‘uma e outra são as piores’ e se deseja em cada país o fracasso da burguesia imperialista. Qualquer outra solução será de fato uma solução nacional-liberal e não terá nada em comum com a verdadeira internacionalidade. (OC26, 146-7)

A terceira época, que acaba de começar, coloca a burguesia na mesma ‘situação’ em que estavam os senhores feudais durante a primeira época. É a época do imperialismo e, ademais, das comoções imperialistas derivadas do imperialismo. (OC26, 149)

A situação histórica objetiva é totalmente distinta. A luta do capital ascendente pela libertação nacional contra o feudalismo cedeu espaço para a luta que o capital financeiro ultrareacionário, decrépito e caduco, em plena decadência, lança contra as novas forças. Os limites nacionais burgueses dos Estados, que foram durante a primeira época um ponto de apoio para o desenvolvimento das forças produtivas da humanidade que se libertava do feudalismo, converteram-se agora, na terceira época, em um *obstáculo* para o desenvolvimento das forças produtivas. De classe avançada em ascensão, a burguesia passou a ser uma classe declinante, decadente, interiormente carcomida e reacionária. A classe que está em ascensão, em ampla escala histórica, é outra classe completamente distinta. (OC26, 152)

Comparar a ‘continuação da política’ de luta contra o feudalismo e o absolutismo, da política da burguesia que está se emancipando, com a ‘continuação da política’ de uma burguesia decrépita, *vale dizer*, imperialista, *vale dizer*, de uma burguesia reacionária, de uma burguesia que, aliada ao feudalismo, oprime o proletariado, equivale a comparar léguas com arrobas. (OC26, 237)

O capitalismo, progressista em outros tempos, é hoje reacionário e desenvolveu as forças produtivas a tal ponto que a humanidade se encontra atualmente ante o dilema de passar ao socialismo ou de sofrer durante anos, durante décadas, a luta armada entre as ‘grandes’ potências pela conservação artificial do capitalismo mediante as colônias, os monopólios, os privilégios e a opressão nacional de todo gênero. (OC26, 332)

As transformações econômicas pelas quais o capitalismo passa incidem também nas estratégias de dominação de classe do bloco de classes dominantes. Os métodos são mais sofisticados e o uso da violência militar só é acionado após a falência de uma série de estruturas mais ligadas ao plano ideológico do que policialesco. Mesmo na Rússia, país marcado pelo imbricamento de formas pré-capitalistas e capitalistas, Lenin verifica esses novos procedimentos da luta de classes. Mesmo que de maneira limitada, surgem aparelhos

de classe capazes de atenuar o conflito. Lenin tipifica dois métodos de coerção de classe que, na prática, interagem:

O primeiro é a violência, a perseguição, a proibição e a destruição. Trata-se de um método essencialmente feudal, medieval. Em todas as partes existem setores e grupos da burguesia – mais reduzidos nos países avançados e maiores nos atrasados – que preferem estes métodos, e em certos momentos, singularmente nos momentos críticos da luta dos operários contra a escravidão assalariada, esses métodos são usados por *toda* e qualquer burguesia.

O outro método de luta da burguesia contra o movimento operário é o da divisão dos operários e a desorganização de suas fileiras, o suborno de determinados representantes ou grupos do proletariado com o objetivo de atraí-los para o lado da burguesia. Os métodos desse gênero não são feudais, mas sim *nitidamente* burgueses, modernos, correspondentes a um regime capitalista desenvolvido e civilizado, a um regime democrático. (OC25, 341)

Outra tendência do imperialismo é estabelecer estratificações importantes no interior de classes sociais, em específico da classe operária. A mudança dos processos de trabalho elevam a camada operária mais apta tecnicamente a um patamar salarial superior ao conjunto da classe. Isso gera contradições entre essa camada e o restante da classe, já que traz em seu bojo novas práticas sociais, novos interesses e anseios. A própria identidade de classe é transformada. Trata-se, portanto, de um processo abrangente, com inflexões nas mais diversas instâncias da prática social.

No aspecto *econômico*, a diferença consiste em que uma parte da classe operária dos países opressores recebe as migalhas que obtêm dos burgueses das nações opressoras mediante a redobrada exploração permanente dos operários das nações oprimidas. (...) No aspecto *político*, a diferença consiste em que os operários das nações opressoras ocupam uma situação *privilegiada*, em comparação com os operários da nação oprimida, em toda uma série de domínios da vida política. (...) No aspecto *ideológico* ou espiritual, a diferença consiste em que os operários das nações opressoras são educados sempre, pela escola e pela vida, em um espírito de desprezo ou desdém com relação aos operários das nações oprimidas. (OC30, 113)

Obviamente, a transformação da natureza da burguesia internacional não elimina os fortes traços pré-capitalistas presentes nos países periféricos. O poderio burguês conseguiu se fortalecer e se consolidar por dentro de formas políticas que fogem da tipicidade geralmente apresentada pelas concepções de revolução burguesa da social-democracia

(Parlamento, Constituinte, Estado de Direito, Constituição, reforma agrária, ‘liberdade’ da força de trabalho e do capital etc.)²⁸. A tarefa de conquistar os pontos progressistas das sociedades burguesas centrais passa, agora, a fazer parte de um processo interno à revolução socialista. As duas etapas da revolução (a democrática e a socialista) são vistas como um processo articulado já à revolução socialista, protagonizada pelo proletariado e que envolve, desde o primeiro momento, a supressão jurídica da burguesia. Como já vimos, essa simultaneidade de etapas não é algo novo no pensamento de Lenin. Contudo, é nessa fase que ele se consolida, afastando-se fortemente do raciocínio etapista de então. Lenin demonstra capacidade de se adaptar às novas configurações da luta de classes “sem se aferrar à teoria de ontem, que, como toda teoria, no melhor dos casos, apenas traça o fundamental, o geral, apenas abarca de um modo aproximado a complexidade da vida”. (OC31, 142)

É o que Liebman observa:

(...) a distinção entre as duas etapas, entre a fase burguesa e a fase socialista da revolução perde sua clareza, se atenua e se torna fluida, a ponto de produzir um ‘*encavalamento* extremamente original’ entre o período da ‘dominação da burguesia’ e a ditadura do proletariado e do campesinato. (LIEBMAN, 1973b, 257)

Vejamos como isso aparece nos textos de Lenin:

A guerra imperialista *vincula* a crise revolucionária na Rússia, crise que surgiu sobre o terreno da revolução democrática burguesa, à crise crescente da revolução proletária, socialista, no Ocidente. Esse vínculo é tão direto que já é absolutamente impossível executar separadamente as tarefas revolucionárias em um ou outro país: a revolução democrática burguesa na Rússia é agora não apenas o prólogo, mas também uma parte integrante inalienável da revolução socialista no Ocidente. (OC27, 28)

É absurdo *opor* a revolução socialista e a luta revolucionária contra o capitalismo a *um* dos problemas da democracia, no presente caso, ao problema nacional. Devemos *combinar* a luta revolucionária contra o capitalismo com um programa e uma tática revolucionários para *o conjunto* das reivindicações democráticas; república, milícia, eleição dos funcionários pelo povo, igualdade

²⁸ A passagem a seguir é importante para explicitar as mediações entre o plano econômico e político que Lenin passa a enfatizar: “Em geral, a democracia política não é mais do que uma das *formas* possíveis (...) de superestrutura no capitalismo. Os fatos demonstram que tanto o capitalismo como o imperialismo se desenvolvem com *quaisquer* formas políticas, submetendo *todas* elas a seus interesses” (OC30, 23).

jurídica da mulher, direito das nações à autodeterminação etc. Enquanto existir o capitalismo, todas essas reivindicações só podem se realizar como exceção e, além disso, de um modo incompleto e desvirtuado. Apoiando-nos nas realizações democráticas já conquistadas e denunciando seu caráter incompleto no regime capitalista, exigimos o derrocamento do capitalismo, a expropriação da burguesia, como base indispensável para acabar com a miséria das massas e também realizar *completa e integralmente todas* as transformações democráticas. Algumas dessas transformações serão iniciadas antes do derrocamento da burguesia, outras *no curso* de seu derrocamento e outras depois dele. (OC27, 66)

O proletariado da Rússia, que atua num dos países mais atrasados da Europa, no meio de uma imensa população de pequenos camponeses, não pode propor-se como fim a realização imediata de transformações socialistas.

Mas seria o maior dos erros, e na prática equivaleria a passar completamente para o campo da burguesia, deduzir daqui a necessidade do apoio à burguesia por parte da classe operária ou a necessidade de limitar a sua atividade ao quadro do aceitável para a pequena burguesia, ou a renúncia ao papel dirigente do proletariado na tarefa de explicar ao povo a urgência de uma série de passos praticamente maduros em direção ao socialismo. (OE2, 98)

Um complemento – mais do que uma ressalva – à questão do imperialismo aparece no texto *O socialismo e a guerra*. Nesse texto, Lenin demonstra que o espraiamento do capital e seu processo de monopolização não é um processo encerrado²⁹. Existem claras desigualdades entre os diversos países que devem ser levadas em consideração. Especialmente nos países periféricos, a burguesia não pode ser vista como um bloco monolítico e, em certos casos extremos, pode-se notar a insipiência da própria existência da classe burguesa. Portanto, a conformação dessa nova estratégia deve respeitar às diversas formações sociais, levando em consideração o grau de avanço do capital, a coesão das classes dominantes e seu comportamento político e a relevância do proletariado em nível nacional. Não há automatismo estratégico. Não se suprime a análise concreta. A emergência da problemática do imperialismo e as conclusões genéricas a que Lenin chega devem apenas balizar a avaliação das forças políticas específicas de cada nacionalidade. Em certos casos, a burguesia pode ser progressista. Os exemplos de Lenin são a Índia, a

²⁹ De fato, com a constante criação de novas necessidades de consumo, a idéia de “encerramento” do processo de expansão de capital é bastante questionável.

China e a Pérsia: “Sobre tal terreno histórico, uma guerra pode ter, inclusive agora, caráter progressivo burguês e pode ser de libertação nacional”. (OC26, 335)

Esses avanços teóricos não estão isentos de contradições. Encontramos dois textos marcados por traços residuais de fragilidades teóricas, que demonstram uma recaída a automatismos ligados ao desenvolvimento das forças produtivas e ao esquematismo etapista no que se refere ao desenvolvimento histórico. Além disso, uma passagem em particular sugere uma visão limitada do socialismo, assentada sob uma concepção de neutralidade das forças produtivas que, uma vez tomadas pelo proletariado, poderiam ser incorporadas na nova estrutura social sem restrições. Isso se encontra no texto *O populismo de esquerda e o marxismo*:

O desenvolvimento econômico da Rússia, como do mundo todo, caminha da servidão ao capitalismo, e através do grande capitalismo mecanizado, ao socialismo. (OC25, 247)

(...) só a grande produção mecanizada desperta os operários, os ilustra e os coesiona, cria as condições *objetivas* do movimento de *massas*. (OC25, 248)

(...) o socialismo não é outra coisa senão o monopólio capitalista de Estado *usado em proveito de todo o povo* e que, nessa medida, *deixou* de ser um monopólio capitalista. (OE2, 195)

Em *Sobre a caricatura do marxismo e o economismo imperialista*, Lenin retrocede à idéia de que a transição socialista só é possível nos países ‘avançados’, enquanto que os países ‘subdesenvolvidos’ são terreno exclusivo para a revolução democrática. Ao invés de uma gradação de dificuldades, nota-se a idéia de corte entre países aptos ao socialismo e países limitados à revolução democrática.

Unicamente os países avançados do Ocidente e da América do Norte estão maduros para o socialismo. (OC30, 116)

O socialismo será realizado pela ação unida dos proletários, porém não de todos os países, mas sim por uma minoria deles que chegaram ao grau de desenvolvimento do capitalismo *avançado*. (OC30, 117)

A revolução social só pode se concretizar por meio de uma época de guerra civil do proletariado contra a burguesia nos países avançados, com *toda uma série* de movimentos democráticos e revolucionários, compreendidos os movimentos de libertação nacional, nas nações subdesenvolvidas, atrasadas e oprimidas. (OC30, 118)

Esse choque de tendências de abordagem no pensamento de Lenin dificilmente pode ser resolvido teoricamente. Novamente são postas em xeque as análises que encontram em Lenin uma coerência que atravessa os anos. Permanece, tal como em outros momentos de seu trabalho, a questão do pragmatismo teórico de Lenin. O que pode ser dito a respeito é que muito dos argumentos seriam postos a prova na *prática*: alguns permaneceriam; outros seriam esquecidos. Como exemplo, podemos citar o ‘esquecimento’ de um texto como *O Estado e a revolução*, tão importante e duradouro teoricamente, mas tão pouco presente quando solicitado em ato, ou seja, na transição socialista. Evidentemente, não cabe aqui a defesa de uma análise idealista de um processo tão suscetível às pressões históricas, mas sim apontar para a perda de um novo horizonte teórico (que pode ser resumido como o *protagonismo da rede de soviets na transição socialista*) em nome do protagonismo da vanguarda operária encarnada no partido-Estado. Outro aspecto é a neutralidade do monopólio capitalista que, simplesmente ao ser utilizado pelo proletariado, perde seu signo de classe, inscrito nas próprias estruturas de produção e nas forças produtivas.

Não podemos subestimar, contudo, o caráter ambíguo das passagens que se contrapõem à teorização dominante. A alegada ‘maturidade’ dos países centrais para o socialismo (ou a ‘concretização da revolução social’) pode se referir a uma maior facilidade para a *transição*, e não a *tomada do poder* pelo proletariado (1917 demonstra que o proletariado pode tomar o poder mesmo em um país de formação híbrida, capitalista e pré-capitalista ao mesmo tempo). Novamente, a imprecisão léxica dificulta uma análise rigorosa, e nem mesmo uma ‘filologia’ dos textos de Lenin pode elucidar o significado dos termos.

b. Os soviets como organização do poder de Estado na transição

A segunda reviravolta teórica de Lenin nos anos de guerra diz respeito à teoria do Estado. O enfoque dado à questão passa pela problematização e debate de três pontos principais: o desmantelamento do Estado burguês e a construção de um “poder de Estado”

proletário; a forma comunal como encarnação por excelência da democracia proletária; e os soviets como concretização prática da forma comunal³⁰.

Em *O Estado e a revolução*, Lenin parte da tese marxista do caráter de classe do Estado, segundo a qual as estruturas estatais são fruto de um complexo de determinações que vão desde a configuração da luta de classes até às necessidades concretas do bloco de classes dominantes. Essas determinações se fazem presentes no *modo de funcionamento* do aparelho de Estado, calcado basicamente no destacamento de aparatos e funcionários detentores de funções específicas dissociadas da produção. O período de transição do socialismo para o comunismo deve, segundo esse raciocínio, se pautar pela derrocada das estruturas do Estado burguês e, assim, se “extinguir”:

Uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma "força especial" de repressão! É nesse sentido que o Estado começa a definhar. Em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários civis, chefes do exército permanente), a própria maioria pode desempenhar diretamente as funções do poder político, e, quanto mais o próprio povo assumir essas funções, tanto menos se fará sentir a necessidade desse poder. (OE2, 250-1)

Essa ‘extinção’ do Estado se deve ao fato do conjunto da sociedade absorver as tarefas antes delegadas ao Estado. Assim, é mais rigoroso dizer que, comparado ao Estado burguês, o período de transição não comporta um aparelho de Estado, mas sim um ‘poder de Estado’ exercido pela coletividade, já que a regulação do conjunto da sociedade é realizada pelo próprio conjunto da sociedade, e não mais por aparatos semelhantes ao Estado burguês. Evidente que a especificidade dos ritmos de transição acentua uma ou outra estrutura (Estado ou poder de Estado), dependendo das necessidades impostas pela cena política. O “Estado” proletário de transição já não é propriamente um Estado tal como aparece nas diversas sociedades de classe.

(...) eu defendo, com uma clareza que exclui toda possibilidade de confusão, a necessidade do Estado nessa época, mas – de acordo com Marx e com a experiência da Comuna de Paris – não de

³⁰ “A adoção, na Conferência de Abril, da palavra de ordem ‘todo poder aos Sovietes’, ainda que não tenha levado à ação revolucionária imediatamente, deu forma concreta e moldura constitucional ao esquema bolchevique de revolução pela primeira vez. A atitude algo precavida de Lenin em relação aos soviets em 1905 se modificou pelo vigor e sucesso destes no que se refere à mobilização popular, assim como pelo prestígio que os cercava (...)”. (CARR, 1950, 84)

um Estado parlamentar burguês de tipo corrente, mas sim de um Estado *sem* um exército permanente, *sem* uma polícia oposta ao povo, *sem* uma burocracia situada por cima do povo. (OC31, 146)

Substituir os velhos órgãos de opressão – a polícia, a burocracia, o exército regular – pelo armamento de todo o povo, por uma milícia realmente ampla: esse é o único caminho que garantirá ao país um máximo de segurança contra a restauração da monarquia e que permitirá avançar conseqüente, firme e resolutamente em direção ao socialismo, sem implantá-lo de cima, mas sim elevando as grandes massas de proletários e semiproletários até a arte de governar o Estado, até a faculdade de dispor de *todo* o poder de Estado. (OC31, 303)

A absorção das funções políticas e econômicas seria realizada por um organismo que agrupe o conjunto dos trabalhadores. Esse organismo é a comuna. Esse é o espaço de discussão e legislação da vida social na transição, que coloca em funcionamento as formas mais democráticas possíveis de política.

Esse parlamentarismo venal e putrefato da sociedade burguesa, substitui-o a Comuna por instituições onde a liberdade de discussão e de exame não degenera em intrujice; os próprios mandatários devem trabalhar e eles mesmos fazer executar as suas leis, verificar os resultados obtidos e responder diretamente perante os seus eleitores. As instituições representativas são mantidas, mas já não há parlamentarismo como sistema especial, como divisão do trabalho legislativo e executivo, como situação privilegiada para os deputados. (OE2, 254)

Na sociedade socialista, uma "espécie de Parlamento" de deputados operários determinará, evidentemente, o regulamento interno e fiscalizará o funcionamento do "aparelho", mas esse aparelho não será "burocrático". Os operários, senhores do poder político, quebrarão o velho aparelho burocrático, o demolirão de alto a baixo, não deixarão pedra sobre pedra e o substituirão por um novo aparelho, compreendendo os operários e os empregados e, para impedir que estes se tornem burocratas, tomarão imediatamente as medidas propostas por Marx e Engels: 1.º) elegibilidade, e também revogabilidade em qualquer tempo; 2.º) salário igual ao de um operário; 3.º) participação de todos no controle e na fiscalização, de forma que todos sejam temporariamente "funcionários", mas que ninguém possa tornar-se "burocrata". (OE2, 296-7)

Harding tece considerações interessantes sobre a forma comunal de organização política como recuperação do ideal democrático grego, com a diferença de que a comuna não faz restrições de gênero ou de nacionalidade, respeitando, no máximo, as restrições da política de classe.

A comuna era, nesse sentido, uma espécie de recriação da idealizada *polis* ateniense, na qual todos participam das deliberações públicas e todos cumprem funções públicas. Para isso ser possível, as unidades do governo devem ser evidentemente pequenas. O papel educativo da comuna na instrução de amplas massas do povo nas artes de governar fez desse sistema, na visão de Lenin, algo muito mais democrático do que a democracia parlamentar. (HARDING, 1981, 123)

Nesse sentido, a realidade russa oferece um organismo capaz, pelo seu caráter de classe e amplitude, de assumir a responsabilidade de ser o centro de gravidade da transição socialista: os soviets. Eles são a manifestação prática da possibilidade da realização do projeto comunal ainda que embrionariamente, pois educam os trabalhadores em formas políticas diretas, sem destacar um corpo de funcionários da produção. Progressivamente, os trabalhadores se apropriam da produção e da coordenação e gerenciamento.

A essência da Comuna não está onde buscam habitualmente os burgueses, mas sim na criação de um *Estado* de tipo especial. Esse Estado *já* nasceu na Rússia, são precisamente os Soviets de deputados operários e soldados! (OC31, 150)

O poder dos Soviets significa uma transformação radical de todo o velho aparelho de Estado, deste aparelho burocrático que entrava tudo quanto é democrático, a eliminação deste aparelho e a sua substituição pelo aparelho novo, popular, isto é, verdadeiramente democrático, dos Soviets, isto é, da maioria organizada e armada do povo, dos operários, dos soldados, dos camponeses, a concessão da iniciativa e da autonomia à maioria do povo não só na eleição dos deputados mas também na administração do Estado, na realização de reformas e transformações. (OE2, 202)

O poder aos Soviets – é a única coisa que poderia tornar o desenvolvimento futuro gradual, pacífico e tranquilo, avançando completamente ao nível da consciência e da decisão da maioria das massas populares, ao nível da sua própria experiência. O poder aos Soviets significa a entrega total da administração do país e do controle de sua economia aos operários e aos camponeses, aos quais ninguém se atreveria a resistir e que rapidamente aprenderiam com a experiência, aprenderiam com a sua própria prática a distribuir corretamente a terra, os víveres e os cereais. (OE2, 206)

Os Soviets são um novo aparelho de Estado que, em primeiro lugar, proporciona a força armada dos operários e dos camponeses, e esta força não está, como a força do velho exército permanente, separada do povo, mas ligada a ele do modo mais estreito; no aspecto militar, esta força é incomparavelmente mais poderosa do que as anteriores; no aspecto revolucionário não pode ser substituída por qualquer outra. Em segundo lugar, este aparelho proporciona uma ligação tão estreita, indissolúvel, com as massas, com a maioria do povo, facilmente controlável e renovável,

que não há absolutamente nada de semelhante no aparelho de Estado anterior. Em terceiro lugar, este aparelho, em virtude da elegibilidade e amovibilidade da sua composição pela vontade do povo, sem formalidades burocráticas, é muito mais democrático que os aparelhos anteriores. Em quarto lugar, ele proporciona uma sólida ligação com as profissões mais diversas, facilitando sem burocracia as reformas mais diversas com o mais profundo caráter. Em quinto lugar, proporciona uma forma de organização da vanguarda, isto é, da parte mais consciente, mais enérgica, mais avançada das classes *oprimidas*, dos operários e dos camponeses, sendo deste modo um aparelho mediante o qual a vanguarda das classes oprimidas pode elevar, educar, instruir e guiar *toda a gigantesca massa* destas classes, que até então estava completamente fora da vida política, fora da história. Em sexto lugar, proporciona a possibilidade de unir as vantagens do parlamentarismo com as vantagens da democracia imediata e direta, isto é, de unir na pessoa dos representantes eleitos do povo tanto a função legislativa *como a execução das leis*. Em comparação com o parlamentarismo burguês, isto é um passo em frente no desenvolvimento da democracia que tem uma importância histórica mundial. (OE2, 340)

Para substituir o aparelho de Estado burguês pela rede de sovietes, a revolução deve encarar como tarefa o difícil desmantelamento das estruturas estatais burguesas, com um agravante: na transição, o poder de Estado difere do Estado burguês também pelo fato de se apropriar integralmente da produção, sendo responsável pelo planejamento. Aglutina-se, dessa forma, as tarefas políticas e econômicas num mesmo organismo. As tarefas são assim resumidas por Lenin:

O funcionalismo e o exército permanente são um 'parasita' no corpo da sociedade burguesa, parasita gerado pelas contradições internas que dilaceram esta sociedade, mas precisamente um parasita que 'obstrui' os poros vitais. (OE2, 241)

Pode-se e deve-se começar, imediatamente, de um dia para o outro, a substituir a "hierarquia" específica dos funcionários por simples cargos de "contramestres" e "guarda-livros", cargos já agora inteiramente acessíveis à população urbana, dado o grau do seu desenvolvimento geral, e fáceis de desempenhar "mediante um salário operário. (OE2, 255)

(...) para suprimir o Estado é preciso transformar as funções do serviço de Estado em operações de controle e registro tão simples que sejam acessíveis e realizáveis pela imensa maioria da população e, depois, por toda a população sem exceção. E a completa eliminação do carreirismo exige que o lugarzinho 'honroso', ainda que não lucrativo, ao serviço de Estado, *não* possa servir de trampolim para saltar para lugares altamente lucrativos nos bancos e nas sociedades por ações, como acontece *constantemente* em todos os países capitalistas mais livres. (OE2, 275)

A principal dificuldade da revolução proletária é a realização à escala nacional do registro e controle mais preciso e mais consciencioso, do *controle operário* sobre a produção e a distribuição dos produtos. (OE2, 341)

Um ponto importante no que concerne ao objeto dessa dissertação é a verdadeira *ausência* de passagens de Lenin a respeito do papel do partido revolucionário em *O Estado e a revolução*. Quando teoriza sobre o novo poder de Estado, Lenin raramente menciona o partido, delegando aos sovietes o papel de centro de gravidade da transição socialista.

Muitas questões podem ser levantadas a partir dessas considerações. Por exemplo: serão os sovietes capazes de cumprir o papel administrativo e legislativo? É possível transformar os sovietes, de centro de reunião e órgão insurrecional da classe, em órgão nacional de coordenação política e administração econômica? Como resistir ao cerco econômico e militar da reação usando métodos científicos? Como evitar o recuo das massas e o abandono dos sovietes (tal como ocorreu em 1905 e após 1917)? Como conter as tendências de centralização do poder nas mãos dos quadros políticos? Será que a absorção das tarefas administrativas pode se dar com a facilidade que aparece nos textos de Lenin (“de um dia para o outro”)? E, talvez a mais importante: como lidar com a diferença de poderes entre organizações (como os partidos) e os trabalhadores desmobilizados? Algumas respostas serão oferecidas no decorrer da experiência russa.

c. A teoria da revolução em 1917

Passemos agora a um outro tema bastante discutido nos anos da I Guerra Mundial: a teoria da revolução. Por conta da situação revolucionária que emerge nesses anos, Lenin, tal como em 1905, volta-se para a questão da organização da insurreição e o estabelecimento de um poder operário. Para tanto, forja conceitos apropriados para o entendimento do tema, burilando conceitos como o de *situação revolucionária*. Encontramos aqui uma grande contribuição que certamente extrapola o imediatismo da conjuntura, trazendo contribuições duradouras para o marxismo e, especificamente, para a análise concreta da situação concreta. Vejamos:

Quais são, em termos gerais, os sintomas distintivos de uma situação revolucionária? Seguramente não incorremos em erro se assinalarmos estes três sintomas principais: 1) A impossibilidade, para as classes dominantes, de manter imutável sua dominação; tal crise na política da classe dominante abre caminho pelo qual irrompem o descontentamento e a indignação das classes oprimidas. Para que estale a revolução não basta que os “de baixo” queiram; é necessário que os ‘de cima’ não possam seguir vivendo como até então. 2) Uma agravação, fora do comum, da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas. 3) Uma intensificação considerável, por estas causas, da atividade das massas, que em tempos de ‘paz’ se deixam explorar tranquilamente, mas que em épocas turbulentas são empurradas, tanto por toda a situação de crise, *como pelos mesmos ‘de cima’*, a uma ação histórica independente. (OC26, 229)

Uma vez observados na cena política os quesitos acima apresentados, a insurreição emerge como tarefa imediata para o partido e para a vanguarda. É quando a política se faz pela via militar. Como em 1905, é hora de organizar cuidadosamente a insurreição.

Lenin escreve a Smilga: ‘Nesse momento, a História fez da questão *militar* a questão *política* fundamental. Portanto, um comitê secreto de homens absolutamente confiáveis deve ser formado para ser o quartel general da insurgência. Ele deve coletar dados precisos sobre todas as tropas e destacamentos do Exército Vermelho aptos a participar da revolução e traçar um plano para a captura dos pontos estratégicos mais importantes de Petrogrado; a telefônica e a telegrafia, a Fortaleza de Pedro e Paulo, as estações de trem e as pontes’. (HARDING, 1981, 159)

(...) organizar o *estado-maior* dos destacamentos insurrecionais, distribuir as forças, lançar os regimentos de confiança para os pontos mais importantes, (...) prender o estado-maior general e o governo, enviar contra os cadetes e contra a ‘divisão selvagem’ destacamentos capazes de morrer para não deixar que o inimigo abra caminho ara os centros da cidade; devemos mobilizar os operários armados, chamando-os ao combate final e desesperado, tomar imediatamente os telégrafos e os telefones, instalar o *nosso* estado-maior da insurreição na central telefônica, ligar com ele por telefone todas as fábricas, todos os regimentos, todos os pontos da luta armada etc. (OE2, 312)

Nota-se ainda a importância das manifestações pacíficas como termômetro prático do nível de radicalização política dos trabalhadores. Dependendo da situação, cabe mesmo a contenção organizada das forças à disposição da vanguarda, quando a potencialidade revolucionária ainda é frágil. Essa é exatamente a situação de inícios de 1917, quando a disseminação dos soviets e a organização de um Estado maior insurrecional ainda é incipiente e, no horizonte próximo, parece inviável a derrubada do governo provisório.

Dizemos que a palavra de ordem ‘abaixo o Governo Provisório’ é aventureira, que agora não se pode derrubar o governo e por isso lançamos a palavra de ordem de manifestações pacíficas. Só queríamos fazer apenas um reconhecimento pacífico das forças do inimigo, sem lhe dar batalha, mas o Comitê de Petersburgo virou um pouco mais para a esquerda, o que nesse caso é naturalmente um gravíssimo crime. O aparelho de organização revelou-se fraco: nem todos acompanham as nossas resoluções. (OE2, 64)

No labirinto de uma situação revolucionária, é importante encontrar a força motriz emergente, o núcleo de poder capaz de reorganizar as estruturas sociais à sua maneira. Se necessário, a vanguarda da revolução deve ser hábil o suficiente para forjar compromissos parciais que, se no varejo parecem impeditivos ao avanço da revolução, no atacado tendem ao seu fortalecimento, respeitando-se, sempre, a independência de classe.

A questão fundamental da revolução é a questão do poder, dissemos nós. É preciso acrescentar: precisamente as revoluções mostram a cada passo como se encobre a questão de *onde* está o verdadeiro poder, mostram-nos a divergência entre o poder formal e o poder real. (OE2, 134)

A tarefa de um partido verdadeiramente revolucionário não consiste em proclamar impossível a renúncia a quaisquer compromissos, mas em saber permanecer fiel, *através de todos os compromissos*, na medida em que eles são inevitáveis, aos seus princípios, à sua classe, à sua missão revolucionária, à sua tarefa de preparação da revolução e de educação das massa do povo para a vitória da revolução. (OE2, 155)

Onde está o verdadeiro poder? A escalada da revolução proletária demonstra, progressivamente, que o verdadeiro poder se encontra na única organização que se infiltra capilarmente por toda a vanguarda dos trabalhadores. É a rede de sovietes que, ainda que de maneira assimétrica e bastante precária³¹, surge como embrião de um governo revolucionário. Assim como em 1905, a radicalização e mobilização das massas pressiona o bloco de classes dominantes a proposição de um parlamento. Novamente, entram em atrito duas propostas: de um lado, a proposta de um organismo policlassista, dentro dos marcos

³¹ Nota-se a fragilidade organizativa tanto dos sovietes como dos partidos revolucionários. Ambas as características remetem aos problemas também enfrentados em 1905: “Os partidos revolucionários não participaram diretamente da construção da revolução. Eles não a esperavam e foram surpreendidos por ela. A criação do Soviete de Petrogrado de Deputados Operários foi um ato espontâneo de grupos de trabalhadores sem uma direção central”. (CARR, 1950, 70) “No início, e em parte em todo o período de sua existência, os sovietes eram assembléias informais sem funções claramente definidas”. (CARR, 1950, 130)

institucionais burgueses; de outro, uma teia de organizações operárias que paulatinamente se inclinam em favor da revolução. Atento ao progresso dos eventos, Lenin novamente defende o boicote ao parlamento e se volta para os sovietes, centro de gravidade da cena política.

É preciso boicotar o pré-parlamento. É preciso retirarmo-nos para o Soviete de deputados operários, soldados e camponeses, retirarmo-nos para os sindicatos, retirarmo-nos em geral para as massas. (OE2, 316)

Em vista desse ascenso revolucionário, entrar em um Parlamento fictício, feito para enganar o povo, é facilitar esse engano, *dificultar* a preparação da revolução e distrair a atenção do povo as forças do partido da tarefa de lutar pelo poder e pelo derrocamento do governo. (OC34, 351)

O parlamentarismo, sobretudo nos momentos revolucionários, deve ser utilizado não para perder um tempo precioso com os representantes da podridão, mas sim para *instruir as massas, mostrando-lhes um exemplo de podridão*. (OC34, 264)

Órgão que rivaliza em poder com as instituições dominantes, os sovietes são a organização por excelência da classe operária e pré-condição para a viabilidade da insurreição. Além disso, é a salvaguarda política que afasta o partido de concepções golpistas. Nessa passagem, Lenin defende que a cooperação entre vanguarda e sovietes (que por vezes se confundem) é a base para a revolução.

A insurreição, para poder triunfar, não deve se apoiar em uma conjura, em um partido, mas sim na classe de vanguarda. Isso em primeiro lugar. Em segundo lugar, deve apoiar-se no *entusiasmo revolucionário do povo*. E, em terceiro lugar, deve apoiar-se no *momento crítico* da história da revolução crescente, quando cresce a atividade da vanguarda popular e aumentam as *vacilações* nas fileiras dos inimigos e dos *amigos débeis, inconsequentes e indecisos quanto à revolução*. Essas três condições para a insurreição são precisamente o que diferencia o *marxismo* do *blanquismo*. (OC34, 250-1)

Além de órgão insurrecional e embrião do governo revolucionário, os sovietes são, na fase crítica da situação revolucionária, o contraponto de classe ao poder burguês. É nessa fase que aparece com maior contundência no pensamento de Lenin a idéia dos sovietes enquanto *poder paralelo*, que caracteriza uma situação de forte instabilidade e tensão de classe chamada de *duplicidade de poderes*. Esse duplo poder expressa a balança de poderes que emerge da radicalização da luta de classes.

A ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses *já* se realizou na revolução russa, posto que essa fórmula apenas prevê *uma correlação de classes e não uma instituição política concreta chamada a realizar* essa correlação, essa colaboração. O ‘Soviete de deputados operários e soldados’ é já a realização, imposta pela vida, da ‘ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses’. (OC31, 141)

Quem *agora* fala somente da ‘ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses’ se afastou da realidade e, por essa razão, *passou*, de fato, à pequena burguesia contra a luta proletária de classe e deve ser mandado para o arquivo de curiosidades ‘bolcheviques’ pré-revolucionárias (o arquivo que poderíamos chamar de ‘velhos bolcheviques’).

Existem paralelamente, juntos, simultaneamente, *tanto* o domínio da burguesia (Governo de Lvov e Guchkov) *como* a ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses, que *voluntariamente* entrega o poder à burguesia, convertendo-se voluntariamente em seu apêndice.

(...) de fato, em Petrogrado, o poder está em mãos dos operários e soldados; o novo Governo *não* exerce, nem pode exercer, violência alguma contra eles, posto que *não existe* polícia, nem exército desvinculado do povo, nem burocracia que se situe de um modo onipotente *acima* do povo. Isso é um fato. Esse é precisamente o fato característico de um Estado do tipo da Comuna de Paris. Esse fato não se encaixa nos esquemas antigos. (OC31, 142)

Com os soviets de ambas as capitais em suas mãos, se os bolcheviques renunciassem a cumprir essa tarefa e se resignassem com a convocação da Assembléia Constituinte (ou seja, com a falsificação da Assembléia Constituinte) pelo governo Kerenski, reduziriam a uma frase vazia toda sua propaganda a favor da consigna de ‘o poder aos soviets’ e, politicamente, cobririam-se de opróbrio como partido do proletariado revolucionário. (OC34, 353)

Em crítica a uma posição formalista que acredita que a revolução deve ser feita pela maioria da população, Lenin defende que o poder soviético sintetiza, na prática, a maioria dos setores organizados e atuantes no conflito de classes. Ou seja, são os setores ativos da cena política que resolvem o impasse criado pela situação revolucionária, é o jogo das forças em ação que define os rumos da revolução.

‘Não temos a maioria do povo; sem essa condição, a insurreição está condenada...’

Homens capazes de dizer isso são uns falsificadores da verdade ou uns pedantes, que desejam a todo custo, sem levar em consideração o mais mínimo da situação real da revolução, receber antecipadamente garantias de que o partido bolchevique obterá em todo o país exatamente a metade dos votos mais um. A história jamais deu a nenhuma revolução, nem pode dar, tais garantias.

Apresentar essa demanda significa gozar dos ouvintes e não é outra coisa que encobrir a própria *fuga* da realidade. (OC34, 411)

É possível encontrar uma forte tensão em duas bandeiras defendidas concomitantemente pelos bolcheviques: de um lado, a Assembléia Constituinte, de outro, o poder aos soviets. A Assembléia Constituinte é um órgão policlassista por excelência, pois congrega representações das mais diversas classes e frações de classe. Suas formas de representação respeitam o modo burguês de fazer política: eleição de deputados destacados do controle das classes sociais, o que reproduz a divisão do trabalho social³²; campanhas políticas baseadas no financiamento e propaganda, e não em debates políticos; fortes restrições jurídicas às tarefas da transição; essência classista, a saber, o domínio da burguesia enquanto classe. Serviria, portanto, como entreposto para o desenvolvimento da parcela democrática do programa revolucionário caso o fluxo revolucionário estancasse nesse nível de luta. Já os soviets representam a forma mais avançada de organização proletária em todas as instâncias sociais, já que assume o controle da produção e dos rumos políticos da classe. O procedimento de representação direta já antecipa a absorção do Estado por parte do conjunto da sociedade e, dessa forma, é um posto avançado de educação da classe para o comunismo. De acordo com o desenrolar dos eventos, o partido joga com ambas as bandeiras, buscando acompanhar e desenvolver, ao mesmo tempo, a consciência da classe. Assim, o uso das duas palavras de ordem serve como método de percepção dos níveis de radicalização das massas e demonstra a plasticidade tática dos bolcheviques³³. A tensão entre as duas propostas emerge, portanto, das próprias tensões da política. Carr reconhece a dificuldade de defender ambas as bandeiras ao mesmo tempo:

³² “(...) mesmo formalmente não há nem pode haver correspondência entre a vontade dos eleitores na sua massa e a composição dos eleitos à Assembléia Constituinte”. (OE2, 431)

³³ A importância da flexibilidade tática do partido revolucionário permeia toda a obra de Lenin. Além do material já apresentado, podemos observar essa preocupação de Lenin durante o período de transição: “(...) recorrer à manobra, à conciliação, aos compromissos com os diversos grupos proletários, com os diversos partidos dos operários e dos pequenos patrões. Toda a questão consiste em *saber* aplicar esta tática para *elevantar*, e não para diminuir, o nível *geral* de consciência, de espírito revolucionário e de capacidade de luta e de vitória do proletariado”. (OE3, 317)

“Falta apenas uma coisa para que caminhemos para a vitória com mais segurança e firmeza: que todos os comunistas de todos os países tenham consciência em toda a parte e até ao fim da necessidade da máxima *flexibilidade* na sua tática”. (OE3, 337)

A resolução da Conferência de Abril definiu tanto os sovietes como a Assembléia constituinte como possíveis formas de poder, sem escolher entre elas; ao longo do período que vai de fevereiro a outubro de 1917, os bolcheviques, assim como todos os grupos de esquerda, continuaram a exigir a Assembléia Constituinte e a criticar o Governo Provisório por protelá-la, sem perceber a inconsistência em defendê-la e exigir ‘todo poder aos sovietes’. (CARR, 1950, 87)

Lenin reconhece a contradição entre ambas as bandeiras após a tomada do poder e indica a superioridade e prevalência dos sovietes com relação à Assembléia Constituinte:

As classes trabalhadoras tiveram que se convencer pela própria experiência de que havia caducado o velho parlamentarismo burguês, que é absolutamente incompatível com as tarefas da realização do socialismo, que unicamente instituições de classe (como são os Sovietes), e não instituições nacionais gerais, podem vencer a resistência das classes possuidoras e lançar as bases da sociedade socialista. Toda renúncia, em proveito do parlamentarismo burguês e da Assembléia Constituinte, à República Soviética conquistada pelo povo, constituiria hoje um retrocesso e o afundamento de toda a Revolução Operária e Camponesa de Outubro. (OC35, 246)

A ridícula tentativa de unir o sistema dos Conselhos, isto é, a ditadura do proletariado, com a Assembléia Nacional, isto é, com a ditadura da burguesia, desmascara por completo tanto a pobreza de pensamento dos socialistas e social-democratas amarelos como o seu reacionarismo político de pequeno-burgueses e as suas covardes concessões à força irresistivelmente crescente da nova democracia, da democracia proletária. (OE3, 83)

A posição não formalista de Lenin a respeito da relação entre as duas bandeiras terá repercussões decisivas nos rumos da revolução de 1917. Foi essa abertura teórica que permitiu aos bolcheviques a defesa da anulação das eleições para a Assembléia Constituinte, que representaria o fortalecimento da representação política da burguesia num contexto em que o poder soviético já estava parcialmente construído³⁴. Daí, portanto, o retrocesso que seria a efetivação da Assembléia Constituinte num cenário dominado pelos sovietes. Não vamos entrar no mérito da justeza da anulação, apenas gostaríamos de

“(…) aprendemos também – pelo menos aprendemos até certo ponto – outra arte necessária na revolução; a flexibilidade, o saber mudar de tática rápida e bruscamente, partindo das mudanças verificadas nas condições objetivas, e escolhendo outro caminho para os nossos objetivos se o caminho anterior se revelou inconveniente, impossível, para um período de tempo determinado”. (OE3, 549)

³⁴ “A partir de março de 1917, organizam-se sovietes de operários e soldados em todas as cidades do antigo império russo. O movimento começa pelos grandes centros urbanos e depois se estende a outros. Ao fim de algum tempo surgem também sovietes de camponeses. Calcula-se que em maio existiam 400 sovietes, em agosto 600 e em outubro 900. Paralelamente, desenvolve-se o movimento dos comitês de fábrica e constituem-se sovietes de bairros nas cidades de alguma importância”. (BETTELHEIM, 1979, 70)

compreender a lógica que predominou nessa decisão. Teoricamente, esse ato já era de certo modo previsível, pois respeita a hierarquia de formas políticas dentro da revolução proletária.

A mudança do panorama político russo é a segunda justificativa de Lenin para a dissolução da Assembléia. Segundo o autor, a Assembléia é a representação de um momento político já ultrapassado pela nova conjuntura, que por conta da radicalização das massas suprimiu a necessidade do uso da Assembléia em nome dos soviets.

A Assembléia Constituinte, eleita por meio de listas confeccionadas antes da Revolução de Outubro, era a expressão da antiga correlação das forças políticas, quando os conciliadores e os cadetes exerciam o poder. (...) De modo que essa Assembléia Constituinte, que deveria ser a coroação da república parlamentar burguesa, tinha forçosamente que atravessar o caminho da Revolução de Outubro e do Poder dos Soviets. (OC35, 245-6)

A questão que permanece é a seguinte: será que os bolcheviques defenderiam a anulação da Assembléia Constituinte caso não tivessem conquistado a hegemonia no interior dos soviets e da máquina estatal pós-1917? Trata-se de uma questão pertinente, principalmente porque Lenin também reconhece a importância do momento na resposta ao problema. Entramos num campo bastante polêmico quando se refere aos bolcheviques: a prevalência do *poder* sobre princípios de cunho teórico. Afinal, a história não nos fornece exemplos substanciais de partidos ou agrupamentos políticos que, uma vez no poder, delegaram poderes para quem quer que seja sem a força da pressão, mesmo que esse “outro” – no caso russo – sejam os soviets, fundamento último da revolução proletária. Fica em aberto qual seria o comportamento bolchevique caso eles não estivessem em condições extremamente favoráveis quando anularam a Assembléia Constituinte. Assim, essa abertura tática pode ser instrumento teórico para que certos grupos tomem medidas pragmáticas a seu favor.

Qualquer tentativa, direta ou indireta, de examinar a questão da Assembléia Constituinte de um ponto de vista jurídico formal, no quadro da democracia burguesa habitual, sem ter em conta a luta de classes e a guerra civil, constitui uma traição à causa do proletariado e a passagem para o ponto de vista da burguesia. (OE2, 434)

d. A organização partidária e a revolução

Agora que apresentamos o panorama teórico geral, vejamos as repercussões no plano da organização e do partido. Nesses anos de turbulência, o pensamento de Lenin acerca do tema é, mais do que nunca, revelado pela sua atuação prática. Os pontos que iremos discutir são: o novo papel das organizações proletárias rivais; a tensão permanente entre Lenin e os bolcheviques; o exército moderno como modelo organizativo.

O imperialismo e as transformações decorrentes na estratificação da classe operária penetram e reorganizam suas posições, acirrando confrontos em torno da estratégia e mesmo do programa. Além disso, grandes organizações operárias, como o Partido Social Democrata Alemão, propiciam para seus membros dirigentes condições de existência bastante superiores ao restante do partido e da classe, o que, no longo prazo, transforma as formas de pensamento e a radicalidade política dessa elite. Pouco a pouco, a disparidade das condições de existência em relação ao radicalismo programático gera atritos que afastam as lideranças social-democratas do caminho revolucionário. Portanto, três razões se articulam e cooperam para ampliar o antagonismo no interior mesmo do movimento social-democrata: o confronto de linhas políticas, algo permanente no movimento revolucionário que respeita a relativa autonomia do mundo das idéias; as condições materiais favoráveis das direções partidárias, o que estimula o abrandamento da linha política em favor do reformismo; e as transformações do imperialismo, gerando estratificações internas importantes dentro da classe operária.

Esse confronto assume uma radicalidade tão grande que Lenin defende a separação vigorosa entre revolucionários e reformistas, especialmente no ato da insurreição, quando a proximidade de setores reformistas e revolucionários é especialmente danosa para os rumos da revolução por confundir os trabalhadores. De fato, essas organizações operárias reformistas são caracterizadas por Lenin como um mecanismo de sofisticação do controle burguês sobre o proletariado, fazendo parte do grupo de estruturas políticas modernas capazes de amenizar os antagonismos de classe. As passagens a seguir, apesar de

essencialmente corretas, talvez minimizem a internalidade das origens do oportunismo nas organizações revolucionárias.

Todos os marxistas, tanto na Alemanha quanto na França etc., demonstraram sempre que o oportunismo é uma manifestação da influência da burguesia no proletariado, é uma política operária burguesa, é a aliança de uma parte insignificante dos elementos aburguesados do proletariado com a burguesia. (OC27, 110)

O processo de degeneração do POSDR em partido operário nacional-liberal segue magnificamente sua marcha adiante. Mas seria *perigoso* para a burguesia se esse partido *se desviasse para a direita*: 'Deve conservar o caráter de um partido operário com ideais socialistas. Pois o dia que renuncia a ele surgirá um novo partido que adotará o programa abandonado pelo partido anterior e o formulará em termos ainda mais radicais. (OC27, 111)

Os ministros vindos dos trãnsfugas do socialismo revelaram-se máquinas falantes para desviar os olhos das classes oprimidas, enquanto todo o aparelho de direção estatal se encontrava de ato nas mãos da burocracia (do funcionalismo) e da burguesia. (OE2, 145)

As massas *necessitam de palavras* 'radicais' para que possam acreditar nelas. (OC27, 112)

(...) o 'novo' governo de Kerenski, Avxentiev e cia não é mais do que um biombo destinado a encobrir os cadetes contra-revolucionários e a camarilha militar, que tem o poder em suas mãos. (OC34, 54)

Assim, ganha força a idéia de diferenciação do partido revolucionário, claramente demarcado das demais organizações. Trata-se de construir um bloco revolucionário consistente, alheio aos compromissos entre classes que os reformistas fazem. Esses compromissos, por conta do papel reacionário da burguesia ligada ao imperialismo, trazem poucos dividendos para a luta dos trabalhadores. Seu efeito prático é desviar o proletariado da solução revolucionária, reforçando a crença nas transformações legais. Com isso, as organizações reformistas tendem a se desmoralizar aos olhos do conjunto da classe, o que, num cenário de profunda radicalização da consciência das massas, tende a aumentar o poder das organizações que não foram manchadas pelos compromissos. Nessa fase de falência da saída reformista, o partido revolucionário deve ter paciência para fomentar a radicalização dos setores descontentes com o governo provisório e esperar um hipotético acerto de contas entre o conjunto da classe e as direções reformistas. Sua tarefa é denunciar a inviabilidade da aliança da classe proletária com a burguesia e apresentar a saída

revolucionária fundada nos órgãos da classe. Essa é a lógica que permeia o pensamento de Lenin quando surge a questão de participar ou não do governo provisório. Na Revolução de 1917, a desmoralização dos mencheviques e Socialistas Revolucionários ligados ao governo resultou no “(...) divórcio crescente entre a radicalização popular e o conservadorismo cada vez mais nítido da instituição soviética”. (LIEBMAN, 1973b, 182), dirigida pelos partidos reformistas já relativamente dissociados da vontade das massas. É digno de nota que essa diferenciação do partido revolucionário se estende para o nível internacional, o que acarreta a ruptura de Lenin com a II Internacional e a fundação da III Internacional.

A ‘coalizão’ dos socialista revolucionários e mencheviques com a burguesia, coalizão que promete tudo e não cumpre nada, enerva as massas, abre seus olhos e incita à sublevação. (OC34, 238)

Não há nada mais nocivo e funesto para a causa proletária que continuar *a diplomacia* dentro do Partido com os oportunistas e social-chauvinistas. A resolução da maioria foi aceitável para os oportunistas e adeptos dos atuais partidos oficiais precisamente porque está impregnada, de cima a baixo, do espírito de diplomacia. Com semelhante diplomacia se cega as massas operárias, que são dirigidas *agora* precisamente pelos social-patriotas oficiais. (OC26, 211)

O trânsito para a organização revolucionária é uma necessidade exigida pela mudança da situação histórica, que exige ações revolucionárias do proletariado; mas esse trânsito só é possível se se *salta por cima* dos antigos líderes, estranguladores da energia revolucionária, se se *salta por cima do velho partido, destruindo-o*. (OC26, 272)

A época imperialista não tolera a coexistência em um mesmo partido de elementos da vanguarda do proletariado revolucionário e a aristocracia semipequeno-burguesa da classe operária, que se beneficia com as migalhas dos privilégios proporcionados pela condição ‘dominante’ da ‘sua’ nação. (OC26, 277)

Por acaso não é obrigatório saber estar em minoria durante certo tempo frente à embriaguez ‘massiva’?. (OC31, 152)

(...) os bolcheviques eram agora o único partido a não participar da falível coalizão socialista e burguesa e a oferecer uma política clara de ruptura fundada na paz a qualquer custo. (CARR, 1950, 88)

As transformações da estratégia leninista para a revolução não são acompanhadas pelos bolcheviques, fortemente influenciados pelos esquemas teóricos pré-1905.

Resumidamente, a divergência principal diz respeito à demarcação da etapa democrática e socialista da revolução. Como já mostramos, Lenin aglutina ambas as etapas no interior da transição socialista³⁵. As tarefas democráticas, inviabilizadas definitivamente com o advento do imperialismo, só podem ser cumpridas pelo proletariado no poder, efetivando um programa misto – tanto democrático quanto socialista. Essa divergência culmina em atritos cada vez mais intensos com o CC, o que leva Lenin a uma atuação independente das deliberações do alto comando bolchevique. Tudo o que foi dito anteriormente sobre centralismo democrático é subordinado às necessidades urgentes da revolução. Preocupado com o resultado danoso que a velha estratégia pode perpetrar, Lenin subordina as formalidades organizativas à linha política que achava a mais correta para a consecução da tomada do poder. Como bem caracteriza Liebman, “(...) a *dinâmica revolucionária se impôs à lógica organizativa*”. (LIEBMAN, 1973b, 215). O conflito chega ao limite quando Lenin ameaça se *afastar do partido* para propagandear a sua posição a respeito da revolução. Além disso, chegou a fundar um jornal dissidente, em clara contraposição às políticas do CC.

Ao ver que o CC deixou *mesmo sem resposta* as minhas instâncias neste espírito desde o começo da Conferência Democrática, que o Órgão Central *risca* dos meus artigos, a indicação de erros tão gritantes dos bolcheviques como a vergonhosa decisão de participar no pré-parlamento, como a concessão de lugares aos mencheviques no praesidium do Soviete, etc., etc., vendo isto devo considerar que isto é uma ‘sutil’ alusão à falta de desejo do CC mesmo de discutir esta questão, uma sutil alusão a que eu cale a boca e à proposta de que me retire.

Sou obrigado a *apresentar o pedido de demissão do CC*, o que faço, mas reservando para mim a liberdade de agitação *nas bases* do partido e no congresso do partido.

³⁵ Na fase de transição, a confluência da etapa democrática com a etapa socialista permanece no quadro teórico de Lenin: “A *princípio*, juntamente com ‘todo’ o campesinato contra a monarquia, contra os latifundiários, contra o medievalismo (e nesta medida a revolução continua a ser burguesa, democrática burguesa). *Depois*, juntamente com o campesinato pobre, juntamente com o semiproletariado, juntamente com todos os explorados, *contra o capitalismo*, incluindo os camponeses ricos, os kulaques, os especuladores, e nesta medida a revolução torna-se *socialista*. Tentar erguer uma muralha da China, artificial, entre uma e outra, separar uma da outra doutro modo não seja pelo grau de preparação do proletariado e o grau de sua união com os camponeses pobres, é a maior deturpação do marxismo, a sua vulgarização, a sua substituição pelo liberalismo. Isto significaria impingir, por meio de referências pseudocientíficas sobre o caráter progressista da burguesia em relação ao medievalismo, a defesa reacionária da burguesia em relação ao proletariado socialista”. (OE3, 56)

Porque estou profundamente convencido de que se ‘esperarmos’ pelo congresso dos Sovietes e deixarmos passar agora o momento, *deitaremos a perder* a revolução. (OE2, 325)

(...) ele interpretava de modo bastante nuançado as prerrogativas do CC e não hesitava em se voltar aos organismos mais próximos da base, sem passar pelo intermédio da direção. (LIEBMAN, 1973b, 211)

(...) em maio, o Comitê de Petersburgo decidiu lançar um jornal que seria independente do órgão do CC, o *Pravda*, considerado excessivamente moderado. (LE BLANC, 1990, 270)

Esse é o exemplo mais contundente do estado em que se encontrava o partido bolchevique nos meses que antecedem a revolução. O partido não funciona “como um só homem”. O que se vê é um aglomerado de tendências que ocupavam um amplo espectro político dentro dos marcos revolucionários. Essa situação é pouco a pouco superada conforme Lenin consegue hegemonizar o conjunto do partido a favor de sua posição.

(...) a ala esquerda do partido se destacava mais e mais do restante do partido, desafiando várias vezes a autoridade e desobedecendo as decisões da liderança do partido. Especialmente no início de julho, isso trouxe sérias dificuldades, quando manifestações armadas de trabalhadores, soldados e marinheiros – por conta da impaciência e do fervor revolucionário – provocaram repressão violenta do governo provisório. Ainda que o CC bolchevique tenha instruído os membros do partido a manterem a cautela, o membro do comitê de Petersburgo M.I. Kalinin admitiu que ‘a maioria dos comunistas nos distritos tiveram um papel ativo’ no levante. Mas o governo provisório ainda contava com o apoio de muitos trabalhadores e soldados. Os setores radicalizados se isolaram, temporariamente desacreditados e desmoralizados. Muitos foram presos, e os bolcheviques foram forçados à clandestinidade. No interior da organização, foi proposto um julgamento partidário contra alguns dos camaradas esquerdistas indisciplinados. Mesmo que, obviamente, Lenin preferisse um pouco mais de ‘paciência revolucionária’ entre os bolcheviques e se preocupasse com as tendências centrífugas que poderiam minar a eficiência do partido, ele se opôs a qualquer julgamento ou expulsão exemplar. (LE BLANC, 1990, 269-270)

(...) num momento crucial, o partido não estava em condições de se apresentar como uma frente unida, nem o CC se fazia obedecer pelos seus representantes mais responsáveis. (LIEBMAN, 1973b, 216)

A desmoralização do Governo Provisório acarreta a expansão do raio de influência bolchevique no interior dos soviets. Contudo, o crescimento numérico do partido³⁶ não é acompanhado de mudanças em seu funcionamento interno, pautado pelo protagonismo dos órgãos superiores, nos quais, ainda assim, a “democracia” partidária funciona com enormes dificuldades. Pelo contrário: a insurreição traz consigo a necessidade de se organizar militarmente, o que acirra a estratificação dentro do partido e dentro do movimento revolucionário. Lenin chega a defender a forma militar de organização como a mais eficaz.

Tomemos o exército moderno. É um belo exemplo de organização. E esta organização é boa unicamente porque é *flexível*, já que sabe dotar milhões de homens de *uma vontade única*. Hoje, esses milhões de homens estão em suas casas, em distintos lugares do país. Amanhã, à ordem de mobilização, reunir-se-ão nos pontos assinalados. Hoje, estão nas trincheiras, às vezes por meses inteiros. Amanhã, agrupados de distinta maneira, irão ao ataque. Hoje fazem milagres, ocultando-se de balas e da metralha. Amanhã, agrupados de maneira distinta, irão ao ataque. (...) Isso é o que se chama organização, quando, em nome de um objetivo, animados por uma vontade, milhões de homens mudam as formas de suas relações e de suas ações, mudam o lugar e os métodos de sua atividade, mudam os instrumentos e as armas de acordo com a mudança das circunstâncias e das exigências da luta. O mesmo podemos dizer da luta da classe operária contra a burguesia. Hoje, não existe uma situação revolucionária, não há condições para a efervescência das massas, para o incremento de sua atividade; hoje vão às urnas; usa-a, aprende a se organizar para golpear com ela a seus inimigos e não para enviar ao Parlamento uns aproveitadores que se aferram ao emprego por medo do cárcere. Amanhã se livram da cédula eleitoral e tomam os fuzis (...). (OC26, 272-4)

Eis aqui um ponto chave para se pensar a organização em Lenin. A luta de classes não escolhe os meios desejáveis de luta: obriga o movimento a usar os meios mais eficazes. O que nos coloca a questão: existem métodos proletários de organização militar? É possível construir uma forma de organização que antecipe, já antes da transição, as formas comunais de relação entre direção e base? Se a resposta for negativa, temos que admitir que democracia e eficácia são antagônicas, o traria conseqüências decisivas nos próprios

³⁶ O crescimento abrupto do partido gera mudanças importantes em sua composição, alimentando-se de setores politicamente inexperientes, mas dotados de forte ímpeto revolucionário: “(...) desde o mês de abril de 1917, o partido bolchevique se reforça com um afluxo constante e significativo de novos membros. Esse crescimento teve como conseqüência a redução do poder do núcleo dos ‘velhos bolcheviques’, que se pretendiam os guardiões da ortodoxia leninista (...). É provável que foi entre esses novos recrutas que Lenin encontrou muitos de seus aliados. É certo, por outro lado, que a fragilidade e o conservadorismo do governo provisório, sua incapacidade de melhorar a situação econômica que reinava na Rússia, dissipava as ilusões e a confiança que inspiravam a uma parte do proletariado e a certos bolcheviques”. (LIEBMAN, 1973b, 180)

objetivos da revolução. Claramente, a organização partidária, assim como o aparato militar da insurreição, se são as formas mais eficazes para a tomada do poder (primeira etapa da transição), tendem a reproduzir formas de interação burguesas entre base e direção, contrastando fortemente com a forma comunal defendida por Lenin em *O Estado e a revolução*. Assim, podemos interpretar o silêncio de Lenin a respeito dos partidos em *O Estado e a revolução* como um sinal da contradição entre as diferentes formas de organização dos trabalhadores. A indefinição do lugar do partido na ditadura do proletariado é indicativo do impasse teórico de Lenin a esse respeito.

7. Os dilemas da transição e o partido

Logo após a tomada do poder em 1917, coube aos bolcheviques, apoiados pelos soviets, construir a transição socialista. Evidentemente, percebe-se a mudança das prioridades teóricas de Lenin, diretamente relacionadas às necessidades da transição, como por exemplo a questão da organização do trabalho, o perfil do Estado, as tarefas de planejamento econômico, a consolidação da ditadura do proletariado etc. Devemos lembrar das especificidades conjunturais que influenciam sua estrutura de pensamento, tais como: o cenário pós – I Guerra Mundial, marcado pelas negociações diplomáticas com os países inimigos e pela destruição brutal da capacidade produtiva soviética; a guerra civil que se aprofunda nos anos de 1918 e 1919, pressionando o combalido poder soviético a se defrontar com a reação interna e as tropas estrangeiras, bem como militarizar as relações dentro do partido e dos soviets; a grave crise de abastecimento que assola amplas camadas da população – marcada pela queda abrupta da produção de bens de primeira necessidade; a falência do “sistema” de comunicação e de transportes; a escassez de quadros capazes de reorganizar a produção e o poder de Estado; a explosão simultânea de levantes anti-soviéticos ou antibolcheviques, tanto nas cidades como no campo; o inchaço do partido, acompanhado da mudança do perfil dos militantes (perda de boa parte da vanguarda no processo insurrecional e na guerra civil; entrada de trabalhadores desprovidos de experiência política; entrada de carreiristas, interessados em conseguir ascensão social através do novo foco de poder); a urgência da construção da III Internacional, até então apenas um esboço de organização. Em linhas gerais, esse foi o cenário encontrado por Lenin. A partir dele, podemos notar que, apesar de controlar o aparelho de Estado, Lenin e os bolcheviques tinham grandes dificuldades em iniciar a efetivação de seu programa.

Nesse capítulo, apresentaremos brevemente a posição de Lenin a respeito da organização do trabalho, especialmente sua relação com o taylorismo. Essa exposição, apesar de fugir um pouco do tema central da pesquisa, servirá como pano de fundo para compreender a posição de Lenin a respeito do capitalismo de Estado (emergente logo após a tomada do poder) e os impactos da transição na questão do partido.

a. Organização do trabalho em Lenin (1914-1919)

O primeiro comentário que podemos encontrar nas obras de Lenin a respeito do taylorismo aparece no jornal *Put Pravdi*, de 13/03/1914, no artigo *O taylorismo é a escravidão do homem pela máquina*. Apesar de sucinto, o argumento básico que perpassa a posição leninista a respeito dos novos métodos de trabalho industrial no capitalismo já se faz presente. Inicialmente, Lenin apresenta o taylorismo como um conjunto de medidas necessárias para a superação de crises sistêmicas que o capitalismo começa a enfrentar.

A competição, que se intensifica sobretudo nas épocas de crise, como a que estamos sofrendo, obriga a inventar novos meios de baratear a produção. Mas a dominação do capital converte todos esses meios em instrumentos de opressão – cada vez maior – do operário.

O taylorismo é um desses meios. (...)

O braço do operário se sujeita a uma bomba elétrica. Os movimentos do operário são fotografados e se estuda o funcionamento da bomba. Percebe-se que alguns elementos são ‘supérfluos’ e se obriga o operário a evitá-los, ou seja, a trabalhar mais intensamente, sem perder nem um segundo descansando. (OC24, 390)

A menção aos imperativos da competição capitalista remonta à fase monopolista do capital, que necessita do encurtamento do tempo da produção, da distribuição e da circulação para conseguir sua reprodução. A dificuldade de escoamento e de amortização do capital obriga o capitalista a eliminar todo e qualquer desperdício. O taylorismo é entendido como um esforço de sistematização de experiências empresariais que podem ser universalizadas. Digno de nota nessa passagem é a menção ao uso da fotografia como instrumento desta sistematização. Da mesma maneira, o uso de câmeras também aparece como a utilização da técnica mais avançada para se desenvolver novas técnicas. Força produtiva alimenta novas forças produtivas ainda mais precisas e minuciosas, que atuam como instrumento de difusão maciça dos novos métodos de trabalho. Cada inovação técnica é absorvida pelos imperativos do capital:

Os operários recém admitidos são levados ao cinematógrafo da fábrica, onde é exibido a execução ‘exemplar’ de seu trabalho. Obrigam o operário a ‘chegar à altura ‘ desse exemplo. Durante a semana lhe mostram seu próprio trabalho e o comparam com o ‘exemplar’.

Todos esses enormes aperfeiçoamentos são feitos *contra* o operário, com vistas a sua opressão, limitando-se à distribuição racional, sensata do trabalho *dentro da fábrica*. (OC24, 391)

O elemento crítico da primeira passagem diz respeito a uma sutileza que não pode passar em branco. Ao afirmar, de maneira opositiva, que é o capital que “converte” estes meios em instrumentos de opressão, Lenin deixa em aberto quais seriam os mecanismos apropriáveis pelo socialismo, sugerindo a neutralidade dos procedimentos de “racionalização”. A passagem seguinte aborda com maior clareza nossa preocupação:

A grande produção, as máquinas, as estradas de ferro, os telefones, tudo isso oferece inumeráveis possibilidades de reduzir quatro vezes o tempo de trabalho dos operários organizados, assegurando-lhes um bem-estar quatro vezes maior do que hoje.

E as comissões operárias, com o auxílio dos sindicatos operários, saberão aplicar esses princípios de distribuição sensata do trabalho social quando este se veja livre da escravização do capital. (OC24, 392)

Esta passagem indica, ainda que de maneira bastante genérica – o que dificulta o exercício crítico – que as novas forças produtivas e procedimentos gerados pelo capital são aptos para serem utilizados pelo socialismo. O eixo organizador da defesa de Lenin parece ser a *produtividade do trabalho*, o que nem de longe é desprezível. No entanto, passa em branco as conseqüências da apropriação unilateral destas novas técnicas. A ambigüidade do argumento deixa em aberto se Lenin tem a preocupação de reconhecer que muitos dos métodos e instrumentos de trabalho são intrinsecamente geradores de divisão do trabalho intelectual e manual, perpetuando, desse modo, a divisão entre direção e execução, núcleo irredutível da existência de classes antagônicas. Afinal de contas, por mais que uma calculadora ou uma caldeira possam ser apropriadas tanto por Ford quanto pelo Poder soviético, existem limites objetivos a essa neutralidade, posto que determinadas técnicas e relações necessitam da divisão de classes para serem postas em funcionamento.

Se em 1914 a ambigüidade jogava a favor de múltiplas leituras de Lenin (mais ou menos complacentes ou desconfiadas), a teorização encontrada nos anos seguintes ajuda a

compreender que Lenin não equacionou exatamente sua postura a respeito do taylorismo, já que oscila entre a crítica mordaz e a defesa integral. No texto *Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?*, escrito em finais de setembro de 1917, Lenin menciona diretamente o método capitalista de produção em um viés bastante favorável, que parece confundir socialismo com estatização pura e simples dos meios de produção:

A forma de organização do trabalho não a inventamos, tomamo-la já pronta do capitalismo – bancos, consórcios, as melhores fábricas, estações experimentais, academias etc.; só teremos que adotar os melhores modelos da experiência dos países avançados. (OE2, 345)

Fica em aberto se a defesa se dá por conta da crise de abastecimento ou devido à qualidade intrínseca ao taylorismo de maximizar a produtividade. Em “As tarefas imediatas do poder soviético”, escrito em abril de 1918, Lenin retorna ao tema:

É preciso colocar na ordem do dia, aplicar na prática e experimentar o salário à peça, aplicar muito do que há de científico e progressivo no sistema de Taylor, regular o salário com os balanços gerais da produção ou com os resultados da exploração do transporte ferroviário, por barco, etc, etc. (OE2, 574)

O próprio título dos artigos em questão (*Conservarão os bolcheviques o poder de Estado?* e *As tarefas imediatas do poder soviético*) insinuam que se trata da necessidade urgente de superar a fome e a crise de produção que assolava a Rússia em plena guerra civil. Este imperativo deve ser levado em conta para não se cair em críticas abstratas, que desconsideram as necessidades objetivas da transição. No entanto, se o recurso ao taylorismo e às relações de produção capitalistas se deve *apenas* a uma necessidade emergencial, a teoria leninista deveria apresentar mecanismos de controle do poder dos especialistas, assim como políticas de supressão dos aspectos classistas do taylorismo a médio prazo. De certo modo, Lenin tateia as conseqüências que o taylorismo traz em seu bojo. Paulatinamente, começam a aparecer em seus textos, lado a lado com passagens apologéticas, mecanismos de defesa, ainda que tímidos. No texto *O infantilismo ‘de esquerda’ e o espírito pequeno-burguês*, publicado em maio de 1918 no *Pravda*, Lenin polemiza com Liberdan, Tseretéli e Issuv a respeito da relação do poder soviético com o poder dos especialistas. Nesse texto, Lenin defende que é necessário “aprender o socialismo

com os organizadores de *trusts*”. (OE2, 610). Ao mesmo tempo, preocupa-se com o papel dos especialistas na produção:

(...) o Poder Soviético entrega a ‘direção’ aos capitalistas ao mesmo tempo que existem os comissários operários ou os comitês operários que seguem cada passo do dirigente, aprendem com a sua experiência de direção e tem a possibilidade não só de apelar contra as disposições do dirigente mas também de o destituir através dos órgãos do Poder Soviético. Em segundo lugar, entrega-se a ‘direção’ aos capitalistas para funções executivas durante o trabalho, cujas condições são determinadas precisamente pelo Poder Soviético e abolidas ou revistas por ele. (OE2, 609)

A menção aos comissários e comitês operários é de suma importância e representa um avanço inegável na teoria leninista da organização do trabalho. De fato, a necessidade permanente da produção impede a supressão imediata das classes sociais, obrigando o poder soviético a formular políticas de transição que busquem superar não apenas a figura do especialista de origem burguesa, mas sim o próprio *posto* de especialista, independente da origem de classe que tem. É de extrema importância que este “aprendizado” dos comissários com os especialistas burgueses seja o mais universal possível, e que não se restrinja à camada dirigente do partido ou do soviete. O caráter *revogável e imperativo* do mandato de especialista também sinaliza para um avanço teórico de grande dimensão por parte de Lenin. Na *Introdução às resoluções da Sétima Conferência (de abril) de toda a Rússia do POSDR*, Lenin reafirma a necessidade dos especialistas como uma necessidade inextricável da transição. A técnica e a ciência devem se massificar, atendendo às diretrizes soviéticas.

Só poderemos construir o comunismo quando, mediante os meios da ciência e da técnica burguesas, o tornarmos mais acessível às massas. Não há outro modo de construir a sociedade comunista. E para a construir deste modo é preciso tomar o aparelho da burguesia, é preciso atrair para o trabalho todos estes especialistas. (OE2, 100)

Em *A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo*, Lenin aponta ao mesmo tempo os riscos e a inevitabilidade do poder soviético lidar com os especialistas de maneira que não pode ser decidida apenas teoricamente, mas que deve considerar as condições objetivas apresentadas pela formação social russa. Percebe argutamente que o Partido, na transição, se torna um pólo de atração de oportunistas, já que concentra o poder e os cargos

burocráticos, única possibilidade de ascensão social na Rússia. Ao afirmar que é preciso “vencê-la, transformá-la, refundi-la, reeducá-la”, Lenin percebe as ambigüidades que a própria conjuntura impõe, explicitando as dificuldades imanentes à transição socialista:

Sob o Poder Soviético penetrarão no vosso e no nosso partido proletário ainda mais pessoas procedentes da intelectualidade burguesa. Penetrarão também nos Sovietes, nos tribunais e na administração, pois é impossível construir o comunismo com outra coisa que não seja o material humano criado pelo capitalismo, pois é impossível expulsar e eliminar a intelectualidade burguesa, é preciso vencê-la, transformá-la, refundi-la, reeducá-la, do mesmo modo que é necessário reeducar em luta prolongada, na base da ditadura do proletariado, os próprios proletários, que não se desembaraçam dos seus preconceitos pequeno-burgueses de repente, por milagre, por obra e graça do espírito santo, por obra e graça de uma palavra de ordem, de uma resolução ou de um decreto, mas apenas numa luta de massas longa e difícil contra as influências pequeno-burguesas de massas. (OE3, 347)

Em *Sobre o imposto em espécie*, os termos da relação com os intelectuais burgueses são colocados a partir do binômio coerção – consenso, de acordo com as necessidades apresentadas. Tanto no caso da transição socialista como no caso da implantação de um novo padrão de acumulação de tipo capitalista, os tipos de intervenção de poder se aproximam, de acordo com as necessidades. No entanto, continua ausente do pensamento leninista uma preocupação mais atenta ao tema da divisão do trabalho. Em vários momentos, Lenin parece querer absorver a intelectualidade burguesa e alocar em seu lugar membros cuja *origem de classe* seja proletária, como se esta origem (somada à experiência e à confiança) fosse suficiente para derrocar a cisão classista no interior da produção. Infelizmente, dizer que Lenin “não teve tempo” para atingir esta problemática da maneira devida em nada ajuda na crítica radical que a experiência soviética merece, recaindo em um tipo de complacência historiográfica pouco afeita ao marxismo.

(...) no nosso país não existe nem um elevado nível cultural nem o hábito dos compromissos. Se se refletir nessas condições concretas, tornar-se-á claro que podemos e devemos conseguir agora a *combinação* dos meios de repressão implacável contra os capitalistas incultos, que não aceitam qualquer ‘capitalismo de Estado’, que não concebem qualquer compromisso e continuam a torpedear as medidas soviéticas por meio da especulação, do suborno dos pobres, etc., *com os meios do compromisso* ou do resgate em relação aos capitalistas cultos, que aceitam o ‘capitalismo de Estado’, que são capazes de o aplicar e que são úteis ao proletariado como organizadores

inteligentes e experientes das maiores empresas, que de fato abastecem de produtos dezenas de milhões de pessoas. (OE3, 499)

Uma menção mais crítica à divisão do trabalho enquanto meta estratégica da transição aparece em uma outra passagem de *A doença infantil do 'esquerdismo' no comunismo*. Nota-se a referência ao papel dos sindicatos na transição do modo de produção capitalista para o comunismo, já que fornece a vanguarda do proletariado apta a assumir paulatinamente a direção coletiva da produção. Infelizmente, as decorrências programáticas de tal afirmação não tem o mesmo vigor.

O capitalismo lega inevitavelmente ao socialismo, por um lado, as velhas diferenças profissionais e de tipo artesanal entre os operários, formadas ao longo dos séculos e, por outro lado, os sindicatos, que só muito lentamente, durante anos e anos, se podem transformar e se transformarão em sindicatos de indústria mais amplos, menos corporativos (...) e depois, através destes sindicatos de indústria, passar-se-á à supressão da divisão do trabalho entre os homens, à educação, ensino e preparação de homens *universalmente desenvolvidos e universalmente preparados*, homens que *saberão fazer tudo*. (OE3, 299)

De fato, é no texto *Uma grande iniciativa*, que encontramos um tratamento menos contingente ao tema. Novamente encontramos um Lenin que oscila entre prioridades de médio prazo, já que de um lado identifica o antagonismo entre proletariado e diretores de fábrica, e de outro defende que a produtividade do trabalho deve ser a meta principal do poder soviético. Novamente retornamos a uma dificuldade latente na interpretação do discurso leninista: quando entender que suas assertivas são conjunturais ou quando são de longo prazo? O recurso ao próprio texto tem suas limitações e dificuldades, como por exemplo o tipo de texto apresentado, como cartas, brochuras, artigos didáticos publicados em jornais para vulgarização, minutas internas do partido, determinações congressuais, livros etc. Cada tipo deve ser encarado em sua especificidade, pois apresentam graus de rigor diferenciados, mas ainda que consideremos estas diferenças, raramente encontramos em Lenin a estabilização de um campo conceitual que aborde a necessidade de longo prazo de revolucionar completamente o processo produtivo capitalista, fortemente marcado pela distribuição de tarefas – e poderes – de classe. Portanto, a ambigüidade pouco conta a favor da teoria leninista.

Retornemos ao texto *Uma grande iniciativa*. Aqui, Lenin defende que a nova organização do trabalho “(...) combina a última palavra da ciência e da técnica capitalista com a união maciça dos trabalhadores conscientes”. (OE3, 152) Novamente aparece a preocupação em trazer as organizações de base proletária para a participação na produção, constringendo e monitorando os vários estratos que compõem a organização do trabalho. A oposição entre proletariado e intelectualidade aparece de maneira contundente. No entanto, a definição do comunismo como uma forma social de produtividade elevada é sintomática da concentração de Lenin em uma problemática calcada no desenvolvimento das forças produtivas. Esta problemática é marcada pela tese de que o amplo desenvolvimento das técnicas industriais de trabalho – freqüentemente entendidas como “neutras” – liberariam o tempo necessário para a atração do proletariado para a vida política, o que geraria um verdadeiro controle de todo o processo produtivo e das superestruturas. Sem desconsiderar a importância destes avanços tecnológicos para a transição socialista, é importante localizar este objetivo como secundário em relação ao fim da estrutura de classes, posto que o avanço da técnica, capitaneada por uma classe social escondida por trás da propriedade estatal pode não apenas esfriar os ânimos do proletariado alijado do poder real sobre a produção, mas também reverter-se em uma classe consolidada no aparelho de Estado que atua politicamente enquanto tal, revertendo os avanços revolucionários.

A produtividade do trabalho é, em última análise, o mais importante, o principal para a vitória do novo regime social. O capitalismo criou uma produtividade do trabalho nunca vista sob o feudalismo. O capitalismo pode ser definitivamente vencido e será definitivamente vencido porque o socialismo cria uma nova produtividade do trabalho muitíssimo mais elevada. (OE3, 154-5)

b. Lenin e o capitalismo de Estado

Em poucas palavras, o conceito de capitalismo de Estado que usaremos neste capítulo, que tem como referência a definição de Charles Bettelheim na obra *A luta de classes na União Soviética*, consiste no tipo específico de modo de produção dominante em uma formação social em transição socialista, cujas características fundamentais são em

grande parte devedoras das relações de produção capitalistas, tais como: cisão entre direção e execução nas diversas instâncias, permanência da divisão do trabalho intelectual e manual no plano da produção, destacamento, em maior ou menor grau, entre Estado (burocracia, Exército etc.) e massas, aglutinação no interior do Estado das funções de direção política e direção da produção através do planejamento e da alocação de quadros dirigentes, assim como um novo procedimento de extração e controle do excedente produtivo.

Logo de início, é importante ressaltar que evitaremos duas tendências analíticas recorrentes quando se aborda esta questão: de um lado, a complacência historiográfica, que isenta a responsabilidade dos partidos e dirigentes por conta dos limites intransponíveis do contexto histórico (tendência presente mesmo em Bettelheim³⁷); de outro, um tipo de investigação inquisitória, focada na busca de culpados e “traidores”, sem considerar a teia complexa de motivações, sejam elas teóricas ou históricas. Apesar destes dois riscos latentes, o plano da crítica teórica deve buscar a maior radicalidade possível, apontando, sempre que necessário, os limites do objeto teórico em questão.

Antes de analisar os textos, cabe uma breve exposição da crítica ao economicismo sistematizada por Bettelheim. Basicamente, são três as premissas fundamentais do economicismo, que se encontram intimamente articuladas: 1) a associação direta entre relações de classe e formas jurídicas de titularidade da propriedade; 2) o primado das forças produtivas no desenvolvimento das formações sociais; 3) a convivência de um aparelho de Estado com a supressão das classes sociais.

A primeira premissa acredita que, uma vez expropriada a burguesia, as classes sociais são automaticamente eliminadas, quase que por um ato jurídico. Esta concepção errônea entende o processo de valorização de capital eminentemente como uma cisão entre possuidores e não possuidores, deslocando, mesmo sem se dar conta, o cerne da contradição de classe do plano da produção para o plano da distribuição, além de simplificar drasticamente o conceito de classe social. Dito de outro modo: a questão da

³⁷ Ao lado da crítica implacável ao economicismo, Bettelheim imputa a defesa do capitalismo de Estado realizada por Stalin a uma necessidade histórica: “(...) Stálin cometeu graves erros, mas a natureza exata destes não era imediatamente visível. E mais: na situação em que se achavam a URSS e o partido bolchevista no fim dos anos 20, tais erros eram historicamente inevitáveis”. (BETTELHEIM, 1979, 47)

socialização da produção resume-se, no limite, a uma nova repartição. Para esta corrente, não são as relações sociais de produção travadas entre os agentes o que constitui o núcleo do capitalismo, mas sim uma repartição desigual da propriedade. Ou ainda: o conceito de relação de produção acaba reduzido à titularidade da propriedade, à divisão jurídica entre possuidor e não possuidor. Devemos objetar que, por mais que a propriedade privada seja a forma histórica predominante de desenvolvimento do capitalismo, o núcleo irredutível das relações de capital, a saber, *a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, a cisão entre direção e execução*, permanecem ativos mesmo sob a forma estatal de propriedade. O fato das formas de distribuição do excedente no capitalismo de Estado serem distintas do que ocorre no capitalismo (diríamos que se trata de uma forma *indireta* de distribuição do excedente) não deve obscurecer o fato de que se perpetua a cisão de classe, acobertada pela estatização. Ao não atentar para o fato de que o socialismo, ou seja, a fase transitória e conflitiva em direção ao comunismo, herda *necessariamente* do capitalismo suas relações de produção, o economicismo desarma completamente a classe trabalhadora no enfrentamento do novo antagonismo que caracteriza a transição. Pior ainda: não consegue identificar que o Partido, organização privilegiada da intervenção da classe operária na luta contra a burguesia durante a insurreição, acaba por assumir os postos dirigentes do Estado, que no socialismo significa assumir os postos dirigentes na *produção* mesma. Nas palavras de Bettelheim:

A existência da ditadura do proletariado e de formas estatais ou coletivas de propriedade não determinam necessariamente a ‘abolição’ das relações de produção capitalistas nem o ‘desaparecimento’ das classes antagônicas: o proletariado e a burguesia. Esta pode apresentar formas de existência modificadas e assumir o aspecto de uma burguesia de Estado. (BETTELHEIM, 1979, 30)

As conseqüências desastrosas desta primeira tese do economicismo no plano da teoria caminham *pari passu* com as decorrências políticas. Vejamos como se coloca Bettelheim:

A aceitação dessa tese impedia a análise das contradições que continuavam de fato a se manifestar na URSS. Ela torna incompreensível a idéia de que o proletariado possa perder o poder para a burguesia, pois esta parece não ter mais condições de existir, salvo se for ‘restaurada’ a propriedade

privada capitalista. Semelhante tese desarma o proletariado, persuadindo-o de que a luta de classes terminou.

A vida se encarrega de mostrar (ou melhor, de lembrar) que a transformação das formas jurídicas de propriedade não basta para eliminar as condições de existência das classes, nem, portanto, da luta de classes. Estas condições inscrevem-se, de fato, não nas formas jurídicas da propriedade, mas nas *relações de produção*, ou seja, na *forma do processo social de apropriação*, no lugar que a forma desse processo destina aos *agentes da produção*, isto é, nas *relações que se estabelecem entre eles* na produção social. (BETTELHEIM, 1979, 29)

A segunda premissa consiste no primado das forças produtivas. De acordo com esta tese, a força motriz das transformações das formações sociais é o desenvolvimento técnico-científico dos instrumentos de produção, em detrimento da reprodução ou ruptura das relações de produção, submetidas ao campo da luta de classes. Bettelheim define esta premissa da seguinte maneira:

A tese assim formulada não nega o papel da luta de classes – desde que exista uma sociedade onde se defrontam classes antagônicas –, mas relega esse papel ao segundo plano: a luta de classes intervém essencialmente para romper as relações de produção que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, dando então origem a relações de produção novas, de acordo com as exigências do desenvolvimento das forças produtivas. (BETTELHEIM, 1979, 31)

Esta premissa tem como consequência a caracterização dos processos sociais em sua automaticidade, além de estabelecer um vínculo evolutivo entre as forças produtivas das diferentes formações sociais, recaindo frequentemente na defesa da neutralidade das forças produtivas e na apologia dos chamados mecanismos “racionais” de produção, calcados na divisão do trabalho intelectual e manual, como se automaticamente estas forças produtivas atingissem um “ponto de maturação” de conteúdo socialista ou mesmo comunista. Segundo seus defensores, a liberação do tempo de trabalho que o desenvolvimento das forças produtivas propicia permite ao proletariado o aumento gradual de sua intervenção na política e no gerenciamento, fomentando assim o fim da sociedade de classes. O que continua obscurecido é o fato de que, durante este processo, permanece o antagonismo de classe no interior da fábrica, de modo que os dividendos da produção estão à disposição desta nova classe dominante logo de início. Assim, as chances desta hipotética ruptura acontecer são bastante remotas em comparação com a reprodução desta nova estrutura de

classes. Seu caráter deletério se acentua num período de transição socialista, posto que silencia os conflitos de classe na esfera da produção.

Ideológica e politicamente, as duas teses precedentes (sobre o desaparecimento das classes exploradoras e exploradas na URSS e sobre o primado do desenvolvimento das forças produtivas) *contribuíram para bloquear toda ação organizada do proletariado soviético destinada a transformar as relações de produção*, isto é, a destruir as formas existentes do processo de apropriação, base da reprodução das relações de classes, para construir um novo processo de apropriação, excluindo a divisão social entre função de direção e função de execução, a separação entre trabalho manual e intelectual, as diferenças entre cidade e campo e entre operários e camponeses – portanto, destinada a destruir a *base objetiva da existência de classes*. (BETTELHEIM, 1979, 33)

A terceira premissa é a existência do Estado e o desaparecimento das classes exploradoras já no socialismo. De fato, esta terceira tese é mais uma derivação da primeira do que uma nova premissa, mas tem a faculdade especial de demonstrar as limitações gritantes do economicismo. Afinal de contas, como explicar a existência de um aparelho de Estado em uma formação social que supostamente superou o antagonismo de classes sem romper com uma tese tão cara ao marxismo, a saber, a vinculação entre aparelho de Estado e existência e desenvolvimento da luta de classes? Ou, tal como conceitua Bettelheim:

Do ponto de vista do marxismo, a forma de existência do Estado soviético e a natureza dos seus aparelhos representavam um problema, pois, para o materialismo histórico, *esse tipo de Estado só pode existir se fundamentado nos antagonismos de classes*; o fortalecimento de semelhante aparelho é um sinal do aprofundamento dos antagonismos, enquanto o desaparecimento destes vem acompanhado pela extinção do Estado propriamente dito (como instrumento de repressão), que cede lugar a órgãos de auto-administração das massas. (BETTELHEIM, 1979, 37)

É evidente a gravidade dos equívocos do economicismo, em especial numa fase de transição socialista. Assumindo os postulados críticos de Bettelheim, pretendemos identificar brevemente as incorrências de Lenin no economicismo, restringindo nossa crítica ao plano teórico, posto que ultrapassa nossas possibilidades reconstituir historicamente seu impacto e os diferentes cenários que contribuíram para que Lenin tomasse esta ou aquela decisão. Vejamos agora como Lenin encara a problemática do capitalismo de Estado na transição socialista iniciada na Rússia. Salientamos ao leitor o fato

de que se trata de um objeto de estudo de difícil apreensão, já que as condições de escritura de sua obra impossibilitou a construção de um corpo teórico sistemático. Tentaremos remontar o quebra-cabeça teórico que são os textos de Lenin no período de 1918 a 1923.

No texto *Uma grande iniciativa* (de julho de 1919), Lenin tece um conceito de classe social bastante sofisticado, que recupera todos os matizes da posição de classe, distanciando-se bastante de uma concepção economicista, que usaria exclusivamente a dicotomia posse – não posse da propriedade. Vejamos:

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (OE3, 150)

Pode-se observar o destaque dado ao caráter relacional de classe social, distinguindo com bastante argúcia seções intermediárias do movimento do capital (produção, distribuição, circulação), distinções de grau de acesso à riqueza bem como o caráter de classe de todas as posições referentes à *organização social do trabalho*. Caso Lenin fosse conseqüente com este conceito ao longo dos anos de transição, provavelmente seria obrigado a retificar determinados argumentos apresentados neste mesmo período. Outro traço positivo é a aceitação da continuação da luta de classes no socialismo (tese que Lenin já havia afirmado veementemente em outros momentos de sua trajetória, como em *O Estado e a Revolução*). Na *Saudação aos operários húngaros*, Lenin afirma:

A supressão das classes é resultado de uma *luta de classes* longa, difícil e obstinada, que não *desaparece* (como imaginam os representantes vulgares do velho socialismo e da velha social-democracia) *depois* do derrubamento do poder do capital, *depois* da destruição do Estado burguês, *depois* da implantação da ditadura do proletariado, mas apenas muda de forma tornando-se em muitos aspectos ainda mais encarniçada. (OE3, 136)

Mas será que basta reconhecer que o período de transição é marcado pela continuidade da luta de classes? Certamente não, pois a tese de fundo deste argumento pode

se basear em contradições secundárias, tais como: a permanência de “vestígios do passado”, o peso dos “velhos costumes”, o cerco da burguesia internacional (uma espécie de contradição externa à formação social), o “desvio” de traidores e carreiristas etc. Todas estas causas são marcadas pelo economicismo, pois, por mais que todas estes fenômenos estejam presentes, prejudicando os rumos do processo revolucionário, não se observa que o fundamento último da permanência das contradições é a reprodução das relações sociais de produção capitalistas (salvo, é verdade, o período de guerra civil, cuja dinâmica é marcada pelas necessidades militares de derrotar a burguesia). Lenin identifica certa processualidade na supressão das classes sociais, o que o afasta de um tipo de jurisdicismo mais tosco. Segundo o autor:

Para suprimir as classes é preciso, em primeiro lugar, derrubar os latifundiários e os capitalistas. Esta parte da tarefa já a realizamos, mas é apenas uma parte e, além disso, *não é a mais difícil*. Para suprimir as classes é preciso, em segundo lugar, suprimir a diferença entre os operários e os camponeses, transforma-los *todos em trabalhadores*. Isto não se pode fazer de repente. É uma tarefa incomparavelmente mais difícil e, por força da necessidade prolongada. É uma tarefa que não se pode realizar pelo derrubamento de uma classe. Só é possível realiza-la pela reconstrução organizativa de toda a economia social, pela passagem da pequena economia mercantil, individual, isolada, à grande economia social. (OE3, 206)

Como em inúmeras passagens de seus textos, Lenin cerca o problema de maneira um tanto difusa. Neste caso, afirma que a estatização “*não é a mais difícil*” das fases da transição. A menção à transformação de camponeses em operários é excessivamente vaga para extrairmos dela um sentido preciso: pode-se tratar do aprofundamento da *apropriação real* dos mecanismos e técnicas de produção por parte dos trabalhadores, mas também pode-se referir à permanência da pequena propriedade na Rússia. Mais grave é a definição desta “segunda fase” da transição como a passagem da “pequena economia mercantil” à “grande economia social”, o que indica a predominância do desenvolvimento das forças produtivas.

Durante o VIII Congresso do PCR(b), ainda em 1919, Lenin defende que o burocratismo já havia sido aniquilado na Rússia revolucionária.

Na luta contra o burocratismo, nós fizemos o que nenhum outro Estado do mundo fez. Aniquilamos até aos seus fundamentos esse aparelho, aparelho que era totalmente burocrático e de opressão burguesa, e que o continua a ser mesmo nas repúblicas burguesas mais livres. (OE3, 103)

A enfática tese da aniquilação do burocratismo “até os seus fundamentos” obviamente merecerá uma retificação nos anos posteriores. Trata-se de mais um indício de um certo automatismo na teoria da transição de Lenin. Outra tese tão triunfalista quanto esta é a defesa da realização do controle operário.

A organização pelo Estado da grande produção industrial e a transição do controle operário para administração operária das fábricas e caminhos-de-ferro estão já realizados nos seus traços fundamentais e principais, mas no que respeita à agricultura isso está apenas a começar (...). (OE3, 203)

Percebe-se que os traços “fundamentais e principais” já foram realizados. Novamente, a menção à produção socialista no campo remete ao estatuto da propriedade privada camponesa. A resolução das contradições de classe permanece assentada na estatização. Passa em branco qualquer referência ao modo socialista de produzir, ou seja, à organização do trabalho em seu núcleo duro. No máximo, encontramos esta referência ao poder operário durante o VIII Congresso, que, se não estivesse isolada, poderia indicar um avanço significativo na proposta leninista: “Só quando toda a população participar na administração se poderá lutar contra o burocratismo até o fim, até a vitória completa”. (OE3, 104)

Vejamos a maneira como Lenin aborda esta questão da organização do trabalho. Primeiramente, no VIII Congresso:

Necessitamos agora mesmo, sem esperar a ajuda dos outros países, imediatamente e agora mesmo, de aumentar as forças produtivas. Não o podemos fazer sem especialistas burgueses. É preciso dizer-lo duma vez para sempre. Naturalmente, a maioria desses especialistas está impregnada até à medula da concepção do mundo burguesa. É preciso rodeá-los duma atmosfera de colaboração fraternal, de comissários operários, de células comunistas, coloca-los numa situação em que não possam escapar-se, mas é preciso dar-lhes a possibilidade de trabalhar em melhores condições que sob o capitalismo, pois esta camada, educada pela burguesia, não trabalhará de outro modo. (OE3, 101)

Agora, no texto *Uma grande iniciativa*:

O proletariado triunfará não com a ajuda da intelectualidade, mas apesar da sua oposição (pelo menos na maior parte dos casos), afastando os intelectuais burgueses incorrigíveis, transformando, reeducando e submetendo os vacilantes, conquistando gradualmente para o seu lado um número cada vez maior deles. (OE3, 153)

A referência a uma necessidade conjuntural pode sugerir que, após um momento de grande gravidade para a revolução, a luta de classes no chão de fábrica retornaria com bastante vigor. De fato, sempre se deve considerar a situação de penúria extrema pela qual passava a Rússia nos primeiros anos de transição, marcada por uma queda abrupta e gigantesca da produção de bens primários, tais como trigo, ferro, algodão etc. Contudo, deve-se distinguir com bastante clareza a necessidade urgente de produção no curto prazo com uma perspectiva estratégica que leve em consideração a supressão das classes sociais na Rússia. Sem dúvida, a ausência de experimentações no plano das relações de produção que buscassem uma socialização mais efetiva da produção não se deve em primeiro lugar à degradação material da Rússia, mas principalmente a concepção da transição socialista no interior do Partido. Neste sentido, Vincent-Vidal equaciona muito bem o problema:

Lenin não coloca claramente a contradição entre o curto prazo, a penúria efetiva e dramática de técnicos indispensáveis para garantir a reprodução simples da economia, e o longo prazo, isto é, a aquisição do conhecimento técnico pelas próprias massas, que ele remete de maneira não-dialética ao comunismo, isto é, à sociedade sem classes. Por isso, Lenin se condena a entregar a produção aos especialistas, sejam eles de origem burguesa ou proletária, e não às próprias massas operárias. (VIDAL, 2005, 127)

De fato, por mais que a situação russa possa ter freado o processo de supressão de classes, esta diferença entre necessidades emergenciais e perspectiva de longo prazo deveria estar claramente enfatizada, por exemplo, nas teses dos Congressos do Partido, caso Lenin defendesse uma posição não-economicista. Ora, as teses que encontramos raramente escapam dos marcos do economicismo. Portanto, o impacto da conjuntura na teoria de Lenin sobre a transição deve ser, no mínimo, problematizado. A menção a um “ambiente fraternal” dá o tom das relações entre especialistas e classe trabalhadora, negando o caráter antagônico de *classe* entre ambos. No caso da passagem extraída de *Uma grande iniciativa*, o foco da oposição diz respeito apenas aos intelectuais “incorrigíveis”, deslocando o núcleo

do problema da posição de classe na produção para uma questão de adesão pacífica ou rebeldia.

O tema dos “sábados comunistas” traz novas evidências da debilidade teórica de Lenin a respeito da transição socialista. Novamente em *Uma grande iniciativa*, Lenin afirma que:

O comunismo é uma produtividade do trabalho mais elevada que a do capitalismo, obtida voluntariamente por operários conscientes e unidos que utilizam uma técnica avançada. Os sábados comunistas têm um valor excepcional como começo *efetivo do comunismo*, e isto é extremamente raro, pois nos encontramos numa etapa na qual ‘se dão apenas os *primeiros passos* na transformação do capitalismo para o comunismo’. (OE3, 155)

A definição do comunismo como uma forma de produtividade mais elevada que a do capitalismo já indica o primado das forças produtivas. Esta concepção se reflete na caracterização dos sábados comunistas como “começo efetivo do comunismo”. Mas o que são os sábados comunistas? Lenin responde no texto *Da destruição de um regime secular à criação de um novo regime*:

O trabalho comunista, no sentido mais rigoroso e estrito da palavra, é um trabalho não remunerado em benefício da sociedade, um trabalho que é executado não para cumprir uma obrigação determinada, não para obter o direito a determinados produtos, não segundo normas antecipadamente estabelecidas e consignadas, mas um trabalho voluntário, fora das normas, fornecido sem ter em conta qualquer recompensa, sem condições sobre a recompensa, um trabalho por hábito de trabalhar para o bem geral e pela atitude consciente (...). (OE3, 273)

Como definir como “comunista” um trabalho caracterizado exclusivamente pelo voluntarismo, pelo “hábito de trabalhar para o bem geral”? Ao longo da semana, prossegue existindo um tipo de trabalho hierarquizado nos mesmos padrões do capitalismo, que serve para sustentar o operário; nos finais de semana, trabalha-se de graça para ampliar a produção, e isto é comunismo. Nestas passagens, Lenin fica bastante aquém de uma teorização suficiente para abarcar os processos sociais em curso na Rússia, caindo no nível de um humanismo arcaico que caracteriza como comunista o espírito de sacrifício à coletividade, enquanto que no plano da produção a classe operária continua alheia aos procedimentos de controle e administração revolucionários. Este clima de harmonia e

fraternidade, de não-antagonismo, traz em seu bojo a defesa de uma “unidade férrea”, posto que qualquer ruptura é incompreensível num ambiente já sem luta de classes. No texto *Mais uma vez sobre os sindicatos*, do início de 1921, Lenin defende a intransigência quanto às dissidências:

Qualquer divergência, mesmo insignificante, pode tornar-se politicamente perigosa se surge a possibilidade de que ela aumente até à cisão, e, sobretudo, se se trata precisamente dum tipo de cisão capaz de abalar e destruir todo o edifício político, de fazer com que o comboio descarrile (...). (OE3, 437)

É claro que num país que vive a ditadura do proletariado, a cisão dentro do proletariado ou entre o partido proletário e a massa do proletariado já não é apenas perigosa, mas perigosíssima, sobretudo se o proletariado constitui nesse país uma pequena minoria da população’. (OE3, 437)

É claro que os culpados de *estimular a cisão*, nem que fosse num só sindicato, não teriam lugar nem no CC, nem no PCR nem nos sindicatos da nossa república. (OE3, 438)

Este posicionamento é condizente com o não-antagonismo no plano da produção e responde a críticas ao poder unívoco dos especialistas. Ou melhor: Lenin reconhece que existe antagonismo entre especialistas e classe operária, mas trata-se de um tipo de antagonismo *eventual*, presente no caso de um comportamento *abusivo* dos dirigentes intelectuais, e não de um antagonismo *sistemático, estrutural*, enraizado nos processos de produção que continuam existindo na Rússia, e não ocasional como pretende Lenin.

Mas, por mais que Lenin tenha dificuldades de fugir do prisma economicista, seu senso de observação da situação concreta se curva às tendências evidentes do aparelho de Estado russo. Em 1922, no texto *Sobre a questão das nacionalidades ou da “autonomização”*, Lenin reconhece a permanência de características do aparelho de Estado czarista:

(...) chamamos nosso a um aparelho que na realidade ainda nos é completamente alheio e constitui uma mistura burguesa e tsarista que não foi de modo nenhum possível refazer em cinco anos, sem ajuda de outros países, e numa altura em que predominavam as ‘preocupações’ militares e de luta contra a fome. (OE3, 648)

Mas a via não-economicista da teoria da transição continua interdita para o pensamento de Lenin. Logo a seguir, o autor afirma que, mesmo que o conjunto do

aparelho de Estado tenha fortes similitudes com o czarismo, existe um aparelho específico que se encontra “isento” desta mácula, a saber, o aparelho diplomático:

(...) este aparelho é uma exceção no conjunto do nosso aparelho estatal. Não admitimos nele nem uma só pessoa de certa influência procedente do velho aparelho tsarista. Nele todo o aparelho de alguma importância é composto por comunistas. Por isso este aparelho conquistou já (podemos dizê-lo sem hesitar) a designação de aparelho comunista provado, incomparavelmente, infinitamente mais limpo dos elementos do velho aparelho tsarista, burguês e pequeno-burguês, do que aquele que somos obrigados a contentar-nos nos restantes comissariados do povo. (OE3, 651)

Como transparece na citação, retrocedemos à questão da posição política dos burocratas do Estado, afastando-se novamente de uma crítica baseada no lugar social em que se assenta esta burocracia. O fato de seus membros serem comunistas é suficiente para designá-lo de “aparelho comunista provado”. O avanço teórico é bastante restrito.

Mas justiça seja feita: ainda que Lenin não tenha jamais equacionado a problemática das relações de produção na transição socialista e o caráter antagônico da luta de classes em seu interior, ele tateou, com seu senso crítico e os recursos teóricos que possuía, alguns dos impasses em jogo naqueles anos de transição. Neste sentido, pode-se identificar uma preocupação crescente com o que chama de “burocratismo” desde os primeiros anos de estabilização do Estado soviético pós-guerra civil. Vejamos como delimita os fundamentos do “burocratismo” em *Sobre o imposto em espécie*:

Quais são as bases econômicas do burocratismo? Essas raízes são essencialmente duas: por um lado, uma burguesia desenvolvida necessita do aparelho burocrático precisamente contra o movimento revolucionário dos operários (em parte também dos camponeses), em primeiro lugar do aparelho militar, depois judicial etc. Isto não existe entre nós. Os nossos tribunais são tribunais de classe, contra a burguesia. O nosso exército é um exército de classe, contra a burguesia. O burocratismo não se encontra no exército mas nas instituições que estão ao seu serviço. Entre nós a raiz econômica do burocratismo é outra: a fragmentação, a dispersão do pequeno produtor, a sua miséria, a sua incultura, a falta de comunicações, o analfabetismo, a ausência de *circulação de mercadorias* entre a agricultura e a indústria, a ausência de ligação e de interação entre elas. Isto, em grande parte, é resultado da guerra civil. (OE3, 509)

Define-se o conteúdo de classe dos tribunais e do exército pelo conteúdo que rogam para si; passa em branco para Lenin o fato de que *a própria existência* de tribunais e do

exército indica o destacamento das massas com relação aos mecanismos de comando, traço básico do aparelho de Estado burguês. Este destacamento, por reproduzir uma divisão de classes, tende, como de fato ocorreu, a adequar paulatinamente seu conteúdo político à classe dominante. Estes dois índices da existência do capitalismo de Estado são acompanhados pela crítica dos pequenos produtores e sua cultura pequeno-burguesa, assim como a base externa da burguesia, como no texto *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*:

A ditadura do proletariado é a guerra mais abnegada e mais implacável da nova classe contra um inimigo *mais poderoso*, contra a burguesia, cuja resistência é *decuplicada* pelo seu derrubamento (ainda que num só país) e cujo poderio reside não só na força do capital internacional, na força e na solidez das relações internacionais da burguesia, mas também na *força do costume*, na força da *pequena produção*". (OE3, 281)

Eles cercam o proletariado por todos os lados de uma atmosfera pequeno-burguesa, impregnam-no dela, corrompem-no com ela, provocam constantemente no seio do proletariado recaídas de pusilanimidade pequeno-burguesa, de atomização, de individualismo, de passagens da exaltação ao desânimo. (OE3, 295)

Como podemos inferir, a própria definição de *burocratismo* está fortemente vinculada a uma questão de excessos e desarranjos no interior de um aparelho de Estado que, em sua essência, seria adequado para a transição socialista. Cabe ao partido tomar medidas *corretivas*, medidas que busquem alinhar este mesmo aparelho de Estado a uma *linha política* correta. Pode-se considerar que este destacamento crescente do aparelho de Estado com relação às massas é sintoma da cristalização do capitalismo de Estado na formação social russa, já que este tipo de modo de produção tem como característica primordial, como já apontamos na introdução, a extração indireta dos excedentes por parte dos quadros dirigentes melhor alocados no aparelho de Estado, que controlam efetivamente os mecanismos de produção (administração, planejamento, em suma, *direção*) a partir de um posto de classe. A título de sistematização, vejamos como Martorano resume o conceito de "deformação burocrática":

A 'deformação burocrática' do Estado soviético, para Lenin, pode designar fenômenos diferentes, embora correlatos e simultâneos: a tendência da burocracia de se colocar 'acima' das massas, considerando-se política e socialmente superior; o aumento da burocracia com o crescimento do

aparelho de Estado; ou, ainda, a má organização do trabalho administrativo, caracterizado pela lentidão na solução e no encaminhamento dos problemas, resultante de hábitos e de um estilo de trabalho arraigados nos funcionários; e designado, inúmeras vezes, pelo termo ‘papelada’. (MARTORANO, 2002, 117)

Nas cartas conhecidas como *Testamento*, Lenin elenca uma série de medidas de combate ao “burocratismo”. Uma delas é a conhecida proposta de ampliação do Comitê Central do Partido por meio da cooptação de operários até então afastados do aparelho de Estado e do Partido:

Os operários que entrem para o CC devem ser, de preferência, operários que se encontrem abaixo da camada daqueles que há cinco anos passaram a ser funcionários dos Sovietes, e devem encontrar-se mais próximo dos operários e camponeses de base, que, no entanto, não entrem, direta ou indiretamente, na categoria dos exploradores. Penso que tais operários, participando em todas as reuniões do CC e todas as reuniões do Bureau Político, lendo todos os documentos do CC, podem constituir um quadro de partidários fiéis do regime soviético, capazes, primeiro, de dar estabilidade ao próprio CC, capazes, segundo, de trabalhar realmente na renovação e no melhoramento do aparelho. (OE3, 642-3)

Analisemos esta proposta. Primeiramente, permanece imersa na crítica do “burocratismo”, ou seja, do excesso de burocracia, e não da superação da burocracia por meio do controle direto dos operários da produção. Lenin confunde origem de classe com a garantia de uma política proletária, ignorando o novo posto de classe que o partido-Estado ganha. Nesse sentido, a política de inchar o CC com proletários, ao invés de combater o processo de sedimentação de uma nova elite, atua como esquema de inclusão de um novo punhado de dirigentes na nova elite em formação. Além disso, encontramos um sintoma: a evidente fusão do Partido com o Estado, o que dificulta o controle político por parte das massas autônomas.

Eu recomendaria muito que neste Congresso se introduzissem muitas mudanças em nossa estrutura política. (...) Em primeiro lugar coloco o aumento do número de membros do CC a várias dezenas e inclusive a uma centena. Creio que se não emprendermos tal reforma, nosso Comitê Central se veria ameaçado de grandes perigos, caso o curso dos acontecimentos não seja de todo favorável para nós (e não podemos contar com isso). (OE3, 639)

Os operários que se incorporem ao CC devem ser, de preferência, pessoas que se encontrem por debaixo da capa dos que nos cinco anos passaram a ser funcionários soviéticos, e devem aliar-se

mais com os simples operários e camponeses que, sem embargo, não entrem, direta ou indiretamente, na categoria dos exploradores. Creio que estes operários, que assistirão a todas as reuniões do CC e do Birô Político, e que lerão todos os documentos do CC, podem ser quadros fiéis ao regime soviético, capazes, em primeiro lugar, de dar estabilidade ao próprio CC e, em segundo, de trabalhar realmente na renovação e melhoramento do aparato. (OE3, 642-3)

Martorano expõe corretamente as dificuldades de controle dos dirigentes soviéticos:

Como conseqüência da fusão, sendo os dirigentes do partido os mesmos do Estado, é difícil imaginar que estabelecessem um controle sobre si próprios, ou que favorecessem o exercício de um controle dos trabalhadores sobre a sua própria atividade estatal que pudesse prejudicar sua posição de prestígio no partido, fonte de sua autoridade. Além disso, era inevitável que procurassem favorecer, com a distribuição dos melhores postos no aparelho de Estado, outros membros ou candidatos ao partido em troca de sua fidelidade política para consolidar sua posição e almejar sua ascensão na hierarquia partidária. (MARTORANO, 2002, 133-4)

A depuração é outra resposta de Lenin ao avanço do capitalismo de Estado. Trata-se de um procedimento bastante controverso na vida partidária, especialmente nas condições encontradas no período pós-1917. Encarado como forma de evitar a degeneração do partido, a depuração deve ser pensada teoricamente sob o seguinte viés: quem realiza a depuração? Quais os critérios e quais as punições? Em resumo: qual o propósito político das depurações? Dentro de um partido cujas relações internas se baseiam na cisão entre trabalho intelectual (direção política) e trabalho “prático” (execução da política), a tendência é que a depuração se transforme num mecanismo de controle da base pela direção, eliminando os rivais políticos e mantendo os militantes fiéis à linha majoritária. Assim, por mais que seja um recurso válido em certas ocasiões específicas (como, por exemplo, em casos de desmoralização do partido por parte de militantes etc.), é bastante difícil definir quando a justificativa apresentada para a depuração é de fato a razão para se expulsar certos militantes do partido, tornando-se frequentemente ferramenta para a consolidação de certos grupos no poder. Liebman aponta para um papel positivo que as depurações poderiam cumprir: o papel de instrumento de seleção de militantes e restrição de acesso de carreiristas. A procura pela filiação ao partido por parte de carreiristas pouco interessados em comunismo já é, por si só, explicativo do posto de classe que o partido assumiu com a posse do aparelho de Estado e suas velhas relações de decisão e execução.

Como o socialismo que emergiu após 1917 era marcado pela centralização da administração econômica e legislação política em estruturas destacadas do restante da classe, era apenas através do partido que se tornou possível ascender socialmente. Assim, um sintoma da tragédia da experiência russa foi a transformação do partido em *canal de mobilidade social*.

Se tantos homens que de comunista só tinham o nome tentavam penetrar as fileiras do partido, é porque este se tornou o centro do poder, a instituição mais influente da vida social e política, aquela que reunia a nova elite, selecionava os quadros e os dirigentes e constituía o instrumento e o canal de ascensão social e consagração. (LIEBMAN, 1976, 151)

O próprio Lenin reconhece essa característica dos novos militantes:

Não há dúvida de que, agora, nosso Partido não é, pela maioria de seus componentes, suficientemente proletário. Creio que ninguém poderá discutir isso, pois a simples consulta da estatística confirmará isso. Desde a guerra, os operários industriais da Rússia são muito menos proletários do que eram antes, pois durante a guerra todos aqueles que queriam fugir do serviço militar entraram nas fábricas. (...) deve-se ter em conta que, atualmente, é muito grande a tentação de ingressar no partido governante. (OC45, 19)

Contudo, segundo Liebman, a depuração é uma “(...) operação que se torna crônica e que, inspirada por motivos legítimos, produziu, após a morte de Lenin, os resultados mais detestáveis”. (LIEBMAN, 1976, 150). As passagens a seguir explicitam em Lenin essa justificativa:

Aproveitamos as mobilizações com destino à frente e aos sábados comunistas para depurar o Partido de quem não quer nada mais do que se ‘aproveitar’ das vantagens que ser membro do partido governante proporciona, de quem não quer suportar o peso de um trabalho abnegado em prol do comunismo. (OC39, 233-4)

A depuração como controle do carreirismo dentro do partido é minorizada em nome do controle das oposições. Não é só após a morte de Lenin que as depurações ganham destaque em sua produção teórica. Mais do que nunca, esse tema aparece com frequência nos textos de Lenin, muitas vezes como meio de silenciar oposições. A defesa irrestrita da depuração e a crítica a qualquer forma de cisão autorizam essa leitura negativa de Lenin – e causaria estragos ainda maiores após a sua morte. Novamente reafirmamos que a crítica a

qualquer tipo de cisão é uma emanção da concepção economicista que acaba por prevalecer no trabalho teórico de Lenin, rementendo à premissa segundo a qual a estatização da propriedade elimina as classes sociais. Nessa lógica, as cisões só podem significar a oposição ao socialismo já implantado.

A preocupação obsessiva com o ‘perigo de divisão’ levou, no limite, à destruição das correntes antagônicas que, em determinados momentos, mesmo que com profundas limitações, poderiam atuar como contraponto político fiscalizador e como propositores de uma nova política. Após a destruição de toda forma de oposição organizada, o que se destruiu foi o próprio programa revolucionário clássico do bolchevismo e a bandeira de ‘todo poder aos soviets’.

Na realidade, a liquidação total do menchevismo pelo poder leninista teve uma dupla vítima: a social-democracia russa, na sua natureza ambivalente (...) e, a seu lado, o *próprio bolchevismo*, cuja vitalidade não resistiu aos ataques da ortodoxia e do monolitismo. (LIEBMAN, 1976, 94)

O último e cruel paradoxo era que, reprimindo e desacreditando os Centralistas Democráticos e a Oposição Operária, Lenin efetivamente destruiu as bases que, dentro do partido, poderia levá-lo a regeneração. (HARDING, 1981, 292)

Isolados, sem qualquer pressão política, o processo revolucionário, ao invés de absorver as funções estatais pela totalidade da população, viu o partido bolchevique ser absorvido pelo *modus operandi* do aparato estatal de tipo burguês e o afastamento do poder real das massas.

O partido é a vanguarda do proletariado, que dirige diretamente, é o dirigente. O meio específico de influência, o meio de depurar e temperar a vanguarda é a expulsão do partido e não a coação. (OE3, 454)

O congresso chama a atenção de todos os membros do partido para o fato de que a unidade e a coesão das suas fileiras, a garantia da completa confiança entre os membros do partido e dum trabalho verdadeiramente harmonioso, autêntica encarnação da unidade de vontade da vanguarda do proletariado, são particularmente necessários neste momento em que por uma série de circunstâncias aumentam as vacilações entre a população pequeno-burguesa do país. (OE3, 486)

O congresso declara por isso dissolvidos e determina que se dissolvam imediatamente todos os grupos, sem exceção, que se tenham formado com base numa ou noutra plataforma (como o grupo

da ‘oposição operária’, do ‘centralismo democrático’ etc.). O não cumprimento desta decisão implicará a incondicional e imediata expulsão do partido. (OE3, 488)

Um dos graves problemas da depuração sistemática é o espírito de terror que se dissemina por toda a base militante. Quando isso ocorre, a depuração apenas reforça o poder dos núcleos dirigentes, esses sim sem controle algum – a não ser em caso de cisão interna. Um outro exemplo de controle do poder aparece na polêmica a respeito dos sindicatos, na qual Lenin e Trotski se encontram em posições antagônicas. Nessa polêmica, Lenin opõe duas noções: a democracia formal e a conveniência revolucionária. Essa oposição, nas condições de uma organização altamente estratificada, serve como arma para a autonomia da cúpula partidária controlar a oposição. Não é o caso de fetichizar a democracia interna, mas sim de indicar que, uma vez atuando sem controle, a direção reforça os laços de autoridade que a liga à base, e essa oposição entre democracia formal e conveniência revolucionária é uma manifestação desse desprezo por procedimentos de fiscalização e controle – mais um agravante da burocratização e do desnível de poderes dentro de um partido.

Do ponto de vista da democracia formal, Trotski *tinha o direito* de se pronunciar com uma plataforma fracionária mesmo contra todo o CC. (...)

Mas e a conveniência revolucionária?”(OE3, 436)

(...) uma total incompreensão de que a democracia formal deve estar subordinada à conveniência revolucionária!. (OE3, 446)

Durante a discussão sobre o embate entre Stalin e Trotski, Lenin encara o problema da burocratização como um problema de personalidade ou temperamento, contido dentro dos limites do CC, quando de fato o problema principal era a estrutura econômica herdada do capitalismo e reforçada com a política bolchevique. Dito de outro modo: a questão não é mudar a linha do CC, mas fomentar os organismos de base (tanto do partido como dos sovietes) de modo que possam dispensar o CC enquanto centro de planejamento econômico e legislador político – sem revogabilidade ou prestação de contas. Qualquer medida que não atinja o núcleo duro da nova formação social em gestação, a saber, as relações de produção (marcadas pela divisão entre direção e execução) e as forças produtivas (cujo funcionamento obriga a reproduzir as relações de produção capitalistas), se mostra incapaz

de conter o processo de afastamento das massas soviéticas do controle real da produção e da política.

O camarada Stalin, tendo chegado ao Secretariado Geral, tem concentrado em suas mãos um poder enorme, e não estou seguro que sempre irá utilizá-lo com suficiente prudência. Por outro lado, o camarada Trotski, segundo demonstra sua luta contra o CC em razão do problema do Comissariado do Povo de Vias de Comunicação, não se distingue apenas por sua grande capacidade. Pessoalmente, embora seja o homem mais capaz do atual CC, está demasiado ensoberbecido e atraído pelo aspecto puramente administrativo dos assuntos.

Estas características de dois destacados dirigentes do atual CC podem levar sem querer-lo à ruptura, e se nosso Partido não toma medidas para impedir-lo, a divisão pode vir sem que se espere. (OE3, 640)

O fato de se buscar os novos membros do CC no operariado não atrelado aos organismos de poder remete mais uma vez ao tema do desvio de personalidades, sem tocar na própria estrutura de reprodução. A idéia de “aperfeiçoar o aparelho” situa o combate ao burocratismo no plano “cultural”:

Para nós é suficiente agora esta revolução cultural para nos tornarmos um país completamente socialista. Mas esta revolução cultural apresenta incríveis dificuldades para nós, tanto no aspecto puramente cultural (pois somos analfabetos) como no aspecto material (pois para sermos cultos é necessário um certo desenvolvimento dos meios materiais de produção, é necessária uma certa base material). (OE3, 662)

Permanece obscuro o que seria um “país completamente socialista”: se o socialismo é uma transição conflitiva do capitalismo para o comunismo através do poder operário, como supor este nível de estabilização? Esta não arrefeceria a mobilização operária herdada da fase insurrecional?

Martorano destaca algumas outras propostas de Lenin contra o burocratismo. De um lado, uma política que tem como ponto forte o afastamento dos órgãos institucionais de poder e a aproximação com a iniciativa das massas: trata-se do papel dos sindicatos na defesa da classe operária de seu “próprio” Estado:

Lenin “sustenta que os sindicatos operários devem ajudar os trabalhadores a se defender frente ao *seu* Estado; descartando a tentativa de se estabelecer uma identificação direta entre a classe operária e o Estado socialista, que apresentava este último como a concretização imediata de seus

interesses e negava a possibilidade do surgimento de contradições entre ambos”. (MARTORANO, 2002, 136-7)

Outras medidas de controle e fiscalização também foram propostas. Um exemplo é a “prestação periódica de contas dos representantes dos Sovietes”, de caráter extremamente progressista; contudo, por permanecerem encerradas da idéia de “ajuste” do aparelho de Estado, resultaram inócuas no longo prazo. Tal como enumera Martorano:

(...) a prestação periódica de contas dos representantes nos Sovietes para os seus eleitores; a rotatividade de funções na administração estatal, objetivando impedir a rotina no trabalho e buscando fazer com que cada funcionário tenha uma visão ampla sobre o conjunto da ação do Estado, incorporando ainda novos trabalhadores na sua realização; a redução do número de funcionários; e a criação da Inspeção Operária e Camponesa com o status de um Comissariado do Povo para permitir uma participação popular maior no controle de todo o aparelho de Estado. (MARTORANO, 2002, 137)

Ou, segundo o próprio Lenin:

- (1) o dever incondicional de realizar reuniões mais freqüentes e amplas dos membros do Partido, e de adotar outras medidas para desenvolver a iniciativa dos membros do Partido;
- (2) criar publicações capazes de realizar uma crítica mais sistemática e ampla dos erros do Partido e, em geral, de desenvolver crítica dentro do Partido (boletins de discussão etc.);
- (3) estabelecer normas práticas muito precisas sobre as medidas para eliminar a desigualdade (nas condições de vida, a remuneração etc.) entre os especialistas e os altos funcionários, de um lado, e as massas, de outro, desigualdade que infringe a democracia, dá origem a uma corrupção no Partido e rebaixa a autoridade dos comunistas;
- (4) reconhecer a necessidade de criar uma Comissão de Controle junto ao CC, integrada pelos camaradas mais bem preparados do ponto de vista partidário, os mais experimentados, imparciais e capazes de realizar um rigoroso controle do partido. A Comissão de Controle, eleita pelo Congresso do Partido, deve estar habilitada para receber qualquer tipo de queixas e analisa-las, chegando a um acordo com o CC e, em caso de necessidade, organizar reuniões conjuntas com este ou levar o problema ao Congresso do Partido. (OC41, 299)

Enfim, as medidas de combate ao capitalismo de Estado se demonstraram limitadas. Compartilhamos da conclusão de Martorano a respeito de uma lacuna extremamente grave no pensamento de Lenin: “Não há, portanto, em Lenin a indicação sobre as *formas*

práticas do processo de desestatização socialista, como concretização e desenvolvimento do caráter semi-estatal da ditadura do proletariado, para além dos Sovietes que eram parte integrante do aparelho”. (MARTORANO, 2002, 138)

c. Capitalismo de Estado e o partido

Agora que já analisamos a abordagem leninista do trabalho e sua relação com o capitalismo de Estado, fica mais fácil compreender a questão organizativa entre 1918 e 1923, em grande parte derivada das concepções já apresentadas.

Carr indica como o início da transição remodelou amplamente as funções, tarefas e estruturas do partido, num breve panorama histórico da transição:

Os três principais eventos que marcaram o período entre a Revolução de Outubro e a morte de Lenin foram o crescimento da autoridade nas mãos de uma pequena liderança partidária central; a transformação do partido de uma organização revolucionária dirigida para o derrubamento das instituições existentes em um núcleo dirigente de uma máquina governamental e administrativa; e, finalmente, a criação de uma posição monopolística através da eliminação de outros partidos. (CARR, 1950, 184)

O modelo organizativo posto em ação é em grande parte devedor dos mesmos princípios, orientados pela defesa da especialização e por uma noção totalmente antagônica a *O Estado e a revolução*, já que secundariza os soviets em nome do fortalecimento consciente de uma vanguarda capacitada a administrar economicamente o país e legislar politicamente. A alteração da função dos soviets na passagem a seguir pode ser sutil, mas é decisiva e indica um retrocesso claro da teoria leninista:

Os soviets, que, por conta de seu programa, são os órgãos de governo *pelos trabalhadores*, são em realidade os órgãos de governo *para os trabalhadores*, exercido pela camada avançada do proletariado e não pelas massas trabalhadoras. (LENIN, In: LIEBMAN, 1976, 221)

Ou seja, a concepção estatista de socialismo posta em prática durante o curto tempo em que esteve no poder ajuda a compreender a relação do partido-Estado com as massas e o processo de fortalecimento de uma estrutura partidária que em muito se assemelha com o

modelo burguês de organização. O próprio Lenin reconhece a fragilidade do sistema soviético:

Existe a tendência pequeno-burguesa para converter os membros dos Sovietes em ‘parlamentares’ ou, por outro lado, em burocratas. É preciso lutar contra isto, chamando *todos* os membros dos Sovietes à participação prática na administração. Em muitos lugares, as seções dos Sovietes estão a transformar-se em órgãos que gradualmente se fundem com os comissariados. (OE2, 584)

Criaram-se no nosso país relações incorretas entre o partido e as instituições soviéticas, e a este respeito temos completa unanimidade (...). Formalmente é muito difícil sair disto, porque no nosso país dirige um só partido governamental, e não se pode proibir um membro do partido de se queixar. Por isso, do Conselho de Comissários do Povo levam tudo ao Bureau Político. Aqui houve também uma grande culpa minha, porque uma grande parte da ligação entre o Conselho de Comissários do Povo e o Bureau Político era assegurada pessoalmente por mim. E quando tive que sair, verificou-se que as duas rodas não funcionavam ao mesmo tempo e Kamenev teve que trabalhar por três para assegurar essas ligações. (OE3, 601)

Essa fragilidade do sistema soviético é fruto de múltiplos fatores históricos e políticos. Um desses fatores é a convivência de dois centros de poder após a insurreição vitoriosa de 1917. De um lado, a organização soviética, que tinha o intuito de representar a vontade genuína da classe como um todo; de outro, a estrutura militar da insurreição, comandada por um Estado maior que possuía alta influência política no conjunto do aparelho e que dispensava as regras de representação revolucionária – como a revogabilidade e a prestação de contas. Sem dúvida, trata-se de um elemento estranho à teoria da revolução presente em *O Estado e a revolução*, mas que Lenin não aborda em momento algum.

A relação entre ambos não foi formalizada (hierarquia de comando, atribuições específicas etc.). Com o transcorrer dos primeiros anos, a balança pendeu para o organismo mais apto a defender seu espaço de poder e ampliá-lo. No caso, prevaleceu o aparato militar. Segundo Carr, houve a “(...) concentração da autoridade central nas mãos do Sovnarkom³⁸ em detrimento do Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia e do VTsIK³⁹, e a

³⁸ *Conselho dos Comissários do Povo.*

³⁹ *Comitê Executivo Central de Toda a Rússia.*

concentração de autoridade do centro em detrimento dos sovietes locais (...). Esse processo estava virtualmente completo antes da morte de Lenin”. (CARR, 1950, 214)

Os sovietes locais, em particular, foram reconhecidos pela constituição como a base do poder político. São eles que encarnam fielmente a *ação espontânea das massas*; a constituição era tida apenas como sua pálida e imperfeita tradução jurídica. No entanto, na atribuição de competências, os constituintes enfatizaram o papel do poder central, representado pelo congresso panrusso dos sovietes e, entre suas sessões, pelo CC executivo panrusso (do congresso dos sovietes). (LIEBMAN, 1976, 30-1)

Como já vimos, Lenin não critica o modo militar de organização. Pelo contrário: à exceção do esquecido texto *O Estado e a revolução*, exalta a sua eficácia em detrimento da relação entre base e direção que caracteriza esse tipo de organização. Jamais se preocupa com a seguinte questão: depois da tomada do poder, como resolver a contradição entre Exército revolucionário e poder soviético? Como fazer com que os sovietes absorvam – com seu modo comunal de se organizar – as funções militares, dispensando a necessidade de um Estado maior e de seus segredos de guerra? Como o núcleo dirigente vai se comportar caso as bases pressionem para dissolver o aparato militar que lhes garante influência política e vantagens econômicas?

De um lado, eles [os sovietes] eram a fonte de autoridade e os colégios eleitorais pelos quais, através de múltiplos estágios intermediários, os delegados do Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia eram escolhidos. De outro, eles eram órgãos de governo local desfrutando em larga medida de iniciativa, mas sujeitos em todas as suas funções ao controle dos órgãos do governo central. Foi esse segundo aspecto de sua condição que gerou problemas. (CARR, 1950, 134)

O papel ativo de Lenin na centralização do poder e no enfraquecimento dos sovietes fica evidente quando, na polêmica sobre a subordinação de autoridades (ponto fundamental para definir o centro de gravidade da revolução), Lenin defende o protagonismo do aparato militarizado.

Em suma, chego à conclusão de que defender a ‘dupla’ subordinação da promotória e privá-la do direito de apelar contra qualquer decisão das autoridades locais não só é equivocado por princípio, não só obstaculiza nossa tarefa fundamental de instaurar firmemente a legalidade, mas, além disso, expressa os interesses e preconceitos da burocracia local e das influências locais, ou seja, levanta a

pior barreira entre os trabalhadores e o Poder soviético local e central, assim como entre os trabalhadores e o poder central do PCR.

Por isso, proponho ao CC que rechace, nesse caso, a ‘dupla’ subordinação, estabeleça a subordinação das autoridades fiscais locais unicamente ao *centro* e reserve ao ministério fiscal o direito e o dever de apelar contra todas e cada uma das decisões das autoridades locais no que se refere à legalidade de tais decisões ou disposições. (OC45, 214)

A *Cheka* ilustra em toda a plenitude o efeito danoso que uma estrutura de tipo militar pode causar para a revolução. Essa organização representa o ápice da posse dos ‘segredos de guerra’ por parte de um grupo estabelecido nos altos escalões do aparelho de Estado, não importa qual o nome que se dê a ela – de fato, os novos “batismos” da *Cheka* não passam de uma tentativa de esconder onde realmente se ancora o centro de poder da nova classe social. Aqui é que se concentra a nossa preocupação já apresentada por todo o trabalho: como absorver os organismos militares que, se bons para a insurreição, são extremamente danosos para a transição? Essa não é uma problemática considerada pelo Lenin da transição (como já apontamos, a questão da absorção do aparelho de Estado – e portanto dos organismos militares – aparece em *O Estado e a revolução*, mas é abandonado por Lenin depois disso).

O aparelho de Estado claramente se interessou em preservar sua dimensão e seu *modus operandi*. Além disso, era fortemente identificado, em todos os níveis, com o Partido Comunista. Os órgãos de governo popular, os sovietes, perderam a vitalidade e eram, agora, subordinados aos órgãos centrais de governo. Eles não poderiam desempenhar o papel de agentes da regeneração do Estado. (HARDING, II, 1977, 296)

A identificação crescente dos aparelhos estatais e a dominação exclusiva exercida pelo partido na vida política e social do país contribuíram para a monolitização da estrutura de poder. (LIEBMAN, 1976, 111)

Com a polícia secreta em suas mãos, os bolcheviques podiam agora mapear minuciosamente a oposição ao seu regime (primeiro externamente, depois internamente), garantindo assim a rápida contenção de qualquer embrião organizativo. A importância da polícia secreta pode ser notada pela atenção que autores importantes para o entendimento da questão oferecem ao tema:

Não é por acaso que, de todos os organismos nascidos da guerra civil, apenas um conservou um poder que nenhuma tentativa de reforma e de mudança de nome conseguiram controlar: a instituição repressiva sucessivamente batizada de Tcheka, GPU, NKVD e KGB. (LIEBMAN, 1976, 163)

Um dos primeiros atos [da Cheka] foi assunto de circulares em sovietes locais, (...) pedindo a eles que ‘enviassem todas as informações sobre organizações e pessoas cuja atividade é contrária à revolução e à autoridade popular’ (...). (CARR, 1950, 158)

A comissão central de controle inaugurou seus trabalhos com uma circular para todos os membros do partido incitando-os a ‘comunicar todas as ofensas contra o partido por parte de seus membros, *não importando a posição ou a função do envolvido*. (CARR, 1950, 196)

Não seria errado afirmar que a grande diferença entre a Cheka e a GPU era que, enquanto a aquela dirigia suas atividades exclusivamente contra inimigos de fora do partido, a GPU atuava contra todos os inimigos do regime, entre eles membros dissidentes do partido. A diferença não se devia a qualquer mudança da instituição, mas sim à mudança da cena política quando o partido adquiriu o monopólio político do Estado Soviético. Era cada vez mais difícil distinguir entre deslealdade com o partido e traição contra o Estado. (CARR, 1950, 212)

(...) a rápida extensão da guerra civil, a partir do fim do verão de 1918, dotou essa instituição [a Cheka] puramente repressiva de poderes consideráveis, frente aos quais o poder dos sovietes se esvaneceu. Em 28 de agosto de 1918, a autoridade central da Tcheka instruiu seus comissários locais a recusar toda autoridade dos sovietes. Ao contrário, eram esses comissários que deveriam impor a sua vontade às instâncias soviéticas. (LIEBMAN, 1976, 32)

Com o avanço da monolitização do partido-Estado, os congressos, que já não funcionavam plenamente no passado do partido bolchevique, se resumiram a rituais de celebração e propaganda da nova classe dominante – eram a representação acabada da autonomia do CC e da perda definitiva do poder da base do partido.

O Congresso do partido, formalmente soberano – mesmo que tenha ocorrido anualmente entre 1917 e 1924 – tornou-se protocolar, e seus encontros se tornaram raros demais para o efetivo exercício do poder; seu declínio acompanhou a queda de sua contraparte, o Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia. (CARR, 1950, 193)

Mesmo a composição do CC foi, em última instância, removida da exclusiva competência dos Congressos soberanos, já que dois terços dos membros eram agora aptos a expulsar colegas recalcitrantes. (CARR, 1950, 202)

Os *congressos* do partido, que, de acordo com os estatutos, ocorriam anualmente e eram completadas com conferências, mantiveram por longo tempo sua importância; após a morte de Lenin, mantiveram apenas a solenidade, cumprindo uma função ritual. (...) As decisões eram tomadas em outro espaço, o CC e o Politburo. (LIEBMAN, 1976, 115)

Um sintoma do retrocesso do Lenin pós-1917 em relação ao Lenin de *O Estado e a revolução* é a recuperação da idéia de *neutralidade benevolente*. Não se trata de um conceito elaborado, nem mesmo de uma noção muito presente nas obras de Lenin (o termo aparece em *Que fazer?* e na transição). No entanto, a carga política que traz consigo ajuda a compreender a concepção de Lenin a respeito da participação das massas na transição. Basicamente, a noção apresenta dois aspectos: 1) a visão instrumental das massas, a serem guiadas pela vanguarda; 2) a visão de que a revolução pode ser vitoriosa ainda que conte com o apoio restrito à vanguarda da classe, capaz de bater militarmente a repressão burguesa. Essa posição se afasta e muito dos argumentos apresentados em *O Estado e a revolução*, segundo os quais a transição para o comunismo tem seu primado na extensão da rede de soviets, composta por amplas camadas das classes dominadas, que devem absorver as tarefas político-econômicas gradualmente. É sintomático, portanto, que o termo ‘neutralidade benevolente’ apareça em dois momentos distintos – afastados um do outro por um breve período mais “sovietista” de Lenin, por assim dizer – mas que convergem no que se refere ao protagonismo da vanguarda revolucionária sobre o conjunto da classe. O mesmo conteúdo pode ser notado na idéia de “correia de transmissão” – ou seja, de uma pirâmide de organizações subordinadas a um poder central e responsáveis apenas pela *execução* das tarefas partidárias e estatais, mas alheias às *decisões*.

Só com a vanguarda é impossível vencer. Lançar apenas a vanguarda para a batalha decisiva, quando toda a classe, quando as amplas massas não adotaram ainda uma posição de apoio direto à vanguarda ou, pelo menos de neutralidade benevolente relativamente a ela e de incapacidade completa de apoiar o adversário, seria não só estupidez, mas também um crime. (OE3, 330)

Basta um pequeno partido para conduzir as massas. Em determinados momentos não há necessidade de grandes organizações. (OE3, 542)

Nesse sistema de correias de transmissão, os sindicatos passam progressivamente a exercer a função de seleção de administradores – fiéis ao regime – e deixa de lado a importante tarefa de servir como contrapeso político à burocratização galopante.

(...) devemos tender sistematicamente (...) a converter os sindicatos, de um lado, em organismos administrativos de toda a economia nacional, fazendo com que se ampliem e fortaleçam seus laços com o Conselho Superior de Economia Nacional, com o Comissariado do Trabalho e, logo, com todos os demais ramos da administração estatal; de outro lado, os sindicatos devem se transformar, cada vez mais, em organismos de educação do trabalho e do socialismo de toda a massa trabalhadora sem exceção, a fim de que a experiência prática na participação nas funções administrativas se estenda, sob controle da vanguarda operária, aos setores operários mais atrasados. (OC38, 106)

De um lado, ao incluir nas fileiras da organização a totalidade dos operários industriais, os sindicatos são uma organização da classe dirigente, dominante, governante; da classe que exerce a ditadura, da classe que aplica a coerção estatal. Mas não é uma organização estatal, não é uma organização coercitiva; é uma organização educadora, uma organização que atrai e instrui; é uma escola, escola de administração, escola de gestão econômica, escola de comunismo. (OC42, 209)

Mas a ditadura do proletariado não pode ser realizada através da organização que agrupa a totalidade do proletariado. Porque o proletariado está ainda tão fracionado, tão menosprezado, tão corrompido em alguns lugares (pelo imperialismo em certos países), não apenas na Rússia, um dos países capitalistas mais atrasados, mas também em todos os demais países capitalistas, que a organização integral do proletariado não pode exercer sua ditadura. A ditadura só pode ser exercida pela vanguarda, que concentra em suas fileiras a energia revolucionária da classe. Temos, pois, algo como uma série de rodas dentadas. Tal é o mecanismo da base mesma da ditadura do proletariado, da própria essência da transição do capitalismo ao comunismo. (OC42, 210)

É impossível realizar a ditadura sem várias ‘correias de transmissão’, que vão da vanguarda às massas da classe trabalhadora. Na Rússia, as massas são camponesas; em outros países não existem tais massas, mas até nos mais adiantados há uma massa não proletária ou não puramente proletária. (OC42, 210-1)

Uma das tarefas mais importantes dos sindicatos é a promoção e preparação de administradores provenientes dos operários e das massas trabalhadoras em geral. (OC44, 360)

Os bolcheviques sempre condenaram a neutralidade sindical e privilegiaram o estabelecimento de vínculos estreitos – sujeição política e subordinação ideológica – sobre os sindicatos. A partir da

Revolução de Outubro, eles condenam toda forma de independência sindical com relação à autoridade governamental. (LIEBMAN, 1976, 201)

A fusão do partido e dos sovietes aventada por Lenin significou, na prática, a defesa da expansão de relações organizativas que, se próprias para a insurreição (o que é discutível), são totalmente danosas para a transição e a absorção do Estado e da produção em nome dos sovietes. Quebra-se a ação autônoma das massas em nome de um hierarquização de funções que em nada contribui para a socialização real das relações de produção.

Como se podem fundir as instituições do partido com as dos Sovietes? Não há aqui qualquer coisa de inadmissível? (...)

Com efeito, por que não fundir umas com as outras se o interesse da causa o reclama? (...) Não é esta flexível união do elemento soviético com o elemento do partido uma fonte de extraordinária força na nossa política? Penso que aquilo que se justificou, que se consolidou na nossa política externa e penetrou já nos costumes de tal modo que não suscita quaisquer dúvidas neste domínio, será pelo menos tão apropriado (penso que será muito mais apropriado) em relação a todo o nosso aparelho de Estado. E a Inspeção Operária e Camponesa foi precisamente consagrada a todo o nosso aparelho de Estado, e a sua atividade deve abranger todas as instituições do Estado sem exceção, tanto locais como centrais, tanto comerciais como puramente administrativas, escolares, de arquivo, teatrais etc., numa palavra, todas sem a mínima exceção.

Por que então, para uma instituição de tão grande envergadura, para a qual, além disso, se exige ainda uma flexibilidade extraordinária de formas de atuar, por que não admitir para ela uma fusão peculiar da organização de controle do partido com a organização de controle dos Sovietes?

Eu não veria nisso nenhum obstáculo. Mais ainda, penso que essa fusão constitui a única garantia de um trabalho com êxito. (OE3, 677)

Já nos inícios da transição, a política de defender o aparelho do partido e seu posto privilegiado subordinou toda a prática bolchevique. Pode-se dizer que, dentre muitas outras razões, a experiência revolucionária degringolou em nome da defesa de um partido em condições materiais altamente vantajosas, dando vida a uma sociedade de classes extremamente complexa e peculiar. Isso aparece nas decisões congressuais: defende-se o destacamento ainda maior do CC com relação ao conjunto do partido e, com a fusão do partido com o aparelho de Estado, o destacamento do CC com relação ao conjunto da

sociedade. A atuação do partido dentro dos sovietes deve ser norteadada pela tomada dos postos de execução, de modo a comandar politicamente as organizações. Ilustra-se, desse modo, a grave sentença de Deutscher: “O Partido Bolchevique se mantinha no poder por usurpação”. (In: LIEBMAN, 1976, 153). Ou ainda: “A ditadura *do* proletariado se transformou na ditadura *sobre* o proletariado”. (LIEBMAN, 1976, 198)

(...) o congresso sublinha especialmente que se concedem plenos poderes ao CC para romper em qualquer momento todos os tratados de paz com os Estados imperialistas e burgueses bem como para lhes declarar a guerra. (OE2, 521)

4. Recomenda-se a essas mesmas comissões que, de acordo com as organizações locais do PCR, façam mudanças de pessoal de modo que os militantes do PCR (com militância mínima de dois anos) exerçam apenas cargos de direção e responsabilidade; os outros cargos poderão ser desempenhados por membros de outros partidos ou pessoas sem filiação política, com o fim de liberar o maior número possível de militantes do PCR para o exercício de outras funções. (OC37, 380)

Além do “(...) vácuo entre o CC e as organizações locais e regionais do partido” (LIEBMAN, 1976, 108), indicativo da crise do sistema soviético, é possível notar que mesmo o CC deixa progressivamente de ser um espaço de livre discussão para ser apoderado por grupos e indivíduos que o compõem. É o caso da denúncia de Osinsky no VIII Congresso:

A questão da centralização dentro do partido veio à luz no VIII Congresso partidário em março de 1919, no auge da guerra civil. O processo estava, nesse momento, bastante adiantado, Osinsky reclamou no congresso que todo o trabalho partidário estava centralizado em torno do CC, e que ‘mesmo o CC como órgão colegiado não existe’, posto que os ‘camaradas Lenin e Sverdlov decidem questões correntes por meio de conversações entre eles ou com um ou outro camarada, ao invés de discuti-las com os sovietes’. (CARR, 1950, 193)

Os processos decisórios do CC, como reconhece o próprio Lenin, são cada vez mais baseados na “confiança mútua” e na relação pessoal entre seus membros:

Deve dizer-se que as questões eram tantas que foi necessário quase sempre resolve-las em condições de extrema urgência, e só porque os membros do organismo se conhecem bem entre si, conhecem os matizes das suas opiniões, só graças à sua confiança mútua o trabalho pôde ser realizado. (OE3, 259)

É evidente que a experiência russa foi marcada por uma conjuntura extremamente desfavorável – que dificilmente deixará de aparecer em qualquer nova tentativa de transição. A crise de abastecimento, a destruição do parque produtivo, o boicote por parte de setores descontentes (camponeses, proletários e milícias contra-revolucionárias), o *débâcle* da já precária rede de transportes e comunicação, o cerco imperialista, a carência de experiências duradouras para balizar a prática, e, no que importa para esse estudo, a “impossibilidade quase física e quase material de conceber qualquer sistema teórico geral”. (LIEBMAN, 1976, 77) – tudo isso não deve ser desconsiderado. O que pode ser questionado é que muitas das políticas danosas à transição postas em prática pelo partido bolchevique não indicavam ser conjunturais – eram, sim, marcadas por um tipo economicista de transição. Não havia políticas para fortalecer os organismos de base ou instrumentos contenedores do poder adquirido pela cúpula partidária e pelos gerentes de indústria. Portanto, dentro da miríade de determinações que estavam em jogo naquele momento, não pode deixar de ser apontado a *fragilidade teórica* e a concepção anti-marxiana de transição. Se as massas não são protagonistas; se a vanguarda da transição não se preocupa em criar condições para a sua própria *descartabilidade* (ou seja, para que os soviets absorvam as funções produtivas e de Estado dentro de parâmetros comunais); em suma, se o núcleo dirigente não prepara a longo prazo – voluntariamente ou por pressão popular – a dissolução do aparelho de Estado e das relações de produção capitalistas na produção, é sinal de que a transição não *aponta* para a passagem ao comunismo. Significa também que a concepção de socialismo posta em prática é economicista – ou seja, restrita à mudança da condição jurídica da propriedade produtiva e ao estatismo – noção antagônica àquela apresentada por Marx nos seus estudos sobre a Comuna de Paris. Não se encontra em Lenin essa visão de *longo prazo*. Teoricamente, nada indica que Lenin estava armado conceitualmente para apreender a nova formação social e propor remédios capazes de reverter a consolidação de uma nova classe dirigente. Harding é o autor que melhor sintetiza essa transição no pensamento de Lenin de um modelo comunal para um modelo estatista de socialismo:

Coincidentemente, o termo ‘comuna’ se torna cada vez menos freqüente no vocabulário de Lenin, até que em fins de 1920 ele praticamente desaparece por completo. Não houve nenhuma mudança

abrupta ou consciente na visão de Lenin, mas sim uma mudança gradual e constante do ideal de comuna para a ditadura do proletariado. (HARDING, 1981, 201)

Fica claro que a partir do momento em que a ditadura do proletariado começa a substituir o modelo comunal, Lenin simultaneamente começa a exaltar o papel da uma pequena vanguarda politicamente consciente do proletariado como a única base social confiável do novo regime. (HARDING, 1981, 226)

Encerramos esse capítulo apresentando a crítica pertinente de Dutschke, segundo a qual a questão da organização em Lenin é formulada nos termos da especialização de funções, devedoras de relações similares às aquelas travadas no capitalismo, no qual a separação entre direção e execução ganha radicalidade e é, no limite, o sustentáculo da divisão de classes. Não se encontra em Lenin a idéia de que o modo proletário de se organizar deve ser distinto do modo burguês. A organização aparece como um elemento neutro : o que importa é o grau de eficácia da efetivação dos propósitos. O que Lenin secundariza é que, se os propósitos forem implantados por meio do mesmo modo capitalista de operar, o processo tende a se interromper e a se reverter, cristalizando novas classes sociais – especialmente pelo fato do partido se confundir com o Estado na transição.

Onde está a mediação da organização revolucionária como instrumento (de defesa, de distribuição etc.) e o *partido revolucionário como negação* das relações dominantes, *como antecipação de formas socialistas de intercâmbio e comunicação da classe operária?* (DUTSCHKE, 1976, 142)

Lenin encara o problema do mesmo modo que nos tempos de ilegalidade sob relações czaristas, ou seja, de uma forma técnico-organizativa. Seu ponto de vista *não* enfoca o pressuposto essencial de um *novo tipo de Estado* dirigido pelos bolcheviques, ou seja, a *transformação funcional* e a mudança de conteúdo do partido ilegal de quadros, a *relação completamente nova* entre ‘*movimento*’ e ‘*organização*’, *partido e classes etc.*, que havia surgido nas condições de uma ditadura russa da vanguarda. Não sendo, portanto, possível ver o papel da mobilização das massas e a ativação dos *interesses e necessidades* da classe operária e dos estratos pobres e simpatizantes do campesinato, nem deixar espaço livre para novas formas de comportamento social e novas relações. (DUTSCHKE, 1976, 226)

8. Conclusão

(...) os partidos, como as pessoas, devem ser julgados pelos seus feitos e não pelas suas palavras. (OC22, 344)

Estudar Lenin é algo desafiador. Por várias razões. Em primeiro lugar, a pergunta que sempre surge quando se pensa o autor nos dias de hoje: será atual? Não será uma relíquia do passado, sem validade alguma para a sociologia contemporânea? Eis uma resposta cujo veredicto final virá da própria história das classes subalternas. Se ainda existem classes sociais (por mais modificadas que estão nesses oitenta anos que nos separam da realidade de Lenin); se se considera que existe contradição de interesses de classe (e eles continuam existindo), então o que parece velho pode voltar à tona. Se por vezes os marxistas são criticados por excesso de “objetivismo”, por quererem “prever a história”, não é incomum ver os críticos do marxismo e do leninismo recaírem no mesmo equívoco, jogando na lata do lixo a importância de se pensar um tema tão candente quanto a organização partidária das classes e frações de classe e suas conseqüências políticas. Não é de hoje que a história prega peças e surpreende os analistas. Se não fizermos o devido balanço do passado, corre-se o risco de recair nos mesmos equívocos ou de virarmos caricaturas do que pensamos ser. Basta observar os casos latino-americanos contemporâneos de líderes que confundem socialismo com estatismo.

É desafiador também – em segundo lugar – pois oferece ao pesquisador uma dificuldade incomum enquanto objeto de estudo. Poucos autores compilaram uma obra tão extensa quanto Lenin (55 volumes, sendo 45 de textos “políticos” e 10 de cartas pessoais – não raro tão explicativas quanto os próprios textos). Dentro desse oceano, outras tantas dificuldades: o fragmentarismo de sua obra, obrigando o leitor a “pescar” aqui e ali passagens elucidativas, num grande esforço de “peneirar” o mais sólido de sua teoria no meio de textos repetitivos destinados à propaganda; a convivência de opostos e contradições (presente, acredito, em qualquer produção intelectual que se estenda por longos anos); a presença de avanços e retrocessos que não obedecem a uma lógica de conjunto teórico (se aqui Lenin parece avançar, lá retrocede); uma obra aberta a várias

periodizações de acordo com o tema; uma grande dificuldade de discernir o que é conjuntural do que é mais “consistente”, mais “geral” (problema que essa pesquisa enfrentou a todo momento); a impossibilidade de se realizar um estudo conceitual cuidadoso, que leve em conta o rigor lexical – é altamente improvável que uma análise filológica consiga buscar as raízes teóricas de certos conceitos (raros são aqueles conceitos que têm origem, amadurecimento, superação consciente e uso consequente); a desigualdade de propósitos e formas de apresentação das idéias, obrigando o pesquisador a lidar com um material que vai de cartas, a artigos, de livros a minutas internas e resoluções congressuais etc; sem contar a “(...) extrema pobreza de uma bibliografia abundante mas geralmente estéril”. (LIEBMAN, 1973a, 7)

Sobre o tema específico de nossa pesquisa, o *tema da organização*, novas dificuldades: uma teorização esparsa e genérica; o silêncio a respeito das questões organizativas, especialmente das entranhas da organização revolucionária, já que a relação do partido com a classe, os propósitos e os meios são, bem ou mal, tratados com maior cuidado; o labirinto de motivações: intuito propagandístico, polemista, analítico, teórico etc; a prevalência, implícita ou explícita, do *princípio de especialização* inspirado no modo militar de divisão de tarefas, mesmo nos períodos mais aberto à ação das massas; fortes oscilações táticas, com o abandono de premissas gerais anteriormente defendidas.

Essa pesquisa se viu obrigada a considerar esse “silêncio” sobre a organização interna do partido em toda a sua eloquência, já que secundarizando a questão, Lenin demonstra que, na escala de importância, ela é menos relevante do que, por exemplo, o programa e a estratégia. Por conta disso, sem menosprezar a argúcia e a vontade revolucionária de Lenin, o partido bolchevique se viu desarmado para defrontar os dilemas da transição.

Infelizmente, a história prega peças: dentro da miríade de determinações que desenharam o perfil do Estado pós-1917, uma delas é justamente o modo leninista de se organizar, com todas as suas decorrências negativas. Bettelheim equaciona corretamente o complexo de determinações ativos na experiência soviética:

(...) não eram os pontos fracos das concepções teóricas do bolchevismo que estavam ‘na origem’ desse processo (segundo uma concepção idealista da história). Contudo, a existência dessas

concepções e a insuficiência das retificações posteriores desempenharam um papel no fato de as massas populares russas não terem sido guiadas pelo caminho que lhes teria permitido desenvolver, unificar e coordenar suas práticas revolucionárias no grau desejado para ‘destruir de novo o aparelho czarista’ reconstituído. (BETTELHEIM, 1979, 304)

Rosa e Mandel também ponderam sobre a força de Lenin na situação concreta da transição. Ambos convergem na seguinte conclusão: as pressões históricas eram gravíssimas; contudo, a resposta de Lenin não apontava para uma saída de longo prazo. As medidas justificadas conjunturalmente não vislumbravam uma correção de rumos mais adiante.

Seria exigir de Lenin e seus amigos uma coisa sobre-humana pedir-lhes que, em semelhantes condições, criassem por uma espécie de mágica a mais bela das democracias, a mais exemplar ditadura do proletariado e uma economia socialista florescente. Com sua atitude resolutamente revolucionária, sua energia sem exemplo e sua inabalável fidelidade ao socialismo internacional, eles fizeram quanto possível em condições tão terrivelmente difíceis. O perigo começa no ponto onde, fazendo das necessidades virtudes, eles criaram uma teoria da tática imposta por estas condições fatais, pretendendo recomendá-la ao proletariado internacional como o modelo da tática socialista. (LUXEMBURG, 1946, 38)

Os bolcheviques deveriam ter concluído, a partir da evolução favorável da relação social de forças, que a expansão da democracia proletária e soviética estava na ordem do dia como estímulo para reavivar politicamente a classe trabalhadora. Ao invés disso, eles decidiram limitar drasticamente a democracia, banindo toda organização de oposição (mencheviques, anarquistas) e as facções dentro do próprio partido bolchevique, ainda que não banindo as ‘tendências’. (MANDEL, in LE BLANC, 1990, XXIV)

Encontramos em Michels boa parte das preocupações que balizaram essa pesquisa. A trajetória do autor é conhecida: de membro da ala radical do Partido Social Democrata Alemão, o autor, cada vez mais cético quanto à possibilidade da superação do que chamou de “oligarquias” partidárias por parte da base, passou drasticamente para o campo da direita, apoiando mesmo o regime fascista de Mussolini. Esse giro só se explica porque o autor acatou como “natural” a existência e permanência das estratificações sociais de tipo classista, eternizando o domínio de uma elite sobre a massa inerte. Uma vez que a existência de uma elite é inevitável, a questão é decidir qual a elite mais adequada para a direção política da sociedade. Se desconsiderarmos essa “naturalização”, encontraremos em

Michels um grande analista do *modus operandi* dos organismos dirigentes quando se trata de controlar as massas e de cristalizar as estruturas políticas de dominação de classe. Nessa conclusão, apresentaremos brevemente alguns dos argumentos apresentados por Michels em *Partidos políticos*, que podem ser transpostos para a questão organizativa em Lenin.

Um tema marcante desse livro é a questão da delegação de funções como marca da estrutura partidária. De modo a dinamizar o uso e a eficiência do aparato, é mais conveniente distribuir funções e tarefas para que a partilha de responsabilidades acelere os processos decisórios e a efetivação das políticas. Essa delegação vem acompanhada da representatividade: em determinados postos (especialmente os de maior responsabilidade), os partidos elegem, por meio de consulta da base, um membro capacitado para exercer as obrigações que o posto exige. No caso dos partidos comunistas, a representatividade geralmente é defendida junto com a revogação e fiscalização dos trabalhos do delegado por parte da base (mandato revogável e imperativo). É mais comum que esse balanço das atividades do militante seja feito durante congressos. Em situações especiais, ele é feito nas reuniões periódicas das células ou dos comitês. É raro que esse procedimento funcione efetivamente. É aqui que entra a problematização de Michels: para ele, a própria delegação de funções – necessária para o bom andamento da vida partidária – pode servir de base para o destacamento dos dirigentes.

(...) no partido democrático moderno, é impossível para a coletividade tomar conhecimento de todas as controvérsias que surgem. Daí a necessidade de delegação (...). (MICHELS, 1962, 66)

A hierarquia surge como uma necessidade de condições técnicas, e sua constituição é um postulado essencial do funcionamento regular da máquina partidária. (MICHELS, 1962, 72)

Delegação e representatividade, por mais que sejam inevitáveis e até mesmo desejáveis, são a ante-sala da centralização das funções, já que ambos nada mais são do que a crença de que um indivíduo pode e deve sintetizar o conjunto de idéias de um determinado grupo de militantes. Entra em questão a polaridade entre, de um lado, centralização e eficiência e, de outro, processo democrático de decisão e risco de lentidão e desordem. Essa polarização parece, à primeira vista, alheia ao marxismo, mas é defendida intrinsecamente pelo próprio Lenin nas passagens em que defende o princípio de especialização. A questão é: será que ela de fato existe? Será que os *soviets* são capazes de

suplantar essa hipotética cisão entre modelo comunal de administração econômica e legislação política e eficiência? Como já vimos, para o Lenin de *O Estado e a revolução*, sim; para o Lenin da transição, não. Nessa última fase, Lenin comunga de um ceticismo que lembra Michels⁴⁰ e já é naturalizado pelo stalinismo (lembramos do lema “os quadros decidem tudo”, ou dos “especialistas vermelhos”).

Quanto mais extenso e mais ramificado é o aparato oficial da organização, quanto maior o número de membros e o volume do orçamento, e quanto mais abrangente sua imprensa, menos eficiente fica o controle direto exercido pelos militantes, e mais o controle é substituído pelo poder crescente dos comitês. (MICHELS, 1962, 71)

A centralização garante, e sempre garante, a rápida tomada de decisões. Uma organização executiva é *per se* um mecanismo de difícil funcionamento. (...) consultar os militantes acerca de cada questão envolveria uma enorme perda de tempo, e a opinião assim obtida seria resumida e vaga. Mas os problemas da hora necessitam de decisão rápida, e é por isso que a democracia não pode mais funcionar na sua forma primitiva e genuína, ao menos que a política assumida esteja disposta a perder as oportunidades mais favoráveis para a ação. (MICHELS, 1962, 78-9)

A suposta vantagem técnica da especialização acaba, assim, por prevalecer em relação aos núcleos e comitês. O partido caminha, portanto, para a consolidação de um parâmetro organizativo militarizado⁴¹, com o espaço deliberativo restrito aos organismos superiores, enquanto que cabe aos núcleos acatarem a linha política previamente formulada e efetivá-la apropriadamente.

A especialização técnica que inevitavelmente resulta de toda organização ampla torna necessário a chamada liderança especializada. Consequentemente, o poder de determinação passa a ser considerado um dos atributos específicos da liderança, e é gradualmente afastado das massas para ser concentrado exclusivamente nas mãos dos líderes. Assim, os líderes, que no início compunham

⁴⁰ Carr também demonstra ceticismo quanto à eficiência do tipo soviético de organização: Essa concepção idealizada de autoridade [a soviética] não sobreviveu ao teste da experiência. A espontaneidade do movimento que criou os sovietes nas fábricas e nas vilas por todo o país significava uma administração descoordenada e irregular. (CARR, 1950, 131)

⁴¹ “A estreita semelhança entre um partido democrático de luta e uma organização militar é refletida na terminologia socialista, amplamente tomada, especialmente na Alemanha, da ciência militar”. (MICHELS, 1962, 80) Lembremos que Clausewitz serve de inspiração a Lenin para a formação dos conceitos de tática e estratégia.

nada mais do que órgãos executivos da vontade coletiva, rapidamente se emancipam das massas e se tornam independente do controle delas. (MICHELS, 1962, 70)

O princípio da divisão do trabalho, quanto mais aplicado é, mais a autoridade executiva ganha divisões e subdivisões. Constitui-se assim uma burocracia hierárquica rigorosamente definida. (MICHELS, 1962, 72)

É necessário acentuar também que essa estratificação de experiências, de conhecimento teórico e de habilidades pessoais (oratória, carisma etc.) não são criadas exclusivamente pelas organizações. Elas são, em boa parte, herdadas pelo movimento dos trabalhadores do modo de organização estruturado em classes (espraiado pelas mais diversas organizações, como o Exército, o Estado, a Igreja etc.). Cliff aborda essa questão:

O fato de que um partido revolucionário seja necessário à realização da revolução mostra que existe uma desigualdade no nível de cultura e de consciência dos diversos grupos e seções dos trabalhadores. Se a classe operária fosse ideologicamente homogênea, não seria necessário uma direção. (CLIFF, 2006, 9)

Quanto mais a organização e a auto-administração dos trabalhadores seja precária e atrasada culturalmente, maior será a ruptura entre a classe e seu partido marxista. É dessa desigualdade na classe operária que surge o perigo de um desenvolvimento autônomo do partido e de seu aparelho até se tornar, ao invés de servidor da classe, seu mestre. Essa desigualdade é a fonte essencial do perigo representado pelo substitutismo. (CLIFF, 2006, 10)

Trata-se, portanto, de uma pressão objetiva que emana do complexo de estruturas sociais sobre as quais as classes se movimentam. A grande dificuldade não está em aceitar essa herança, mas sim em como lidar com ela, buscando dirimi-la processualmente por meio de novas práticas e dispositivos. Essa preocupação se faz presente em autores tão distintos quanto Lukács e Lustig:

A vida interior do partido é um combate incessante contra esta herança capitalista. O instrumento de luta decisivo, no plano da organização, deverá consistir na obrigação de todos os membros do partido tomarem parte na atividade do mesmo *com o conjunto da sua personalidade*⁴². (LUKACS, 1979, 343)

⁴² Lukács, no texto “Questões de organização” em *História e Consciência de classe*, defende a “rotatividade de tarefas” como um dos mecanismos de abrandamento da cisão entre dirigentes e base.

Falta ao partido leninista formas institucionais de garantia dos direitos dos membros do partido ou para as pessoas fora das fileiras. Esses direitos são reconhecidos teoricamente – mas nunca *organizacionalmente*. Como o Exército, o partido leninista é cuidadoso em garantir à cúpula suas necessidades, ao contrário do que acontece com a base. O centralismo é planejado; a democracia é relegada ao improviso. (LUSTIG, 1977, 49)

Compartilhamos da posição assumida por Bettelheim na sua análise da sociedade soviética na obra *A luta de classes na URSS*. Retomando o que já expomos no capítulo anterior sobre a definição de economicismo, é importante frisar que a transformação da propriedade privada em propriedade estatal representa um primeiro passo em direção à socialização real da produção, não sendo, portanto, seu sinônimo. É necessário quebrar as relações de produção herdadas do capitalismo, ou seja, mudar as formas de se organizar a produção. Num processo de transição, trata-se de fazer os órgãos de base (soviets, comunas, conselhos) absorver as responsabilidades econômicas e políticas.

A expropriação da burguesia não se identifica com seu desaparecimento, porque o desenvolvimento da propriedade estatal, mesmo sob a ditadura do proletariado, deixa subsistir elementos de relações capitalistas (que são modificados apenas parcialmente). Enquanto subsistem elementos capitalistas nas relações de produção, subsiste também a possibilidade de *funções capitalistas*, e a *burguesia pode continuar a existir* com uma forma modificada, especialmente no seio dos aparelhos de Estado: ela assume, então, a forma de uma *burguesia estatal*. (BETTELHEIM, 1979, 127)

Nesse sentido, a saída indicada por Lenin se mostrou equivocada, já que *reforçou* as formas organizativas que traziam as marcas de classe do capitalismo – ou seja, a especialização de funções que destaca o dirigente do convívio diário da prática da base⁴³, contribuindo assim para o sufocamento da vida soviética. A síntese de Bettelheim a esse respeito nos parece bastante completa:

A estrutura da máquina administrativa do partido é calcada na estrutura da administração do Estado, principalmente no que concerne aos níveis de salários, os quais, como os dos funcionários, subdividem-se em cinco categorias. (BETTELHEIM, 1979, 273)

⁴³ “(...) o remédio inventado por Lenin e Trotski, que consiste em suprimir a democracia em geral, é pior do que o mal que julgaram curar: com efeito, ele obstruiu a única fonte viva da qual podem sair os meios de corrigir as insuficiências congênicas das instituições sociais, a saber, a vida política ativa, livre, enérgica, das grandes massas populares”. (LUXEMBURG, 1946, 31)

A multiplicação de certo tipo de tarefas administrativas contribui também para modificar profundamente as *condições de existência* dos quadros do partido encarregados dessas tarefas e para *transformar* sua *concepção de mundo*, pois são, em última instância, as condições de existência que determinam a consciência.

O que se questiona aqui é, a princípio, a ‘especialização’ em funções administrativas. Em conseqüência dessa ‘especialização’, as pessoas que ocupam tais funções são cada vez mais assoberbadas por ocupações que as afastam da produção, das condições de trabalho e da vida da grande maioria da população. Por isso, tendem a se afastar das massas e a encará-las ‘do alto de suas responsabilidades’.

Essa tendência é acentuada pelo fato de que a maior parte das tarefas administrativas é executada fora dos órgãos de auto-administração das massas e sem o controle destas, no seio de um aparelho administrativo centralizado, hierarquizado e cada vez mais formalista. (BETTELHEIM, 1979, 283)

Em decorrência disso, se mostra altamente questionável a hierarquia dos eixos constituintes do partido – fragilidade que se agrava quando se trata de uma transição revolucionária rumo ao comunismo. Eis uma crítica desse trabalho: é importante rever a hierarquia de importância que Lenin define em *Um passo à frente, dois passos atrás*:

Lutamos contra o oportunismo nas questões essenciais da nossa concepção do mundo, nas questões de *programa* e a divergência completa quanto aos objetivos a atingir conduziu inevitavelmente a uma separação irrevogável entre os sociais-democratas e os liberais que corromperam o nosso marxismo legal. Lutamos contra o oportunismo nas questões de *tática*, e a nossa divergência com os camaradas Kritchévski e Akímov sobre essas questões menos importantes era, naturalmente, apenas temporária e não levou à formação de partidos diferentes. Temos agora de vencer o oportunismo de Márto e Axelrod nas questões de *organização*, que são, evidentemente, ainda menos essenciais que as questões de programa e de tática, mas que no momento atual surgem em primeiro plano na vida de nosso partido. (OE1, 361)

A organização pode, sim, se sobrepor à estratégia e ao programa e redefini-los⁴⁴.

⁴⁴ A título de exemplo, podemos citar um fenômeno histórico que já havia antecipado a tragédia soviética – o Partido Social Democrata Alemão passou por processo semelhante, apesar das conjunturas e situações distintas. Michels indica o predomínio da lógica do aparelho sobre os interesses da classe: “Indubitavelmente, a tática dos socialistas alemães era fortemente pautada pelas tendências oligárquicas que se manifestam nos partidos políticos modernos, porque esses partidos, mesmo que possuam objetivos revolucionários, e precisamente por causa disso – em outras palavras, porque eles combatem o sistema existente e desejam substituí-lo por outro, têm a necessidade de uma vasta organização cuja força central é fundada na burocracia estável, cujos membros são bem pagos e que têm à sua disposição os poderes de um sistema jornalístico e um orçamento considerável”. (MICHELS, 1962, 357-8)

O dilema histórico da organização revolucionária passa, portanto, pelo questionamento do modo leninista de organização e por uma reflexão mais detida a respeito de formas de controle da direção pela base no longo prazo.

Como a própria história do século XX demonstra, trata-se de uma tarefa bastante árdua. A luta de classes, como toda forma de guerra, concebe seus meios através do grau de eficiência que oferecem para destruir o inimigo. Lenin demonstrava lucidez ao dizer – citando Clausewitz – que a guerra é a política por outros meios. De fato, a recíproca é verdadeira também: a política é a guerra por outros meios, até que o grau de radicalidade dos embates esfume as fronteiras entre guerra e política. O grau extremo da luta de classes – a insurreição – serve como material bastante esclarecedor dos procedimentos mais eficientes. E as insurreições auto-proclamadas socialistas sempre tiveram um aparato de tipo militar, cujos meios em nada se diferenciavam dos usados pelo exército burguês. Daí a dificuldade de se imaginar o predomínio de formas democráticas de organização proletária – não só na guerra, mas também na organização do partido e do Estado.

Encerramos assim com um pequeno conjunto de respostas que autores de prismas diversos indicam para a problemática.

Privados da energia das massas, os partidos cedem inevitavelmente às novas condições, que se tornam sinônimos de rotina, de autoritarismo e de burocracia. (LIEBMAN, 1976, 131)

Uma vez que, enquanto durar o capitalismo, seria uma ilusão utópica contar com uma transformação interna dos homens, há que procurar e encontrar *dispositivos e garantias organizacionais* próprias para contrariar as conseqüências corruptoras dessa situação, para corrigir imediatamente o seu inevitável aparecimento e eliminar as excrescências assim originadas. (LUKACS, 1979, 342)

Todas as evidências apontam para a direção oposta: o partido, ou seja, o aparato do partido, que significa o poder da burocracia partidária, *não pode* ser um substituto de longa duração para a auto-atividade proletária e a auto-organização na construção do socialismo. (MANDEL, in LE BLANC, 1990, XXXI)

Em última análise, a única arma capaz de combater a substituição da classe pelo partido, e portanto a transformação do primeiro em força conservadora, são a atividade da própria classe e a pressão que ela exerce, não apenas sobre seu inimigo social, mas também sobre seu próprio agente, seu partido. (CLIFF, 2006, 11)

Esperamos, com essa pesquisa, ter destacado a importância de se pensar o partido em sua internalidade, encarando sua estratificação como uma contradição secundária que, na transição, pode se tornar a contradição principal do novo sistema, preparando terreno para a cristalização do capitalismo de Estado. Trata-se, portanto, de desnaturalizar o afastamento entre base e direção, único modo de se pensar instrumentos políticos capazes de abrandar esse afastamento. Obviamente, não se pode trocar uma naturalização por outra: não é o caso de desconsiderar os contextos que obrigam a organização revolucionária a se militarizar (como obrigatoriamente ocorre na insurreição), mas sim de levar a sério o problema e de pensar modos de quebrar a estrutura militarizada através de relações mais apropriadas à transição, ou seja, aquelas que apontem, no horizonte futuro, para a quebra das divisões de classe e dos embriões de classe que o movimento revolucionário traz em seu bojo, inspirando-se, aprimorando e atualizando as normas gerais indicadas pelas experiências comunais, como a Comuna de Paris de 1871 e os soviets em 1905 e 1917. Deve-se garantir maleabilidade à organização, sem, contudo, negligenciar e postergar formas mais democráticas de decisão política da classe, assim como não se deve adiar a participação efetiva da base nos rumos do partido para um futuro sempre adiado, enquanto que no cotidiano predomina a especialização mais funesta, especialização esta que parece incontornável e que espera ainda hoje por uma resposta na prática.

9. Bibliografia

ALTHUSSER, L. *Lenine et la philosophie*. Paris : Maspero, 1972.

_____ *Sobre a reprodução*. RJ : Vozes, 1999.

BENOIT, H. “Teoria (dialética) do partido ou negação da negação leninista”. In: Outubro, Vol. 11, Nº2, 1998.

BESANÇON, Alain. *Les origines intellectuelles du léninisme*. Paris: Calmann-Levy, 1977.

BETTELHEIM, C. *A luta de classes na URSS. (1918-1923)*. RJ: Paz e Terra, 1979.

BONEFELD, W. e TISCHLER, S. (org.). *A 110 años del ¿Que hacer? Leninismo, crítica marxista y la cuestión de la revolución hoy*. Buenos Aires: Herramienta, 2003.

BROUÉ, P. *Le parti bolchevique*. Histoire du PC de l'URSS. Paris: Éditions de Minuit, 1963.

CARR, E. *The bolshevik revolution. 1917-1923*. London: MacMillan, 1950.

CLAUSEWITZ, C. *Da Guerra*. SP: Martins Fontes, 1996.

CLIFF, T. *Lenin, vol. I: The building of the party*. Marxists Internet Archive, 2004.

_____ “Lenin and the revolutionary party”, Marxists Internet Archive, 2003.

_____ “Lenin: his ideas are the future”. Marxists Internet Archive, 2005.

_____ *Trotsky et le substitutisme*. Marxists Internet Archive, 2006.

DUTSCHKE, R. *Tentativas de poner a Lenin sobre los pies*. Barcelona: KARIA, 1976.

EISSENSTAT, B. *Lenin and leninism*. State, Law and Society. London: Lexington Books, 1971.

GIRAULT, R. et al. *Sur 1905*. Paris: Éditions Champ Libre, 1975.

GRUPPI, L. *O pensamento de Lenin*. RJ: Graal, 1979.

HARDING, N. *Lenin's political thought*. Vol. I. London: The Macmillan Press, 1977.

- _____. *Lenin's political thought*. Vol. II. London: The Macmillan Press, 1981.
- KAUTSKY, K. *A ditadura do proletariado*. SP: Ciências Humanas, 1979.
- _____. *The intellectuals and the workers*. Marxists Internet Archive, 2005.
- _____. "Um elemento importado de fora". Marxists Internet Archive, 2004.
- LA GRASSA, G. e TURCHETTO, M. "notes sur le léninisme". In: *Communisme*, N° 5/6, 1979.
- LA GRASSA, G. "O capitalismo contemporâneo e o papel da teoria marxista". In: *Crítica Marxista*. n°2, 1995.
- LE BLANC, P. *Lenin and the revolutionary party*. New Jersey: Humanities Press, 1990.
- LENIN, V. *Obras completas*. Vol. I-XLV. Moscú : Progreso, 1981.
- _____. *Obras escolhidas*. Vol. I-III. SP: Alfa Ômega, 1986.
- _____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. SP: Nova Cultural, 1985.
- _____. *¿Qué hacer? Problemas candentes de nuestro movimiento*. Buenos Aires: Anteo, 1973.
- LENIN, V. LUXEMBURG, R. *Partido de massas ou partido de vanguarda?* SP: Nova Stella, 1985.
- LIEBMAN, M. *História da Revolução Russa*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1967.
- _____. *Le leninisme sous Lenine*. Vol. I. Paris: Seuil, 1973a.
- _____. *Le leninisme sous Lenine*. Vol. II. Paris: Seuil, 1973b.
- LINHART, R. *Lenine, os camponeses e Taylor*. Lisboa: Iniciativas, 1976.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. Estudos de dialética marxista. Lisboa: Escorpião, 1979.
- LUNDQUIST, L. *The party and the masses*. An interorganizational analysis of Lenin's model for the bolshevik revolutionary movement. Stockholm: Almqvist & Wiksell International, 1982.

- LUSTIG, J. “On Organization: The Question of the Leninist Party”. In: *Politics & Society*, Vol.7, N°1, 1977.
- LUXEMBURG, R. *Greve de massas, partido e sindicatos*. SP: Kairós, 1979.
- _____ *A Revolução Russa*. RJ: Especialistas LTDA, 1946.
- _____ *A crise da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1979.
- MANDEL, E. *A teoria leninista da organização*. SP: Rosa dos Ventos, 1979.
- MAO, T. *Cuatro tesis filosóficas*. Barcelona: Anagrama, 1974.
- MARTORANO, Luciano. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. SP: Xamã, 2002.
- MICHELS, R. *Political Parties*. A sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy. New York: Free Press, 1962.
- MORENO, N. *O partido e a organização*. SP: José Luís e Rosa Sudermann, 2004.
- NAVES, M. *Mao – o processo da revolução*. SP: Brasiliense, 2005.
- SAPIR, J. “Réflexions partisans”. In: *Communisme. Questions sur le léninisme*. N° 5/6, 1979.
- SERVICE, R. *The Russian Revolution. 1900-1927*. New York: Palgrave, 1999.
- STALIN, J. *Fundamentos do leninismo*. SP: Calvino, 1945.
- TROTSKI, L. *A revolução permanente*. SP: L. E. Ciências Humanas, 1979.
- _____ *A revolução traída*. SP: José Luís e Rosa Sudermann, 2005.
- _____ *Balance y perspectivas*. Marxists Internet Archive, 2004.
- _____ *El consejo de los diputados obreros y la revolución*. Marxists Internet Archive, 2000.
- _____ *História da Revolução Russa*. RJ: Paz e Terra, 1978-1980.
- _____ *Nos tâches politiques*. Paris : Pierre Belfond, 1970.

_____ *The intelligentsia and socialism*. Marxists Internet Archive, 2002.

VINCENT-VIDAL, Serge. “A crítica das concepções econômicas de Stalin por Mao Tse-tung”. In: *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, 2002.

WILLIAMS, R. *The other bolsheviks: Lenin and his critics, 1904-1914*. Bloomington: Indiana University, 1986.